



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANTONIO DOS SANTOS LIMA**

**ROTAS ALTERADAS: ESTUDO SOBRE MERCADOS DE  
DROGAS ILEGAIS E SOCIABILIDADES NA GRANDE  
SALVADOR**

Salvador

2019

**ANTONIO DOS SANTOS LIMA**

**ROTAS ALTERADAS: ESTUDO SOBRE MERCADOS DE DROGAS  
ILEGAIS E SOCIABILIDADES NA GRANDE SALVADOR.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como um dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor.  
Área de concentração: Sociologia e Antropologia

**Orientador:** Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann

**Salvador**

**2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dos Santos Lima, Antonio

ROTAS ALTERADAS: ESTUDO SOBRE MERCADOS DE DROGAS  
ILEGAIS E SOCIABILIDADES NA GRANDE SALVADOR / Antonio  
Dos Santos Lima. -- Salvador, 2019.  
282 f.

Orientador: Clóvis Roberto Zimmermann.  
Tese (Doutorado - Ciências Sociais) --  
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas, 2019.

1. Sociabilidade. 2. mercados de drogas ilegais.  
3. organizações criminais. 4. regulação social. 5.  
controle territorial e competição violenta. I.  
Zimmermann, Clóvis Roberto. II. Título.

## **ANTONIO DOS SANTOS LIMA**

### **ROTAS ALTERADAS ESTUDO SOBRE MERCADOS DE DROGAS E SOCIABILIDADE NA GRANDE SALVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais, e, aprovada em 04 de setembro de 2019, pela Comissão formada pelos professores:



**Michel Misse (UFRJ)**

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro



**Rafael Arantes (FFCH - UFBA)**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



**Roselene Cassia de Alencar Silva (UFBA)**  
Doutorado em Saúde Coletiva pela UFBA



**Juliana Tonche (UFBA)**

Doutorado em Sociologia pela USP



**Clovis Roberto Zimmermann (FFCH-UFBA)**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Heidelberg

À memória de Manuel Santana Lima, pobre retirante do Recôncavo Baiano, que me ensinou a dar os primeiros passos e realizar as primeiras viagens.

Para Odilon e Danilo,  
que partiram antes de o sol brilhar mais uma vez.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para concretização dessa pesquisa. Antes de tudo, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ – pelo incentivo a esta empreitada através da concessão de bolsa de estudo. Agradeço aos meus pais, Manuel Santana Lima (in memoriam) e Maria das Neves dos Santos, pelo apoio nas horas em que precisei ter coragem para continuar. Leandro de Jesus, um dos sujeitos deste estudo, teve um papel crucial nessa empreitada, tornando-se, ao mesmo tempo, um cicerone e, sobretudo, um companheiro de viagem. Gratidão a Everton Lima, uma parceria inextricável, de coração valente, um incentivador nos momentos de dificuldade e de desesperança, alguém por quem tenho outra alegria.

Agradeço a todos os colegas do curso de graduação, de mestrado e de doutorado que, desta ou daquela maneira, foram importantes para o desenvolvimento deste estudo. Porém, devo dizer que Thiago Neri e Jorge Alberto, meus amigos, tiveram papéis de maior proximidade, cooperação, companheirismo e afeto. Eles foram fundamentais no despertar de reflexões de grande valor e importância para a pesquisa. Agradeço pelas leituras, releituras e comentários exaustivos de esboços de textos e achados de campo. Sou eternamente grato pela confiança que me foi depositada, embora seja o único responsável pelas limitações presentes neste estudo.

Agradeço ao professor Clóvis Roberto Zimmermann pela orientação, compreensão e paciência imensuráveis. Devo agradecê-lo pelas críticas e comentários durante a construção do objeto e levantamento do inventário de campo, mas também pela gentileza característica de sua maneira de ser e de suas ponderações. Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) pelas imprescindíveis contribuições à minha formação acadêmica. Um agradecimento especial ao bibliotecário Wellington Guimarães da Silva, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), pela amizade, prestatividade e apoio indispensável. A todos os funcionários da Universidade Federal da Bahia (UFBA), homens e mulheres invisibilizados, que fazem cada departamento desta instituição operacionalmente possível.

Por fim, agradeço a todos os sujeitos que me concederam entrevistas, àqueles e àquelas que me deixaram adentrar à privacidade de seus lares e que, superando medos e cautelas, confiaram em mim. Aos sujeitos e colaboradores desta pesquisa pela coragem e determinação em falar sobre assuntos muitas vezes tão farrucos e confidenciais. A todos que morreram nesta guerra inócua, serei sempre grato, embora já não possa agradecer. Terei gratidão por toda a minha vida a Odilon (in memoriam), e a Danilo (in memoriam), que foram vítimas das competições violentas dos mercados de drogas ilegais da Bahia. A todos e a todas, meu respeito e minha mais profunda gratidão.

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kavadloff, levou-o  
para que descobrisse o mar.

Viajaram para o sul.

Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.  
Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de  
muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do  
mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:

– Me ajuda a olhar!

(Eduardo Galeano, O livro dos abraços).

## RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre o desenvolvimento de mercados de drogas ilegais controlados por organizações criminais belicosas e as transformações nas formas de sociabilidade, em três bairros populares da Grande Salvador. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a observação direta, as entrevistas semi-estruturadas e o uso de arquivos. Seus resultados demonstram como estas organizações, através de redes de cidades brasileiras, expandiram suas bases operacionais. Descreve a estrutura intraorganizacional, a relação de hierarquia e obediência, a composição do corpo funcional, as mercadorias ilegais comercializadas, as ocupações e os ganhos materiais. Elabora uma sociografia da origem social dos membros destes grupos criminais, enfatizando aspectos como cidadania, etnia, gênero e faixa etária. Examina a construção de um aparato normalizador informal, do qual derivam formas de regulação social e meios alternativos de obtenção de justiça. Mostra o desenvolvimento e a consolidação de um tipo de arranjo familiar por associação ao crime, coercitivo, cujos fundamentos são formas racionais e irracionais de interação, como hierarquização, divisão funcional, afinidade e confiança, que consolidam um ethos expansionista econômico-territorial através de competições violentas e ciclos permanentes de retaliações. Demonstra o recrudescimento da violência oficial em espaços sócio-urbanos controlados por estas organizações e associa este fator à estratégia militarizada e belicosa da política de segurança pública do Estado e a um manual particular de policiamento aplicável apenas às classes populares. Conclui afirmando que a coexistência entre mercados de drogas belicosos e coercitivos e a população residente desenvolveu crenças e valores não convencionais que impactaram sobre as mais diversas formas de sociabilidade.

**Palavras-chaves:** Sociabilidade, mercados de drogas ilegais, organizações criminais, regulação social, controle territorial e competição violenta.



## ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between the development of illegal drug markets controlled by bellicose criminal organizations and the social transformations in three popular neighborhoods of the Metropolitan Region of Salvador. The data collection techniques used were the direct observation, semi-structured interviews and the use of archives. Their results demonstrate how these organizations, through networks in Brazilian cities, have expanded their operational bases. It describes the intra-organizational structure, the relation of hierarchy and obedience, the composition of the functional body, the illegal merchandise marketed, the occupations, and the material gains. It elaborates a sociography of the social origin of the members of these criminal groups, emphasizing aspects such as citizenship, ethnicity, gender and age group. It examines the construction of an informal normalizing apparatus from which forms of social regulation and alternative means of obtaining justice are derived. It shows the development and consolidation of a type of family arrangement by association with coercive crime, whose foundations are rational and irrational forms of interaction such as hierarchy, functional division, affinity and trust, which consolidate an expansionist economic-territorial ethos through violent competitions and permanent cycles of retaliation. It demonstrates the resurgence of official violence in socio-political spaces controlled by these organizations and associates this factor with the militarized and bellicose strategy of the state's public security policy and with a private police manual applicable only to the popular classes. It concludes by stating that the coexistence between warlike and coercive drug markets and the resident population has developed unconventional beliefs and values that have impacted the most diverse forms of sociability.

**Keywords:** Sociability, illegal drug markets, criminal organizations, social regulation, territorial control and violent competition.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1a</b> – Configuração do mercado do Bairro do Rio Bonito	
Dados da estrutura organizacional.....	143
<b>Quadro 1b</b> – Configuração do mercado do Bairro do Rio Bonito	
Distribuição das lojas .....	144
<b>Quadro 2a</b> – Configuração do mercado do Bairro da Colônia	
Dados da estrutura organizacional .....	144
<b>Quadro 2b</b> – Configuração do mercado do Bairro da Colônia	
Distribuição das lojas .....	145
<b>Quadro 3a</b> – Configuração do mercado do Bairro do Quilombo	
Dados da estrutura organizacional .....	145
<b>Quadro 3b</b> – Configuração do mercado do Bairro do Quilombo	
Distribuição das lojas .....	146
<b>Quadro 4</b> – Informações financeiras do comércio de drogas do Bairro do Rio Bonito .....	148
<b>Quadro 5</b> – Informações financeiras do comércio de drogas do Bairro da Colônia .....	148
<b>Quadro 6</b> – Informações financeiras do comércio de drogas do Bairro do Quilombo .....	149

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Número de homicídios e tentativas de homicídio por ano da cidade de Lauro de Freitas .....	70
<b>Tabela 2</b>	Número de homicídios e tentativas de homicídio por ano da cidade de Camaçari .....	71
<b>Tabela 3</b>	Número de homicídios e tentativas de homicídio na AISP11 e número total de homicídios por ano da cidade de Salvador .....	72
<b>Tabela 4</b>	Taxa de homicídios por unidade da federação (Bahia) .....	73
<b>Tabela 5</b>	Número Total de homicídios por unidade da federação (Bahia) ..	73
<b>Tabela 6</b>	Registro de homicídios por ano, identificação das vítimas, data de ocorrência e motivo. ....	228
<b>Tabela 6a</b>	Total de homicídios de jan/2014 a dez/2018, por motivo, com percentuais .....	230
<b>Tabela 6b</b>	Variação percentual dos homicídios por ano e motivo.....	231
<b>Tabela 7</b>	Taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes/2016 .....	232
<b>Tabela 8</b>	Taxa de homicídios de jovens do sexo masculino por 100 mil habitantes/2016 .....	232
<b>Tabela 9</b>	Número total de homicídios por faixa etária (15–29 anos) por unidade da federação .....	233
<b>Tabela 10</b>	Taxa de homicídios por grupo étnico (negros), por unidade da federação, por 100 mil habitantes .....	234
<b>Tabela 11</b>	Taxa de homicídios por grupo étnico (não negros), por unidade da federação, por 100 mil habitantes.....	235
<b>Tabela 12</b>	Mortes decorrentes de intervenção policial por unidade da federação.....	244
<b>Tabela 13</b>	Mortes decorrentes de intervenção policial por UF em 2016.....	244

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
AISP	Área Integrada de segurança pública
BA093	Rodovia Estadual 093
BB	Banco do Brasil
BCS	Base Comunitária de Segurança
BDA	Bonde do Ajeita
BDM	Bonde do Maluco
BOPE	Batalhão de Operações Especiais da PM-Rj
CAPES	Centro de Atenção Psicossocial
CEF	Caixa Econômica Federal
CIPE	Companhia Independente de Policiamento Especializado da PM-Ba
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CP	Comando da Paz
CSU	Centro Social Urbano
CEDO	Causas Exteriores ao mercado de Drogas ou a Operações policiais
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CVOR	Competição Violenta entre Organizações Rivais
DHPP	Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa
DTE	Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento
FBSP	Foro Brasileiro de Segurança Pública
FDN	Família do Norte
GPS	Global Positioning System (Sistema de posicionamento Global)
GS	Grande Salvador
H	Homicídios

HDFU	Homicídios Ocorridos Dentro do Perímetro Urbano
HDFU	Homicídios Ocorridos Fora do Perímetro Urbano
HGE	Hospital Geral do Estado
HGMF	Hospital Geral Menandro de Farias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
MPCD	Morte Por Causas Desconhecidas
MPE	Ministério Público Estadual
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR	Primeiro Comando do Recôncavo
PETO	Pelotão de Emprego Tático Operacional da PM-Ba
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PP	Partido Progressista
PSF	Programa de Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
RAOP	Resultado de Ações ou Operações Policiais
RONDESP	Rondas Especiais da PM-Ba
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SM	Salário Mínimo
SSP-BA	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia
TCP	Terceiro Comando Puro

UED	Unidade Especial Disciplinar
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VDCS	Violência Disciplinar ou Conflito de Sucessão

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2. MERCADOS DE DROGAS E SOCIABILIDADES</b> .....	26
2.1. SOCIABILIDADES E VIOLÊNCIA .....	27
2.2. ESTRUTURAS MATERIAIS E IMATERIAIS .....	31
2.3. ORIGEM SOCIAL E CORPO FUNCIONAL .....	34
2.4. TERRITÓRIO E JUSTIÇA LOCAL .....	37
2.5. ORGANIZAÇÕES CRIMINAIS, NORMAS E CONDUTAS .....	43
2.6. MERCADO DE DROGAS E COMPETIÇÃO VIOLENTA .....	48
2.7. COPRESENÇA: CONTROLE SOCIAL EM ESPAÇOS SEGREGADOS .....	51
<b>3. RIO BONITO, COLÔNIA E QUILOMBO</b> .....	56
3.1. DADOS POPULACIONAIS E DE URBANIZAÇÃO .....	57
3.2. OCUPAÇÃO E RENDA .....	61
3.3. MORADIA, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA .....	64
3.4. AGÊNCIAS DE ESTADO .....	67
3.5. DADOS DA VIOLENCIA LETAL .....	69
3.6. ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONVIVÊNCIA .....	73
3.7. BARES, IGREJAS E CANDOMBLÉS .....	75
3.8. <i>SINDICATOS</i> .....	78
3.9. SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS .....	79
<b>4. TRABALHO DE CAMPO</b> .....	82
4.1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO .....	83
4.2. O ACESSO AO CAMPO .....	86
4.3. UM OBJETO QUE (NÃO) FALA .....	88
4.4. PROCEDIMENTOS E DIFICULDADES .....	91
4.5. OBSERVAÇÃO DIRETA .....	92

4.6. ENTREVISTAS .....	95
4.7. O USO DE ARQUIVOS.....	98
4.8. RACIOCÍNIO ETNOGRÁFICO.....	100
4.9. SATURAÇÃO DO CAMPO .....	102
<b>5. FLUXO MATERIAL E IMATERIAL: A GRANDE SALVADOR NA ROTA COMERCIAL DO CV-FDN-ADA-PCC.....</b>	<b>105</b>
5.1. PANORAMA HISTÓRICO.....	107
5.2. A FORMAÇÃO DO COMANDO DA PAZ, FRAGMENTAÇÃO E O QUADRO ATUAL.....	108
5.3. AS ORGANIZAÇÕES CRIMINAIS INDEPENDENTES.....	111
5.4. DENOMINAÇÃO E INDEPENDÊNCIA RELATIVA .....	113
5.5. FORNECIMENTO E ROTAS COMERCIAIS.....	116
5.6. QUILOMBO COMO CENTRO DE ABASTECIMENTO .....	122
5.7. REDES DE CONTATOS.....	126
5.8. FLUXOS IMATERIAIS.....	129
<b>6. ADMINISTRAÇÃO DE UMA LOJA DE DROGAS ILEGAIS .....</b>	<b>134</b>
6.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	134
6.2. DISTRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE NO ESPAÇO URBANO .....	137
6.3. CONSIGNAÇÃO, SALÁRIO E RECOMPENSA .....	147
6.4. EXPLORAÇÃO, LUCRO E CUSTO SOCIAL .....	151
6.5. BENS MÓVEIS, BENS IMÓVEIS E ARMAMENTO .....	153
<b>7. JUVENTUDE, SUBCIDADANIA, ETNIA E GÊNERO .....</b>	<b>158</b>
7.1. CONDIÇÃO JUVENIL .....	162
7.2. DEMANDA E EXCLUSÃO .....	167
7.3. TRÂNSITOS ENTRE ATIVIDADES FORMAIS E INFORMAIS.....	169
7.4. GÊNERO E PARTICIPAÇÃO.....	172
7.5. PARTICIPAÇÃO POR CRITÉRIO ÉTNICO .....	175
<b>8. PELO CERTO: TERRITÓRIO, REGULAÇÃO SOCIAL E JUSTIÇA LOCAL .</b>	<b>178</b>



8.1.	DOMÍNIO TERRITORIAL E REGULAÇÃO SOCIAL .....	180
8.2.	JUSTIÇA LOCAL.....	185
8.3.	DIREITO SOBRE A VIDA E A MORTE.....	190
8.4.	O COCHICHO: O SUJEITO DA CONVERSA E O CONTEÚDO DA FALA.....	192
8.5.	REDES SOCIAIS E VIGILÂNCIA LOCAL .....	195
8.6.	CONSUMO LOCAL E EXTERNO .....	198
<b>9.</b>	<b>FAMÍLIA, COERÇÃO, COMPETIÇÃO VIOLENTA E EXPANSÃO.....</b>	<b>202</b>
9.1.	FAMÍLIA POR ASSOCIAÇÃO, AFINIDADE E CONFIANÇA .....	206
9.2.	ETHOS EXPANSIONISTA-ECONÔMICO E DE PODER .....	211
9.3.	INVASÃO, OCUPAÇÃO E GUERRA .....	215
9.3.1.	Fronteiras demarcatórias.....	220
9.3.2.	Divisão do poder e itinerância.....	222
9.4.	PERMANÊNCIA BELICOSA E VITIMIZAÇÃO .....	226
9.4.1.	Vitimização .....	227
9.4.2.	A carreira do assassino sádico e o Estado.....	235
<b>10.</b>	<b>COPRESENÇA: AGÊNCIAS ESTATAIS E CONDIÇÃO SÓCIO-POLÍTICA SUBCIDADÃ.....</b>	<b>239</b>
10.1.	ESTADO E CIDADANIA .....	241
10.2.	MANUAL ESPECÍFICO DE POLICIAMENTO .....	245
10.3.	ESTADO, CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA.....	248
10.4.	ORGANIZAÇÕES CRIMINAIS, MERCADOS DE DROGAS E POLICIAMENTO.....	252
10.5.	BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA .....	258
<b>11.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>262</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>272</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os mercados de drogas ilegais no Brasil, associados direta ou indiretamente a diversas modalidades de crimes, especialmente vinculados ao crime comum violento, são um fenômeno social central para compreensão da vida social contemporânea e das relações sociais que preponderam hoje nos meios urbano e rural do país. A inesgotável e diária reverberação de eventos relacionados a este fenômeno vem sendo amplamente praticada pelos meios de comunicação, debatida e estudada por diversos intelectuais, professores e estudantes, a partir do caso central da estruturação, na década de 1970, da organização criminal Comando Vermelho e do desenvolvimento, no estado do Rio de Janeiro, de um tipo de *crime organizado*, ou em processo de organização, vinculado a tal atividade.

Este processo de reorganização dos mercados de drogas ilegais se espalhou pelo país, capilarizou-se por todos os estados da federação, a partir do início da década de 1990, com o surgimento da organização criminal paulista, Primeiro Comando da Capital. No estado da Bahia, esta transformação se deu inicialmente na Região Metropolitana de Salvador entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com a formação da organização criminal Comando da Paz, e se expandiu fragmentariamente pelo interior do estado. O fenômeno se tornou um aspecto da vida social, da manifestação da vida social, no meio urbano e rural, tanto em termos de desenvolvimento de formas organizacionais criminais associadas ao mundo do crime, quanto em termos da geração e da consolidação de uma rede de conexões econômicas e de relações de poder informal e ilegal.

Com efeito, a reorganização dos mercados de drogas ilegais na Bahia ocorreu a partir do caso da Grande Salvador, quando organizações criminais, controladas de dentro e de fora do sistema prisional, impuseram, através do recurso universal à violência, um regime de exclusividade sobre o comércio de cocaína, de maconha e de crack. Estas mercadorias, que antes eram comercializadas de modo avulso, em um modelo não empresarial, através de iniciativas comerciais individuais, passaram a ser adquiridas e negociadas unicamente através de *contatos* de uma rede de lideranças hierarquicamente organizada e superposta dentro de organismos criminais, com bases territorializadas em âmbitos espaço-temporais marcados pela condição humana de subcidadania e pela condição físico-espacial de organização

urbana informal, ou seja, sem o planejamento, o controle ou a anuência do Estado, o que não significa que foi desordenadamente.

Esta reestruturação da atividade comercial, pautada na exclusividade comercial, restringiu quase que por completo a ação de grupos independentes de comerciantes de drogas ilegais no mercado local. Tal transição foi marcada pelo uso da força, baseou-se no uso amplo e irrestrito de armas de fogo como forma de regulação das relações sociais mais amplas no espaço societário local. Decorrente deste processo de demarcação de relações de poder e de controle, a região, a partir do início dos anos 2000, se tornou o palco de competições violentas pelo domínio e pela gestão dos mercados de drogas ilegais baianos, nas ruas das cidades e dentro do sistema prisional.

O objetivo desta investigação sociológica foi compreender as formas de sociabilidade e organização social que foram impactadas, que se desenvolveram ou que recrudesceram em razão da relação de copresença entre a vida cotidiana e a existência de mercados atacadistas/varejistas de drogas ilegais locais controlados de dentro e de fora do sistema prisional. Assim, tornou-se necessário fazer um recorte por características, similares e antagônicas, dos espaços sócio-urbanos e construir um universo de pesquisa contendo três destes espaços pertencentes à Região Metropolitana de Salvador. Neles, o atacado e o varejo de drogas ilegais emergiram e se consolidaram como atividade informal ilegal nas quais há um intenso fluxo comercial com significativas semelhanças e importantes diferenças.

O universo deste estudo é composto por três bairros litorâneos que possuem níveis de urbanização, estrutura habitacional e condições de mobilidade precários. Suas populações residentes têm origem social e níveis de vida semelhantes. A economia local se baseia no comércio varejista formal e informal e a maior parte dos trabalhadores ocupados está exercendo atividades enquadradas no perfil de baixa qualificação e baixa remuneração. Uma das hipóteses a serem perscrutadas se fundamenta na ideia de que a atividade do comércio de drogas ilegais produziu alterações sensíveis em suas paisagens urbanas e em suas relações humanas ao resignificar seus modos de ser, de pensar e de agir, mudando significativamente a dinâmica de suas representações sociais.

Os bairros definidos como objeto foram o Quilombo, com população estimada em 52.000 habitantes, o Rio Bonito, com população estimada em 32.000 habitantes, e a Colônia, com população estimada em 22.000 habitantes. Os três

espaços foram renomeados como uma estratégia de pesquisa, com o fim de mantê-los no anonimato e preservar a integridade física e moral de seus atores sociais. Em comum, atuando em seus perímetros, há organizações criminais baseadas em estrutura empresarial e/ou expansionista territorial, belicosas, pautadas no uso da força e num arranjo familiar instrumental. Este formato de *família* por associação ao crime tem por objetivo implícito minimizar e controlar reações e divergências intra-organizacionais relacionadas aos bens econômicos, aos conflitos por sucessão, à arena desigual de tomada de decisões e ao exercício de relações poder.

Outro fator considerado na construção do objeto foi o quadro de fragmentação deste mercado de drogas ilegais entre diversas organizações criminais e, em menor número, entre comerciantes avulsos, individuais e autônomos. Durante o processo de realização desta pesquisa foi desenvolvido uma sociografia dos grupos criminais com maior inserção dentro e fora do sistema prisional do estado da Bahia. As principais estruturas criminais são o Comando da Paz (CP), a Caveira(quase extinta), o Bonde do Maluco (BDM), a Katiara, o Bonde do Ajeita e a Ordem e Progresso (OP). Trata-se de um mercado fragmentado no qual não há hegemonia e em que a maioria das organizações criminais se baseia em uma política de expansão territorial como forma de expansão econômico-comercial e de relações de poder.

Tais estruturas criminais interagem e se interconectam numa rede de fluxos materiais e imateriais entre organizações que atuam em todo país. Porém, sem possuírem necessariamente filiação orgânica ao Primeiro Comando da Capital (PCC), ao Comando Vermelho (CV), a Família do Norte (FDN) e aos Amigos dos Amigos (ADA). Neste contexto de fragmentação, há outros grupos criminais sem denominação, que se consideram autônomos e independentes, mas que, na verdade, possuem autonomia relativa, porque, embora não participem das disputas que caracterizam a política de expansão econômico-territorial, tem seus estoques, suprimentos de insumos e de materiais bélicos abastecidos e reabastecidos com base nas organizações que atuam no sudeste do Brasil.

A partir deste quadro conjuntural, foi delimitado o recorte dos espaços sócio-urbanos componentes do universo deste estudo. Assim, o Quilombo se autodenomina autônomo ou independente; o Rio bonito é controlado pelo Comando da Paz, que mantém relações comerciais e de filiação com o Comando Vermelho e com a Família do Norte; e o bairro da Colônia, controlado pelo Bonde do Maluco,

grupo associado ao Primeiro Comando da Capital. O Comando da Paz e o Bonde do Maluco são rivais no contexto da política de expansão territorial dos mercados de drogas baianos. Embora a maioria dos grupos criminais baianos esteja associada às organizações criminais supracitadas, seus modos de operação e funcionamento, seus estatutos, seus processos de filiação e suas estratégias de gestão são baseados em controles locais, não seguindo necessariamente o modelo característico do Sudeste.

Com estruturas territorializadas, empresariais, belicosas e familiares, cada um dos grupos criminais baianos se estruturou com formatos que possuem semelhanças com as organizações criminais do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, o desenvolvimento das organizações criminais que atuam em Salvador, Região Metropolitana e interior, guarda muito mais pontos de convergência com o modo como o processo ocorreu no estado fluminense. Com a ampliação e fragmentação da atividade no estado nordestino, vários elementos estruturais de relevo, derivados de processos intrinsecamente locais e regionais, se tornaram explícitos e compreensíveis.

Para alcançar a compreensão desse fenômeno social, três técnicas de coleta de dados foram utilizadas: observação direta, entrevista de tipo semi-estruturada e uso de arquivos. A observação direta foi desenvolvida em cada um dos espaços urbanos através da definição de pontos estratégicos capazes de permitir a apreensão da rotina da população, a estrutura empresarial expansionista das organizações criminais e a relação de coexistência com a manifestação dos aspectos mais importantes da vida cotidiana no plano local. Concomitantemente, foram coletadas trinta e seis (36) entrevistas em profundidade – doze (12) em cada um dos bairros – divididas entre seis (6) operadores do mercado de drogas e seis (6) moradores. Por fim, foram perscrutados arquivos institucionais de dados estatísticos oficiais com relação direta ou indireta com o objeto do estudo.

A área de concentração desta pesquisa abrange a microssociologia e o campo dos estudos etnográficos. Concernente à análise dos dados coletados, dois tipos de raciocínios científicos foram relevantes e prementes na objetivação dos resultados, quais sejam o raciocínio etnográfico e o raciocínio analítico, que levam em consideração a natureza temporal e cambiante dos fenômenos sociais. Por um lado, a coleta de dados empíricos se deveu em grande parte a longos e repetitivos períodos de observação direta da vida social e de seus pormenores; por outro lado,

a mudança social, que se manifesta no espaço e no tempo, referiu-se a características e aspectos cambiantes da vida nestes espaços sócio-urbanos.

Através destes instrumentos foi possível coletar e analisar dados sobre estes mercados de e perscrutar a relação de interface, de interseção e interconexão permanente entre as fronteiras da ordem institucional legal e o mundo do crime. Mas a observação direta foi a técnica de coleta crucial para perscrutar aspectos das transformações sociais relacionados ao impacto causado pela atuação de organizações criminais, domínio no qual o uso da fala pode ser muito diminuto. Com pontos de observação definidos em áreas próximas às *lojas* pertencentes ao comércio de drogas ilegais, quando foi produzida uma maneira cautelosa e discreta de compreender tal realidade social numa posição inicialmente de invisibilidade.

Como consequência da pergunta geradora, problemas significativos, os objetivos específicos, vieram se conjumar à questão central. Tais questões secundárias abrangem a análise dos mercados de drogas enquanto empresas criminais, baseadas em relações geralmente impessoais (hierarquia, recrutamento, preço de mercadorias, cobranças de dívidas) e pessoais (relações de afinidade e confiança), que são geridas e controladas de dentro e de fora do sistema prisional baiano por grupos criminais amplificadores da estrutura da economia informal e ilegal local. Convergente com essa reorganização, as taxas de vitimização desencadearam a necessidade de compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos em suas ações facciosas e recursivas ao uso da força letal.

Por seu turno, a compreensão do processo de formação de cada corpo administrativo, que exerce relações de poder intraorganizacional e sobre a população, o funcionamento das lojas, os recursos materiais e humanos de segurança, de vigilância e de proteção das organizações criminais se apresentaram como problemas. Finalmente, a estruturação de relações de dependência e independência econômica, funcional e de filiação entre as organizações criminais baianas em relação a outras organizações criminais brasileiras, no que tange ao trânsito de estruturas materiais (drogas ilegais e armamento), imateriais (códigos de conduta, estatutos, linguagens e símbolos) e construção de hegemonia e monopólios.

Em cada uma das etapas deste estudo, a questão das sociabilidades reorganizadas ou ressignificadas, em processo de restrição com o recrudescimento da segregação urbana e de comportamentos auto-segregacionais é central. Como

hipótese, a principal consequência do estabelecimento de um modelo comercial pautado num aparato normalizador está adstrita à ressignificação das relações sociais, dos modos de ser e de pensar, podendo impactar sobre as crenças, valores e condutas da população residente de áreas populares. A manifestação da vida cotidiana, a ação social, passou a se referenciar em outras relações de sentido, que se baseiam na existência e na presença ostensiva e reguladora que emana do mercado de drogas ilegais.

A vida social, o uso dos espaços públicos, a circulação de pessoas pelas periferias urbanas, as agências do estado, as estratégias da política de segurança, os aspectos referentes aos direitos de cidadania passaram a coexistir com organizações criminais belicosas e territorializadas. Outra hipótese a ser verificada, na Grande Salvador e nas cidades do interior da Bahia, especialmente aquelas com um melhor desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural, como as regiões do litoral de norte a sul, regiões com um forte potencial turístico, o fenômeno dos mercados de drogas ilegais pode ter sido responsável pelo desenvolvimento de novas dinâmicas existenciais. Ou seja, os espaços sociais e a interação social passaram a coexistir em territórios urbanos dominados por grupos criminais e perpassados por um intenso fluxo de atividades criminais.

Quer dizer, a reestruturação dos mercados de drogas ilegais locais, que passaram da condição de mera atividade avulsa para um perfil empresarial, piramidal, baseado em relações hierárquicas de poder e no recurso universal à violência na resolução de conflitos, impactou sobre as microrrelações estabelecidas no cotidiano da casa e da rua, da comunidade e da religião, do trabalho e do ócio, da imigração e emigração. Na mesma medida, tal transformação repercutiu sobre as representações sociais, sobre os modos de ser e de buscar e obter a justiça. Este último elemento se deve ao desenvolvimento de um aparato normalizador, o *pelo certo*, com potencial coercitivo capaz de regular as condutas, estabelecer mecanismos de vigilância e sancionar os atos considerados como *erros* ou *vacilos*.

Com base neste conjunto de regras de conduta, os mecanismos de vigilância se capilarizaram de tal maneira que se impuseram até aos usos pessoais de redes sociais. Além disso, essas redes passaram a ser utilizadas como meio de divulgação de sanções, de acusações, de advertências e de proibições. Neste caso, a população juvenil, na faixa etária entre quinze (15) e vinte e nove anos (29), foi o estrato da população mais amplamente afetado. De fato, as organizações criminais

passaram a vigiar e perquirir suas vidas, sancioná-los a partir da constatação de ato *errado* e, nos casos mais extremos, e tão comuns, eliminá-los fisicamente tanto no plano local quanto no plano supralocal.

Porém, o recrudescimento da violência, direcionada a população juvenil está associado a outras razões e causas. O surgimento e a consolidação de mercados de drogas ilegais engendraram novas formas de crime comuns violentos, que passaram a decorrer de disputas por expansão econômico-territorial, do aumento efetivo de ações e operações policiais, de ações disciplinares intra-organizacionais e de conflitos por sucessão na hierarquia das organizações. Tal amplificação da violência letal teve efeitos sociais sobremaneira negativos para o estrato jovem da população, especialmente aquele composto por negros e pardos, parcela majoritária do quadro administrativo das organizações criminais baianas.

Para além dos processos vitimizatórios, o estabelecimento desta atividade ilegal imprimiu impositivamente sobre as populações destes bairros populares novas formas de comportamento, novas estratégias de crença e vivência, novas simbologias e uma alfabetização de seus símbolos. Assim, o cotidiano dos habitantes destes espaços e suas relações sociais estão em constante interface entre o formal e o informal, entre a restrição da vida social baseada em princípios legítimos e a amplificação das relações sociais com um mundo ordenado e gerido pelo crime. Em razão desta condição existencial, desenvolveram-se novas formas de correlação social, que repercutiram sobre as maneiras de ser, de pensar e de agir.

Em cada um dessas três configurações sociais estudadas, as ruas se transmutaram em verdadeiro *lócus* de dinamismo de *babéis* do crime. Com efeito, as redes construídas por estas estruturas criminais implantaram suas *lojas* ostensiva e estrategicamente belicosas a céu aberto. Além das disputas armadas que emolduram este quadro criminal, a ampliação do gasto público numa estratégia de segurança militarizada e belicosa teve como consequência direta e avassaladora a inflação da violência oficial, violência que um determinado Estado direciona a minorias qualitativas (posição de um grupo na distribuição de poder) e quantitativas (densidade numérica de um grupo).

Os resultados desta pesquisa foram seccionados em dez partes. Na primeira parte, foi desenvolvida uma revisão da literatura relacionada aos objetivos geral e específicos geradores de maneira crítica e analítica. Teses, dissertações, artigos,



ensaios e esforços teóricos sobre mercados de drogas ilegais e organizações criminais nacionais e internacionais foram revisitados sob o prisma da relação entre tais estruturas ilegais e as transformações das sociabilidades. No entanto, esta imersão analítica no universo de empreitadas científicas no campo de estudos da violência urbana e no material derivado de seus resultados observou um recorte temporal, delimitado no intervalo que vai do início da segunda metade da década de 1940 e o final dos anos 2010.

A segunda parte é uma caracterização do universo empírico da pesquisa, que tem o propósito de possibilitar a compreensão dos aspectos sociográficos dos espaços urbanos perscrutados. A elaboração de tal descrição se pautou no objetivo de demonstrar o perfil existencial, urbano, sócio-econômico e político da realidade social destes espaços sociais populares e segregados, tornando o problema tematizado mais nítido e compreensível. Os três bairros foram renomeados como Rio Bonito, Quilombo e Colonia, como forma de proteção dos sujeitos da pesquisa e dos seus resultados. Porém, não foi necessário o sigilo dos nomes reais das cidades de Lauro de Freitas, Salvador e Camaçari às quais, respectivamente, esses territórios pertencem.

Na terceira parte, é feita a descrição do trabalho de campo, das técnicas de coletas utilizadas e dos métodos de análise. Nesta etapa, todo o processo de produção foi esmiuçado como forma de uma história, uma narrativa do trabalho e da imersão no campo. Este excerto possibilita uma descrição minuciosa das etapas deste estudo como o acesso ao campo, a aproximação e a relação com o objeto, as estratégias e as rotinas dos roteiros e lugares da prática da observação direta, a garimpagem e a escolha dos sujeitos participantes e o modo como foram realizadas as entrevistas, o que constitui uma recomposição dos caracteres mais específicos dessa trajetória. Como seu ponto de partida, está a elaboração de uma questão genuína, em interseção com um repertório conceitual previamente definido.

Na quarta parte, é demonstrada a relação de dependência e independência entre organizações criminais baianas e do sudeste do país. Com o processo de reestruturação dos mercados de drogas ilegais baianos, os grupos criminais passaram a abastecer e suplementar seus recursos materiais – drogas e armamentos - através de diferentes contatos no sistema prisional brasileiro, de diferentes rotas e fluxos comerciais pela região norte, centro-oeste e sudeste e de diferentes organizações criminais como Primeiro Comando da Capital, Comando

Vermelho, Família do Norte e Amigos dos Amigos. Decorrente deste fluxo, estruturas imateriais – códigos de conduta, estatutos, estruturas operacionais, linguagens e simbologias – transitaram pelas redes de cidades do país e foram assimiladas no estado nordestino.

A quinta parte descreve e analisa como as organizações criminais, que controlam os mercados de drogas ilegais dos bairros Rio Bonito, Quilombo e Colônia desenvolveram seus modelos estruturais, operacionais e funcionais de corpos administrativos. Com efeito, neste excerto, é esmiuçado o funcionamento de uma *loja*, sua estrutura burocrática não estatal, a relação entre hierarquia e obediência, os tipos de produtos comercializados e sua preparação, o processo de associação e recrutamento, a exploração dos associados e a distribuição desigual de recursos materiais e de posição nas relações de poder. Quer dizer, o mercado de drogas é analisado como uma estrutura piramidal, empresarial expansionista territorial, belicosa e de caráter familiar que se tornou um aspecto da vida social local.

A sexta parte desenvolve uma sociografia da composição do corpo funcional das organizações criminais, no qual prepondera a participação de membros de origem social subcidadã, étnica e de gênero. Em todas as funções, da *guarita* à gerência, é preponderante a presença de jovens na faixa etária que está no intervalo de idade entre quinze (15) e vinte e nove (29) anos. Porém, nos limites extremos deste intervalo, é perceptível a presença de crianças ocupando a função de *corre*, espécie de officeboy da informalidade ilegal, assim como há lideranças, majoritariamente presas, com idade superior aos quarenta anos (40) podendo superar, mais raramente, a faixa etária dos cinquenta (50) anos. O ponto de convergência da formação desse corpo administrativo é a origem social subcidadã, caracterizada pela marginalização existencial, socioeconômica e política.

A sétima parte demonstra o desenvolvimento de territórios de dominação e a formação do *pelo certo*, um conjunto de normas e regras informais e ilegais, do qual emanam os processos de regulação social e justiça local. Trata-se de uma abordagem e descrição do processo de formação e estabelecimento de territórios de poder e de dominação, através de formas não estatais e não convencionais, informais e ilegais, de relações de poder e acesso a instâncias alternativas de justiça no plano local e supralocal. Quer dizer, a partir da reorganização social da vida cotidiana, imposta pelos mercados de drogas ilegais, os territórios, enquanto âmbito espaço-temporal de exercício de relações de poder, ou de territorialidades,

passaram a ser o lócus de atividades criminais e universos específicos de controle, disciplina e solução de conflitos.

A oitava parte descreve o desenvolvimento de *famílias* por associação ao crime, seu caráter coercitivo e as competições violentas decorrentes principalmente da lógica exclusivista e expansionista comercial destas organizações. Este agrupamento em torno de *famílias* e a estruturação do comércio de drogas ilegais, baseado numa dinâmica e numa lógica de expansão econômica exclusivista e na demarcação de territórios, resultaram em ações facciosas recursivas nos espaços sócio-urbanos dominados por organizações rivais. A dinâmica destas disputas territoriais foi capaz de inflacionar o crime comum violento nos estratos sociais negro e/ou pobre e morador de bairros populares especialmente, como já foi dito acima, entre grupo de faixa etária que engloba a população juvenil.

A nona seção esboça uma compreensão da relação entre o Estado e as populações residentes destes três bairros populares dominados por organizações criminais. Assim, esta relação de copresença, em razão do recrudescimento da violência oficial, é apresentada como um fator de ampliação de segregação social e, ao mesmo tempo, de auto-segregação social. Quer dizer, estes espaços populares de convivência foram objetificados por uma estratégia de segurança pública militarizada e belicosa. E, em decorrência da ineficácia de instituições governamentais na realização do controle externo das polícias, tanto a polícia civil quanto a polícia militar operam recursivamente de modo faccioso num processo cambiante de privatização dos mecanismos de justiça oficiais, o que tem dirimido e minimizado a condição política de cidadania numa república em processo de redemocratização.

A última seção demonstra como a implantação de mercados de drogas ilegais controlados por organizações criminais belicosas repercutiu sobre as relações sociais e culturais no plano local e supralocal. Os resultados apresentados revelam como determinadas relações sociais legítimas sofreram restrição e ressignificação, enquanto que se ampliaram as fronteiras e interconexões das relações sociais e interações sociais com o mundo do crime. Uma parte expressiva destas transformações está diretamente relacionada à economia local, a ocupação e a renda originadas no recrutamento de pessoas para o exercício de atividades ilegais. Na mesma direção e no mesmo sentido, a associação familiar a tais estruturas criminais e o desenvolvimento de um estilo de vida não convencional,

baseado em interações sociais facciosas e escorchantes, impuseram profunda influência e repercutiram amplamente sobre a formação da identidade juvenil em oposição às instituições formais de socialização.

## 2. MERCADOS DE DROGAS E SOCIABILIDADES

Esta parte do trabalho se destina a uma revisão da literatura específica, através de um olhar crítico e analítico, mas sem transformar este excerto em espaço sistemático de reflexão sobre estes estudos. Com base nesse pressuposto, foram revisitadas diversas pesquisas, sob a ótica da questão geradora desta investigação, que se referiram às temáticas da violência juvenil, do crime e do crime comum violento, da criminalidade urbana, dos mercados de ilícitos e dos mercados de drogas ilegais. Trata-se, de fato, de uma imersão no conteúdo decorrente dos resultados das empreitadas científicas sobre violência urbana com referência no espaço temporal que tem início na década de 1940 e vai até o final dos anos 2010.

A proposição dessa imersão no âmbito da produção pré-existente a esse estudo, no campo da violência urbana, enquanto objeto científico, tem como fim a abrangência de seus elementos constitutivos e fragmentários do ponto de vista objetivo e conceitual. Com efeito, o inventário dos objetos e conceitos contidos em teses, dissertações, livros, ensaios e artigos foi uma contribuição central ao processo de construção da pesquisa. Quer dizer, compreendendo o comércio de drogas ilegais como um fragmento de uma ordem não institucional ilegal em interconexão com o institucional formal legal, estabelecer, a partir desse arcabouço teórico, um arsenal de ferramentas e instrumentos úteis ao entendimento do fenômeno em contexto espaço temporal diverso.

Com base na crença de que os instrumentos de coleta de análise se desenvolvem processualmente ao longo do trabalho empírico e/ou teórico, o arcabouço metodológico constante na literatura específica não foi lido como um guia, nem como um ponto de partida. A importância do referencial teórico-epistemológico no âmbito das técnicas de coleta e métodos de análise já foi amplamente discutida e comprovada no campo das ciências sociais e resta agora colocá-la em perspectiva com a prática. Em decorrência dessa convicção, que centraliza a prática sem abdicar da importância dos esquemas teóricos, os objetos e repertórios conceituais são a base estruturante dessa breve revisão.

Assim, com esses parâmetros definidos, os objetos e os repertórios conceituais foram analisados e revisados dentro de uma correlação com os resultados do trabalho de campo. Quer dizer, outros pontos fundamentais, adstritos

aos estudos sobre violência urbana e o mercado de drogas ilegais como um de seus elementos constituintes guiaram a leitura do material existente. Na ordem em que aparecem os comentários e críticas estão o conceito de sociabilidade, os trânsitos informais e ilegais, a origem social dos corpos funcionais das organizações, o conceito de território e justiça local, as condutas individuais, a competição violenta, a relação entre Estado e comércio de drogas e a influência de uma ordem não institucionalizada sobre as manifestações culturais deste microcosmo.

## 2.1. SOCIABILIDADES E VIOLÊNCIA

Ao iniciar tal revisão sobre a relação entre mercados de drogas ilegais, como um dos elementos componentes da violência urbana e suas formas de sociabilidade, é necessário delimitar o que é anunciado sobre esse último conceito. Na acepção de Baechler (1995, p.65-106), o termo sociabilidade se refere às redes, aos laços sociais, baseados em normas e leis que os atores sociais estabelecem entre si na integração. Quer dizer, são as relações sociais formais e informais características de um espaço-social no tempo, que envolvem classe social, parentesco, vizinhança etc. Isso inclui o estabelecimento de vínculos que não são permanentes e que podem ser caracterizados como *fortes* ou *fracos*.

Geralmente, os vínculos denominados fortes são o produto e o resultado de relações sociais consolidadas num razoável espaço de tempo e de reciprocidade, cuja consistência, no entanto, não é possível de mensuração. Conforme o autor supracitado, suas características fundamentais e movediças são a *extensão*, a *flexibilidade* e a *adaptabilidade* destas. O termo aqui se refere às maneiras de ser, de agir e sentir em correlação com outros sujeitos, numa relação social, seja nos espaços urbanos periféricos das grandes cidades, seja em áreas abastadas economicamente, seja nas chamadas áreas rurais. O conceito está associado à capacidade de integração e interação de acordo com normas, crenças e valores.

Analisando este conceito de acordo com as relações sociais inter-classe, D'Inácio (1992) afirma que, ao longo do século XX, houve uma transição de um tipo de *sociabilidade ampla*, cuja característica primordial era a convivência de grupos e classes sociais diferentes, mas que foram se isolando progressivamente. O tipo de

integração e interação decorrente deste processo de mudança foi caracterizado pela pesquisadora como *sociabilidade restrita*. Na verdade, a segregação dos espaços de convivência, juntamente com a depreciação dos espaços públicos, significou o isolamento, a separação dos estratos étnico-raciais habitantes da cidade.

Caldeira (2000) considera o medo e a violência como fatores essenciais à compreensão dos processos de mudanças, de resignificação dos espaços físicos, do agir e das crenças nas cidades contemporâneas. Esses aspectos presentes na vida urbana são geradores de mais segregação e discriminação social, que formalmente são refletidas na construção de estruturas de proteção e de segurança e na transformação de amplas áreas do espaço urbano em condomínios. Estes fatores ampliam o isolamento de estratos diversos da população quando se transformam as formas de sociabilidade e se desenvolvem mecanismos de proteção de áreas isoladas, fechadas, de lazer e entretenimento, como shoppings centers, clubes, bares etc.

Os espaços sociais cujas sociabilidades são analisadas neste estudo são áreas urbanas habitadas majoritariamente por subcidadãos, estrato social caracterizado por Souza (2018) como indivíduos marginalizados nas esferas existencial, econômica, social e política. Conforme esse autor, esse estrato da população brasileira representava (à época de sua caracterização) um terço dos 170 milhões de brasileiros. Os mercados de drogas ilegais belicosos e baseados no recurso universal à violência tem seus corpos funcionais preenchidos e ocupados majoritariamente por esse grupo social.

A população que convive e interage com os mercados de drogas locais é formada por subcidadãos e por uma parcela de atores sociais que realizou alguma mobilidade social nos últimos vinte anos, em decorrência de governos progressistas em âmbito federal entre 2003 e 2014. Em outros termos, a interação social basilar desta pesquisa ocorre em um âmbito de classe marcada por especificidades, na qual existe uma ordem institucional legal imposta a estes estratos sociais subcidadãos em relação de intersecção a uma ordem informal e ilegal, cujo maior expoente é o comércio de drogas ilegais sobre o controle e a gestão de organizações criminais facciosas.

A literatura específica relacionada aos estudos sobre o crime engendrou o conceito de *sociabilidade violenta*. Conforme Machado da Silva (2008, p. 34–45), seu autor, trata-se de ordenamentos sociais contemporâneos que produzem e

reproduzem subjetividades que não se pautam nos aspectos institucionais-legais do ordenamento jurídico e que se baseiam no uso da força e na objetificação da alteridade na relação social. Quer dizer, na trajetória desses atores sociais envolvidos nestas esferas sociais se desenvolvem e são incorporados, não espontaneamente, mas através de processos sociais, referências coletivas – crenças, normas, valores e condutas – não convencionais.

Com efeito, nesta hipótese estariam aglutinados dois padrões diferentes de sociabilidade que se interconectam: um baseado em referências institucionais legais e outro referenciado na informalidade e ilegalidade. São ordens que não estão justapostas, mas que estão mesmo aglutinadas. Na medida em que o referencial amplia a dinâmica de sua extensão, amplia-se também o fundamento da interação. Quer dizer, as relações sociais são flexíveis, têm extensão dimensional e são adaptáveis. Por isso, elas podem se manter basiladas na ordem institucional-legal ou se estender a uma ordem informal baseada no uso da força.

Nesse sentido, é possível falar da contiguidade, da coexistência e da relação entre uma ordem institucional legal baseada no ordenamento jurídico formal do país, e uma pautada na *sociabilidade violenta*, que não são paralelas, mas aglutinadas. Tanto uma, quanto a outra são esferas sociais coatoras que coagirão o ator social a decisão sobre qual referência tomar na vida cotidiana, diante dos diferentes modos de ser constantes nas configurações sociais dos espaços sócio-urbanos. Além disso, cada um desses ordenamentos formais e informais de sociabilidade possui elementos constituintes dos quais emanam coercitividade como foi dito acima.

Esta tipologia de uma sociabilidade, que valoriza o uso da força e que não se respalda nas normas e leis que emanam do ordenamento jurídico e dos aspectos formais legais da vida social é constitutiva das configurações sociais das cidades brasileiras. Sua abrangência e rotinização de práticas desencadeiam no cotidiano dos espaços de vivência e convivência sentimentos como medo, insegurança, e consequências como dor e sofrimento. Essa insegurança é possível na medida em que todos os campos da vida social estão ordenados pela contiguidade de duas ordens.

Numa análise crítica desta visão e concepção de modo de vida, Misse (2011, p. 251–267) apresenta alguns pontos inferenciais. Para ele, os elementos constitutivos das práticas e das maneiras de ser da violência urbana têm autonomia e constituem uma ordem social específica, particular. Trata-se de um ordenamento



social que se diferencia completamente do ordenamento social que se referencia nos mecanismos institucionais legais, e que, em certa medida, domina e subordina esta ordem formal e legal em decorrência da situação de copresença e da tenuidade da regularização e institucionalização oficiais.

No curso da vida social, há muito tempo, a convivência de atores desviantes nos espaços sociais em que preponderam os aspectos informais das sociabilidades, fez com que se atenuasse o caráter desviante da ação. Isto é decorrente da existência de dois modos de viver diferentes que interferem intencionalmente, ou não, no processo de reprodução social. São modelos de organização social baseados em formas de interação social diversas, mas que se interconectam, se transformam e impõem dinâmicas a vida cotidiana, incorporando e reproduzindo práticas e subjetividades.

Machado da Silva (2008, p. 34–45) faz um inventário das características relevantes e prementes deste modo de vida e interação social, a sociabilidade violenta, e sinaliza como seus aspectos constitutivos, o recurso universal à violência, a subjugação pela força como princípio de ação, a colaboração individual como algo técnico e provisório, o rompimento com a alteridade (objetificação do outro) e ainda, neste modo de ser, não vigoram empreendimentos coletivos, nem uma lógica que agregue interesses diversos, nem uma solidariedade do ponto de vista comunitário.

Em vista disso, não é possível falar de uma cultura subterrânea, de um submundo, mas na verdade, de ordens sociais que se perpassam, uma institucional-legal e a outra baseada no recurso universal à violência e sem referências convencionais. Modos de ser e relações sociais que se interconectam e dão sentido à vida cotidiana e às práticas sociais. No caso aqui em questão, que nomeia esta tese, os mercados de drogas ilegais, enquanto instâncias referenciadas numa sociabilidade informal, ampliaram suas referências e práticas sociais em legendas não institucionais. Qual seja, houve um reordenamento das relações sociais e de solução de conflitos referenciados num aparato normalizador informal ilegal.

No tipo de sociabilidade apresentado por Machado da Silva (2008, p. 34–45), não é feito um aprofundamento que delimite a esfera de ação das instituições policiais. Em tese, estas instituições de controle social formal seriam agregadas e pertencentes a ordem institucional legal. No entanto, a partir da imersão neste campo, o campo da violência urbana, em que prepondera a condição subcidadã,

infere-se que o modelo policial militar, belicoso e ostensivo, somado a um modelo de polícia civil, igualmente belicoso e ostensivo, não se pauta no ordenamento jurídico em vigor no país, indicando explicitamente que tais agências não compartilham o referencial de valores e normas presentes em um Estado democrático de direito.

Sobre este ponto, não se pode deixar de notar que a coexistência de ordens sociais – a institucional legal e a sem referência no ordenamento jurídico – não representa algo novo. Há em andamento no país, desde a segunda metade do século XX, um adensamento das relações sociais baseadas no recurso universal à violência. Porém, a vida, os conflitos, as questões existenciais, sociais, políticas e econômicas continuam majoritariamente referenciadas na ordem institucional legal. É necessário enfatizar que a mudança, em termos de extensão da sociabilidade violenta, não elimina a ordem pública.

## 2.2. ESTRUTURAS MATERIAIS E IMATERIAIS

O trânsito de estruturas materiais (drogas, armas e munições) e de estruturas imateriais (modos de organização e estruturas simbólicas) relacionadas ao comércio de drogas ilegais tem sido propulsor da transformação das dinâmicas da sociabilidade (formais e informais) em todos os estados do Brasil. Com efeito, os mercados de drogas da região Sudeste do país se consolidaram e se hipertrofiaram de tal maneira que foram capazes de construir redes por todas as regiões do país. Apesar da resistência de elementos contextuais de cada estado da federação, as formas organizacionais e simbólicas pioneiras cada vez mais se tornam referência nacional.

Amorim (2004) apresenta uma radiografia do crime organizado em expansão pelo país. Com foco no Comando Vermelho (CV), o predecessor de todas as outras organizações criminais brasileiras, e no Primeiro Comando da Capital (PCC). Esta reportagem elenca importantes semelhanças entre os grupos, mas a narrativa não enumera as diferenças significativas que caracterizam as formas e os conteúdos estruturais de cada uma. Outra constatação importante presente neste trabalho se refere a transformação e a influência sobre a vida cotidiana, sobre as subjetividades

e sobre as práticas sociais dos atores residentes em espaços sócio-urbanos controlados por tais estruturas criminais.

Esta expansão do crime organizado e de suas organizações criminais pelo território nacional ampliou a interconexão entre os mercados de drogas, os agentes públicos, os agentes políticos e governamentais, o setor financeiro e outros agentes de mercado que propiciam a lavagem de dinheiro. Mas esta hipertrofia representou igualmente a expansão de estruturas materiais e simbólicas, que incorporam maneiras de ser, de agir e de pensar, os elementos fundamentais das relações sociais. Quer dizer, os trânsitos dessas estruturas constituem, na verdade, um elemento dinâmico de transformação da vida social.

Pesquisas mais recentes têm demonstrado essas redes de relações e contatos entre mercados de drogas em âmbito nacional e internacional. Um destes trabalhos é a etnografia densa feita por Feltran (2018), em que ele demonstra, a partir de longa imersão no campo, aspectos singulares do Primeiro Comando da Capital (PCC), tais como sua estrutura de funcionamento e seus laços e vínculos organizacionais e comerciais em todo o país. Ou melhor, estes vínculos comerciais e a posição hierárquica da organização criminal paulista são demonstráveis na maior parte do território nacional e de países vizinhos.

Feltran (2018) fala de *ritmo* – modo de funcionamento das organizações criminais – elemento que diferencia o PCC das estruturas criminais fluminenses e de outras regiões do país. Enquanto a organização criminal paulista é formada como uma fraternidade de homens de negócios lícitos e ilícitos sem vinculação hierárquica, por outro lado, as organizações criminais cariocas se caracterizam por alguns elementos constitutivos distintivos como estrutura empresarial piramidal hierárquica, baseada na obediência, conjugadas por franquias estabelecidas através do estabelecimento de domínios territoriais.

Tais características, que são explicativas do formato e do funcionamento das organizações criminais do Rio de Janeiro, estão presentes nas estruturas criminais do estado da Bahia. Embora a dupla CV–PCC tenha expandido seus negócios, suas estruturas materiais e imateriais por todo o território nacional, o modelo carioca tem sido a base da organização da maioria dos grupos criminais brasileiros, vinculados principalmente às atividades ilegais dos mais diversos mercados de drogas das metrópoles e do interior.

Baseados em dados densos resultantes de seus percursos como pesquisadores, Manso e Dias (2018) fazem uma descrição analítica das redes e estruturas do crime organizado no Brasil, com foco no PCC. Nesta pesquisa são minuciosamente demonstrados as lutas internas, o conteúdo e a forma organizacional, as relações de poder e influência no sistema prisional, a expansão para fora do território nacional e a centralidade do grupo criminal paulista no mundo do crime. Este levantamento, ou inventário, das teias e conexões do crime organizado, não deixa de expor a mobilidade e os fluxos de formas de agir, de pensar e de ser fundados em um conjunto de normas e regras.

A conclusão desse trabalho apresenta uma gradação destes intercâmbios enumerados entre estados e regiões brasileiras, os vínculos fortes e fracos que o PCC possui pelo país. Com efeito, conforme Manso e Dias (2018), a maior influência e atuação da organização criminal paulista abrange os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Porém, ainda a partir destes dados, a atuação do grupo se estende por toda a federação, baseada em vinculações que vão do nível baixo até muito alto.

A rigor, essa tematização da expansão das redes das estruturas materiais e imateriais do mercado de drogas aponta para a expansão de um conjunto de crenças, de normas, valores e condutas não referenciados na ordem institucional legal. A sociabilidade é ressignificada pela presença, extensão, celeridade na solução de conflitos e recurso universal à violência característicos dos mercados de drogas ilegais das favelas e bairros populares brasileiros. No entanto, não é possível falar de uma subcultura, mas de estruturas sociais coexistentes, em constante relação e contato, intercambiáveis e em intersecção.

As barreiras que poderiam existir entre um tipo mais violento e um tipo institucional-legal de sociabilidade são fluidas e porosas. Interessa esclarecer através de dados e resultados, aspectos transitivos das interações sociais em espaços sócio-urbanos de classes populares. Isto significa mensurar qualitativamente o uso de espaços públicos e privados por populares, a agregação social destes espaços, o entretenimento e as relações sociais. Qual seja, mensurar uma dinâmica em expansão de conexões com o mundo do crime e um possível afrouxamento de relações sociais e legítimas.

### 2.3. ORIGEM SOCIAL E CORPO FUNCIONAL

A composição do corpo funcional destas organizações criminais é um elemento explicativo importante das relações sociais estabelecidas para dentro e para fora destas estruturas. Com efeito, as origens social e étnica, principalmente de gangues e grupos criminais nacionais e estrangeiros, vêm sendo sociografadas pela literatura específica mesmo quando este fator estrutural não é o centro de referência da questão geradora de determinados trabalhos de pesquisa. Os elementos constitutivos do perfil dos participantes destes grupos se referem amplamente à condição socioeconômica, étnica, de gênero e etária.

White (2005), numa pesquisa que veio a público na década de 1940, com referência a sociologia e a antropologia, realiza o primeiro estudo social que radiografa as estruturas, os objetivos e as relações de gangues norte-americanas com a sociedade civil e o Estado. Com base em um trabalho de campo realizado em Corneville, o North End da cidade de Boston, no estado norte-americano de Massachusetts, o pesquisador assinala a participação ampla de imigrantes pobres de origem italiana na composição de tais grupos. Além dessa condição étnica, os indivíduos desviantes são oriundos de áreas *problemáticas* marcadas por um status de desorganização social.

Nesta mesma direção e sentido, Brezina et al. (2009), referenciando o seu estudo em áreas de cidadania incompleta, reflete e apresenta resultados que relacionam à condição marginalizada a expectativa de benefícios futuros. Conforme sua argumentação, em decorrência do atraso e da demora do processo de inserção na sociedade de consumo e do alcance desses benefícios, estes indivíduos marginalizados dispõem-se a correr os riscos de se associar a atividades perigosas e ilegais. Ou seja, a descrença no futuro é um fator estruturante da adesão às atividades violentas e criminosas.

Em consequência desse desencaixe social e da tênue incorporação de valores amplamente deferidos, se estabelece um estilo de vida criminoso do qual deriva a atrofia das taxas de vitimização por retaliação e por competições violentas entre grupos rivais, ligados ou não aos mercados de drogas e ao crime contra propriedade, impulsionando a ocorrência de mortes violentas e prematuras. Quer dizer, os indivíduos que buscam recompensas sociais imediatas, que não têm futuro

(nem passado) são oriundos de estratos sociais marginalizados existencial, socioeconômica e politicamente. E é justamente nesses estratos que o recurso universal à violência é incorporado.

Fagan (1989), a partir de três cidades estadunidenses, perscruta a relação entre o uso de drogas e o comércio de drogas ilegais, entre outros crimes envolvendo gangues juvenis formadas majoritariamente por homens. Nessa imersão, ele concluiu que dentro desses grupos seus membros estão mais envolvidos com o consumo de drogas ilícitas do que propriamente com seu comércio. Trata-se de grupos constituídos fundamentalmente por imigrantes, mas especialmente por afrodescendentes e latinos, origens sociais sobre as quais tem se imposto sanções jurídicas decorrentes de crimes cometidos entre rivais responsáveis por diversas formas de vitimização.

A pesquisa supracitada fala em diversificação da composição desses grupos criminais, ao mesmo tempo em que a descrição e a análise apontam para o caráter majoritário de formações masculinas, juvenis e étnicas. Porém, o autor não atribui caracteres de atavismo entre a criminalidade urbana e as origens étnicas. Na verdade, todos os grupos possuem membros que na maioria pertencem aos estratos sociais excluídos, nos quais prepondera a incompletude da condição cidadã. Portanto, tais formações são constituídas por homens marginais.

Apontando para resultados verossímeis, em uma pesquisa etnográfica realizada no Harlem, em Nova York, na década de 1980, Bourgois (2010) constata a participação de parcelas da população juvenil de imigrantes porto-riquenhos, na estrutura de grupos criminais. Os operadores dos mercados de drogas, casas de jogos, que são, na verdade, casas de crack, são descendentes de imigrantes de Porto Rico, que compõem sua terceira geração vivendo nos Estados Unidos. De composição masculina, o corpo funcional que opera essas casas integra organizações voltadas para o comércio de drogas e para a obtenção de recompensas econômicas e de ocupação de espaços de poder local.

Entre os elementos estruturais e estruturantes desse perfil dos corpos organizacionais estão a origem étnica e notadamente o pertencimento às classes populares. A história da formação de uma cultura dá atenção especial para aspectos relevantes e prementes da imigração não inserida econômica e socialmente, à relação subinstitucionalizada e precária do trabalho formal de estrangeiros e ao racismo estrutural que impõe barreiras ao status de plenitude da cidadania. Neste

caso, também a subcidadania é a fração portadora da condição de exclusão e mais especificamente relacionada a atividades criminais.

Na literatura específica de língua portuguesa, os trabalhos de Zaluar (1994; 2000) são pioneiros na elaboração de uma radiografia da estrutura funcional dos mercados de drogas que despontam no Rio de Janeiro nos anos 1960. O estrato que ocupa postos naquele comércio e naqueles grupos armados é oriundo da miséria, pretos e pardos, estabelecidos em territórios de poder e negócios coincidentes com o seu próprio local de residência. A violência e a vitimização neste contexto estão adstritas a competições, cujo fundamento é *um ethos distorcido da virilidade masculina*.

Misse (1999), em sua tese de doutoramento sinaliza para a acumulação social da violência no estado fluminense. Os tipos históricos, desviantes e/ou criminais, são analisados através de um processo histórico singular, de caráter longitudinal, com referência a crenças, normas, valores e condutas desviantes que se transmutam através do tempo. Neste caso, os contextos e as próprias características dos tipos sociais em questão (malandros, marginais e vagabundos) explicitam o caráter subcidadão da condição existencial de cada um deles.

Mais recentemente, precisamente no início da segunda metade da década de 1990, Barbosa (1998) realiza uma imersão etnográfica com o intuito de captar e compreender o comércio de drogas ilegais da cidade do Rio de Janeiro. Neste trabalho, os resultados apontam para diversas questões sociais anteriores e/ou decorrentes do estabelecimento de mercados de drogas locais e territorializados, como por exemplo, a relação entre o Estado e a favela, a polícia e o bandido. E corroborando com o que foi dito acima, demonstra que o escopo funcional daquelas organizações criminais é basilado por homens marginais e se reflete na vida cotidiana de praticantes ou não de atividades criminais.

No mesmo espaço societário, o estado do Rio de Janeiro, Dowdney (2003) aponta para a inserção de crianças e de adolescentes em atividades criminais relacionadas aos mercados de drogas. Alguns pontos importantes são abordados neste estudo, como as opções limitadas da população juvenil e o seu recrutamento para o corpo funcional de organizações criminais. Nessas estruturas funcionais, com o aumento da participação desta faixa de idade, sua atuação passou das funções menos complexas para ocupação de postos na segurança armada, o que provocou o aumento dos tipos de vitimização neste estrato etário da população.

Para fora dessa curva, no que tange à condição existencial, socioeconômica e política, Grillo (2008) apresenta dados de um mercado de drogas operado por jovens de classe média, baseado em territorialidades alternativas, desvinculadas do recurso universal à violência, como meio de solucionar dívidas e conflitos. Tratando-se de um mercado de drogas formado por homens socialmente incluídos, a relação entre perdas e benefícios assume um caráter amplamente coercitivo. Quer dizer, o uso da arma de fogo, a eliminação do outro e a prisão, que podem representar estigmatização social, são rechaçados e evitados.

Por essa razão, estes mercados funcionam através de relações amistosas (capital social) que fomentam o consumo e a fidelidade do consumidor. Neste tipo específico, mas comum entre estratos da classe média brasileira, o uso de arma de fogo, a proteção, a competição violenta por território e as relações de hierarquia e obediência não são necessários ou se resignificam pela utilização de meios instrumentais pacíficos. As relações comerciais, desenvolvidas por vendedores avulsos, expandem-se e se fortalecem através da ampliação de contatos comerciais e da valorização da qualidade dos produtos comercializados. Com efeito, visibilização e belicosidade não são aspectos constitutivos desse modelo operacional de comércio.

Por outro lado, os elementos comuns, constante na formação estrutural dos mercados de drogas ilegais estabelecidos em espaços sócio-urbanos populares são a participação juvenil, masculina e majoritariamente marginalizada. Tal condição humana, a do cidadão marginal, desencaixada do âmbito das garantias do cidadão pleno, não tem referências exclusivas nos mercados de drogas, tampouco na criminalidade urbana em geral. Nestes contextos sociais, controlados por estruturas criminais, os indivíduos que não estão envolvidos em atividades criminais vivem, de um modo geral, igualmente excluídos do acesso a participação política, a inserção econômica e social.

#### 2.4. TERRITÓRIO E JUSTIÇA LOCAL

O território, entendido enquanto relações de poder exercidas em um âmbito espaço-temporal, é também um fator transformador de crenças, valores, normas e



atitudes de populações locais e supralocais, submetidos ao controle de organizações criminais ligadas ao comércio de drogas ilegais. Neste excerto, são mobilizadas algumas teorias relacionadas ao conceito de território. Estes estudos analisam o conceito mais pelo seu caráter de exercício de relações de poder e controle do que pelos seus aspectos relacionados à sua dimensão centralizada no espaço geográfico e limites fronteiriços.

O conceito de território que interessa relaciona espaço e poder, ou relações de poder. Nesse sentido, a partir da definição conceitual de Souza (1995, p.77–116), seu significado está adstrito ao *quem* e ao *como* da dominação e do exercício de poder e de influência. Quer dizer, um conjunto de relações sociais desenvolvido nos mais diversos tipos de espaço, que seria o pano de fundo, o contexto material do fluxo de tais territorialidades. Com efeito, a definição proposta conjuga os espaços (uma rua, bairro ou conjunto de países), às práticas sociais, às relações sociais, às interações, à dominação, ao controle, seja por um dia, mês, ano.

Neste mesmo trabalho, o geógrafo analisa as territorialidades dos mercados de drogas ilegais, que podem se estabelecer em territórios *descontínuos* (i.e., não lineares, controlados e disputados por organizações rivais) em que mercados consumidores permanecem em disputa e mercados *contínuos* territorializados e dominados por uma única organização criminal. Qual seja, no primeiro tipo há uma menor integração, ampla fragmentação e colisões frequentes, o que representa uma conformação oposta ao segundo modelo, baseado em maior cooperação e menos dispersão. No entanto, tanto em um caso como no outro, o estabelecimento e manutenção de relações de poder é móvel.

Ou seja, os territórios não são permanentes. Ao contrário, são estabelecidos em escalas espaço-temporais e possuem historicidade, de tal sorte que são por vezes desconstruídos. As dimensões espaciais podem se embasar na extensão de uma rua, de uma favela, de um bairro periférico ou alcançar uma escala de dimensões supranacional com relevância internacional, ultrapassando as fronteiras de vários países. Neste último caso, a escala espaço-temporal de exercício de relações de poder é muito mais ampla. O tempo de duração de uma territorialização é igualmente um fator decisivo, na medida em que a dominação pode durar dias, meses, anos e séculos.

O tipo de espaço societário abordado neste excerto são espaços territorializados contínuos e/ou descontínuos em áreas habitadas por classes

populares, por indivíduos não inseridos no processo de inclusão cidadã. Conforme Souza (2012, p. 39–112), são espaços socialmente segregados, marginalizados, com níveis baixos de cidadania, que foram submetidos a influências e ao controle de organizações criminais associadas às atividades de um relativo atacado e do varejo de drogas ilegais. Com efeito, trata-se de áreas urbanas territorializadas, submetidas a novas formas de sociabilidades que incorporam crenças, valores, normas e condutas.

De acordo com as considerações de Souza (2008, p.51–91), esta concentração em áreas urbanas segregadas desencadeia uma consolidação no país da distribuição espacial da violência urbana e especialmente da violência letal. Quer dizer, os espaços urbanos mais amplamente atingidos pelo fenômeno da violência e suas mais diversas manifestações são áreas populares, sem infraestrutura habitacional e urbana, cuja economia se funda na informalidade e a renda é decorrente dos ganhos de trabalhadores informais, de baixa qualificação profissional e mal remunerados. Tais configurações espaciais são segregadas e produzem auto-segregação.

Outro fator importantíssimo para o exercício do poder territorial é a informação. Jaramillo (2016), relacionando o uso de tecnologias da informação e os programas de assistência social colombianos, refere-se a um ponto central da dominação e gestão do território por parte do Estado, que controla, do ponto de vista burocrático, a intimidade e a vida privada do cidadão. Quer dizer, as instituições oficiais estabelecem perfis, desenvolvem estatísticas e informações que, tomando como referência os pressupostos da vida em sociedade em um Estado democrático de direito, seriam inconcebíveis sem o uso de ferramentas tecnológicas.

Esta referência só tem sentido de ser abordada na medida em que, para o caso aqui em questão, os territórios desenvolvidos pelo mercado de drogas, constroem suas relações de poder a partir do uso de tecnologias e de redes sociais como o Facebook e o WhatsApp. É cada vez mais constante a investigação da vida privada de moradores de favelas e bairros populares através desses instrumentos. Com efeito, as organizações criminais locais levantam detalhes, rotinas, opiniões, gestos de rivais e de moradores no âmbito local e supralocal.

A maior e mais importante consequência da construção de espaços territorializados é o impacto sobre a referência legítima à ordem institucional-legal. Com o desenvolvimento de territórios com um aparato normalizador instituído

ilegalmente, as crenças, valores e as condutas embasaram outras formas de sociabilidade. Assim, o recurso ou a conduta recursiva a meios de *justiça* alternativos se tornou mais fluido e passou a ter usos e significados respaldados no âmbito local. Segundo Telles e Hirata (2007), formas não institucionais de obter êxito nas relações conflituosas se transformaram em meio mais célere e ao alcance da população de espaços sócio-urbanos segregados de São Paulo.

Acerca dessa temática, Telles (2010) retoma questão sobre a coexistência de ordens sociais baseadas em referências normativas diversas e que disputam a gestão da ordem. Ou seja, em decorrência do estabelecimento, do fundamento e de mudanças organizacionais, a organização criminal hegemônica de São Paulo, associada a diversas modalidades de crimes, passou a influenciar o comportamento social e a solucionar conflitos numa dimensão mais ampla que os microcosmos populares. Em decorrência dessa transformação, as *biqueiras* (bocas de fumo) passaram a ser uma instância de busca e obtenção de *justiça*, que soluciona desde brigas entre vizinhos à tomada de decisão sobre a eliminação física.

O instrumento construído no âmbito local e supralocal, para efetivar a resolução de querelas simples, como uma briga de rua, ou graves como homicídio, é chamado de *debate*. Trata-se de uma instância local de aplicação de normas e leis informais, um tribunal, cujos operadores são os *irmãos*, membros do Primeiro Comando da Capital. Nestes *debates* ocorrem diversos rituais típicos de um tribunal institucional legal, mas com pouca verossimilhança estrutural e de procedimentos institucionais. Porém, há uma queixa, uma denúncia a um filiado àquela organização, que é sucedida pela preparação do local em que testemunhas de defesa e de acusação contribuirão para uma decisão final, que resultará numa sentença.

Feltran (2008a.; 2008b.; 2010; 2011), de igual modo, observa na cidade mais importante do país o fenômeno do desenvolvimento estrutural e estruturante de uma *justiça* local. Nestes estudos são apresentados um modelo de *justiça*, uma instância de resolução de conflitos que se complexifica e se populariza copresente no espaço citadino com o sistema de justiça criminal oficial. Com efeito, uma estrutura informal ilegal, que se baseia em um *proceder*, um conjunto de normas e regras de procedimento, que acata denúncia, estabelece uma relação de dialógica anterior às decisões e às sentenças.

O uso de tecnologias nestes *debates* é essencial para conectar o ambiente físico dos julgamentos aos *irmãos*, às *torres* e às *sintonias*, membros do PCC, que ocupam diferentes posições e responsabilidades e que são acionados para ouvir as partes envolvidas numa querela e estabelecer uma sentença. A partir de um conjunto de regras e de uma gradação de sanções para crime e ofensas, os chamados *erros*, as decisões são celeremente executadas. O tipo que passou a ser uma das alternativas para a busca de justiça no estado de São Paulo é apresentado sem nenhuma análise crítica dos erros de caráter personalista do instrumento não institucional de obtenção da justiça.

Através da análise desses estudos sociológicos e antropológicos é possível perceber a transformação das práticas sociais, das redes e dos laços que abrangem a ordem institucional legal e os elementos constitutivos da violência urbana. Quer dizer, em copresença e interconexão com instituições privadas, instituições e agentes públicos, as organizações criminais, a partir do seu estabelecimento no âmbito local e supralocal, territorializados ou não, constroem um novo eixo de referência social para a vida. Nele, novas maneiras de agir e pensar engendram uma nova dinâmica da vida cotidiana nos espaços urbanos populares do país.

Este último ponto que versa sobre espaços territorializados é central na medida em que, embora os mercados de drogas de São Paulo não se referenciem em organizações criminais territorializadas, a partir do aparato belicoso e expansionista (FELTRAN, 2018), esse modelo de *justiça* vem se tornando cada vez mais uma regra usada pelos mais diversos grupos criminais que atuam na federação nacional. As diferenças se referem ao grau de sofisticação e desenvolvimento e aos elementos estruturais e estruturantes concernentes à formação e ao contexto de formação das inúmeras estruturas criminais atuantes no interior das fronteiras nacionais.

Com base em um processo de estruturação diferente, o deslocamento parcial (questões trabalhistas não se resolvem no âmbito de favelas ou bairros, por exemplo) da resolução local de conflitos e de busca por *justiça* tem suas origens em espaços sociais territorializados por organizações criminais do estado fluminense. Isso pode ser confirmado a partir das leituras de trabalhos realizados entre a segunda metade da década de 1960 e início dos anos 1970 (ZALUAR, 2000), passando por esforços etnográficos nos anos 1990 (BARBOSA, 1998), até chegar a trabalhos publicados na aurora do novo milênio (DOWDNEY, 2003).

No estado da Bahia, pesquisas recentes (LIMA,2013; 2016; 2017; CONCEIÇÃO, 2015) apontam para o desenvolvimento de mercados de drogas territorializados e belicosos, baseados no recurso universal à violência como instrumento coercitivo de regulação de condutas. Apesar de ser recente o surgimento e a ampliação de um aparato normalizador informal, o *pelo certo*, o uso de tecnologias, a audição das partes em conflito e a apresentação de queixas a estes meios alternativos de justiça são comuns e abrangentes. Não se trata de processos de ampla complexidade e sofisticação. Nestes contextos, em decorrência da ampla fragmentação da atividade, é possível receber uma sentença de morte apenas por ser morador de um território dominado por organização criminal rival.

Os *juízos* ocorrem em prédios e imóveis abandonados, áreas vicinais e ecológicas e são filmados de maneira que muitas vezes estes vídeos são compartilhados em redes sociais como expressão exemplar e de poder. Porém, em muitos casos a comunicação com as lideranças das organizações criminais, estejam elas nos presídios baianos ou nas ruas, não apresenta a verossimilhança dos fatos e as reais intenções por trás dos atos de justicamento. Embora haja a obrigação de informar e requerer o parecer do líder, pessoas recebem *sentenças* que vão de um *pega* (surra), chegando aos extremos da expulsão do bairro ou morte em função de *laranjadas* (armações, equívocos, questiúnculas pessoais, mentiras, etc.).

Em suma, o que a literatura específica tem amplamente tematizado e demonstrado é o surgimento e desenvolvimento de instâncias de busca e obtenção de *justiça* nas soluções de conflitos que não se referenciam no Estado democrático de direito. Porém, não é possível falar em subculturas na medida em que a maioria das *leis* que constituem os estatutos e os regulamentos dos mercados de drogas ilegais têm a mesma base moral dos princípios da moralidade formal. Quer dizer, os *erros* que estas esferas informais de solução de conflitos punem são, por exemplo, a pedofilia, o estupro, o roubo e o furto no âmbito local, a *talaricagem* (cobiça do parceiro ou da parceira de outra pessoa), etc.,ou seja, comportamentos e ações que são amplamente rejeitados socialmente.

## 2.5. ORGANIZAÇÕES CRIMINAIS, NORMAS E CONDUTAS

Neste ponto desta revisão de literatura, é necessário esmiuçar o conceito de crime organizado independentemente do seu estágio de organização e integração. Esta categoria é mais abrangente do que o objeto de estudo desta pesquisa, que se refere a organizações criminais associadas a atividade do comércio de drogas ilegais no âmbito de bairros populares periféricos e de favelas. Com efeito, o chamado crime organizado possui expansiva tessitura e engloba instâncias institucionais legais oficiais, poderes estatais (executivo, legislativo e judiciário), empresas legais e ilegais e o sistema financeiro. Ou seja, esse fenômeno está espalhado e capilarizado em todo o tecido social.

Dentre os diversos pesquisadores que fizeram esforços teóricos para definir o tema, Albanese (2004), superando uma visão de caráter ficcional com referência no tipo criminal das máfias italianas, expõe os aspectos unificadores do conceito nas suas mais diversas manifestações. Assim, para ele, crime organizado é uma composição de empresas (legais e/ou ilegais) cujo fundamento e razão é a expansão de rendimentos e lucros através do estabelecimento e desenvolvimento de um leque de atividades que possuem amplo mercado consumidor de bens e serviços. Suas estruturas são desenvolvidas e estruturadas com base no uso da força, da ameaça, do monopólio, do controle e da corrupção de instituições e agentes públicos.

Por sua vez, Fiorentini (1999) observa a partir de estudos sobre a mesma temática, a diferença entre formas ilegais comuns e estruturas que se impõem através de processos de governança que oferecem serviços e proteção. De acordo com esta análise, há similaridades importantes entre as características de estruturas criminais ligadas ao crime organizado e as normas básicas de operação de mercados de ilícitos. As características fundamentais destas estruturas são o fornecimento de produtos e serviços ilegais, seu caráter coercitivo, o recurso à violência, o uso de tecnologia militar e a participação central em mercados ilegais na alocação de recursos materiais.

As redes de relações e interconexões estabelecidas pelo crime organizado abrangem instituições formais legais e estruturas de mercados ilegais. Fiorentini (1999) descarta a possibilidade da existência de uma estrutura altamente integrada

vertical (hierarquia) e horizontalmente (extensão), de tal sorte que os monopólios abrangem estágios diversos de produção e distribuição de produtos e serviços. Outro aspecto não menos importante é a regulação social através de ações facciosas cujo epicentro é o uso da força e da ameaça, que resulta na imposição de normalização de instâncias legais e ilegais.

Em determinados espaços, ainda a partir da análise do autor supracitado, o crime organizado fomenta o seu controle do monopólio da violência e isso inclui a venda de proteção contra rivais por meios não referenciados no aparato institucional legal e a extorsão a empresas e a indivíduos inaptos, em razão da condição criminal, a buscar os meios legais de justiça, basilados nos sistemas de justiça criminal de cada contexto sócio-urbano. Há ênfase no texto também para outra característica central do crime estrutural e estruturante de um formato organizacional, que é a corrupção do Estado, através de suas agências de controle social, o que impede e minimiza a intervenção policial.

Há várias modalidades de crimes e atividades criminais que o universo do crime organizado alcança. Por exemplo, a criação de empresas ou corporações legais e ilegais no controle da crise de disposição ou descarte do lixo em Naples, cidade da Flórida, como apontaram South e Ruggiero (2010). Na mesma linha da criminologia verde, o crime organizado pode estar conectado com crimes econômicos relativos à indústria do petróleo (SOUTH e RUGGIERO, 2013). Finalmente, a partir de um estudo de Friedriech Schneider (2010), é possível perscrutar as relações entre instâncias do crime organizado e o sistema financeiro, que somente no ano de 2006 lavou 910 bilhões de dólares americanos provenientes do mercado de drogas ilegais.

Outro aspecto importante, constitutivo das estruturas criminais, estejam estas associadas ou não à dimensão mais ampla do crime organizado, é o estabelecimento de normas específicas que repercutem sobre a conduta. As organizações associadas às mais diversas modalidades de crimes se formam em torno de hierarquias, normas e objetivos intrínsecos à atividade de atuação. Cada membro de cada organização criminal está submetido e orientado por um ordenamento não convencional que constitui a base estrutural e estruturante de suas práticas, mas que repercute igualmente sobre todo o conjunto da população.

Decker (1996), partindo da análise de gangues com um menor grau de complexidade que as organizações criminais brasileiras, apresenta como elementos

funcionais básicos desses grupos o regramento, ou imposição de normas, o uso de áreas de influência e o caráter étnico, no geral, do corpo operacional. Conforme seus resultados, é possível dissecar os conteúdos de suas estruturas normativas como uma junção de normas legais-formais e regras desenvolvidas nos espaços sociais habitados por *subclasses*, ou seja, normas não convencionais.

Tratando os mercados de drogas como empresas proeminentemente associadas ao crime organizado, Stephen Schneider (2013) demonstra algumas de suas características estruturais e funcionais. O uso da violência é apresentado como um aspecto definidor dessas estruturas. De acordo com o pesquisador canadense, os mercados de drogas ilegais são compreendidos em termos de seus níveis de estabilidade e instabilidade. O grau de organização e as taxas de vitimização estão relacionados aos aspectos hierárquicos e organizacionais. Ou seja, os elementos estruturantes do corpo funcional são explicativos das sociabilidades.

O uso da força ou da ameaça, a disposição para o cometimento de crimes, as formas de controle disciplinar, os meios de controle da atividade e de sua segurança, vigilância e proteção e a legitimação dessas práticas por parte de cada organização criminal são as bases de sua própria estrutura. Estes fatores de coesão, submetidos a uma relação intraorganizacional, na qual prepondera a relação de hierarquia e obediência, impõem uma dinâmica circular às relações sociais, de um modo geral, na medida em que reestruturam as práticas sociais em decorrência da imposição de valores, normas e crenças não referenciados na ordem institucional-legal.

Segundo Stephen Schneider (2013), os mercados de drogas podem ser divididos ou separados em termos de estabilidade. Tal atividade criminal, conforme este argumento, é mais estável quando recorre em menor grau ao uso da força e se baseia em regras muito bem definidas que diferenciam vendedores e consumidores. Os mercados mais estáveis focam nos seus objetivos específicos, nos seus territórios, nas suas rotinas e na ordem imposta através da relação de autoridade e hierarquia intraorganizacional, o que representa a base do controle disciplinar. Porém, na medida em que se trata de uma pesquisa realizada no Canadá, é fundamental observar cada estrutura contextual desta mesma atividade ilegal em outras partes do mundo e buscar pontos de convergência e de divergência.

No âmbito do Rio de Janeiro, de acordo com Misse (2011, p.179–210), a interconexão entre vários mercados informais e ilegais como o jogo do bicho e os



mercados de drogas ilegais, que transacionam mercadorias e serviços distintos, estabilidade e instabilidade podem estar relacionadas a outros pressupostos. Por exemplo, a relação entre a informalidade, a ilegalidade e esferas legítimas e oficiais, ultrapassa a esfera limitada das relações entre o comércio de drogas ilegais e o crime de um modo geral. Quer dizer, embora os mercados de drogas componham o cenário da violência urbana, a sua dimensão abrange estruturas públicas e privadas, institucionais e não institucionais.

Com relação especificamente ao que tange aos mercados de drogas ilegais do Rio de Janeiro, sua estrutura guarda similaridades importantes e diferenças cruciais com outros contextos brasileiros. A atividade do comércio de drogas no estado fluminense é fragmentada, baseada no domínio territorial belicoso e em normas de conduta impostas e controladas por operadores que se organizam de dentro e de fora do sistema prisional. Os critérios hierárquicos de autoridade, os objetivos expansionistas e econômicos dessas estruturas são fundamentais à consolidação intraorganizacional e à recorrência de competições violentas, o que interfere diretamente nas condições circunstanciais de estabilidade e instabilidade.

A compreensão das estruturas constitutivas de cada mundo do crime é importante na medida em que o sistema criminal organizado é um sistema de extensão e dimensão transnacionais. Estudos recentes apontam para a estrutura dessas redes e laços em todo continente americano. Na América Central, Reyes (2017) demonstra a relação sistemática entre empresas criminais, autoridades estatais, civis e militares, em um estudo sobre a relutância e a oposição de instâncias do crime organizado a agências de comunicação. Por sua vez, Zamorra (2016) percebe a insurgência de entidades não políticas exercendo impacto sobre o sistema internacional, gerando novas dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Não é diferente a situação da América Latina. Segundo Zunigã (2017), o crime organizado, a partir do narcotráfico, transformou, nas últimas décadas do século XX, a tríplice fronteira andina (Bolívia, Chile e Peru) em um escritório transnacional deste sistema. Com efeito, as conexões transnacionais seguem modelos cuja base não é exclusivamente o espaço geográfico, mas as redes de interesse. Nesse sentido, Sampó (2017) decifra e perscruta a expansão das redes de organizações criminais na Argentina e aponta para os vínculos fortes deste país com o Brasil e com o México.

Vários estudos apontam para a expansão dos fenômenos nessa região. Com efeito, as pesquisas de Bagley (2013), Ortiz et al. (2013), Echeveria (2015), Ewig (2017) e Gil (2018) identificam a expansão deste sistema e suas consequências sobre os espaços sócio-urbanos, os sistemas sociais, econômicos e políticos. Dentre os fatores que esses autores apresentam estão a construção de teias no sistema prisional (Chile), a relação de sustentação baseada no sistema financeiro (México), o aumento extraordinário das taxas de homicídio (México), e o fracasso da guerra às drogas capitaneado pelos Estados Unidos da América.

As conexões do sistema de organização criminal no estado de São Paulo são amplamente demonstradas a partir de estudos cujo objeto é a maior organização criminal estabelecida no Brasil e com conexões internacionais. Assim, Mingard (2007), Telles (2010), Dias (2009), Manso e Dias (2018) e Feltran (2018) têm como base dos seus estudos a atuação e expansão do PCC – Primeiro Comando da Capital, nas esferas prisionais nacional e supranacional, a governança que a organização estabeleceu nas esferas local e supralocal e o fracasso das entidades estatais no seu controle.

Estes trabalhos de pesquisa são pródigos em demonstrar a expansão da organização sobre as esferas públicas e privadas, a cooptação de agentes públicos e de instâncias privadas e a implementação de uma estrutura de *justiça* não referenciada no ordenamento jurídico convencional. Eles apontam, ao mesmo tempo, para relação dos mercados de drogas ilegais com uma estrutura criminal mais ampla, que inclui dominação do sistema prisional, extorsão de instituições e agentes públicos, assalto a bancos, roubo de cargas e de veículos de luxo e assassinatos por encomenda.

Enfim, os trabalhos de pesquisa realizados na América do Norte, na América Central e América Latina colocam o mercado de drogas ilegais como instância do crime organizado, formado por autoridades oficiais, por empresas do sistema financeiro, por entidades públicas e privadas e por autoridades civis e militares. O sistema criminal organizado está, ao mesmo tempo, distribuído e estruturado em áreas de pobreza ou populares, chegando até as instâncias governamentais. Porém, os objetos de combate deste sistema têm como seu epicentro suas distâncias menos capazes de negociar a invisibilidade, ou seja, atacado e varejo de cocaína, maconha e crack em áreas pobres e segregadas.

## 2.6. MARCADO DE DROGAS E COMPETIÇÃO VIOLENTA

Em razão do fato de os mercados de drogas ilegais se estruturarem em bases contextuais e organizacionais diferentes, seus elementos constitutivos e operacionais, conseqüentemente, não são homogêneos. Com efeito, as organizações criminais diferem em termos estruturais e funcionais, de ocupação do espaço societário, de concentração e fragmentação, de aparato econômico e belicoso, de ação recursal à violência, de relação com o Estado e seus representantes e de vitimização direta e indireta. Dito isto, não é possível atribuir ao comércio ilegal de drogas qualquer precisão conceitual sem antes esmiuçar os elementos contextuais que o compõem.

Por exemplo, o modo de fazer justiça ou buscá-la afeta as relações sociais de um modo geral em decorrência do uso da força, do recurso reiterado à violência. Andreas e Wallman (2009) partem de uma análise transnacional de tal atividade e consideram que a relação tão tematizada entre as estruturas funcionais dos mercados de drogas ilegais e o incremento da violência não é estritamente intra e inter-organizacional, mas impulsionada em razão da condição de ilegalidade perante os mais diversos ordenamentos jurídicos nacionais. A proibição é o primeiro fator que impede a busca do Sistema de Justiça Criminal quando há necessidade de solucionar conflitos.

Toppalli et al. (2002) confirmam esta constatação ao demonstrarem o surgimento de instâncias locais de vigilância, segurança e proteção não referenciadas num aparato institucional-legal. Ainda nesse mesmo estudo, as instituições policiais e jurídicas são associadas direta ou indiretamente ao incremento da violência resultante da omissão de instituições e agentes públicos diante de crimes. Qual seja, na medida em que o Estado deixa de esclarecer um crime cometido contra um indivíduo que tem histórico criminal e conflitos com a justiça criminal, a ordem institucional legal fomenta a criminalidade.

Estas ações recursivas à violência, que geram vitimização, podem estar relacionadas tanto a ações individuais quanto à relação intra e inter-organizacional. Segundo Fagan e Chin (1990), as ocorrências de violência estão majoritariamente vinculadas à disposição de adictos a determinadas drogas para praticar atos violentos como roubos e furtos para obtenção do crack. Por outro lado, os conflitos

entre organizações rivais, com o objetivo de ampliação de mercado e áreas de influência podem aumentar expressivamente os níveis de letalidade dos mercados de drogas. Em decorrência de maior competição e menor cooperação, os grupos ligados ao comércio de crack criam instrumentos de regulação social local que são legitimados através do uso da força.

Porém, de um modo geral, os maiores centros de vendas e consumo de drogas ilegais não são marcados pela violência. Conforme Reuter (2009), em geral a atividade do comércio de drogas ilegal é realizada pacificamente, muito embora seja uma atividade desprotegida pelo Estado em termos de segurança e em termos de relações contratuais subjacentes ao negócio. Segundo a tese apresentada neste estudo, nos contextos sócio-urbanos nos quais se apresentam altos níveis de violência, suas fontes são originárias de motivos intra-organizacionais (sucessão e disciplina), inter-organizacionais (competições territoriais ou transnacionais) e de conflitos com o Estado e seus representantes.

No contexto da América Central (REYES, 2017) e da América Latina (BAGLEY, 2013; ZAMORRA, 2016 e GIL, 2018) alguns autores apontam para fatores correlatos aos que foram ditos acima. Entre os fatores apontados por essas pesquisas, são considerados responsáveis em ampla medida pelo incremento da violência nessas regiões do continente americano, a dispersão e a fragmentação de grupos criminais organizados, associados ao mercado de drogas e a corrupção de autoridades governamentais, do setor financeiro e de instituições policiais. O desenvolvimento, ampliação e consolidação de atividades criminais é o resultado imediato desta interconexão entre o setor público, privado e o crime organizado.

As competições violentas nos mercados de drogas ilegais brasileiros, como caso específico da América Latina, são resultantes de fatores comuns aos que já foram descritos acima e de fatores de ordem contextuais. No Brasil, a questão da ocupação do espaço é central e seus aspectos fundamentais são o controle e a regulação de territórios, a fragmentação ou hiperfragmentação organizacional em intersecção com objetivos expansionistas. Internamente, esses grupos criminais engendram conflitos e violências em razão de normas disciplinares e disputas por sucessão. A corrupção policial e o conflito com agentes públicos por políticas de governos incrementam as ocorrências de violência.

Com certeza, o caso brasileiro menos fragmentado é o mercado de drogas do estado de São Paulo. Hegemonicamente uma organização criminal, o Primeiro

Comando da Capital domina a atividade do atacado e do varejo de drogas ilegais que está associada a diversas modalidades de crimes. As pesquisas realizadas por Manso e Dias (2018) e Feltran (2018) demonstram que esta estrutura criminal está inteira e estrategicamente voltada para a gestão de negócios diversos como, por exemplo, roubo de veículos, assalto a bancos e a corrupção do Estado e de seus representantes.

A configuração das organizações criminais e do mercado de drogas ilegais do Rio de Janeiro é mais verossimilhante aos modelos em desenvolvimento por todo o Brasil. Algumas pesquisas e artigos (ZALUAR, 2000; 2014; BARBOSA, 1998; DOWDNEY, 2003; MISSE, 2011) apontam para elementos constitutivos estruturais daquele contexto, como a competição violenta entre diferentes organizações criminais, o recrudescimento da segregação social e da auto-segregação, a construção e incorporação de crenças, valores, normas e condutas não convencionais, a corrupção e a violência policial e, conseqüentemente, o incremento da violência letal e do crime comum violento.

No comércio de drogas ilegais carioca, a competição entre organizações criminais rivais pelo controle de favelas e pela expansão de territórios de dominação é central para compreender o fenômeno que com esse formato está se capilarizando pelo país. No estado do Rio de Janeiro, três principais estruturas criminais – o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA) – disputam entre si e com as milícias o controle de territórios e o monopólio do fragmentado comércio de drogas ilegais. Trata-se de organizações com estruturas empresariais, belicosas, territorializadas e baseadas no recurso universal à violência.

Neste movimento, em que estruturas materiais e imateriais avançam em todo o território nacional, o caso do estado da Bahia tem muitas similaridades com o modelo que se desenvolveu no Rio de Janeiro. Dois trabalhos de pesquisa em nível de mestrado (LIMA, 2013 e CONCEIÇÃO, 2015), além de um artigo com base em trabalho de campo no sistema prisional baiano (LOURENÇO; ALMEIDA 2013, p.45-76), identificaram o fenômeno no estado e descreveram sua dinâmica e sua estrutura funcional e operacional. Como resultado desse estudo é possível elencar seus elementos constitutivos e explicativos em geral.

Com efeito, neste estado nordestino, os mercados de drogas ilegais, como esferas do crime organizado, se estabeleceram na capital, na Região Metropolitana

e no interior de modo amplamente fragmentado. Várias organizações criminais competem pelo controle do mercado, pela regulação social e influência no sistema prisional e sobre os espaços sócio-urbanos centrais, rurais e litorâneos. Estes grupos possuem como elementos demarcatórios o caráter empresarial, a estrutura hierárquico-funcional, a segurança, vigilância e proteção belicosas, o controle territorial e o objetivo expansionista. Com base nestes elementos estruturais, o incremento da violência se deve à competição, à disciplina e sucessão e aos conflitos com o Estado e seus representantes.

Em suma, há um constante fluxo de movimento de estruturas materiais e imateriais do crime organizado em todo perímetro nacional. O comércio de drogas ilegais é uma de suas esferas de atividade e, no país, tem se referenciado estruturalmente, em maior ou menor medida, em formas mais baseadas na gestão de ações criminais e negócios, ou na lógica de controle territorial, na belicosidade e na guerra. Esse segundo modelo é mais comum nos mercados de drogas dispersos e fragmentados nas diversas regiões geográficas de norte a sul do país.

## 2.7. COPRESENÇA: CONTROLE SOCIAL EM ESPAÇOS SEGREGADOS

Neste ponto, os objetos de compreensão são as instituições policiais e o policiamento enquanto parte do sistema jurídico criminal mantenedor de processos de segregação sócio-urbana e fomentador de práticas de auto-segregação. Em conformidade com a literatura específica, as instituições policiais, o sistema judiciário, o sistema de justiça criminal e ao sistema prisional formam o aparato de controle social formal, ferramenta que equivocadamente seria considerada a instância de mais ampla responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem. De acordo com esta perspectiva, as instâncias de controle social informal seriam subutilizadas.

Em outras palavras, a família, as escolas, os grupos socioculturais locais, as associações comunitárias e de vizinhança, o locus do trabalho e os movimentos sociais, esferas que abrangem o controle social informal, têm o seu papel e valor dirimidos em um estado policialesco. Quando prepondera na ordem estatal uma visão ficcional das instituições policiais, em que elas aparecem como meio de

reprodução social da ordem e da lei, há poucos gastos públicos em políticas sociais. Cabe acrescentar que a definição de uma política de segurança, em que a polícia é o meio e fim de alcançar a ordem, é uma camuflagem de problemas e conflitualidades sociais mais profundos.

De acordo com Reiner (2000), esta concepção fetichista da instituição policial como fundamental à manutenção da ordem e à reprodução social se pauta em um conjunto de objetivos inalcançáveis. Pensando contrariamente a esta ideologia, ele afirma que os elementos fundamentais à ordem e à reprodução social abrangem ingerências de Estado no campo da economia, da política e da cultura. A rigor, um Estado policialesco contraria experiências históricas em que se priorizou o gasto público em políticas sociais e de acesso à cidadania, de tal sorte que o resultado foi a redução da desordem, dos conflitos e dos crimes de um modo geral.

Ainda de acordo com Reiner (2000), prevalecem, na teoria, algumas definições simplistas sobre o papel da polícia e do policiamento que o autor caracteriza como *mitos*. A primeira dessas concepções associa o trabalho policial a instância exclusiva mantenedora da lei e da ordem; seu aposto seria um segundo ponto de vista em que a instituição caracterizaria-se enquanto *aparato repressivo do Estado* que cria, através da rotulação, o crime e o criminoso; e numa espécie de terceira via, o policiamento comunitário, em que prevalecem o consentimento e a colaboração amistosa do público-alvo. De acordo com o autor, as três concepções desconheciam as implicações que os *conflitos*, as *contradições sociais*, a *cultura* e a economia política têm sobre atividade policial.

De fato, não é possível pensar nessa esfera da estrutura estatal sem pensar em elementos históricos contextuais da formação do Estado como uma incompletude dos processos horizontais e verticais de inserção à cidadania, bem como a exclusão que emana daí, provocando marginalização do ponto de vista existencial (racismo, xenofobia, xenelasia e condição de gênero), socioeconômica e política. Neste sentido, a polícia não pode ser vista como uma instituição de Estado que irá solucionar os problemas de ordem e, em cada contexto marcado por conflitualidades histórico-espaciais, não atuará de maneira harmoniosa como se prevê na idealização de aspecto comunitário.

No contexto brasileiro, além de existir uma estrutura social caracterizada por profundas conflitualidades e racismo estrutural, as instituições típicas de um Estado democrático de direito estão ao alcance de pequena parte da população no que

tange ao acesso à justiça e à proteção. Primeiro, para os mais pobres e para a maioria dos negros, os subcidadãos, a legislação não tem arestas, é aplicada de modo punitivista e rigoroso. Ao que, em termos estruturais formais, para vítimas e acusados, são precários o acesso a advogados, a proteção de vítimas e testemunhas, a perícia, os exames médicos legais, os serviços de ouvidorias, corregedorias e promotorias sob a omissão do sistema judiciário.

Ao atentar para dois períodos históricos brasileiros, a ditadura civil-militar e a redemocratização, vê-se traços distintos do direcionamento da violência e crimes perpetrados pela polícia e pelo Estado. Conforme Huggins et al. (2006), o *inimigo comum*, que era submetido aos crimes contra a humanidade era qualquer indivíduo – de todas as classes sociais, etnias, gênero e faixa etária – que representasse uma ameaça ao estado de exceção implantado em 1964. Qual seja, ocorreu um profundo deslocamento funcional. Com efeito, a violência policial praticada pelas forças armadas, polícia militar e sistema de justiça criminal era difusa de tal maneira que se impunha a todos os setores da sociedade brasileira.

No período de redemocratização, a violência oficial adquiriu um formato mais concentrado e direcionado a alguns estratos sociais da população e voltou a mirar especificamente naqueles sujeitos que não foram inseridos na cidadania. De acordo com Huggins (2010), tanto a violência do Estado, quanto a violência interpessoal possuem um caráter seletivo, de tal sorte que é muito mais amplo e abrangente em determinados estratos sociais étnicos, de classe social, por área geográfica e de residência. Ao que a autora informa, os crimes contra os direitos humanos perpetrados no e pelo Estado democrático de direito são concentrados na população afrodescendente e pobre como uma decorrência do racismo estrutural característico da sociedade brasileira.

A existência desse fenômeno é uma contradição arraigada na estrutura institucional do regime pós-ditatorial brasileiro. Lemos–Nelson (2002) reporta tal incongruência entre o Estado democrático de direito e a permanência de ocorrências de violações dos direitos humanos pelo trabalho policial. Segundo este estudo, realizado na Bahia entre o final da década de 1980 e a segunda metade da década de 1990, as razões para que isso ocorra são estruturais–sistêmicas e institucionais. Qual seja, a impunidade policial, entre outros fatores, é decorrente da ineficácia do sistema de justiça em esclarecer tais crimes e das imprecisões e corporativismo do trabalho das corregedorias.



A rigor, se o Estado não é capaz de controlar, nem de submeter aos rigores da lei, a sua própria violência, a impunidade tende a desencadear uma prática institucional policial criminal contra diversos grupos minoritários nos espaços sociais populares. Lemos–Nelson (2002) afirma que as policiais desenvolveram a prática de legislar e executar sua própria lei diante da fraqueza das instituições que fundamentam a democracia nesse país. Este é um dos fatores explicativos das execuções extrajudiciais. No entanto, é preciso salientar que os excessos do trabalho da polícia, que ferem a constituição e a dignidade da pessoa humana, são direcionados a uma população específica, que tem cor e classe social.

Além das violações da dignidade da pessoa humana, concentrada sobre determinados grupos populacionais, o Estado pós-ditatorial não consegue controlar a corrupção policial nem a sua estratégia de segurança pública. A nitidez e o enquadramento do trabalho policial, enquanto uma atividade concernente a ordem institucional legal, é cada vez menos possível. Ou seja, direcionada em determinados contextos, um modo de policiamento particular que subverte a ordem institucional culminando com a eliminação física de indivíduos. Por outro lado, a corrupção policial é sistêmica e perpassa desde o policiamento às estruturas de controle do sistema de justiça criminal.

Misse (2011, p.211–228) propõe a existência de mercados informais ilegais que vêm se desenvolvendo em todo o Brasil. De acordo com suas pesquisas, os mercados de mercadorias econômicas ilícitas (mercado de drogas, jogo do bicho, milícias) se interconectam a mercados que transacionam, o que ele caracterizou e nomeou, *mercadorias políticas*, cujos operadores são agentes públicos. Tais *mercadorias* que, vendidas, subvertem a ordem institucional-legal e a aplicação da lei, interconectam o Estado a mercados de ilícitos através de extorsões, do comércio de licenças de funcionamento, de proteção e da omissão diante de crimes e atividades criminais.

Finalmente, descrita na teoria e nos resultados de pesquisas em profundidade, são notáveis a impunidade de crimes cometidos pela violência oficial, a corrupção cada vez mais extensa na atividade das instituições policiais e a inadequação de um modelo militar e belicoso de polícia mesmo a um Estado democrático de direito recente e restrito, que setoriza e segrega suas garantias. Decorre dessa condição a necessidade de situar as especificidades institucionais, suas formas de operação em cada espaço societário e geográfico. Por isso, tal qual

argumenta o estudo de Paes–Machado e Noronha (2002), a atividade policial tem um público específico e uma atuação não institucional em contextos também específicos, o habitar da subcidadania, o habitar das classes populares.

### 3. RIO BONITO, COLÔNIA E QUILOMBO

Neste excerto, foi produzida uma caracterização do universo empírico da pesquisa, central para permitir o alcance pleno da compreensão dos fatos, dos aspectos contextuais elementares, necessários à percepção da realidade social em questão. A necessidade de elaborar tal descrição está adstrita ao fato de que o fundo, o contexto social vivido, torna um problema tematizado mais nítido e compreensível. No entanto, cada problema de pesquisa demanda estratégias e medidas singulares. Neste caso, foi necessária, como prioridade do processo técnico e de coleta de dados, a manutenção do sigilo dos nomes reais das localidades, de suas populações residentes e de determinados fatos e fenômenos nevrálgicos, o que não negligencia a consistência e o rigor de um trabalho científico que requerem a fundamentação de cada resultado obtido.

Com efeito, a intenção de não dar visibilidade, manter no anonimato, o nome dos locais perscrutados e, conseqüentemente, a população local e os sujeitos da pesquisa, objetiva evitar represálias entre organizações criminais rivais, que operam e disputam os mercados varejistas de drogas ilegais, bem como evitar fornecer dados e /ou informações que fundamentem uma investigação e/ou ações de controle social formal. Esta estratégia foi necessária e obrigou a renomeação dos espaços sócio-urbanos estudados. Porém, o conhecimento da divisão territorial das cidades nas quais estas localidades estão inseridas, e considerando a profunda semelhança geográfica, socioeconômica e populacional entre elas, não exigiu renomeá-las.

O universo empírico deste estudo é composto por três espaços sócio-urbanos populares situados na Região Metropolitana de Salvador (RMS), nas cidades de Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari. Pelas razões supracitadas, os bairros em questão foram renomeados com os nomes de Quilombo, Rio Bonito e Colônia. O ponto de convergência que há entre essas três localidades é a existência de características socioeconômicas, geográficas e urbanísticas comuns. O outro motivo para este delineamento, de maior importância e de maior urgência, foi o fato de estes espaços sociais constituírem áreas de comércio atacadista (relativo) e varejistas de drogas ilegais, submetidos à dinâmica, a hierarquia e a dominação de organizações criminais, que controlam o território com objetivos exclusivistas e expansionistas na comercialização de drogas baseados um corpo administrativo e

gerencial disposto dentro e fora dos presídios baianos. Um terceiro fator, não menos importante, que contribuiu sobremaneira para o recorte destas áreas, foi a viabilidade do acesso a cada um destes perímetros urbanos, imprescindível para a realização do trabalho de campo fundamentado nas técnicas de coleta pela observação direta, por anotações em caderno de campo e por entrevistas em profundidade.

Com base em dados e informações obtidos através de fontes primárias e secundárias, são descritos nesta seção aspectos socioeconômicos, geográficos e urbanísticos cruciais de cada uma dessas áreas. Sendo assim, os dados primários decorrem da interface e obtenção de informações com populares, com associados do baixo e alto escalão do corpo funcional das organizações criminais, com lideranças locais, culturais e religiosas, e a partir de grupos locais de controle social informal. Quer dizer, associações de moradores, associações desportivas, grupos culturais, rádios comunitárias, igrejas católicas e evangélicas e terreiros de candomblé.

Já os dados secundários, fundamentais na descrição das localidades, foram levantados através de sítios em plataformas na Internet – Web – como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como o PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e como SEI – Superintendência de Estudos Econômicos. Em função desta variedade de fontes de coleta, nesta descrição são utilizados dados aproximados ou estimados das instituições de censo e estatísticas, bem como são utilizadas estimativas elaboradas localmente. Esta postura visa possibilitar a compreensão, a percepção do contexto em que é operado e em que funciona a dinâmica do comércio de drogas ilegais da Grande Salvador.

### 3.1. DADOS POPULACIONAIS E DE URBANIZAÇÃO

Consequente ao objetivo de fazer uma exposição do contexto urbano da pesquisa, de seus caracteres socioeconômicos, fez-se necessário um conciso relatório sociográfico. Consoante à proposta desta empreitada, tornou-se consistente o princípio metodológico, segundo o qual, as características do perfil socioeconômico de um espaço societário são elementares ao fornecimento de

explicações de relevo e fundamentais para a compreensão dos mecanismos de funcionamento e das dinâmicas sociais de uma dada realidade. Assim, conjugando este princípio ao problema em análise, constatou-se facilmente a amplitude de bases explicativas da engrenagem, das práticas reiteradas e do modo de ser dos mercados de drogas locais.

A rigor, sem se atentar para fatores de cunho populacional, como número de residentes, origem e condição social; fatores de econômicos, como emprego e renda; fatores institucionais como garantias sociais às populações por grupo étnico, bem como para a existência e a eficiência de instituições formais e informais de controle social, não seria possível abranger plenamente a ontologia nem a topografia de uma realidade social. Cada um destes dados sociográficos é basilar na compreensão tanto da relação entre Estado e sociedade, quanto do caráter específico das relações sociais, regulação social, dos processos de cidadania, segregação e auto-segregação que caracterizam a vida cotidiana nestes aglomerados urbanos.

De acordo com Neves (1985), a população da capital do estado da Bahia passou a apresentar altas taxas de crescimento populacional ao longo do século XX, de tal sorte que seu ponto médio alcançou o número percentual de 5,8% ao ano. Somente nos onze anos, que compreende o intervalo entre 1950-1960, a população residente aumentou 60%, passando de 389.422 para 630.878. Este exponencial crescimento e as mudanças nas estruturas sociais, advindas dele, estão associados a um *pano-de-fundo* mais abrangente, qual seja, o processo precário de urbanização na Bahia. Segundo este pesquisador, o estado nordestino já contava na década de 1980 com uma população de 9,4 milhões, quase dois terços da população atual. As taxas de crescimento vegetativo explicam o incremento populacional estadual, na medida em que estas, juntamente com o fator migratório, fundamentaram o incremento populacional da RMS, fenômeno que implicou em transformações sensíveis na estrutura urbana da região.

Neste contexto de transformações, entre as décadas de 1950 e 1990, é que se desenvolveram os bairros do Rio Bonito, na cidade de Lauro de Freitas, o bairro do Quilombo, na cidade de Salvador e o bairro da Colônia, na cidade de Camaçari. Estas três localidades possuem atualmente populações residentes de 32.000, 52.000 e 22.000 habitantes, respectivamente, conforme informações coletadas nas associações de moradores locais. Mas a partir dos dados oficiais, do anuário

estatístico do IBGE, estes números absolutos giram, na verdade, em torno de 27.000, 46.000 e 20.000, na mesma ordem apresentada acima. Esta disparidade de dados advém da diferente utilização de metodologias por parte de instituições locais e instituições oficiais. Porém, apesar destas divergentes formas de coleta, os dados se aproximam.

A atual disposição socioeconômica destas áreas urbanas expõe a aleatoriedade habitacional, a precariedade e a densidade, derivadas de um processo de urbanização informal, comum às grandes cidades brasileiras como indica Souza (2000). Não é difícil perceber que o processo de ocupação urbana em cada uma dessas áreas foi sociopático, na medida em que prescindiu de direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, como uma mudança social não regulada, que aconteceu sem qualquer planejamento federal, estadual e/ou municipal. Ou seja, o surgimento destes aglomerados urbanos representa mais um fenômeno negativo, uma problemática, uma questão a ser equacionada, do que um fenômeno social propriamente racionalizado.

Tal desenvolvimento urbano informal é concomitante à imigração interna do estado da Bahia, como foi sinalizado por Neves (1985). E é precisamente no decurso deste momento histórico que a configuração urbana dos três bairros em questão se desenvolveu. Um desenvolvimento que ocorreu como parte do processo de urbanização baiana da segunda metade do século XX associado ao *boom* da imigração interna, do crescimento populacional, ambos como movimentos precários e não regulados. Este processo de desenvolvimento urbano deu origem ao bairro do Quilombo, a partir da década de 1950 e aos bairros do Rio Bonito e da Colônia na década de 1960.

Segundo as informações obtidas com associações locais de moradores, os motivos e circunstâncias da fundação destas localidades confirmam a historicidade do fato de que a maioria da população local se estabeleceu através de fluxos migratórios precários. O movimento migratório entre cidades baianas influenciou fortemente seus aspectos estruturais, econômicos, organizacionais, étnicos e culturais. Como decorrência do seu caráter sociopático, sem regulação fundiária, nem planejamento social, os migrantes se depararam com a falta de mercado de trabalho, de emprego e renda e de cidadania. Foi nesta configuração espacial e cultural da Grande Salvador a partir de meados do século XX, momento em que, conforme Mello et al. (1989), surgiram ou se desenvolveram diversos centros

urbanos nos quais se intensificaram as malhas de transporte no âmbito do momento de relevo do desenvolvimento de uma rede de cidades com a metropolização.

O perfil demográfico da Bahia, constante nos resultados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – estima que as populações residentes nas cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas são compostas, respectivamente, por de 2.938.092, 292.074 e 194.641 habitantes. Nestes três municípios, o elemento sociográfico concernente à origem social por cor/raça além de ser representativo do ponto de vista numérico, permite captar a lógica da dinâmica do espaço. As três cidades têm em comum o fato de pertencerem ao ranque das dez cidades mais populosas do estado e possuem populações residentes do grupo de identificação cor/raça negro (preto, pardo) que ultrapassam 60% do total dos moradores. Ou seja, o universo da população de pretos e pardos em números percentuais das cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas são, nesta ordem, 72% (1.386.842 pardos e 733.253 pretos), 67% (144.357 pardos e 53.224 pretos) 63% (83.162 pardos e 40.452 pretos).

Trata-se de configurações urbanas com características semelhantes e que abrigam em seus perímetros populações residentes formadas preponderantemente por afrodescendentes. A despeito desta condição configuracional prepondera o racismo estrutural. Como reflexo desta composição demográfica, no que diz respeito à sua totalidade de identificação social, econômica, étnica, os espaços sociais componentes deste estudo, os bairros populares mais pobres e insalubres, são formados por populações preponderantemente pertencentes ao grupo de identificação social negro e pardo. Nem os institutos sociais, nem as associações de moradores mensuraram o número total e exato de negros e pardos no âmbito local.

No entanto, a inserção no campo permite estimar que a população de negros e pardos compõe um percentual numérico maior do que o que é apontado pela PNAD para toda a população destas cidades. As associações de moradores dos três bairros informaram, para além do óbice de não possuir um dado preciso, que tal população ultrapassa a cifra de 80% da população. Em suma, a observação direta, em razão de suas dificuldades estruturais e de financiamento típico de um escrutínio mais abrangente, neste caso específico, prescindiu de uma contagem tecnicamente elaborada que pudesse mensurar exatamente tanto as moradias precárias e insalubres quanto a composição numérica precisa do grupo de identificação étnico.

Um estudo realizado por Paixão e Carvano (2008, p.25-62), que analisa a consistência da variável cor/raça no sistema censitário brasileiro, demonstrou que os próprios institutos censitários podem incorrer nesses erros ao sociografar este ou aquele indicativo. Os dados resultantes do censo podem superestimar ou subestimar características demográficas de um universo. Em outros termos, a imprecisão do levantamento de dados é decorrente de circunstâncias sócio-espaciais, reproduzidas socialmente, relacionadas a situações político-ideológicas dos grupos humanos e a formas de objetivação presentes na elaboração da pergunta geradora e na consequente emissão da resposta. Em suma, não há absoluta precisão nos dados advindos dos censos oficiais, tampouco daqueles obtidos através de coletas feitas em agências de controle social informal ao longo do trabalho de campo e, desta forma, os números representam uma aproximação de aspectos significativos da realidade social.

### 3.2. OCUPAÇÃO E RENDA

Outros fatores importantes, que unificam o perfil socioeconômico destes espaços urbanos são ocupação e renda. Em comum, estas áreas possuem populações que se ocupam majoritariamente com o comércio varejista formal e informal, com a construção civil, no setor de segurança patrimonial e em atividades cujos pré-requisitos dispensam níveis elevados de qualificação. Ou seja, a população ocupa postos nos mercados de trabalho local e externos que contratam majoritariamente mão-de-obra de pouca qualificação profissional, que lhe retorna baixa remuneração e que tem como consequência a subsistência precária. Nestes contextos de relações trabalhistas precárias e de informalidade, os mercados de drogas locais, igualmente informais, impuseram-se como uma garantia de ocupação direta e indireta de parte desta população, cujas condições socioeconômicas são uma reflexão imediata de sua exclusão existencial, socio-econômica e política.

Alguns estudos que analisam a realidade social de Salvador e Região Metropolitana como os que foram realizados por Carvalho e Pereira (2008, pág. 81 - 108) e (SOUZA, 2008) expõem elementos indicativos e demonstrativos de que a urbanização no estado tem sido inócua, ineficaz em proporcionar e promover



melhores condições de vida, de trabalho e de subsistência. Isso é decorrente do fato de que o processo precário de urbanização brasileiro não contribuiu para a constituição de uma base de direitos sociais que promovesse a qualidade da educação, da saúde, da moradia, do emprego e da renda daqueles que habitam lugares de exclusão. Ao contrário, nos conjuntos habitacionais, nas comunidades e cortiços, nas favelas e periferias, a maioria dos indivíduos vive em situações de exclusão social, de precariedade dos serviços oferecidos pelo estado e em permanente processo de segregação social.

Os bairros do Quilombo, Rio bonito e Colônia são exemplos representativos desta política, ou da falta dela. Nestas áreas urbanas, há algumas atividades comerciais como varejo de materiais de construção, varejo de alimentos e utensílios domésticos, varejo de vestuário e algumas pequenas empresas informais e formais prestadoras de serviços. No entanto, estes últimos empreendimentos não são completamente formalizados conforme as leis trabalhistas porque, tal qual as empresas informais, estabelecem contratos precários com os trabalhadores, cerceando-lhe de quaisquer garantias previstas no ordenamento jurídico do país. Em suma, prepondera em todos os setores do mercado de trabalho dessas localidades, a informalidade nas relações de trabalho, de ocupação e renda.

Em se tratando da renda mensal dos cidadãos, por exemplo, segundo a PNAD, nas cidades de Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari, respectivamente, 36,8%, 35,5% e 41,5% da população sobrevive com até meio salário mínimo. A mesma pesquisa aponta para o fato de que a proporção das pessoas ocupadas na população total seja de 28,6% em Camaçari, 30,5% em Salvador, e, inexplicavelmente, distando do perfil regional 76,3% em Lauro de Freitas. Muito embora, a pesquisa apresente dados discutíveis, que desafixam o município de Lauro de Freitas do perfil ocupacional constante nestas outras duas cidades, a realidade com que se depara é marcada por ampla informalidade das ocupações e atividades. Esta relação díspare entre os dados da PNAD e o quadro circunstancial local de ampla informalidade, consolida a necessidade de retomar a discussão que fizemos acima sobre a imperfeição de fontes formais institucionais e informais de dados em relação aos aspectos descritivos de dada realidade.

A política salarial praticada na cidade de Lauro de Freitas pode explicar em parte os percentuais de ocupação da sua população em idade produtiva. O salário médio mensal no município é de 1,8 salários mínimos (SM), que é inferior às médias

salariais mensais de Salvador, (3,4 SM) e de Camaçari (4,3 SM), e isso representa um elemento fomentador de contratações e de manutenção dos empregos. No entanto, o espaço urbano é ocupado por um sem numero de pequenos e médios estabelecimentos informais como barbearias, sorveterias, açougues, lanchonetes, oficinas mecânicas, lojas de funilaria e de pintura de automóveis, salões de beleza, lojas de varejo de roupas e calçados, mercadinhos, restaurantes, pizzarias e pastelarias, lojas de materiais de construção e utilidades, feiras livres de alimentação e de animais abatidos e a surpreendente presença dos mais diversos bares, botecos e vendedores ambulantes. Em outros termos, a informalidade é a principal característica da economia local.

A existência e a diversidade dessas atividades informais garantem a ocupação e o nível de renda de uma parte representativa da população, de maneira que as associações de moradores, que não possuem um dado preciso, estimam que mais de cinquenta (50) por cento da população residente ocupada esteja vinculada precariamente a informalidade local. Este dado é aceitável para Salvador e Camaçari, por exemplo, na medida em que, conforme os dados do IBGE e da PNAD, sessenta (60) por cento da população não tem vínculo empregatício formal. Por outro lado, em se tratando de Lauro de Freitas, as associações de moradores do Rio Bonito indicam que há, atuando na informalidade, um contingente da população que ultrapassa cinquenta por cento, em contraste com os dados da PNAD, que estimam um percentual de vinte e três (23) por cento de cidadãos informalmente ocupados ou sem ocupação.

No âmbito da informalidade ilegal, despontam como ocupações precárias, temporárias e ilegais, o comércio de peças de automóveis roubados, de aparelhos eletrônicos roubados e os mercados de drogas ilegais. Esta última atividade, que comercializa especialmente cocaína adulterada (cocaína com o acréscimo de pó Royal, bicarbonato e analgésicos), maconha, solta e prensada, e pedras de crack, alista também uma parcela da população, numericamente expressiva, inferior a 5% das populações, mas que impacta sobremaneira sobre a dinâmica da organização social nestes espaços urbanos. Ou seja, os mercados de drogas empregam diretamente um quadro administrativo composto por gerentes, vigilantes (olheiros ou guaritas), aviões, ou *corre*, (Office boys), mulas, ou *corre*, (transporte), soldados (seguranças, matadores); indiretamente e/ou esporadicamente contratam embaladores de drogas, cozinheiras, lavadeiras e passadeiras de roupas,

cabeleireiros, motoristas e moto-taxistas, espaços de eventos, produtores culturais e bandas locais.

O setor imobiliário local também movimenta recursos advindos dos mercados de drogas na medida em que as bocas de fumo necessitam de estrutura física para acomodar e acondicionar suas estruturas materiais. Estes pontos comerciais cuja mobilidade se relaciona com elementos mutáveis como a visibilidade comercial e os mecanismos físicos do espaço urbano (saídas ecológicas, pontos de armazenamento e ocultação de produtos e de fuga etc.) ante a contínua iminência de competições armadas e violentas e operações policiais, demanda a necessidade de locação de vários imóveis por valores onerados que prescindem da necessidade de um contrato de locação, ao mesmo tempo em que dão a garantia do silêncio necessário do locador.

Adiante, na parte desta tese que demonstra o funcionamento e a administração de um ponto de varejo de drogas, seu impacto no comércio local, sua demanda por mão de obra e por expansão territorial e econômica, serão expostos o detalhadamente dos seus efeitos dinâmicos na ampliação e consolidação das informalidades legais e ilegais. Aspectos relevantes e prementes da organização social, dos modos de ser, de pensar e de viver no local, serão demonstrados em profundidade como as alterações nas práticas sociais e no modo de vida a partir da implementação de uma atividade belicosa e impositora de uma institucionalidade informal e ilegal, em tais localidades. Em outros termos, a relação capilarizada com a informalidade nestes contextos sociais, juntamente com a ausência de fortes mecanismos de controle social formal, desaguaram com ou sem resistência moral em relações de interface e interconexão entre a ordem institucional-legal e a criminalidade.

### 3.3. MORADIA, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Nestes aglomerados urbanos populares, os domicílios de um modo geral são precários, insalubres, improvisados e foram construídos majoritariamente em contexto jurídico de informalidade. Ou seja, sem respaldo em programas sociais de urbanização e ao revés de qualquer legislação urbanística vigente nas cidades

baianas ou no estado da Bahia. Os bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia estão cercados por um crescente número de condomínios de classe média e de luxo. Isto implica dizer que os trabalhadores pobres vivem em condições de moradia precária e convivem com a existência ostensiva de verdadeiras fortalezas, munidas de todo um aparato infraestrutural e de segurança ao redor, nas cercanias, e mesmo nos miolos dos seus próprios perímetros.

O modelo de expansão destes distintos aglomerados urbanos, que tem como princípio fundador, ideológico e institucional, a completa separação ou confinamento da população urbana pobre e/ou empobrecida, é cada vez mais evidente no cenário das grandes cidades (CALDEIRA, 2000). Esse processo segregacional ampliou o contraste entre formas modernas, luxuosas, amparadas desde sua fundação nos arranjos institucionais legais e formas precárias e sem nenhuma regulação estatal e social. Dessa urbanização informal, derivaram espaços urbanos formados por conjuntos habitacionais e condomínios de classe média e áreas abarrotadas de habitações improvisadas, sem saneamento, esgotamento sanitário e infraestrutura.

Santos e Silveira (2012), mostraram que entre as definições que podem caracterizar a realidade de um território estão os conceitos de *espaços luminosos* e *espaços opacos*, em que os primeiros são espaços com maior concentração de capital, tecnologia e organização e os segundos são marcados, por sua vez, pela ausência destes fatores. Os territórios que estão em discussão nesta pesquisa são áreas preponderantemente opacas, de maneira que, como foi dito acima, resultam de um processo social amplo de urbanização informal, que marcou toda a segunda metade do século XX. Numa palavra, a informalidade foi o pilar de fundação dos espaços aqui perscrutados, com urbanização preponderantemente sociopática, tipo que prescinde de estrutura econômica e de respaldo institucional do Estado.

O que resultou de tais processos foram espaços urbanos marcados pela segregação urbana e social e o contraste entre áreas que possuem infraestrutura, reguladas pelo mercado imobiliário, construídas dentro dos limites que a legislação urbanística exige, em áreas nobres de mata atlântica preservada, litorâneas e pluviais. Como seu oposto, áreas sem planejamento, formadas por loteamentos informais, caracterizados como *invasões* ou *ocupações*. Entre o fim da década de 2000 e início da década de 2010, os conjuntos de prédios e casas populares, resultantes da concretização do programa de governo das

administrações do Partido dos Trabalhadores (PT), *Minha Casa, Minha Vida*, embora regulados institucionalmente, se formaram de modo igualmente precário e oferecem pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, ínfimas garantias sociais, como espaços de convivência, áreas de esporte, lazer e cultura, tanto no perímetro de construção dos imóveis, quanto nas áreas circundantes.

Outro fator relevante para compreensão do contexto urbano, é que nele a população está confinada por faixa de renda e, como consequência desta condição socio-econômica, está segregada em termos de desenvolvimento humano e cultural. Em outras palavras, as classes populares estão confinadas nestes conjuntos habitacionais, loteamentos precários, cortiços, *invasões* etc., com baixa expectativa de mobilidade socioeconômica. O perfil dos domicílios é um fator demonstrativo do acesso precário a renda por parte dos moradores, de tal sorte que a descrição oficial do que venha ser uma casa adquire novos contornos.

Em termos estruturais, as casas não correspondem a eficácia do direito constitucional à moradia, de tal sorte que moradias precárias e barracos improvisados compõem a totalidade da paisagem urbana. São domicílios que possuem quatro, três, dois, e, muitas vezes, apenas um cômodo, construídos por iniciativa de trabalho solidário dos próprios moradores da localidade e adjacências em dias de folga. Tais construções prescindem de plantas baixas, de projetos elétricos, hidráulicos, de alvará de construção e de licença ambiental. Equipes de construtores voluntários, compostas por pedreiros, eletricitas, encanadores, carpinteiros e auxiliares garantem as condições de moradia local.

A precariedade das moradias e das condições de urbanização é um aspecto da realidade urbana destas cidades. Uma constatação que contraria esta afirmação, diz respeito aos resultados da última pesquisa do IBGE, que apontam percentuais adequados de esgotamento sanitário de 92,8% para Salvador, 80,5% para Lauro de Freitas e 64,8% para Camaçari. Estes dados, comparados com a realidade, refletem profundas inconsistências na metodologia usada na sua coleta. Em função desta disparidade, Milton Santos (2009) afirma, num de seus estudos sobre urbanização, que a interpretação do real, é por vezes difícil de alcançar e mensurar em razão da baixa qualidade dos instrumentos oficiais de pesquisa, que interpõem estatísticas e classificações duvidosas.

Com efeito, a observação direta e a análise do ambiente observado apontaram para a discrepância entre as estatísticas apresentadas pelo instituto e a

infraestrutura do espaço urbano. Um dos fatores que demarcam esta interpretação se reflete na qualificação de *esgotamento sanitário adequado*, que ultrapassa completamente o caráter subjetivo e igualmente inconsistente de outro dado apresentado pelo instituto. Na verdade, as localidades que compõem o universo desde estudo possuem sistemas precários de esgotamento sanitário, marcados pela ampla incidência de ocorrência de esgoto *a céu aberto* e pela inadequada e expressiva quantidade de fossas sépticas, que, em períodos chuvosos, fazem emergir a precariedade da infraestrutura urbana e das condições de higiene e saúde dos rios, córregos e lagoas.

Em outros termos, o trabalho e a renda dos moradores explicam a dinâmica de importantes aspectos estruturais do espaço urbano. São indicadores que se refletem mutuamente como questões imanentes, de tal maneira que as condições de moradia são tão precárias quanto às baixas e precárias condições de emprego e renda. Os trabalhadores pobres e/ou empobrecidos destes municípios compõem predominantemente estratos de mão-de-obra não qualificada e que, por esta razão, auferem baixos salários, vivem em áreas urbanas com pouca ou nenhuma infraestrutura, serviços precários de mobilidade e altos índices de criminalidade. Tais aglomerados urbanos são produtos de processos de urbanização informais que prescindem de cidadania e de garantias sociais.

### 3.4. AGÊNCIAS DE ESTADO

A presença de agências de controle social é de fundamental importância para o entendimento das dinâmicas sociais e para a caracterização de aspectos de relevo de qualquer espaço urbano. Tanto é assim, que, enquanto objeto das Ciências Sociais, os tipos formais e informais de controle social são relevantes e prementes na explicação da copresença na vida social, na interação, nas condutas que fundamentam a reprodução social. O controle social formal é exercido nos espaços sociais e através deles, por instituições políticas, pelo sistema de justiça criminal, pelas polícias, pelo judiciário e pelas prisões. Por outro lado, o controle social informal é exercido por instituições como a família, as associações de

moradores e os movimentos sociais. Quer dizer, são diversos meios legítimos responsáveis pela dominação, pelo exercício do poder e pela reprodução social.

Porém, a presença e a inserção social das instituições oficiais são igualmente precárias e quase sempre não se pautam na ordem institucional legal. Por se tratar de localidades pobres e periféricas, não há o mínimo de garantias e de copresença institucionais. Há um mínimo de serviços públicos e de algumas agências estatais, mas a situação é de precariedade e abandono institucionais. Esta etapa da pesquisa, que é a caracterização do lócus estudado, não intenciona compreender a eficácia e a eficiência destas instituições, mas demonstrar a presença, a importância delas para entender o contexto e a relação com o Estado, como provedor de direitos de cidadania, em ambientes de segregação e abandono sociais estruturais. Dentro desse contexto de carência de garantia institucional e de copresença institucional, estão os bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia.

No bairro do Quilombo, a presença pública institucional é deficitária. Em todo o perímetro urbano há apenas um posto de saúde da família (PSF), improvisado, fruto de uma parceria entre a atual administração da cidade, governada pelos Democratas, e uma associação de moradores, que cedeu o espaço para a Secretaria de Saúde do município de Salvador, que o reformou para utilizá-lo de modo ineficiente. Não há pronto atendimento, funcionamento vinte e quatro horas e, a principal função é a realização de encaminhamentos. Não há creches, campos de futebol, quadras poliesportivas e, no final de linha dos ônibus, o módulo policial foi desativado. Há duas escolas municipais que abrangem os níveis Fundamental I e Fundamental II. Os estudantes que estão cursando o ensino médio precisam, através da Secretaria Municipal de Educação, buscar vagas em bairros vizinhos, ampliando a demanda por transporte público.

Por sua vez, ao longo da avenida que corta de ponta-a-ponta o bairro do Rio Bonito, há seis escolas públicas, quatro municipais e duas estaduais, além de uma Escola de Cadetes Mirins, cuja finalidade era desenvolver o aprendizado escolar em concomitância com a prática do trabalho, com garantia de recebimento de bolsas, resultantes de prestação de meio expediente no mercado formal de trabalho. A gestão petista (2004-2012) modificou, não sem razão, a funcionalidade das Escolas de Cadetes sob a alegação de que crianças e adolescentes estavam sendo explorados pelo empresariado. Somadas, estas escolas abrangem os níveis Fundamental I e II e o Ensino Médio. Já em se tratando das instituições voltadas

para a área de saúde, do direito à saúde, há dois Postos de Saúde da Família (PSF) e um Conselho Regional de Assistência Social; uma creche pública e uma creche privada. No campo da segurança pública, há no bairro uma delegacia, um módulo policial desativado, uma unidade do Corpo de Bombeiros e o território está situado na área de abrangência de uma Base Comunitária de Segurança (BCS).

Por fim, o bairro de Colônia se enquadra perfeitamente neste contexto de exclusão e marginalização social. Não há equipamentos públicos, tampouco copresença sócio-institucional. Não há auxílio por parte do estado, o serviço público e o acesso a eles são deficitários mesmo estando situado na cidade de Camaçari, 2º maior PIB - Produto Interno Bruto - da Bahia e 36º do Brasil. Há uma escola municipal que abrange o nível Fundamental I e o Fundamental II e o ensino médio é cursado em escolas que funcionam na redondeza. A creche pública fechou em 2016. Há um Posto de Saúde da Família (PSF) situado nas cercanias que atende a população local. Ao lado do posto de saúde, há um CAPES - Centro de Atenção Psicossocial, que foi reformado em 2015 e que dá assistência à população com problemas psicológicos e problemas com álcool e drogas.

### 3.5. DADOS DA VIOLENCIA LETAL

Os índices de violência letal são outro ponto de convergência entre os três espaços sócio-urbanos recortados e perscrutados neste estudo. As cidades de Lauro de Freitas, Camaçari e Salvador, de acordo com os arquivos estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, apresentaram, entre os anos de 2014 e 2018, taxas de homicídios acima da média nacional. Mesmo as médias aritméticas dessas taxas ultrapassam a média nacional comparando o intervalo entre os anos 2014 e 2016 como é possível observar nas tabelas 1, 2 e 3 em comparação com as tabelas 4 e 5 dispostas abaixo. A menor taxa média observada neste período é de 34,6 homicídios por 100.000 na Área Integrada de Segurança Pública do Tancredo Neves.

A tabela 1, a seguir, demonstra o perfil dos índices de homicídios na cidade metropolitana de Lauro de Freitas. A média aritmética das taxas de homicídios por cem mil habitantes é de 61,4, o dobro da taxa média nacional, e o menor índice



apresentado no intervalo de cinco anos foi de 46,8 por cem mil. Neste mesmo intervalo, a maior taxa de homicídio foi de 78,1 por cem mil no ano de 2014, índice próximo às taxas que, segundo a ONU – Organização das Nações Unidas -, referenciam períodos de guerras multilaterais, bilaterais e civis. Os cálculos apresentados na tabela abaixo foram feitos tomando como referência a população total da cidade, que, de acordo com a PNAD realizada no ano de 2015, era de 194.641 habitantes:

**Tabela 1** – Número de homicídios e tentativas de homicídio por ano da cidade de Lauro de Freitas.

Anos	Homicídios		
	Consumados	Tentativas	Taxa
<b>2014</b>	152	79	78,1
<b>2015</b>	114	48	58,5
<b>2016</b>	128	23	65,8
<b>2017</b>	109	43	56,0
<b>2018</b>	91	35	<b>46,8*</b>

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia – SSP-BA

Taxa = número de homicídios por 100.000 habitantes

Taxa média: 61,04

\*Menor taxa

A cidade de Camaçari com população estimada em 292.074 habitantes possui de igual modo, dados epidêmicos de violência letal. Entre os anos de 2014 e 2018, as taxas variaram para mais e para menos, exibindo uma média aritmética de 74,78 homicídios para cada 100.000 habitantes. Estas variações irregulares indicam a ineficiência da estratégia da política de segurança pública em reduzir esses índices e, ao mesmo tempo, demonstram que tais performances estão relacionadas à dinâmica da lógica expansionista dos mercados de drogas baianos, baseada em competições violentas. Com efeito, neste espaço temporal, a menor taxa de homicídios apresentada foi de 59,2 por cem mil no ano 2018 e o maior índice constatado foi de 85,2 por cem mil no ano de 2017.

A tabela a seguir demonstra o histórico de homicídios consumados e tentativas de homicídios nesta cidade do litoral norte da Bahia. Ao se atentar para o crescimento e a queda nos indicativos na tabela seguinte, é possível perceber que a maior interferência sobre eles resulta de processos endógenos ao comércio ilegal de drogas:

**Tabela 2 – Número de homicídios e tentativas de homicídio por ano da cidade de Camaçari. (continua)**

Anos	Homicídios		
	Consumados	Tentativas	Taxa
2014	238	68	81,5
2015	204	74	69,9
2016	228	84	78,1

**Tabela 2 – Número de homicídios e tentativas de homicídio por ano da cidade de Camaçari. (conclusão)**

Anos	Homicídios		
	Consumados	Tentativas	Taxa
2017	249	68	85,2
2018	173	65	59,2*

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia – SSP-BA

Taxa = número de homicídios por 100.000 habitantes

Taxa média: 74,78

\*Menor taxa

De acordo com o Anuário de Informações Criminais do estado da Bahia (2012, ano 02), a Área Integrada de Segurança Pública de número 11(AISP11) é composta pelos bairros periféricos do Arenoso, Arraial do Retiro, Barreiras, Beiru/Tancredo Neves, Cabula, Cabula VI, Calabetão, Centro Administrativo da Bahia, Doron, Engomadeira, Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Santo Inácio, Mata Escura, Narandiba, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Pernambucoés, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo, Saramandaia e Sussuarana. Segundo esta mesma base de dados, a época da publicação, a soma da população total destes bairros era de 374.013 habitantes.

Tomando como referência esses dados demográficos, os indicativos de crime comum violento são igualmente alarmantes e epidêmicos. De acordo com a ONU – Organização das Nações Unidas -, taxas de homicídios maiores que 10,0 por cem mil são consideradas como flagelo. Tanto a Área Integrada de Segurança Pública 11 quanto a cidade de Salvador, a que o bairro do Quilombo pertence, apresentaram índices superiores a 36,1 homicídios por cem mil entre os anos de 2014 e 2018. A média aritmética da área integrada foi 41,1 homicídios por cem mil, enquanto que na capital esta média foi de 43,34 homicídios por cem mil para o mesmo intervalo de tempo.

De acordo com a tabela seguinte, nas duas áreas geográficas de referência, a menor taxa de homicídio apresentada foi de 36,1 no ano de 2017 na AISP 11 quando, por sua vez, a maior taxa de homicídio apresentada foi de 53,4 no ano de 2014 dentro da mesma área de referência estabelecida pelo governo do estado da Bahia:

**Tabela 3** – Número de homicídios e tentativas de homicídio por AISP11 e número total de homicídios por ano da cidade de Salvador.

Anos	Homicídios					
	Totais Salvador		Totais na AISP11			
	Consumados	Taxa	Consumados	% relativo	Tentativas	Taxa
<b>2014</b>	1321	45	200	15,14%	135	53,4
<b>2015</b>	1290	43,9	153	11,86%	45	40,9
<b>2016</b>	1289	43,8	152	11,79%	45	40,6
<b>2017</b>	1346	45,8	135	10,02%	49	<b>36,1*</b>
<b>2018</b>	1122	<b>38,2*</b>	137	12,32%	22	36,6

Fonte: Secretaria de Segurança Pública da Bahia – SSP-Ba

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

AISP11 – Referente à área do Cabula e Bairros Vizinhos

Taxa = número de homicídios por 100.000 habitantes

Taxa média Salvador: 43,3

Taxa média AISP11: 41,12

\*Menor taxa

Os dados que são apresentados nas tabelas 1, 2 e 3 são majoritariamente mais epidêmicos que os índices de referência entre os anos de 2006 e 2016 do estado da Bahia e da federação. Em 2016 de acordo com o Atlas da Violência desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, a taxa de homicídio do estado nordestino era de 46,9 enquanto que a taxa nacional era de 30,6 homicídios por cem mil habitantes. Tanto o índice estadual quanto o índice nacional são pelo menos três vezes maiores que o número considerado epidêmico pelas Nações Unidas. No âmbito espaço-temporal deste estudo, há vários momentos em que a taxa local ultrapassou o dobro da taxa nacional.

As tabelas 4 e 5 são pontos de referência dos indicativos da violência letal que servem como instrumentos para a compreensão deste flagelo, mas seus números alarmantes são mais amenos do que aqueles apresentados nos espaços sócio-urbanos que integram o universo deste estudo:

**Tabela 4 – Taxa de homicídios por unidade da federação (Bahia)**

	Anos											Variação %		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016	2011 a 2016
<b>Brasil</b>	26,6	25,5	26,7	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	28,8	28,9	30,6	14,0%	5,0%	10,5%
<b>Bahia</b>	23,7	26,0	33,2	37,1	41,7	39,4	43,4	37,8	40,0	39,5	46,9	97,8%	18,7%	19,3%

Fonte: Atlas da violência – IPEA – Mapas da violência

**Tabela 5 – Número total de homicídios por unidade da federação.**

	Anos											Variação %	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016
<b>Brasil</b>	49704	48219	50659	52043	53016	52807	57095	57996	60474	50080	62517	25,8	5,8
<b>Bahia</b>	3311	3659	4819	5432	5844	5549	6148	5694	6052	6012	7171	116,6	19,3

Fonte: Atlas da violência – IPEA – Mapas da violência

### 3.6. ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONVIVÊNCIA

Em consequência da escassez de garantias sociais e institucionais, as localidades supracitadas são carentes também de espaços públicos de convivência. Ao chegar a um desses espaços sociais, uma pergunta pode se apresentar muito límpida e urgente: “Onde ficam os lugares e os espaços de convivência dos moradores?”. Não há espaços de convivência. Os campos de futebol, as praças, os parques praticamente inexistem nestas áreas ocupadas de maneira informal, subnormais e de baixa regularização fundiária. No entanto, este desenvolvimento urbano com organização informal não é explicativo da atual condição de precariedade, mas, sim, a ausência de gastos públicos, de políticas públicas, cuja finalidade seja o fortalecimento da convivência e das relações de sociabilidade das áreas pobres e periféricas do estado da Bahia.

Neste quesito, os equipamentos públicos são extremamente precários quando existem. Do universo desta pesquisa, Rio bonito é o que apresenta, mesmo

em estado de insuficiência e precariedade, a maior quantidade de equipamentos. Ali há três praças públicas, duas delas feitas entre 2012 e 2016, na gestão de um prefeito do Partido Progressista (PP); quatro campos de futebol, sendo que um deles fica no Centro Social Urbano (CSU), ao lado de uma quadra poliesportiva e espaços construídos com salas em que professores e mestres da própria comunidade ensinam danças, capoeira, boxe e jiu-jítsu em parceria entre a prefeitura e os moradores. São estes os equipamentos públicos que possui um bairro cuja população é de 27.000 habitantes de acordo com a última pesquisa do IBGE. Tais equipamentos existem, mesmo em estado de degradação, sem reformas e, em todos os casos, com pequenos investimentos dos próprios cidadãos que os utilizam.

Na contramão deste caso, os bairros do Quilombo e da Colônia não possuem espaços de convivência algum. No Quilombo, por exemplo, há um debate entre os cidadãos residentes cujo tema é o fato de a prefeitura insistir em nominar o final de linha dos ônibus de praça, local em que há paralelamente apenas duas cadeirinhas de balanço, feitas de ferro, que podem no mínimo descuido ferir gravemente uma criança. Há diversos bares que circundam todo o perímetro local. A carência de espaços públicos de convivência e áreas de esporte e lazer não é contemplada no orçamento municipal.

A ausência de garantias sociais é perceptível e observável sem uso de lupa e impactam fortemente sobre população juvenil. O que supre parcialmente tal necessidade, apesar da resistência ao acesso popular por parte das disfunções da burocracia de estado, é a existência de um campo de futebol e de uma quadra poliesportiva numa universidade pública nas cercanias. O pouco interesse dos representantes desta instituição em dialogar com a população circundante, que não faz parte da comunidade estudantil, causa ruídos na comunicação e qualquer funcionário da instituição, munido de poder discricionário, é capaz de barrar a entrada desta juventude pobre e negra aos limites do campus.

Sob condições de amis ampla carência, Colônia é o caso mais problemático, na medida em que não há nenhum espaço público de convivência no seu perímetro urbano. Alguns moradores consideram que as ruas abarrotadas de bancos de cimento, feitos pelos próprios cidadãos do bairro são os equipamentos públicos que eles possuem. Não há nem mesmo campo de várzea e é preciso atravessar a BA-93, uma estrada com um fluxo enorme de veículos na qual até recentemente não havia local de passagem, passarelas ou semáforos. Inclusive era a falta desta

estrutura urbana que explicava a recorrência de acidentes com mortes nos locais de passagem.

Os moradores, cercados por condomínios de classe média e de luxo, vivem sob os muros intransponíveis da segregação urbana, social, cultural e econômica. Nos arredores há dois clubes que pertencem à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco do Brasil (BB) cujo acesso é negado aos moradores das áreas carentes adjacentes, em função das normas internas que limitam o acesso apenas aos associados. Nas proximidades, um condomínio de luxo bloqueou o acesso dos moradores à praia, sob o silêncio e o consentimento de agendas políticas progressistas e conservadoras da cidade de Camaçari.

Não é necessária a busca de um dado oficial sobre os gastos públicos com obras que promovam a convivência em espaços públicos na medida em que, com exceção do bairro Rio Bonito, não foi feito nenhum investimento nessas áreas nos últimos vinte anos. Por outro lado, o Rio Bonito tem recebido investimentos duvidosos e precários neste campo. São pequenas reformas de campos e quadras poliesportivas em que o município não apresenta nem o conteúdo do que foi (ou será) feito, nem os valores que serão gastos, nem o que propõe como o resultado das obras e dos serviços.

As ligas desportivas existentes nos três bairros não representam em si grupos de pressão, que apresentam demandas às gestões municipais. Ao contrário, as ligas formam, na verdade, grupos docilizados e manobrados por prefeitos e prefeituráveis enredados em jogos clientelísticos, em detrimento dos verdadeiros interesses de adolescentes e jovens que precisam de lazer, de espaços de convivência e entretenimento como fatores fundamentais ao seu próprio desenvolvimento humano. Quer dizer, em períodos pré-eleitorais e pós-eleitorais estas instituições populares se transformam em verdadeiros gabinetes de candidatos derrotados ou eleitos.

### 3.7. BARES, IGREJAS E CANDOMBLÉS

Não é possível passar por uma discussão sobre coexistência, copresença e relações sociais sem mencionar os espaços privados de caráter público com ou sem

fins lucrativos. Durante o processo de investigação, estas instâncias se apresentaram com ampla abrangência e extrema relevância no contexto da vida social local, mas também enquanto lugares de convivência (bares) e lugares dos quais emanam normas, crenças e valores como igrejas e candomblés. Há um número crescente destes espaços e instituições em todos os perímetros urbanos pesquisados, especialmente nas avenidas principais. Nas ruas transversais, não é diferente e em cada palmo do lugar urbano há um prédio plantado com finalidade de vender bebidas alcoólicas ou propagar fé e crença, de tal maneira que a realidade social é marcada por um amplo e constante fluxo de interações e de vivências cotidianas.

A magnitude deste fenômeno e a sua intermitente proliferação prescindem de contagem, quer dizer, uma contagem que estabeleça um número em razão do fato de que há um estado de quase onipresença nos espaços sociais em questão. Mas com a intenção de gerar uma ideia panorâmica do fenômeno, tornou-se necessário o levantamento destes estabelecimentos e instituições por localidade. Com esta contagem que se deu somente nas avenidas principais, tem-se os seguintes dados, a saber: no bairro do Rio Bonito, são três igrejas católicas, 22 igrejas evangélicas, 26 bares, e nove candomblés; no bairro do Quilombo, na rua principal, há 15 bares, 5 candomblés, (em todo bairro) e 16 igrejas entre católicas e evangélicas; e no bairro de Colônia, por sua vez, foram levantados os números de 17 bares, 9 igrejas entre católicas e evangélicas e 8 candomblés. Estes números são mutáveis na medida em que refletem uma parte da realidade social e não sua totalidade.

Não é possível pensar as relações de sociabilidade e as interações sociais nestes contextos, sem levar em consideração os calendários e as rotinas desses estabelecimentos e instituições. Eles exercem forte influência sobre as condutas locais e o cotidiano. As igrejas e os candomblés possuem um potencial normativo e regulador indiscutíveis. Os dias da semana e os meses do ano normalmente estão enquadrados dentro de uma rede de sentidos e significados do planejamento da vida dos fiéis e dos crentes. Ao longo da semana, há o movimento de cultos abertos e fechados; em cada mês há festas e homenagens a santos e orixás.

Esta rotina é seguida implacavelmente como consequência de processos disciplinadores de sociabilidades e de reprodução social, em que a fé, os laços de amizade, os casamentos, as associações, os encontros, os passeios são muitas

vezes definidos a partir dos critérios de pertencimento religioso. O único fator que, por vezes, altera essa rotina são as competições violentas pelo controle exclusivo do comércio varejistas de drogas ilegais. Os candomblés são as únicas instituições que mantêm seus calendários e horários de realização dos rituais por se tratar de obrigações inexoráveis.

Os bares, por sua vez, representam uma festa em termos de lazer e de interação social. A partir das sextas-feiras, e se estendendo até às segundas-feiras, há um expediente onde tudo é permitido e no qual estes estabelecimentos se tornam os principais pontos de encontro em que uma parte significativa da população se agrega para comer, beber, ouvir música, cheirar cocaína e conversar. A rotina é a mesma em todos eles e em toda região. Geralmente estes espaços começam a receber um número maior de clientes às sextas-feiras no final da tarde e este movimento de pessoas só diminui no final das noites de segundas-feiras. Tais quais os espaços religiosos, estes estabelecimentos privados de convivência e acesso público têm suas rotinas afetadas, e muitas vezes obrigatoriamente alteradas, em razão das disputas armadas por territórios perpetradas por organizações criminais rivais. Nestes períodos, bares, que normalmente fecham ao amanhecer, nem abrem.

Em suma, estas relações sociais de convivência são um fator característico destes espaços sociais que dependem da extensão e flexibilidade e do refluxo (segregação e auto-segregação social), enquanto aspectos variáveis da interação. Isto porque a maioria dos locais de convivência e de copresença não possuem rotinas invariáveis na medida em que são afetados e tem suas rotinas alteradas em períodos marcados por disputas violentas pelo controle dos mercados de drogas locais (LIMA, 2013; 2016).

Tanto estas competições violentas propriamente ditas, quanto o seu simples prenúncio, a permanente possibilidade de conflitos, geram mudanças nos mecanismos funcionais das relações sociais cotidianas. E é por essa razão que o anúncio de um *toque de recolher*, seja ele verdadeiro ou falso, modifica por completo o comportamento social momentâneo, de tal sorte que mudam totalmente as rotinas, influenciando nas idas e vindas para casa, para escolas e faculdades, na frequência rotineira aos cultos, na diversão e encontros em locais públicos e privados, enfim, todo modo de viver cotidiano refaz suas táticas e práticas de ser.



### 3.8. SINDICATOS

Em nenhum dos espaços sociais perscrutados há algo que possa ser chamado de *Cracolândia*, nem o uso abusivo de drogas está immanentemente vinculado às atividades comerciais dos mercados de drogas ilegais. É possível constatar este fenômeno quando as instituições sociais públicas e privadas locais e supralocais mantêm na invisibilidade o uso abusivo de álcool. O alcoolismo não é assunto, não tem sido tematizado da mesma forma como tem sido o consumo de drogas ilícitas, associado ao varejo ilegal de drogas e ao crime comum violento. Embora posto numa situação de invisibilidade social, o uso abusivo de álcool é encontrado em cada um dos cantos das cidades sob a existência e proliferação de um número cada vez maior de *sindicatos* – pontos de encontro de alcoolistas em degradação moral, física e, em alguns casos, em decrepitude mental.

Com efeito, como desdobramento da toxicodependência do álcool, há em curso uma proliferação de pontos de encontros em que alcoólicos se reúnem e compartilham o consumo de bebidas alcoólicas. A maioria composta por homens desempregados, maiores de 18 anos, que fazem *pedágios* (pedidos de dinheiro aos transeuntes) para consumir bebidas baratas, de péssima qualidade, conhecidas entre eles como *bombinhas*. Quase todos os indivíduos que se reúnem nestes ambientes são trabalhadores de baixa qualificação profissional, entre outros motivos perderam o emprego ou o interesse por atividades laborativas, perderam a moradia ou abandonaram suas casa ou sofreram desilusões em relacionamentos interpessoais. Os *sindicatos* estão cotidianamente abarrotados de pessoas que vivem sob as mesmas condições. Alguns são moradores de rua, outros possuem casa e família, mas que optam por viver nas ruas. Estes grupos absorvem cada vez mais moradores, potencializando sua capacidade de angariar mais dinheiro com um número maior de *pedagistas*.

O consumo contínuo de álcool é, nestes espaços de convivência, um problema de saúde pública, que se mantém fora do alcance das autoridades do sistema de saúde, além do fato de não haver nenhum programa consistente de acolhimento e prevenção. Desta maneira, o tratamento mais comum, buscado pelos alcoólicos, quando decidem abandonar o vício, é realizado através da conversão às igrejas evangélicas e/ou aos centros de recuperação ligados a elas, cujos métodos

de *cura* – baseados na fé, no esforço ascético, espiritual e místico pela abstinência – prescindem de análise e parecer de profissionais da área médica e psiquiátrica.

No entanto, aqueles que não buscam este tipo de *cura* não encontram nenhum outro tipo de tratamento, devido ao fato de não haver gastos públicos e políticas públicas consistentes direcionadas para o problema. Consequentemente, o fenômeno do alcoolismo degrada social, física e moralmente uma parcela dos indivíduos, moradores destes bairros populares, exibindo sua face mais tenebrosa quando torna visível a vulnerabilidade social, a pobreza e a miséria. Em suma, a existência desses espaços degradados de copresença fala alto sobre o abismo social e sobre a negação de garantias fundamentais, que caracterizam a condição social e econômica das classes populares na Região Metropolitana de Salvador, na qual um espaço de convivência pode ser um local de degradação profunda.

### 3.9. SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Embora o desenvolvimento dos três bairros aqui estudados resulte de processos de urbanização desregulada, sociopática e subnormal, sem nenhuma regulação social e/ou planejamento urbano por parte de órgãos do Estado responsáveis pela regulação fundiária, os serviços de água, luz, telefonia, fornecimento de gás e transportes são majoritariamente serviços formais. Há uma série de ligações de água e energia irregulares que são os chamados *gatos*. Porém, na maioria dos imóveis, estes serviços são adquiridos e contratados por meios formais e regulamentados. As empresas fornecedoras são empresas com inscrição no estado e nos municípios, tendo permissão legal para prover estas modalidades de produtos e serviços. Em outros termos, apesar do caráter precário do processo de urbanização, o abastecimento de produtos e o fornecimento de serviços são realizados por meios legais e oficiais, que se submetem às concessionárias e, quando é o caso, à fiscalização, ao controle de qualidade e a política de preços.

A importância da descrição deste aspecto da vida urbana, relacionado à aquisição de produtos e serviços, tem por finalidade colocar em perspectiva comparativa, neste campo, a situação atual do Rio de Janeiro e a situação da Bahia. Em muitas comunidades do Rio de Janeiro, serviços como o fornecimento de gás de

cozinha, internet e transporte coletivo dependem e são controlados por grupos informais ilegais, precários, privados, chamados de *milícia*. Conforme Cano (2008) e Cano e Duarte (2012), através de pesquisas que realizaram sobre as *milícias*, são grupos de influência e poder locais, formados por civis, policiais e outros agentes públicos, com a suposta intenção de retomar áreas dominadas por quadrilhas ligadas ao comércio de drogas ilegais, mas que, na verdade, objetivam manter o controle e a dominação dessas áreas através da cobrança de variadas taxas e do controle da exclusividade de prestação e de fornecimento de serviços e de produtos dos mais diversos.

Diferente do caso do Rio de Janeiro, nas periferias da Região Metropolitana de Salvador inexistem grupos informais que tenham a mesma formação e mesmo tipo de atuação da estrutura miliciana descrita acima. Esta é uma constatação que a simples inserção no campo pode subscrever. Nos bairros perscrutados neste estudo, o fornecimento de água e luz é prerrogativa da Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) e Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) respectivamente; a internet é fornecida pelos operadores oficiais de telefonia ou em parceria com pequenos empreendedores locais. As empresas que vendem produtos como gás de cozinha possuem cadastros ativos na JUCEB (Junta Comercial da Bahia), alvará de funcionamento, licença ambiental e permissão municipal. Também as concessionárias de transportes coletivos e as cooperativas de moto taxistas são regularizadas e prestam serviços sob a determinação legal da legislação vigente no estado e nos municípios.

Nas cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas, é possível encontrar uma *cultura* informal do uso e da prestação de serviços, de tal maneira que se pode encontrar em todos os bairros, populares e de classe média, ligações irregulares de água e luz, os já referidos *gatos*. Estas ligações irregulares, nos bairros populares, abrangem fraudes de contrato e captação de internet e de TV a cabo. O transporte clandestino é praticado por vans, carros de passeio e motocicletas. No entanto, estas irregularidades representam disfunções minoritárias, mas que não são operadas por *milícias* e resultam de ações individuais e coletivas, cuja finalidade é obter renda através de atividade informal. No entanto, na RMS, ocorre de um modo geral a formação de cartéis na distribuição de gás de cozinha e água mineral engarrafada, o que resulta muitas vezes em oneração dos valores praticados no mercado, mas sem se constituírem em organizações milicianas.

Finalmente, este excerto tem por finalidade esclarecer dois pontos referentes aos espaços urbanos componentes deste universo. Primeiro, demonstrar a inexistência de *milícias* atuando na Grande Salvador, organizadas sob o pressuposto de proteger a população local de arbitrariedades cometidas por operadores dos mercados de drogas ilegais locais. Naturalmente, tal condição temporal não impede que o fenômeno da organização milicianiana, com a mesma caracterização do seu homônimo do sudeste do Brasil, venha tomar formas e recrudescer no Nordeste e mais precisamente na região em questão como um processo histórico singular.

O segundo aspecto está adstrito ao fato de que, embora as instituições e órgãos públicos não regularizem as ocupações subnormais e releguem-nas à condição de marginalidade sócio institucional, o seu potencial de consumo de bens e serviços públicos constitui um instrumento de pressão no sentido de legalização das precárias condições de existência dos moradores. Ou seja, os serviços que são prestados à população são pagos e geram receita. Por outro lado, o pagamento do Imposto Territorial Urbano (IPTU) não tem gerado a contrapartida necessária como regularização fundiária, requalificação de moradias e gasto social em infraestrutura e mobilidade.

#### 4. TRABALHO DE CAMPO

A descrição e a análise feitas pelo pesquisador do seu próprio trabalho de campo compõem uma metalinguagem possível no campo das ciências sociais. Com efeito, esmiuçar todo o processo produtivo de coleta e análise de dados de uma pesquisa produz uma história, uma narrativa do trabalho e da própria imersão no campo. A descrição de etapas, como a aproximação e a relação com o objeto, as rotinas e os roteiros da prática da observação direta, da escolha dos participantes e a realização de entrevistas constitui a recomposição dos caracteres de uma trajetória. A construção ou elaboração de uma pergunta genuína que pode partir de um repertório conceitual ou contextual constitui o elemento basilar de tal jornada.

Com intuito de compreender um fluxo inesgotável de ação e interação de um espaço societário urbano, através da observação direta, foi necessária a definição de pontos estratégicos de apreensão do pano de fundo pelo olhar. Quer dizer, uma posição que amplificasse o campo de visão e, quando possível, a audiência dos detalhes construtivos e significativos de cada fenômeno. Quando, por exemplo, foi definido o bar de Pedro como local privilegiado de observação do bairro do Quilombo, a singular posição que ele ocupa gerou esta estratégia de definição. Ou seja, o estabelecimento está situado no centro de uma praça pública, no final de linha de ônibus, num dos locais mais movimentados do mercado de drogas local.

Ao posicionar-se numa de suas cadeiras, tem-se uma visão privilegiada da ação e interação dos operadores de uma *loja*, uma boca de fumo do outro lado da rua. Este ponto de drogas é uma estrutura catalisadora do fluxo de pessoas e do fluxo comercial. Esta atividade legal é fomentadora do fluxo de pessoas e de consumidores. Elementos como a distribuição das posições hierárquicas e funcionais dos integrantes da organização criminal logo são captáveis à percepção. De um ponto de observação privilegiado é possível perscrutar qual é a função de cada um no corpo funcional do mercado de drogas ilegais. Posicionado nele, ficam patentes as entradas e as saídas, o trânsito de nativos e de pessoas das cercanias que são abrangidos pelo ato de olhar.

A proposição de lugares em que se passa a realizar a técnica de observação deve levar em consideração a possibilidade de duas práticas, qual seja, olhar e ouvir. Escrever pode não ser algo feito no local de coleta. Na investigação de uma

atividade ilegal na qual seus operadores estão sempre utilizando estratégias e mecanismos de vigilância, escrever pode ser uma etapa posterior à observação, feita em um local discreto e reservado. A maior parte do trabalho de observação pode anteceder ali diariamente na invisibilidade do sujeito da pesquisa e, conseqüentemente, contribuir na estruturação dos roteiros de entrevistas semiestruturadas e informais.

A observação direta de mercados de drogas ilegais impõe riscos e, por essa razão, é necessária a imersão discreta nos meandros do objeto de estudo. Não se trata aqui de um laboratório de análise de fenômenos químicos, onde a observação é realizada de jaleco. Por essa razão, é fundamental construir pontes em que haja confiança e afinidade, com atitudes como frequentar os mesmos ambientes (praças, bairros, ruas, Igreja, candomblés, campos de futebol, etc.), como forma de se tornar parte do todo e imperceptível. Não ser notado é com certeza uma estratégia de segurança que garante maior possibilidade de acesso aos dados. Em suma, essa condição de anonimato deve ser mantida até a coleta de entrevistas, quando as relações de afinidade e de confiança já estarão consolidadas.

Enfim, um exemplo demonstrativo desse argumento é o de que outras instituições locais não se deixam perscrutar, sem antes estabelecer relações de confiança. A rádio comunitária é um caso notório de instituição que não se deixa objetificar sem que antes seja formado um universo de relações amistosas. Fazendo anúncios e propagandas para prestadores de serviço, para o comércio local e de adjacências, a pequena emissora de rádio se mantém desde o final da década de 1990. Mas, nos limites do perímetro urbano, todos estão sendo observados e todos precisam ser cautelosos.

#### 4.1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

O ponto de partida desse estudo foi o esforço metodológico de elaborar uma questão que constituísse de fato um verdadeiro problema de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais. Lemieux (2015, p.33-52) afirma que uma das práticas mais importantes da Sociologia (por extensão, das Ciências Sociais), enquanto ciência da modernidade voltada a compreensão de sistemas e espaços sociais, é a capacidade

de formular questões que engendrem verdadeiras problemáticas. Com base nessa afirmação, impôs-se como uma necessidade monolítica, uma pedra angular, desenvolver uma questão genuína, capaz de suscitar um enigma e que não fosse um questionamento descritivo, nem escolástico.

Esses dois tipos de questão dos quais se propunha afastar não são capazes de apresentar um verdadeiro problema, uma verdadeira problemática. O tipo descritivo de questão, conforme Lemieux (2015, p.33-52) é incapaz de suscitar um verdadeiro problema em Ciências Sociais, na medida em que já está previamente solucionado ou apenas descreve um fenômeno. A esse tipo de questionamento falta o aspecto crucial de uma verdadeira problemática em Ciências Sociais, falta-lhe o espírito crítico. O produto do trabalho desse campo da ciência não pode resultar em algo meramente descritivo.

O segundo tipo de questão, o tipo escolástico, problematizado na obra de Bourdieu (2001), é um tipo meramente especulativo. Suas formulações não são capazes de levar o pesquisador à percepção, diante de seu objetivo de estudo, de um verdadeiro enigma. Porém, eles são capazes de fazer com que o sujeito da pesquisa suponha estar diante de um dilema profundo e de importância fundamental. Mas, para além da imediatez das aparências, o problema não passa de um simulacro de problemáticas de profundidade aparente, que não constitui, nem apresenta uma questão fundamental.

A problemática que foi desenvolvida neste estudo coloca em perspectiva dois elementos diferentes em coexistência no espaço urbano: a estrutura dos mercados de drogas e as redes de sociabilidade locais e supralocais. Diante da percepção da existência desses fatores, foi necessário buscar um repertório conceitual que abrangesse a conceituação de *sociabilidade*. Em Baechler (1995, p.65-106), o conceito se refere aos mais diversos laços sociais que os indivíduos estabelecem entre si. Com efeito, trata-se de redes de relações sólidas, consistentes ou não, entre indivíduos e grupos que podem abranger relações de trabalho, família, parentesco, vizinhança, etc.

Finalizada essa etapa de elucidação conceitual e já conhecendo o objeto de estudo, a problemática foi se aclarando. Desta forma, o problema se constituiu literalmente assim: “Dado que as estruturas organizacionais empresariais e de poder dos mercados de drogas absorvem e associam uma parcela diminuta, em termos numéricos, da população local, como e de que maneira isso pode influenciar e

repercutir sobre a realidade social de um modo geral?” Essa questão geradora desencadeia outras, associadas à dinâmica de tais estruturas, à resignificação das práticas sociais e rotinas e ao fortalecimento e enfraquecimento de vínculos de acordo com sua densidade, extensão, flexibilidade e adaptação.

Assim, como já foi dito acima, foram demarcados três espaços sócio-urbanos integrantes da Região Metropolitana de Salvador para verificar tal questão. Como estratégia de segurança dos pesquisados e do pesquisador, estes espaços urbanos foram renomeados como Rio Bonito, Quilombo e Colônia. Os três bairros são controlados por organizações criminais com estruturas empresariais, hierarquizadas e belicosas. Essas estruturas criminais estão estabelecidas nestes perímetros urbanos e praticam como principal atividade ilegal, o varejo e um relativo atacado de drogas, modalidades comerciais que são praticadas com exclusividade e na maior parte dos casos, sob um ethos expansionista comercial, respaldado em competições violentas.

Para levar a efeito essa empreitada, foram delimitados as técnicas de pesquisa e os métodos de análise, baseados nos quais o objeto de estudo foi perscrutado. O instrumento técnico de coleta principal do trabalho foi a observação direta, que exigiu uma ampla aproximação do universo da pesquisa. Somados a essa primeira técnica, foram delimitados as entrevistas em profundidade e o uso de dados oficiais e de arquivos, essenciais a construção de uma triangulação do processo e dos resultados. O raciocínio etnográfico se impôs como método de análise, de coleta e tratamento dos dados ao longo do processo de objetivação.

Definida a questão, recortado o universo de abrangência do estudo e delimitados as técnicas de coleta e os métodos de análise, restava ir a campo e estabelecer critérios de objetivação diante das relações de proximidade. Como será demonstrado adiante, o universo da pesquisa, os espaços sócio-urbanos e seus atores, eram componentes das redes de relações do sujeito da pesquisa estabelecidas previamente a qualquer intenção de estudar mercados de drogas ilegais. Quer dizer, em decorrência desses laços e redes pré-estabelecidas, a construção do objeto impunha a relação dialógica entre distância e proximidade, entre estranhamento e familiaridade.

Velho (2003, p. 11-19), descrevendo parte de sua trajetória como pesquisador, propõe como etapa central de pesquisa estranhar o familiar, o que consiste em desnaturalizar noções, impressões e classificações. Essa preocupação



decorre de fatos muito comuns na pesquisa em Ciências Sociais no Brasil, do pertencimento do sujeito da pesquisa à cidade, ao bairro, à empresa, etc., que por ele será objetivado. Seus vínculos, fracos ou fortes, presentes no contexto do conjunto de suas próprias relações sociais, se tornam então o objeto de seu próprio trabalho, exigindo uma vigilância muito maior no processo de objetivação.

Sobre este tema, Paugam (2015, p.53-64) também reconhece a necessidade do distanciamento e da incorporação de um olhar crítico. Para isso, durante o trabalho de construção objetiva das problemáticas, seria necessário buscar a exatidão empírica do fenômeno, a exatidão teórica ou crítica e referenciar-se em um conjunto de valores presentes nas ciências e naquele determinado espaço societário. Quer dizer, todos os trabalhos técnicos e a observação direta dos fenômenos, de coleta de entrevistas com sujeitos da pesquisa previamente definidos e análise de dados oficiais e de arquivos, devem ser guiados por esses pressupostos fundamentais.

#### 4.2. O ACESSO AO CAMPO

Os mercados de drogas ilegais da Grande Salvador, aqueles estabelecidos em bairros populares, são marcados por frequentes manifestações de violência, que podem ser associadas às organizações criminais que controlam tal atividade, ou podem decorrer da relação militarizada e belicosa do Estado em relação a espaços sociais populares. Como consequência desses fatores, há nesses perímetros urbanos uma constante regulação e vigilância da conduta por parte dos operadores do varejo e atacado de drogas. Construir uma relação de proximidade com esses atores sociais requer tempo e disposição dispendidos.

Ao se tratar de uma estrutura comercial fragmentada entre organizações rivais, a precaução dos membros destas não está voltada unicamente aos informantes das polícias, mas também aos informantes das organizações criminais rivais. Os permanentes conflitos violentos entre esses grupos forçaram a criação por parte deles, de mecanismos sólidos e consistentes de segurança e proteção. Assim, ao entrar em um bairro controlado por uma organização criminal, qualquer indivíduo estará sob observação e sendo cuidadosamente acompanhado.

Meu acesso ao campo não foi difícil, nem acompanhado de muita desconfiança, por duas razões fundamentais. Primeiro, a condição de nativo de um dos espaços sociais e segundo, a residência e trânsito nos outros bairros. Pois é, eu nasci no bairro que intitulei como Rio Bonito e por essa razão, possuo laços e redes de sociabilidade sólidos, até com pessoas que transitaram para o mundo do crime. O denominado bairro de Colônia, fronteiro com o primeiro, é de certa forma um pouco aglutinado com ele, já que tudo ocorre envolvendo os dois: os campeonatos de futebol, matrículas em escolas estaduais e municipais e os espaços públicos de convivência são comuns e intercambiáveis.

Por sua vez, meus laços e redes sociais no Quilombo foram construídos em decorrência de fatores diversos. No ano de 2003, estabeleci moradia ali, ao me integrar ao corpo discente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no curso de Comunicação Social. Estudei nessa instituição, que fica nas proximidades do bairro, entre os anos de 2003 e 2004. Mesmo após abandonar o curso de Comunicação para me dedicar exclusivamente ao curso de Ciências Sociais, continuei residindo ali naquele espaço urbano até meados do ano de 2006. Decorre daí o desenvolvimento de vínculos fortes e fracos com moradores, comerciantes e jovens ligados a alguma atividade criminal.

Na interação social é impossível impedir que essas redes de sociabilidade se formem, independentemente da origem social e da atividade fim dos atores sociais. A vida social nesses bairros está interposta aos mercados de drogas ilegais e essas estruturas são mutuamente estruturantes. A consolidação de relações amistosas por via da condição de nativo, ou estabelecidas através da residência nesses perímetros urbanos foi, com certeza, uma introdução menos dispendiosa ao objeto de estudo. Sem esse voluntário ato introdutório, o essencial de uma pesquisa desse porte precisaria de mais tempo para se constituir.

Os elementos constitutivos da pesquisa sócio antropológica e fundamentais à sua realização são olhar, ouvir e escrever (OLIVEIRA, 2000). Numa pesquisa dessa magnitude, que perscruta objetos que envolvem algum tipo de risco no campo dos estudos sobre criminalidade e violência, uma etapa anterior ao ponto de partida, o olhar sem miragens, nem assombrações, irá demandar como seu pressuposto algum tipo de *permissão* tácita ou explícita. Portanto, em determinado momento do trabalho de campo, seja o pesquisador nativo ou não, haverá necessidade de se

imiscuir no seio do objeto até se invisibilizar, para logo depois, com esforço, buscar o distanciamento.

Magnani (2002), por exemplo, atribui ao método etnográfico de pesquisa a capacidade de apreensão de elementos da cultura e de suas formas de sociabilidades através do olhar de perto e de dentro. Qual seja, o objeto científico em circunstâncias diversas é o próprio espaço societário e cultural do sujeito da pesquisa. É a sua própria rede de relações, se for parte integrante do conjunto de atores que são delimitados como o fenômeno a ser estudado. Do mesmo modo, as práticas sociais rotinizadas, que reproduzem maneiras de ser e de pensar são as inseridas e, às vezes, incorporadas, aos mapas mentais dos sujeitos da pesquisa.

Por isso, apesar de ter acesso ao universo do estudo sem grandes dificuldades, o desafio do estranhamento não é uma tarefa fácil. Os mercados de drogas ilegais desses contextos urbanos, com seus atores conhecidos, se encrustaram de tal maneira na vida cotidiana que se tornaram aspectos conflitantes, mas consolidados na paisagem. Quer dizer, enquanto pesquisador, em diferentes contextos, enquanto nativo ou residente, uma das dificuldades da pesquisa impõe a desnaturalização das estruturas constitutivas do fenômeno.

#### 4.3. UM OBJETO QUE (NÃO) FALA

A técnica de observação direta foi se tornando cada vez mais um meio central de apreensão e compreensão dos mercados de drogas ilegais e de sua dinâmica. Isso ocorreu como consequência direta da condição ilegal da atividade, o que impõe riscos e estabelece desconfiança que se incorporam à estrutura hierarquizada das organizações criminais, de maneira que todos os assuntos, simples ou complexos, são remetidos às lideranças locais. Ao ultrapassar a etapa da inserção no campo, surgiu outra dificuldade, imanente à pouca capacidade expressiva e de fala dos membros destas organizações. Com raras exceções, era comum mesmo a dificuldade da maioria dos seus membros de formular um raciocínio coeso, bem elaborado.

De fato, era possível ultrapassar as barreiras das regras hierárquicas de tais grupos, desde que fossem estabelecidas pontes baseadas em vínculos amistosos

mais ou menos consistentes. O fato é que para além disso, havia algo intrínseco ao comércio de drogas ilegais cujos corpos funcionais, os operadores, majoritariamente não concluíram o ensino fundamental, de maneira que não eram capazes de articular ideias e raciocínios claros. Não era comum entre este público refletir sobre suas próprias práticas e ações cotidianas. O diálogo entre sujeito e objeto de pesquisa estagnava quase sempre.

Outra razão explicativa da pouca expressividade destes sujeitos dizia respeito à relação entre o crime e uma concepção de masculinidade deturpada já constada por Zaluar (2000) lá nos idos dos anos 1960/1970. Nesse meio, para ser *considerado*, o homem *não fala muito, faz*. Ter a capacidade de expressar ideias não é algo bem visto nesse ambiente. O homem precisa ter *a voz final* que tanto representa uma última decisão sobre um assunto, quanto representa uma relação de poder. Portanto, encontrar um participante flexível do ponto de vista da expressividade, capaz de falar com clareza e coesão, tornou-se mais uma estratégia da pesquisa.

Em outros termos, o objeto que se apresentava era do tipo que não fala, seja em decorrência da condição ilegal da atividade, seja em função da necessidade de autorização hierárquica para falar, seja pelo baixo nível de formação educacional e cultural ou pela ação consciente de uma juventude que quer ser vista a partir dos parâmetros do seu ideal prático de masculinidade. Para dar ênfase, a constatação que tomou forma era de que o objeto não falava ou, quando falava, quase sempre balbuciava. Ora, diante desse quadro, tornou-se necessária uma observação exploratória de sujeitos capazes de formular ideias, raciocínios coesos sobre sua própria condição e atuação naqueles meios sociais.

Bourdieu (2007) observou que, quando se investiga um objeto falante, existe o risco de tomar como fundamental, profundo e verossímil a realidade social tudo que é informado por ele. E assim tomar por verdade o que foi dito pelo interlocutor e construir, a partir daí, uma objetivação baseada em argumentos supostamente científicos, mas que, no fundo, não passam de uma sociologia espontânea de senso comum. Por outra via, no que aqui estava em questão, a maior parte dos membros da estrutura funcional dos mercados de drogas ilegais não é capaz de falar plenamente e mesmo o que não corresponde ao real renitentemente se mantém pouco expressivo.

Por essa razão, antes de observar antecipadamente quem deveria integrar o grupo dos sujeitos a serem entrevistados, foi necessário descartar várias gravações de entrevistas. O conteúdo de cada uma delas não refletia, nem se referia com clareza a nenhum dos pontos centrais da pesquisa, qual seja, o estudo de organizações criminais com perfil empresarial e belicoso e em constante concorrência ou competição violenta por um mercado ilegal fragmentado. Neste caso, se o objeto é incapaz de falar, a possibilidade de triangular técnicas de investigação distintas é inexoravelmente dirimida.

Apesar desta dificuldade, foram elencados participantes, peneirados como metal precioso, no contexto do universo da pesquisa. Associado a isso, desde o ponto de partida, este estudo já teria sido caracterizado e enquadrado na perspectiva metodológica proposta por Magnani (2002), ou seja, como um olhar de perto e de dentro do objeto com potencial de sociografá-lo. Esse tipo de método de análise de dados é visto como uma forma de trabalho de pesquisa capaz de possibilitar, no âmbito das cidades, a apreensão dos elementos da cultura e das formas de sociabilidade. Os meios que tornam isso possível são o olhar, a audição e a escrita em contexto de proximidade espaço-temporal. No entanto, é preciso que haja muita verossimilhança entre os resultados obtidos pela audição e os aspectos constitutivos dos mecanismos de funcionamento das estruturas elementares do real, captados pela observação direta.

Consciente de que nem um inventário etnográfico, nem as coletas de entrevistas em profundidade, tampouco o uso de arquivos, poderiam dar por si só conta de explicar a estrutura constitutiva do fenômeno social em questão, a triangulação das três técnicas de pesquisa adquiriu relevo na base e na etapa mais complexa do processo de investigação. Dito de outro modo, se a observação direta, por exemplo, não foi capaz em algum momento do trabalho de campo de captar a existência de *contatos* entre organizações criminais para acordos comerciais no trânsito de mercadorias ilegais, foi possível captar esse fenômeno constitutivo dos mercados de drogas ilegais através da coleta e da condução de entrevistas face a face.

#### 4.4. PROCEDIMENTOS E DIFICULDADES

Como já foi antecipado, as técnicas de coletas utilizadas nessa pesquisa foram a observação direta, as entrevistas semiestruturadas e o uso de arquivos. Triangulados, esses procedimentos foram fundamentais na construção do objeto. Com isso, os resultados foram se aproximando cada vez mais dos aspectos estruturais e estruturantes da realidade social. A função dos dois primeiros meios de acessar o real, a observação e a entrevista, se impôs como imprescindível na investigação dos territórios de dominação controlados por grupos criminais pautados em uma estrutura empresarial, belicosa, hierarquizada e baseados no uso da força.

A essas duas técnicas nas quais o contato com a população local e os sujeitos do estudo é fundamental e inexpugnável, foram impostos dificuldades e riscos. Isso em razão do fato de que se imiscuir numa área urbana dominada por organizações criminais em constante competição violenta por expansão comercial, em um mercado de drogas fragmentado, requer o cálculo de dificuldades e de riscos. No tocante às dificuldades, não se está diante de um objeto estável e estruturado conforme as normas legais. Ou seja, a informalidade e a situação de ilegalidade das atividades obrigam o pesquisador a refazer muitas vezes o seu cronograma de coleta de dados.

Os riscos que se corre ao estudar uma atividade fragmentada e marcada por competições violentas, que geram violência letal (eliminação física), subletal (incapacitação física e sequelas) e não letal (ameaça do uso da força) são muitos. O pesquisador pode ser considerado como um *alemão*, aliado dos rivais, ou como um informante das polícias pela organização criminal local, como também pode ser classificado como *envolvido*, sujeito associado ao comércio e às organizações criminais, tanto pelas agências de controle social do Estado, quanto por grupos rivais que controlam outro(s) perímetro(s) urbano(s). Estar junto, por perto, do lado, *por dentro* (possuir informações), tudo isso implica em risco. Nesse tipo de trabalho, a solidez, a estabilidade das relações e dos eventos sociais fica em suspenso.

Nas seções seguintes será descrita a forma como cada técnica de pesquisa foi utilizada, as dificuldades que eram conhecidas antecipadamente e aquelas que surgiram na prática do trabalho de campo. Às três modalidades de coleta de dados escolhidas foram impostas dificuldades, tanto pelas organizações e seus territórios

de atuação, quanto pelas instituições oficiais que mantêm bancos de dados em seus sítios e/ou arquivos. Os mecanismos de vigilância por parte do Estado a pesquisas, que discorrem sobre um assunto amplamente tematizado, são parte da agenda oficial, que dificulta esclarecimentos e responsabilizações.

#### 4.5. OBSERVAÇÃO DIRETA

A técnica de observação direta foi escolhida como o principal instrumento de coleta desde o princípio dessa investigação socio antropológica e se consolidou ao longo da trajetória da pesquisa como sua ferramenta central. Diante da dificuldade de coletar dados sobre o objeto de estudo em consequência do pouco uso expressivo da fala por parte dos operadores do mercado de drogas ilegais, a imersão no campo, no universo da pesquisa, requereu uma estratégia de garimpagem de atores sociais eloquentes, em conjugação com um inventário da vida social, ou de alguns dos seus aspectos constituintes em caderno de campo. Esta foi com certeza a maneira de captar a realidade social em questão e por à prova a relação de verossimilhança.

Muitos elementos característicos da vida social local foram anotados nesses cadernos de campo e entre eles estão anotações sobre a conduta dos atores, seus atos e suas práticas, os acontecimentos, as dinâmicas das redes de sociabilidade e, além do que se refere às instâncias formais e informais de controle social, as estruturas ou organizações criminais atuantes em cada um dos perímetros urbanos e sua relação com o Estado e a sociedade. Das estruturas organizacionais, os indicadores estabelecidos na observação foram os fluxos materiais (armas de fogo, munição, drogas ilegais, suprimentos e insumos) e imateriais (ideias, linguagem códigos, estatutos e símbolos), a hierarquia e disposição funcional, as rotinas impactantes, os conflitos e competições e, finalmente, os elementos constitutivos da concepção de poder territorializado.

Sobre a população, os tipos de consumo local e as agências de controle social formal, foram delimitados outros indicadores dos objetivos da observação direta, qual seja, a movimentação noturna e diurna dos atores sociais, a alteração de funcionamento de espaços públicos e privados em decorrência do exercício das

atividades ilegais, a ressignificação das redes de relações sociais dos moradores do plano local e supralocal, o fluxo e a frequência dos usuários, seu perfil etário, de classe, étnico e de gênero. No tocante às instituições policiais na relação de confiança em espaços controlados por organizações criminais, foram inventariados a quantidade e a frequência de agências policiais patrulhando o espaço urbano, as formas de abordagem e sua legitimidade e a criminalidade policial.

Como fundamento para execução dessa empreitada de coletar dados indicativos da realidade social, foi utilizado o modelo, tipo de observação e imersão no campo de estudo chamado por Jaccoud e Mayer (2014, pág. 254–294) de *modelo da impregnação*. Nessa concepção da técnica, o sujeito da pesquisa se insere no meio social do seu objeto de estudo. Esta técnica permite uma profunda compreensão dos elementos constitutivos do objeto, quer dizer, o estreitamento e aprofundamento de um caso. Com efeito, esse tipo de aproximação do problema construído, ou seja, do meio social em que se desenvolve, permite a máxima integração com o objeto.

Jaccoud e Mayer (2014, p.254–294) apresentam mais dois modelos de inserção, ou inserção no campo de estudo, qual seja, o tipo *interpretativo subjetivista* e o tipo *baseado na interação*. No primeiro, o sujeito da pesquisa estabelece uma certa distância da descrição dos fatos no intuito de apreender os sentidos que os sujeitos atribuem a seus atos, o que resulta mais em uma interpretação do fenômeno, do que propriamente na sua explicação. No segundo tipo, o pesquisador interage enquanto um ator social e, conforme os autores supracitados, esse procedimento compromete o distanciamento e a objetivação.

Pautado no modelo da impregnação, no qual a inserção no meio social objetivado não causa comprometimento à objetividade, e desenvolvendo estratégias e mecanismos facilitadores da acessibilidade, inicialmente foi fundamental manter a identidade de pesquisador na clandestinidade. Sob o disfarce da discrição, passa-se como alguém integrado plenamente ao espaço urbano perscrutado, passa-se despercebido. Todo o inventário dos fatos pode ser anotado em diário de campo longe do olhar de observadores, no recanto discreto da casa ou de lugares reservados.

Nativo, no caso do bairro Rio Bonito, e com redes de sociabilidade plenamente desenvolvidas e consolidadas no bairro do Quilombo e no bairro da Colônia, a condição não declarada de observador permitiu ver e ouvir sem ruídos



todos os fatos constantes na dinâmica da vida circundante. Sentar para conversar numa distância curta das bocas de fumo tornou-se uma prática corriqueira. Havia riscos, e muitos até de violência letal, mas daquela distância mínima era possível ter acesso a grande maioria dos mecanismos de funcionamento dos mercados de drogas ilegais, dos sentidos e significados da ação naqueles espaços de convivência. De uma distância curta, a vida pública e privada se deixa ver.

Desta posição privilegiada e, ao mesmo tempo, de risco, foi possível assistir a competições violentas entre organizações criminais e rivais, captar sua estrutura hierárquica e de funcionamento, observar os fluxos materiais (armas, munições, suprimentos e insumos) e imateriais (códigos, estatutos, símbolos, linguagem formas de organização, mecanismos punitivos, etc.), as reiteradas e imperitas ações e operações policiais, a violência letal, subletal e não letal e a decorrente causação de vitimização direta e indireta. Depois, no silêncio, longe da população local, era preciso rememorar cada circunstância e descrever minuciosamente cada um de seus aspectos. A escrita exige um exercício de memória na reconstituição de cada fato e é a parte menos arriscada na investigação de mercados de drogas e de estruturas criminais.

A imersão no campo, baseada no modelo da impregnação, significa participar de fato do meio social local. Isso abrange a frequência dos mesmos lugares públicos e privados, dos espaços de convivência e de sociabilidade, nos quais ocorrem o compartilhamento de ideias, de sentimentos, de indignação em muitos momentos, os mais difíceis especialmente. As redes de sociabilidade dos espaços urbanos controlados pelo comércio de drogas ilegais passaram a compor o meu repertório de vida e redes de relações. Em decorrência disso, foi central para a construção de vínculos fortes com as populações locais, participar de velórios, enterros, ir a delegacias acompanhando um pai ou uma mãe questionando ação ilegítima das agências de violência oficial, etc.

A vivência destas situações e fatos ocorreram em níveis e dimensões diferentes nos três bairros distintos, cada um com sua dinâmica de fatos e acontecimentos. Isso foi possível. Havia um problema decorrente deste parcelamento do campo em três unidades diferentes. Conforme Becker (1997), uma estrutura social global (no caso, o mercado de drogas ilegais mais amplo) pode ser decomposta em estruturas menores (mercados de drogas locais), permitindo a observação, mas podendo gerar resultados e conclusões diferentes. Calculando os

efeitos dessa assertiva e no intuito de obter resultados elucidativos da realidade social, no manual de ações deste estudo se formou um padrão de dados indicativos a serem coletados igualmente em todo universo nele delimitado.

Uma imersão no campo como esta, de longa duração – pelo menos três anos – mostrou-se basililar para superar o que Beaud e Weber (2015, p.185-201) consideram como desafios do raciocínio etnográfico, que são o contato entre o sujeito da pesquisa e o objeto pesquisado e o aprofundamento de um estudo de caso pela inserção no meio social do objeto. Estas duas dificuldades envolvem problemas de métodos e desafios da dimensão epistemológica heurística. Tanto a proximidade do contato entre sujeito e objeto de pesquisa, quanto o aprofundamento de relações sociais no campo podem constituir entraves ao processo de objetivação.

Esquivar-se dessas dificuldades e questões de método não é fácil. Assim, conforme Beaud e Weber (2015, p.185-201), será através da apreensão da repetição dos indicativos sociais anotados em diário de campo, que será possível alcançar, clarificar e organizar a mixórdia dos sentidos e significados, das maneiras de ser, de agir e de pensar e das representações estruturadas e estruturantes da conduta dos atores sociais pesquisados. Outro caminho percorrido no intuito de superar dificuldades foi o uso de entrevistas informais e entrevistas semiestruturadas, realizadas com operadores do mercado de drogas e os atores sociais que convivem no mesmo espaço urbano.

#### 4.6. ENTREVISTAS

Em relação à condução de entrevistas semiestruturadas, foi definido o universo composto por trinta e seis (36) no total, divididos em doze (12) para cada um dos espaços urbanos previamente delimitados. Esse número de participantes por bairro foi subdividido em quatro (4) integrantes das organizações criminais, dois (2) comerciantes locais, dois (2) usuários de drogas ilegais, dois (2) residentes sem relação com comércio legal ou ilegal e consumo de drogas e, por fim, dois (2) policiais atuantes e lotados nas cidades a que pertencem o Rio Bonito, o Quilombo e a Colônia. Desse modo foi definido o perfil dos sujeitos integrantes desta empreitada

na fase inicial, sem consultar o campo e suas possibilidades convergentes ou adversas.

Estabelecida esta composição como pedra angular, foi necessário então buscar aqueles que fossem expressivos em termos de comunicação verbal, capazes de desenvolver raciocínios e narrativas descritivas claras e esclarecedoras. Depois de uma longa garimpagem foi possível selecionar clandestinamente os participantes. Estas buscas e escolhas discretas e clandestinas se deveram aos riscos – ser confundido com informante da polícia ou de organizações criminais rivais – a que se pode incorrer no âmbito local ou regional de cada um desses espaços urbanos. Idas e vindas nos locais de observação, inicialmente como clandestino, permitiram o aprofundamento de laços antigos e a construção positiva de redes e de laços novos e foi sobretudo por essa razão que os escolhidos foram sendo relacionados silenciosamente.

No caso da polícia, da escolha de participantes agentes públicos, esse processo dependeu do auxílio de amigos que intermediaram os contatos. Com efeito, ao longo dos três primeiros anos de pesquisa fui sendo apresentado a policiais militares e civis, mas, como inicialmente proposto, o número deles não precisaria ultrapassar a margem de seis (6). E na mesma medida, o caso da coação, da autocoação e dificuldade de encontrar profissionais eloquentes não foi muito diferente do que vi no corpo funcional do mercado de drogas ilegais. A garimpagem, apesar das dificuldades, seguiu o seu curso.

Diante de sujeitos pertencentes a instâncias, em tese, opostas, qual seja, instituições de Estado e mercados de ilícitos, a dificuldade do uso da fala foi algo comum aos dois campos. No entanto, a procura, e, no caso dos agentes públicos, a informação com a caracterização do perfil do agente foi essencial. A necessidade de estreitar laços não foi um elemento que demandou tempo e observação como no caso do corpo organizacional do comércio de drogas. Ao contrário, os interlocutores já faziam a ponte e detalhavam os seus elementos de constituição. Ocorreu, em um ou dois casos, em que foi possível se aproximar diretamente do policial, mas o perfil criminal desses agentes aumentava a possibilidade de se constituir ruído e risco na comunicação.

Nesse ponto ressurgiu uma questão crucial, *a relação com um objeto que fala*, abordada por Bourdieu et al. (2007, p.50), retomada e criticada por Paupart (2014, p.215-253), como polêmica. Se de um lado a entrevista é uma técnica

importante de apreensão e compreensão de um objeto social, por outro lado os objetos sociais não se deixam captar assim sem a passagem por elementos relacionados a interação social, ou oriundos das conclusões que se pode tomar de cada discurso produzido. Esse ponto de vista, por sua vez, reforçou a percepção e a vigilância sobre o que foi dito por cada operador do mercado de drogas, cada comerciante local, cada policial, cada usuário e cada morador.

Definida tal lista de participantes, as entrevistas foram realizadas de acordo com o tempo, a disposição e a fatores de risco relacionados a cada um dos sujeitos da pesquisa. No começo deste trabalho, foi elaborado um calendário de atividades com uma previsão de agenda que começaria e terminaria no prazo de um ano. Com a sucessão de adiamentos em decorrência de mandados de busca e de apreensão de operadores do mercado de drogas e as disputas e competições violentas de mercados fragmentados, a reelaboração de cronogramas e programações se tornou um aspecto repetitivo da pesquisa.

As piores circunstâncias, aquelas de maior tensão e precaução, ocorreram quando surgiu a estratégia de deslocar os operadores, de carro, de suas casas para lugares e cidades distantes e neutras, com o intuito de fugir da visibilidade diante de operações policiais e diante das rivalidades, que em certos momentos adensavam a iminência dos riscos e perigos. Numa das ocasiões, levei um operador do Comando da Paz de Lauro de Freitas para entrevistá-lo numa casa em um condomínio de classe média em Barra do Jacuípe. Ao chegar na entrada da praça, localizada na costa do município de Camaçari, fomos abordados pela polícia, que, felizmente, conferiu apenas minha documentação e a documentação do carro.

Em consequência dessas dificuldades, a programação de um calendário de entrevistas se mostrou inócua, de tal sorte que foi preciso refazê-lo diversas vezes. Numa investigação como essa não é possível utilizar o mesmo conjunto de técnicas e o mesmo cronograma de entrevistas de uma pesquisa cujos sujeitos participantes são, por exemplo, operários de uma fábrica. No caso em questão, um mercado de drogas fragmentado, com perfil empresarial plantado-móvel estrategicamente no espaço urbano, belicoso, hierarquizado e com potencial sócio regulador das condutas, o tempo de trabalho em campo, conseqüentemente, varia muito, principalmente em decorrência de fatos específicos relacionados ao objeto delimitado, na medida em que as redes de sociabilidade e sua estabilidade são permanentemente fluidas.

Em suma, este método de coleta foi primordial à pesquisa, tal qual a observação, na medida em que, como salientou Barbot (2015, p.102-123), é necessário numa imersão em um campo de estudo considerar os sentidos que os sujeitos atribuem a seus atos, como um fator de extrema relevância na construção do objeto. Porém, não é escusado dizer que o uso da entrevista formou, na verdade, uma triangulação com outras técnicas de coletas. Através de longas conversas registradas em gravador, o êxito de elaborar um inventário de campo abrangente, adensado, com elementos constitutivos amplos e consistentes foi alcançado e somado ao quadro de anotações e de arquivos convergentes.

#### 4.7. O USO DE ARQUIVOS

Além das fontes primárias decorrentes da observação direta e da realização de entrevistas, foram utilizados documentos e arquivos. Com efeito, foram perscrutados dados nas plataformas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os dados dos Mapas da Violência, os anuários da violência do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e jornais. Sob o propósito de analisar as fontes de informações relacionadas ao crime comum violento e a criminalidade urbana, o uso desses arquivos e documentos se mostrou fundamental.

Como forma de examinar minuciosamente os resultados, foi central o princípio elementar do uso de arquivos, enquanto técnica de pesquisa, apontado por Cellard (2014, p.295-316), como uma proposição de exame e crítica destas fontes quando seu conteúdo importa ao objeto de estudo de tal ou tais pesquisadores. Por exemplo, as informações que constam nos arquivos privados de jornais da Bahia sobre a *guerra do tráfico* correspondem aos dados coletados durante a observação direta em cada um dos espaços sócio-urbanos perscrutados? Foi necessariamente o exame e a crítica que responderam a essa questão.

Em outros termos, constituiu-se a avaliação crítica dos dados coletados como a primeira e mais vigilante etapa do uso de documentos e arquivos. É possível antever aspectos explicativos de tal postura em decorrência do fato de que os institutos públicos e privados têm interesses políticos, econômicos e sociais tanto na elaboração quanto na manutenção das conclusões que podem derivar desse escopo

documental. Por isso, meu inventário, a partir de uma perspectiva crítica, garantiu maior fruição sólida e consistente no processo de construção do objeto.

Em grande medida foi necessário um olhar crítico sobre como são tratadas as competições violentas e as mortes decorrentes delas no contexto de um mercado de drogas fragmentado. Com raríssimas exceções, os dados jornalísticos produzidos pelos veículos de informação supracitados podem significar, no máximo, uma estrutura descritiva de uma sociologia espontânea. Há nesses veículos de informação um clichê muito difundido de que a maioria dos homicídios no estado está relacionada às dívidas de drogas, quando na verdade, a maior parte dos crimes contra a vida estão de fato ligados a competições violentas pelo controle exclusivo dos mercados de drogas e a violência oficial.

Segundo Israel (2015, p.141–155), o uso de arquivos é considerado mais central e pertinente, como técnica de coleta de dados de pesquisa, nos estudos elaborados pela ciência e disciplina da História. Muito embora utilizado pelas Ciências Sociais, conforme o autor supracitado, questiona-se em Sociologia se essa prática e técnica constituem um verdadeiro método. Aparte da discussão e fazendo uso deste meio, foi possível concluir e inventariar dados com esta origem, o que demandou aprofundamento e vigilância em função do simples fato de que esses dados não foram produzidos primariamente no processo de objetivação.

Israel (2015, p.141–155), ainda afirma que entre as dificuldades apresentadas pelos bancos de arquivos, mais especialmente bancos de dados públicos, está a acessibilidade. Corroborando com esta afirmação, no contexto dessa pesquisa, nas instituições oficiais do estado da Bahia, por exemplo, o acesso a fontes de dados relacionados a violência urbana, mais especificamente aqueles que enumeram as cifras da violência expressiva (o crime comum violento) e a criminalidade policial é protocolar e de ampla restrição. Em vista disso, é fácil mensurar os objetivos de governos e instituições: maquiar incompetências e omitir intenções e práticas escusas.

No que tange a esta dificuldade específica, é difícil obter informações através da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-BA), que não se deixa perscrutar. Há uma enormidade de procedimentos protocolares que impedem o pesquisador de acessar as fontes de dados que constam nos arquivos de órgãos do governo estadual. Já os dados arquivados por instituições privadas como jornais, no caso de uma pesquisa longitudinal usando palavras-chave, as dificuldades de

acesso se referem à necessidade de pagamentos. Portanto, esses foram os maiores entraves à coleta de dados e documentos arquivados por instituições públicas e privadas.

Por fim, do ponto de vista metodológico, é imprescindível recuperar uma das afirmações de Israel (2015, p. 141–155), segundo a qual, os documentos e arquivos não são capazes de dizer nada sobre o objeto caso sejam lidos fora do contexto de uma questão geradora, ou melhor, não sejam enquadrados em uma problemática de pesquisa. Consoante a esse princípio acima enumerado, é possível estabelecer que somente à especificidade dos mais diversos objetos de pesquisa, de diversas áreas e campos das ciências, importará (ou não) a necessidade dessa ferramenta como instrumento de coleta.

#### 4.8. RACIOCÍNIO ETNOGRÁFICO

Sobreposto aos instrumentos e técnicas de coletas já referidos e demonstrados nas seções anteriores, o processo analítico baseou-se no raciocínio etnográfico. No uso desse método de análise de característica qualitativa, os dados coletados foram postos em perspectiva com os fundamentos teóricos do campo dos estudos geográficos, urbanísticos e, principalmente, do campo de estudos sobre violência e criminalidade urbana das Ciências Sociais. Assim, o primeiro fator condutor da análise do inventário etnográfico foi o aprofundamento da compreensão da relação, ou de sua falta, com a literatura referente a temática da qual emana a questão condutora desta pesquisa.

O modelo de trabalho etnográfico que realizei é o de tipo *sanduíche*, descrito por Barrett (2015, p.251–280). Nesse formato, a estrutura se compõe por basicamente três partes, a saber: uma visão geral da teoria ou revisão da literatura, uma apresentação sistemática dos dados coletados e uma retomada de aspectos cruciais da teoria. No caso aqui em questão, a última etapa foi constituída em perspectiva com a ideia central que sustenta a tese. Com efeito, nesse trabalho a literatura específica foi posta em perspectiva com os dados em todo o corpo do trabalho e na conclusão com a retomada da proposição geradora.

Uma proposição permanente e base do trabalho de investigação foi a rejeição do acúmulo de dados provenientes da observação direta e das entrevistas sem a devida análise. Em outros termos, as informações obtidas em decorrência da imersão no campo de estudos foram seguidas por concomitante análise crítica ao longo de todo o curso da pesquisa. Isto permitiu que dados gerados no trabalho de observação fossem postos em constante filtragem em relação a informações provenientes das entrevistas em profundidade e semiestruturadas.

Em alguns momentos do trabalho de campo, nos quais foram comparados os diferentes dados coletados, transpareceram diferenças que implicaram na descrição, caso não fossem revistos os instrumentos técnicos e feito um aprofundamento do estudo dos casos. Em função destes ruídos na compreensão do fenômeno, foi necessário voltar a observar e rever os elementos constitutivos dos objetos. Por exemplo, o número de integrantes das organizações nos âmbitos locais não podia, somente com a observação, ser alcançado, de tal sorte que gerou disparidades entre a fala dos operadores e o que estava sendo observado.

Por essa razão, em um momento de difícil esclarecimento, a busca por operadores com ampla capacidade expressiva e disposição para falar foi capital nos meandros da pesquisa. Os pontos espalhados localmente, as funções dentro das organizações, a nomenclatura nativa apropriada a elas, o número de integrantes, foram elementos de um inventário possível somente por conta de uma triangulação de técnicas de coleta. Com certeza, neste caso, sem a avaliação dos instrumentos e técnicas metodológicas não seria possível alcançar os resultados.

Esse processo crítico-analítico ocorreu em concomitância com a descrição narrativa. Ou seja, como estabelece Beaud e Weber (2015, p. 185–201), a hipótese de que o tratamento dos dados, como uma forma de avançar na própria descrição do fenômeno, deve ocorrer como uma prática que analisa permanentemente a relação entre objeto e sujeito da pesquisa. Este comportamento garante uma explicação verossímil sobre a proximidade entre o inventário de campo, captado pelo observador, e os elementos e fatos constantes no âmbito da realidade social, ou, neste caso específico, dos espaços sócio urbanos investigados.

Tal postura conforme Beaud e Weber (2015, p.185-201), representa de fato um aprofundamento analítico de um estudo de caso. Quer dizer, em outros termos, uma escavação, uma imersão de perfil arqueológico, que coloca em relação dialógica-analítica os resultados construídos no campo desse material sociografado



e a postura do sujeito da pesquisa. Em decorrência desse princípio, que embasa os manuais etnográficos, minhas posições estratégicas no campo foram constantemente realocadas, reposicionadas, diante de ruídos, ou incertezas, provenientes da coleta de dados.

Em suma, no momento de aplicação dos métodos de análise, confirmou-se a máxima de Gertz (1989, p.3–21), como *uma descrição densa*, ou seja, a fase do trabalho científico em que é necessário desgarrar-se do ponto de vista do observador e ler os dados tal qual eles se apresentam, contribuindo para uma interpretação profunda do real. Quer dizer, um momento fundamental da compreensão e objetivação ou interpretação verossimilhante, no qual é necessário esmiuçar e expor distintivamente cada elemento que constituiu os sentidos e os significados das formas e dos conteúdos das estruturas de cada interação social.

#### 4.9. SATURAÇÃO DO CAMPO

Ainda nesse âmbito descritivo dos instrumentos de coleta de dados e métodos de análise, é importante se referir ao momento em que se tomou consciência de que o trabalho de campo foi concluído, ou seja, a etapa de saturação da pesquisa. Nessa etapa, elementos estruturais técnicos e instrumentais e fatores de ordem pessoal sinalizam o fim do processo de investigação científica. No caso aqui em questão, o estudo sistemático de um universo composto por três espaços urbanos e sociais, localizados na Grande Salvador, engendrou no seu desenrolar uma dinâmica de saturação dos dados coletados mais adstritos a questões de ordem estrutural e relacionadas às posições assumidas pelo pesquisador.

Beaud e Weber (2015, p. 185–201), comentando trabalhos importantes sobre estudos etnográficos, concentram-se na análise de uma afirmação mais objetivista, que argumenta que a pesquisa etnográfica se dá por concluída no momento em que o campo não apresenta mais elementos novos à observação. Segundo esse ponto de vista, ao chegar nesse momento, os dados estariam saturados e as informações e eventos apenas se repetiriam. Deduz-se do conteúdo desta afirmação que esse mesmo momento é, conseqüentemente, o tempo da intensificação do uso das ferramentas de análise. Ou seja, se as informações

coletadas no espaço societário não apresentam novos dados, encerra-se o trabalho de campo.

Com efeito, em dado momento, os fenômenos de campo já não apresentavam elementos inéditos. Mas os problemas de ordem estrutural da pesquisa no âmbito do processo de estruturação se deviam mais à realização de entrevistas do que à observação direta. Quer dizer, foi necessário, apesar das dificuldades, estabelecer um cronograma definitivo para realização de entrevistas em razão do fato de que uma tese de doutoramento é também um processo que envolve aspectos burocráticos. Dentre estes aspectos, está o tempo, o período de quatro anos para sua total elaboração.

O aspecto técnico importante diz respeito ao alongamento do tempo de permanência nos espaços componentes do universo da pesquisa. Muito embora sobre sigilo relativo da identidade de pesquisador, a permanência em locais marcados por conflitos armados e violências interpessoais pode gerar riscos à integridade física de quem estuda tais espaços urbanos. Sua integridade moral não está incólume. Basta que haja um *mal-entendido* em relação a sua presença real e intensa naqueles espaços de subcidadania para que haja acusação pública em relação a tal condição. De modo que os rótulos podem surgir: *X-9* (para o mercado de drogas) e *envolvido* (para a polícia).

Mas a maior dificuldade, oriunda do processo de saturação da pesquisa foi de ordem pessoal. Com efeito, durante a pesquisa de doutorado, somada ao período de pesquisa de mestrado sobre o mesmo tema, em minha condição humana ocorreu uma transformação de ordem moral que me possibilitou naturalizar as expressões de violência. Quer dizer, essa mudança me fez justificar, explicar, em algumas circunstâncias, todos os elementos antissociais constitutivos das práticas locais. Tudo passou a ser visto nas lentes de um simples morador. A partir dessa percepção, que representava um entrave ao processo de objetivação, foi necessário novamente desenvolver a capacidade de estancar manifestações de violência.

Desenvolver a capacidade de estranhamento ante a rotinização de manifestações dos mais diversos tipos de violência e captar seus significados não foi tarefa fácil. À medida em que se aproxima de mercados de drogas fragmentados, estabelecidos em áreas urbanas pobres e baseados no uso recorrente de armas de fogo, tem-se contato constante com situações de violência que vão desde ameaça à eliminação física. A rotinização dessas práticas repercute sobre a compreensão da

realidade, caso não haja um esforço contraofensivo que garanta o permanente distanciamento.

As competições violentas, a violência disciplinar e de sucessão e a violência oficial, todas perpetradoras de violência letal, são os maiores causadores de crimes em bairros populares. As rivalidades entre organizações, baseadas em interesses materiais e de poder, compõem a maior fonte de violência e eliminação física entre jovens. Em seguida, vem a violência oficial e, por fim, a violência disciplinar e de sucessão, aquela dirigida a membros das organizações criminais e que tem por finalidade a correção e a instrução através do exemplo. A rigor, a repetição desse tipo de interação ao mesmo tempo que constrói diários de campo pode contaminar os dados e os objetivos propostos inicialmente.

Enfim, os dados do trabalho de campo deixaram de trazer informações inéditas, novidades a partir do terceiro ano da investigação. Isto diz respeito aos dados coletados através da observação direta. As entrevistas ainda falaram o suficiente para a melhor conclusão do inventário do percurso. A triangulação dos dados se completou mesmo com a análise e o uso de arquivos. Seja como for, a análise através do uso de raciocínio etnográfico e da perspectiva longitudinal só ocorreu através do momento central, que foi a conclusão da imersão empírica.

## 5. FLUXO MATERIAL E IMATERIAL: A GRANDE SALVADOR NA ROTA COMERCIAL DO CV-FDN-ADA-PCC.

Agora é meia-noite. Daqui do imóvel em que estou dá para ouvir os estouros sequenciais de queima de fogos de artifício. Com certeza. Trata-se de uma série de explosões de pequenos foguetes de seis tiros. Em razão deste barulho, o cachorro, desesperado, procura se esconder debaixo dos móveis da cozinha. A televisão está ligada e o som alto, emitido por ela, ajuda a compor as dissonâncias da confusão sonora. Porém, ao contrário do que se possa supor, não está em curso nenhum culto aos orixás nas casas de axé vizinhas, tampouco qualquer outro evento que requeira queima de fogos, como bodas de ouro, como bodas de prata ou como aniversário de alguma personalidade de importância local. Não há mesmo nenhum evento dessa magnitude acontecendo.

Na verdade, tal queima de fogos é representativa de um ritual simbólico e demarcatório, que anuncia festivamente o bom andamento, sem entraves e nem percalços, do fluxo comercial de drogas ilegais. Por esta razão, gerentes, satélites, seguranças, guariteiros (vigilantes), pistas (vendedores) comemoram a inexistência de contratemplos como abordagens policiais, cobrança de subornos inesperados, prisões e mortes entre o local da partida e o destino final da carga. O fluxo material se desenvolveu sem perdas econômicas nem humanas: um verdadeiro sucesso a operação. Em decorrência disto, os sinais de satisfação empresarial e organizacional tomam formas festivas e se evidenciam noite adentro. E a partir deste momento então, as responsabilidades adquirem cunho gerencial e administrativo, com a conferência e a distribuição das mercadorias recebidas entre as lojas (pontos de venda de drogas) ou bocas de fumo associadas ao mercado de drogas local. (Cadernos de campo, 2014-2017).

Os mercados de drogas ilegais da Região Metropolitanas de Salvador, em que tanto operam atacadistas de dimensão local quanto varejistas, são embasados em universos urbanos e materiais nos quais atuam suas estruturas organizacionais criminais referenciadas em formatos marcados por continuidades e descontinuidades. Cada uma destas unidades comerciais é um campo histórico e social em permanente dinâmica, movido por um fluxo de fenômenos concretos, reais, efetivos, múltiplos, comuns e ambivalentes. Estes aglomerados comerciais estão pacífica ou conflituosamente em interatividade e transacionam as principais drogas ilícitas consumidas no Brasil, ou seja, cocaína, maconha e crack. Nestes mercados urbanos de ilícitos, estão em operação relações de poder e relações de dominação forjadas por uma política econômica de expansão territorial, por códigos de regulamentação de condutas e por um tipo específico não convencional de autoridade e hierarquia no nível local e supralocal.

A disposição, o modo como estão dispostos os mercados de drogas dos espaços sócio-urbanos do Rio Bonito, do Quilombo e Colônia, embasa-se em

desenvolvimentos históricos diversos, em termos de autonomia e independência, que implicam conseqüentemente em dinâmicas de funcionamento diferenciadas. Em outras palavras, estas unidades organizacionais que foram fundadas por e através de processo singulares, diferenciados, geraram configurações estruturais singulares. Porém, no que tange ao período de formação, da estruturação de cada uma dessas redes, há uma convergência na escala temporal, na medida em que suas primeiras estruturas comerciais, avulsas ou com rudimentar escopo empresarial, se deram entre a segunda metade da década de 1980 e início das décadas de 1990.

Esta aproximação na escala temporal, aliada a contiguidade espaço-geográfico, solidificou semelhanças e diferenças no seu *modus operandi*, em seus formatos estruturais, em termos de autoridade e hierarquia, em termos de política externa, de interatividade e em termos de procedimentos comerciais objetivos. Assim, nesta mesma linha de compreensão, sobre os processos históricos de formação, captando similitudes e ambivalências, os três mercados de drogas aqui em questão fundamentam uma análise explicativa característica sobre aspectos estruturais como monopólio, ou um movimento em direção a um monopólio, como as diferentes fontes de abastecimento das demandas locais e regionais. E a apreensão destas nuances é decorrente de uma inserção em profundidade no campo, o que permitiu a percepção da existência de relações cruciais de autonomia relativa e Independência nas organizações criminais da Bahia com o Comando Vermelho, com os Amigos dos Amigos e com o Primeiro Comando da Capital.

O fragmento do diário de campo descrito e apresentado acima quer demonstrar um aspecto incontornável do comércio de drogas ilegais entre as redes de cidades brasileiras, estruturante de um movimento, uma dinâmica comercial, fundado na entrada e saída de recursos materiais ilícitos em áreas urbanas sem nenhuma regulação social, marginalizadas, nas quais são irrelevantes e pouco eficientes as formas de controle social formal e informal, que abrangem a violência oficial e de seus mecanismos repressivos conseqüentes de processos tímidos e inconsistentes de promoção de redemocratização e cidadania. Em outros termos, estes espaços sócio-urbanos segregados, habitados por subcidadãos do ponto de vista existencial, sociopolítico e econômico passaram a integrar a rota dos fluxos materiais (armas, drogas ilegais e munição) e imateriais (códigos, estatutos, modelos operacionais e símbolos) de ilícitos entre as redes de cidades do país.

Estes fluxos materiais e imateriais transformaram o modelo estrutural objetivo do comércio de drogas local e foi fundamental na passagem do antigo modelo avulso e preponderantemente de atuação individual para um tipo empresarial controlado por organizações criminais. Nesse processo de transformação, os vendedores avulsos ou se associaram ou foram eliminados pela organização criminal que se formou entre o final da década de 1990 e o início deste milênio. Este novo formato organizacional passou a utilizar como modelo de funcionamento e sua base de ação comercial e econômica os seguintes requisitos, a saber: modelo empresarial pautado na divisão funcional e hierárquica, domínio territorial e expansionista, estrutura belicosa baseada em mecanismos de segurança e uso da força e política de exclusividade comercial.

### 5.1. PANORAMA HISTÓRICO

Uma rede de poder, de relações e de vínculos amistosos e inamistosos entre organizações criminais associadas a um mercado de drogas fragmentado não existia até a década de 2000. As atividades relacionadas ao comércio de entorpecentes, anterior a este formato empresarial e belicoso, eram preponderante e precariamente uma prerrogativa, uma função exclusiva de vendedores avulsos e independentes entre si. Esta independência permitia a concorrência sem rivalidades adstritas ao comércio ilegal e possuía como referência uma política de preços e de qualidade do produto como forma de manter a fidelidade do consumidor. De acordo com Lima (2017), até a primeira metade do século XX, nenhum dos principais veículos de comunicação, sediados no estado da Bahia, havia notificado sequer uma ocorrência policial de apreensão de cocaína.

Com efeito, o comércio era de pequeno porte e disperso por cidades da Região Metropolitana de Salvador e do interior do Bahia e especializado quase que exclusivamente na venda de maconha. Na segunda metade do século XX, conforme os resultados do estudo supracitado, a imprensa local apresentou matérias sobre ocorrências de apreensão de cocaína principalmente no bairro de Águas de Meninos, entre os bairros de São Joaquim e de Pilar, na Cidade Baixa. Apesar destas ocorrências, a maconha continuaria sendo a principal mercadoria

comercializada e vendida em todo estado até a década de 1990, quando a cocaína foi introduzida como alternativa ao público consumidor.

Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, duas grandes bocas de fumo introduziram a cocaína no mercado e despontaram comercialmente na cidade de Salvador, uma no Morro do Águia, no bairro da Fazenda Grande do Retiro e outra no bairro da Engomadeira, na região do Cabula. Com um formato prematuramente empresarial, mas sem a complexidade das atuais organizações criminais que atuam no mercado de drogas ilegais local, estas estruturas foram criadas respectivamente pelo ex-taxista Raimundo Alves da Silva, conhecido como Ravengar e por três jovens cabulenses (Ronaldo Gama Santos, vulgo Betão, Márcio Cavalcanti, o Galego, e Alexandre Galo) que assumiram o controle da venda de maconha abandonada por um assaltante de banco que foi o pioneiro da atividade ali naquele espaço urbano. Em convivência harmoniosa, outras pequenas bocas de fumo vendiam maconha na Cidade Baixa (área litorânea da Baía de Todos os Santos) e nos bairros da Baixa do Fiscal, Uruguai, Iapi, Retiro, Bom Juá, Santa Mônica, Pero Vaz, Caixa D'Água, Pau Miúdo, Cidade Nova, Beiru (atual Tancredo Neves), Liberdade, Cajazeiras, Pelourinho e Itapuã, além de cidades da Grande Salvador e interior.

## 5.2. A FORMAÇÃO DO COMANDO DA PAZ, FRAGMENTAÇÃO E O QUADRO ATUAL

De acordo com Lourenço e Almeida (2013, p.45-76), a população carcerária do estado da Bahia até o ano de 1993 estava reclusa nas cadeias de Salvador e Feira de Santana. A partir deste ano, o recrudescimento de políticas punitivistas e de encarceramento em massa no sistema de justiça criminal adquiriu novos contornos com a ampliação do sistema prisional baiano. Conforme os autores do estudo supracitado, no intervalo entre os anos de 1993 e 2007, as gestões estaduais desenvolveram uma política de interiorização de casas de detenção e penitenciárias, quando foram construídas várias unidades de pequeno e grande porte em diversas cidades e regiões do interior do estado nordestino. O objetivo mais aparente era

descentralizar o aprisionamento da capital e Região Metropolitana, de Feira de Santana e capilarizá-los por toda extensão territorial.

Pesquisas em profundidade, baseadas em trabalho de campo (LOURENÇO E ALMEIDA, 2013, p.45–76; LIMA, 2013, 2016, 2017; CONCEIÇÃO, 2015) mostraram como se formaram e como se estruturaram as atuais organizações criminais que atuam e controlam as atividades do atacado e do varejo de drogas em todo estado. Os resultados destas pesquisas demonstraram que foi no final da década de 1990, com o intuito de garantir direitos e melhores condições de existência dentro do sistema prisional, de pacificação de sua própria sociabilidade, os presos do complexo penitenciário do bairro da Mata Escura criaram uma comissão representativa. Em decorrência deste último objetivo, o de pacificar suas próprias interações sociais, o grupo foi intitulado de Comissão da Paz, por agentes da cadeia pública e da Penitenciária Lemos de Brito. Esta comissão foi criada e reunida por Carlos Jezler da Costa, Genilson Lino da Silva, conhecido como Perna, César Dantas, conhecido como César Lobão, Cláudio Campanha e mais adiante Éberson Souza Santos, o Pity.

No limiar dos anos 2000 este grupo representativo se renomeará Comando da Paz (CP) e numa parceria entre presos do sistema prisional em sincronia com os homens em liberdade, egressos ou não, direcionará suas atividades para o domínio do mercado de drogas ilegais associado a diversas modalidades de crimes neste estado do Nordeste. Neste momento, teve início um processo de apropriação e dominação territorial de espaços sócio-urbanos através do recurso universal a violência baseada no uso de armas de fogo e da eliminação física daqueles vendedores avulsos, ou donos de pequenas bocas de fumo, que não quiseram se associar ao seu controle, ou mantiveram suas atividades ilegais com independência. Esta transformação desencadeou competições violentas que causaram um banho de sangue sem precedentes em todo o estado.

Neste início de empoderamento do Comando da Paz, a transferência de suas lideranças pioneiras da Cadeia Pública para a Penitenciária Lemos de Brito alterou completamente sua dinâmica. Esta mudança promoveu à assunção de Éberson Souza Santos ao centro das relações de poder da organização, o que gerou profundas dissensões internas, em razão de sua conduta violenta e opressora direcionada a seus próprios pares. Em decorrência desta gestão violenta e autoritária, Genilson Lino da Silva, o Perna, em antagonismo ao novo líder e suas



práticas, e apostando na cartilha do *pelo certo*, que codifica no mundo do crime o que é *justo* e o que é *injusto*, deu origem ao grupo rival denominado Caveira<sup>1</sup>, que começou uma jornada de competições violentas de encontro a organização matriz, tanto pelo mercado de drogas ilegais quanto pelo controle do sistema prisional, num duelo que durou até o final do ano de 2009.

Com forte atuação na região do Litoral Norte e agreste baiano desde 2009, o Bonde do Maluco (BDM) ganhou autonomia e denominação em 2013 quando José Francisco Lumes, conhecido como Zé de Lessa, e outros membros da Caveira, romperam, através de um golpe, com Genilson Lino da Silva. Este processo de fragmentação do domínio das prisões e dos mercados de drogas ilegais continuou e entre início do ano de 2013 e o mês de novembro de 2014. O Primeiro Comando do Recôncavo (PCR), criado na cidade de Nazaré das Farinhas por Adilson Souza Lima, o Rosseirinho, foi rebatizado através de um processo de independência de seus fornecedores em Salvador e denominado Katiara.

A dispersão dos mercados de drogas ilegais começou a ganhar aspecto de fragmentação, e como ramificação do Bonde do Maluco, Whashington David da Silva, o Boca Mole, preso desde 2013 na unidade prisional da cidade de Serrinha, em parceria com outras lideranças, criaram o Bonde do Ajeita (BDA). Por fim, na segunda metade da década de 2010, Fagner Souza da Silva, o Fal, que foi membro do Comando da Paz, da Caveira e do Bonde do Maluco, e Thiago Adílio dos Santos, Coruja, ex-frente do Comando da Paz, criaram a mais nova organização criminal da Bahia, qual seja, a Ordem e Progresso (OP), com base no bairro da Liberdade e que estabelece grupos de ataque e expansão comercial chamados de Tropa da Ave, ou do A, e Tropa da Coruja.

O cenário atual do mercado de drogas ilegais local é marcado por alianças e/ou rivalidades entre organizações criminais que disputam palmo a palmo o controle exclusivo territorial e comercial da atividade. Neste momento, o Comando da Paz não rivaliza com a Katiara; o Bonde do Maluco é aliado, apesar de conflitos pontuais, da Ajeita, que, juntas, são rivais das primeiras; os inimigos criteriosamente estabelecidos pela Ordem e Progresso são o Bonde do Maluco e o Comando da Paz. Em todo o estado, há diversas pequenas organizações nomeadas por critérios

---

<sup>1</sup> A organização criminal Caveira, com o processo de fragmentação foi extinta no começo dos anos 2010 e seus integrantes majoritariamente migraram para a organização criminal Bonde do Maluco – BDM. Acupe de Santo Amaro é o único distrito que reivindica sua existência.

regionais que se denominam a partir do nome da cidade em que estão estabelecidas e outras de caráter mais personalista, que foram denominadas conforme o nome do líder do grupo. Na verdade, estes pequenos grupos são ramificações destas seis maiores organizações criminais que atuam e controlam fragmentariamente a Grande Salvador e todas as outras regiões.

### 5.3. AS ORGANIZAÇÕES CRIMINAIS INDEPENDENTES

De maneira diferente destas estruturas criminais denominadas e descritas acima, há aquelas que se baseiam em relativa autonomia. Com desenvolvidas estruturas de poder, de hierarquia e de autoridade, não são demarcados simbolicamente por nenhum signo representativo, nenhuma inscrição, nenhuma senha. Enquanto organizações independentes, dissociadas da política externa de expansão de território, que caracteriza as organizações supracitadas, seu objetivo é única e exclusivamente o comércio no macro e no micro nível, que intenciona prioritariamente expandir os recursos materiais estratégicos, ampliando o universo de consumidores.

Mas tal autonomia é relativa, na medida em que o abastecimento de suas *lojas ou bocas de fumo* é possível através do Primeiro Comando da Capital ou do Comando Vermelho. Em termos comparativos, tentando criar um esquema analítico entre modelos organizacionais denominados e modelos relativamente independentes, pode-se falar em independência no que tange à participação nos conflitos urbanos por expansão territorial, mas, em termos de fornecimento, os grupos independentes são igualmente abastecidos de recursos materiais através dos mesmos fornecedores dos grupos denominados.

Os relatos de campo, resultantes da observação direta dos bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia, demonstraram que o primeiro espaço societário é controlado por uma organização criminal independente na medida em que, em contraposição, os dois últimos são territórios nominados, vinculados, respectivamente, ao Comando da Paz e ao Bonde do Maluco. Isso significa que o universo da pesquisa é composto por espaços urbanos dominados por organizações

que possuem forma e objetivos diferentes, ou seja, o tipo denominado e expansionista e o relevantemente independente.

Esta condição de autonomia relativa não é sem razão, não pode ser explicada através de evidências imediatas, e sua posição comercial neutra diz respeito às próprias exigências históricas do mercado, da distância das fontes primárias de abastecimento, que permitiu a formação de um mercado no nível macro e micro que se manteve a parte do contexto das disputas armadas entre as organizações criminais rivais. Assim, como forma de se manter, como no princípio, mais voltado para a gestão e dominação local do que para a guerra, este mercado se apartou completamente da lógica expansionista que caracteriza a maior parte das organizações criminais baianas.

As estruturas criminais denominadas, embasadas dentro e fora dos presídios, demarcaram simbolicamente seus territórios, cíclicos, de dominação. Nas muitas ruas do Rio Bonito e da Colônia não é necessário muito esforço para notar simbologias demarcatórias de poder como desenhos de escorpiões, mãos simbolizando o número 3 em cada metro quadrado de parede destas localidades. Há uma série de signos, de inscrições gráficas e numéricas que denotam relações de poder estabelecidas e vivenciadas local e supralocalmente através e em função de relações de dominação territorial. Conseqüentemente, não há paredes nesses bairros populares que não anunciem signos de denominações criminais, de organizações criminais que governam, exercem o poder e criam efeitos de poder sobre todo o conjunto da população e dos limites de cada um destes perímetros geográficos.

As implicações de poder fundamental, que exalam dessas estruturas simbólicas, mantêm claros e bem definidos os limites, as fronteiras e as rivalidades entre organizações criminais diversas. Por isso, os conflitos violentos são respaldados e respaldam estas simbologias demarcatórias de poder e de dominação de tal sorte que nestes espaços urbanos estão intermitentemente circulando signos estruturados e estruturantes de poder, cuja violação pode resultar em sanções, que em última instância, põem em jogo a própria vida. Nas relações cotidianas, trocar uma saudação, um *Êa (Hêa)* por um *É nóiz (Noix)* pode significar desde um *pega* (uma surra com conseqüências físicas e psicológicas, às vezes, irreversíveis), passando por uma expulsão do local de residência e podendo chegar, no limite, a uma execução. A sociabilidade dos espaços urbanos, nos quais a empresa

atacadista e varejista do comércio de drogas ilegais se estabeleceu, mudou completamente e se ressignificou de maneira que as relações sociais adquiriram outra dinâmica a partir de uma alfabetização dos signos que permearam este processo de transformação nos modos de ser e viver.

#### 5.4. DENOMINAÇÃO E INDEPENDÊNCIA RELATIVA

Meu filho, querendo fazer uma brincadeira, mas também metido com os meninos de Colônia, tirou uma foto exibindo apenas três dedos da mão, fazendo o gesto *tudo 3*. Só depois fiquei sabendo que os traficantes daqui do bairro não aceitam isso. Pois é, meu menino saiu, um dia depois de ter colocado esta foto na internet, para assistir a uma festa evangélica que estava acontecendo na praça (Rio Bonito). Os moradores me disseram que ele tinha acabado de fumar maconha e estava atento assistindo o culto. De repente chegaram uns dois rapazes, armados, montados em bicicletas, que o levaram para a *torre*, local onde as pessoas que *erram* são julgadas. Lá, ele teve que explicar a foto em que sinalizava com o gesto *tudo 3*; daqui aqui é *tudo 2*. Ele seria assassinado se não fosse um cantor de pagode daqui do bairro, ter presenciado, de me conhecer e ter seguido os traficantes até a *torre* e apelado por meu filho. Por causa dessa apelação meu filho tomou apenas um *pega*, uma surra em que se bate de barrote, de cabo de pá, de ripas até quebrar estas pedaços de madeira pelo corpo da vítima.

Aquela surra transformou a cabeça do meu menino. Ele passou uns dias se recuperando das pancadas que tomou, em repouso, e tomando muitos remédios anti-inflamatórios e analgésicos. Durante esses dias, ele conversou muito com seus amigos do bairro de Colônia, que eu não sabia, professor, que eram integrantes de uma facção de droga chamada Bonde do Maluco. Pois é, era com eles que meu filho estava dialogando e compartilhando informações sobre o que aconteceu e como aconteceu. Ele, depois de se recuperar, já não era o mesmo menino alegre que era, e passou a falar em vingança o tempo inteiro. Começou então a fazer gestos e saudações contrárias, para provocar a facção daqui e a minha casa foi invadida duas vezes quando os traficantes do Comando da Paz vieram matá-lo aqui em casa, sem encontrá-lo. Ele, então, vendo essas ameaças e perseguições, entrou para o Bonde do Maluco para vingar seus *inimigos* e, cumprindo *missões* para o grupo, nas quais teve a obrigação de roubar carros, já é reincidente e cumpre pena na penitenciária Lemos Brito na Mata Escura. (Morador do Rio Bonito)

A configuração atual dos mercados de drogas ilegais da Bahia fundamenta-se em organizações comerciais denominadas, aquelas que desde a origem desenvolveram uma assinatura de identificação, um nome. Como foi descrito acima, as mais importantes organizações criminais que atuam no estado com este perfil são o Comando da Paz, o Bonde do Maluco, a Caveira (extinta), a Katiara, o Bonde do Ajeita e a Ordem e Progresso. A primeira suplementa recursos materiais através de parcerias com as organizações criminais Comando Vermelho e Família do Norte

(FDN); a Katiara mantém suas relações comerciais mais flexibilizadas e possui negócios com os Amigos dos Amigos (ADA), Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital; e as outras três abastecem em conexão com o grupo paulista Primeiro Comando da Capital.

Com características explicitamente diferentes, há, atuando no mesmo mercado de drogas ilegais baiano, grupos criminais sem denominação e relativamente autônomos na medida em que não se vinculam com nenhuma das organizações locais citadas acima, mas que também adquirem suas mercadorias por meio de relações comerciais com o Primeiro Comando da Capital. Estas organizações possuem diferentes políticas internas e externas e diferentes modos de comercializar e se relacionar mutuamente. Das seis organizações nominadas, diferentemente daquelas que atuam com autonomia relativa, emana a notável circulação de símbolos, de inscrições, de estruturas simbólicas e demarcatórias, que estabelecem limites entre seus territórios de ação e exercício de relações de poder.

Em qualquer um dos bairros populares do estado da Bahia, dominados por estes grupos criminais que possuem denominação, estruturas simbólicas com aspectos significativos foram inseridas no conteúdo e na forma de vida local. Assim, desenhos diversos e inscrições diversas, como a representação de escorpiões (CP), de caveiras (Caveira), de carpas ou caveiras (BDM), de estrelas de Davi ou cinco Salomões (Katiara), de caveiras perpassadas por ossos na posição de bisettrizes (Ajeita) e de bandeiras do Brasil (OP) representam e estabelecem linhas demarcatórias de relações de poder. Não se pode prescindir dessas relações, ignorar seus significados impositivos ou se manter numa posição de oposição e resistência explícitas.

Com o intuito demarcar poder, palavras de ordem foram pintadas em rabiscos rudimentares em muros de empresas ativas ou desativadas, em muros ou em paredes de casas, em calçadas, em estruturas físicas de espaços públicos de convivência como quadras poliesportivas, campos de futebol e praças, delineando zonas de controle e de regulamentações instrumentais e informais. Assim, nestes espaços urbanos, em suas estruturas físicas, não é possível deixar de notar as recorrentes pinturas, grafias com carvão ou giz, destes desenhos e de algarismos arábicos sempre acompanhados da grafia dos seus gritos de guerra ou insígnias representativas, compostas sempre com o pronome indefinido *tudo*, formando, conseqüentemente, dizeres que na verdade são delimitações de fronteiras, alerta ou

aviso de uma alfabetização simbólica, local e demarcatória de estruturas de relações de poder e de sanção.

Com efeito, estão gravadas nas paredes expressões como *Hêa e Tudo 2* (domínio do CP), *É Nóz e Tudo 3* (domínio do BDM), *Nóz e Tudo 1* ou *Tudo 3* (domínio da Caveira) *Salve KT e Tudo 4* ou *Tudo 7* (domínio da Katiara), *Ajeita que é Nóz e Tudo 3* (domínio do Ajeita), *Salve e Tudo 5* (domínio da OP). As paredes com estas gravuras falam sobre o espaço societário, sobre suas formas de sociabilidade, suas relações de poder e alertam o transeunte sobre como se conduzir dentro deste determinado perímetro urbano. Em cada uma destas localidades, a paisagem, suas estruturas físicas concretas, comportam estas assinaturas, símbolos e expressões que emanam do mercado de drogas local, mas em conexão com o comércio de drogas ilegais e seus fluxos materiais e imateriais que se movimentam pelas teias das redes de cidades brasileiras e estruturando relações de poder já vigentes no âmbito local.

Na contramão deste perfil, estas simbologias não existem em localidades controladas por grupos que se intitulam *independentes*, cujas relações sociais podem ser captadas através de linhas explicativas alternativas que requerem outro, ou pelo menos paralelo, esquema interpretativo. Quer dizer, suas relações de poder são adstritas às relações sociais cotidianas no contexto daquela realidade social e prescindem de qualquer identificação simbólica no nível da linguagem, da representação gráfica ou nas estruturas físicas locais. No entanto, na maioria dos bairros populares, controlados por grupos criminais denominados, em que a cidadania é um estado de garantias de direitos e deveres tênues e incompletos, as paredes falam, ou seja, as paredes e o que nelas está escrito refletem formas locais de sociabilidade, aspectos cruciais das relações face-a-face e da circulação de elementos singulares da oralidade, maneiras de ser, de pensar e de sentir, que dão sentido à vida cotidiana local.

Esta demarcação de poder e dominação não se restringe a simbologias inscritas em paredes e muros ao longo do espaço urbano, na medida em que circulam e dão vida as estruturas comunicativas quando engendram sentidos estruturantes da linguagem oral e corporal. Todo o trânsito de signos e senhas expressa relações sociais de poder que estão presentes nos diálogos, nas conversas, nas saudações entre homens e mulheres mais jovens, a maioria na faixa etária entre 15 e 29. Constantemente, no cumprimento, na saudação entre

moradores, aparecem as expressões *hêa* ou *é nóiz*, *tudo dois* ou *tudo 3*, que são acompanhados no uso da fala por expressões gestuais. As expressões orais *Hêa* e *Tudo 2* são acompanhados por gesticulações concomitantes de dois dedos da mão; enquanto que as expressões orais *É nóiz* e *Tudo 3* são representados com 3 dedos da mão posicionados numa dada sincronia.

Estas relações de poder ultrapassam os âmbitos locais, através de estruturas simbólicas e gestuais, expressam demarcações territoriais locais e supralocais significativas e são impostas através do uso da força. Um dos efeitos de conjunto destas fronteiras de demarcação foi a segregação e auto-segregação das sociabilidades como será demonstrado adiante. Quer dizer, o morador do bairro do Rio Bonito dificilmente ultrapassará a fronteira do bairro da Colônia em razão destas linhas demarcatórias. A primeira localidade é controlada pelo Comando da Paz, *Tudo 2*, e a segunda é controlada pelo BDM, *Tudo 3*. Os dois bairros competem pelo comércio de drogas ilegais, em competições baseadas no recurso universal a violência pela expansão territorial, que sempre resulta em vitimização.

Uma história descrita em caderno de campo demonstra claramente como e porque é construída uma subjetividade alterada no sentido da auto-segregação. Um grupo de amigos foi convidado a uma festa em uma localidade diferente da que vive e um dos rapazes, precavidamente, alertou: “*É melhor não ir, lá é tudo 3!*”. Em outra circunstância, pelo mesmo motivo, outro jovem respondeu aos que lhe fizeram o convite: “*Eu não vou porque ali é hêa, alemão, e os caras do C.P- Comando da Paz – são muito covardes!*” O local de origem de um indivíduo, seu local de pertencimento, por razões relacionadas às demarcações de territórios e de poder, influencia e impõe novos modos de segregação e alterações expressivas na sociabilidade, tanto no que tange aos usos da cidade quanto no que se refere às práticas sociais.

## 5.5. FORNECIMENTO E ROTAS COMERCIAIS

As organizações Criminais que atuam no Quilombo, no Rio Bonito e na Colônia territorializaram estes espaços através da implantação de suas *lojas ou bocas de fumo* nestes lugares de exclusão, já marginalizados e segregados

socialmente. Estas empresas são abastecidas e reabastecidas através de diferentes rotas, organizações criminais e fluxos comerciais. Os três diferentes organismos criminais possuem estruturas funcionais e composição diferenciadas, além de diferentes dinâmicas de operação e ação, no que tange a interação com outros grupos armados.

O bairro do Quilombo, que transaciona drogas ilegais nos níveis de varejo e de atacado de âmbito local, é controlado por uma organização criminal pautada num tipo de independência relativa (i.e., possui vínculos comerciais com o Primeiro Comando da Capital, mas não é denominada), e se contrapõe à política externa que subscreve os conflitos armados por expansão comercial, territorial, de consumidores e de outros recursos materiais. Em contrapartida, as lojas do Rio Bonito e da Colônia são administradas por organizações criminais, denominadas *famílias*, que se baseiam no uso da força e em um ethos de expansão territorial e comercial no nível comercial micro, ou seja, no varejo.

Estas diferentes estruturas se baseiam em diferentes dinâmicas, que se refletem no tipo de dominação, nas relações comerciais, no fornecimento das mercadorias. Quer dizer, há diferenças importantes e aspectos comuns no tocante aos contratos comerciais, ao abastecimento, de tal sorte que o que é comercializado nos bairros do Quilombo e da Colônia resulta de acordos comerciais e contratuais entre o *staff* daquela organização independente, o Bonde do Maluco e o Primeiro Comando da Capital. Em contraposição, seguindo uma rota comercial e contratual diferente, os operadores do varejo de drogas do Rio Bonito adquirem seus produtos e recursos materiais através de conexões comerciais estabelecidas com o Comando Vermelho e com a Família do Norte. Em outras palavras, o fornecimento de drogas ilegais e o fluxo de recursos materiais (armamentos, munição) são possíveis em função de relações comerciais estabelecidas com duas das maiores organizações criminais do país.

Em entrevista com um operador do Rio Bonito, que acabara de cumprir pena por tráfico internacional, e um operador do Quilombo, afastado das funções por motivos de saúde – recuperação de cirurgias e danos causados por três disparos de arma de fogo no ano de 2015 – foram documentadas descrições importantes, que revelam aspectos cruciais do movimento de drogas ilegais e recursos logísticos do crime entre a Região Metropolitana de Salvador e outras cidades brasileiras:



– Quais são as rotas comerciais de fornecimento de drogas para Bahia? Como estas mercadorias chegam até as organizações criminais baianas?

Tucano – Essas rotas começam na fronteira seca, no Paraguai, não é preciso atravessar a ponte e nem passar pela Receita. Fica mais fácil a passagem das drogas. Só é preciso ir até Ponta Porã, atravessar a fronteira e chegar numa cidade paraguaia chamada Pedro Juan Caballero. A cidade vive em função do tráfico. São vários narcotraficantes trabalhando naquela região. O contato de uma pessoa interliga o Paraguai ao Brasil. Todas as capitais do Brasil têm sempre um *cabeça-cara* (liderança importante na hierarquia) que é o articulador. Pode ser alguém que está preso ou alguém que está fora do sistema, que está na rua - como autônomo ou mandado por alguém que está no sistema (uma penitenciária). É tipo uma ponte chegando ao destino final.

Como é esta travessia? A mercadoria é vendida de que forma? Como ela chega ao destino final?

Tucano – A mercadoria passa de que forma... A mercadoria é trocada por dinheiro em espécie ou por carros roubados no Brasil, uma vez tendo a placa trocada não volta mais. Outra forma de negociação é a prazo, mas aí depende do *conceito* (confiança) e de quantas negociações você chegou a fazer com eles. Por exemplo, o PCC virou uma instituição com muito poder, então eu posso, um anônimo, ir lá, através de uma ligação de um nome grande, de um *cabeça-cara*, para pagar em 15, ou 30 dias que é o normal. Dependendo de como for acertado, entendeu? Porque a pessoa que vai transportar, ir lá buscar, ele pode ou não ter nada a ver com a negociação que foi feita. Ele só vai lá buscar as mercadorias. Às vezes, além de não saber da forma de pagamento, ele também não sabe a quantidade de produtos que está levando.

– As rotas mais frequentes para chegar até aqui na Região Metropolitana de Salvador?

Tucano – São várias rotas, eu já fui por todas e cai (foi preso) em Ponta Porã. Tem a rota de Goiás, que distribui para o eixo Rio - São Paulo, para o norte nordeste; tem a rota do Sul, pelo Paraná e Santa Catarina; e tem as rotas do Norte pelo Mato Grosso e pelo Pará. Todos conectados ao Comando Vermelho e ao Primeiro Comando da Capital com diversas guerras e mortes. As cidades importantes, de abastecimento e de distribuição são as cidades de Porto Quijaro, na Bolívia, que é outra fronteira com o Brasil, não é mais Pedro Juan Caballero, no Paraguai, é uma fronteira seca, que já fez parte com a Bolívia.

Outra cidade é Pontes e Lacerda (MT), de lá você atravessa por um rio que chega até o Porto Quijaro. Aí o problema é o rio, a dificuldade de atravessar o rio, não é nem a polícia, que não aborda ninguém dentro do rio. Isso acontece mais na região do Rio Amazonas. O problema para atravessar são os piratas, que tomam a droga. É como uma milícia e tem que pagar propina e, se você não pagar a propina, a droga é retida por eles, uma vez retida, não se recupera mais. Eles revendem. Outras cidades importantes de onde as drogas vêm são Nova Lacerda (Mato Grosso), Carimbo, Capitán Bado (Distrito paraguaio especializado em comércio de maconha), Ananindeua (Pará), Brasilândia (Mato Grosso do Sul), Guarapuru, Nova Horizontina (Mato Grosso), Chapadão do Céu (Goiás), Chapadões do Sul (Mato Grosso do Sul) e Guavira, no Paraná.

– Quais são os meios que fazem a mercadoria circular, meios de transporte? Estradas? A passagem é livre ou é preciso subornar alguém?

Tucano – Há muitos tipos de transportes. Alguns, por exemplo... Com os negociadores, a contratação para o transporte das drogas é feito assim, desse tipo. Geralmente, nós abordamos caminhoneiros, transportadoras e oferecemos uma boa quantidade em dinheiro, uma quantidade irresistível, entendeu? Se o caminhoneiro sai daqui para levar 100 kg recebe um valor pelo transporte entre 400R\$ e 600R\$ por cada quilo. Cem quilos dá uma quantia de 40.000 a 60.000R\$. Se você levar uma

tonelada vai ser pago uma quantia em torno de 400.000 R\$ por causa da grande quantidade. São quantias tentadoras para qualquer pai de família honesto. Não dá para resistir. A droga então segue seu destino final. Mas pelo caminho ainda tem que comprar muita gente, da polícia principalmente.

– Existem outras formas de fazer o transporte, que não demandem a corrupção policial e o aliciamento de outras pessoas?

Tucano – Sim, existe. Quando não é assim, os contratantes chegam às cidades ao redor, através de intermediários da própria região e contratam motoristas de carros particulares para que este obtenha um carro roubado, leve até a fronteira onde já tem outro carro preparado, com tudo dentro, com as drogas dentro, já estocadas, na parte interna da carenagem, nos compartimentos etc. para trazer a mercadoria para a Grande Salvador e demais cidades do Estado. Isso é o transporte terrestre.

No caso do transporte aéreo, a gente contrata muitos pilotos de fazendas, que trabalham com avião bimotor jogando inseticidas nas plantações, então eles colocam as drogas dentro dos aviões, que voam sempre abaixo da área coberta pelo radar para não serem identificados e aí jogam as drogas no chão junto a um GPS. Aí um grupo responsável pela identificação e localização recolhe a mercadoria. No transporte fluvial, que é feito através de pequenas embarcações, a gente oferece dinheiro para atravessar as drogas no rio Paraguai e no rio Paraná. Estas pequenas embarcações são modeladas para caber e transportar as drogas.

Existe também a modalidade do mergulho no local onde a droga é jogada dentro d'água no rio e os mergulhadores puxam até a outra margem ou até algum ponto. No caso de transporte de pequenas quantidades, de quantidades menores, tem o uso das bicicletas, o uso de transportes através da introdução de drogas no ânus de animais e através de funerárias, com o assassinato de indígenas e a introdução de drogas nestes cadáveres.

Deste depoimento detalhado, é possível levantar as rotas comerciais do norte, nordeste e sudeste e os contatos diferenciados que utilizam as organizações criminais denominadas e independentes. Estas rotas são as mesmas para todas elas suplementarem mercadorias e recursos materiais. É por estas vias que os mercados de drogas da Região Metropolitana de Salvador são abastecidos. A ligação destes mercados com as organizações criminais do sudeste, que atuam em todo Brasil, é confirmada por outro entrevistado, um sujeito que atua como *Pista* (vendedor), no bairro do Quilombo, que, um tanto assustado com a pergunta e suas possíveis consequências, detalha os dinamismos gerais que sustentam as redes do comércio de drogas ilegais no atacado entre a Grande Salvador, o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho:

– Quem fornece as mercadorias para vocês? Como vocês trazem as mercadorias para abastecer suas bocas de fumo ou *lojas*, como vocês chamam?

Acupe – As facções que fazem o tráfico, as principais ou são ligadas ao Primeiro Comando da Capital – caso do Bonde do Maluco – ou o Comando da Paz e a Katiara, que fecham (estão associadas) com Comando Vermelho e/ou com os Amigos dos Amigos. Como já lhe disse o Bonde do Maluco compra as mercadorias do PCC, que é quem tem a droga e veste a camisa (que dá confiança). A gente também tem acordo e faz todo o bolo, toda transação com o PCC, mas não entra nessa de assumir facção, porque desde que a gente começou a trabalhar aqui, nosso negócio é fazer

comércio. (A gente não) Tem guerra contra bairro nenhum. Aqui a gente vende para qualquer facção, a gente vende a qualquer um. Se faltar e vier procurar, tem negócio.

No Nordeste de Amaralina quem manda é o Comando da Paz; uma parte do Tancredo Neves, do Beiru, é do Comando da Paz; a outra é do Bonde do Maluco e qualquer um que vier aqui comprar numa urgência, numa falta, vai ser tratado do mesmo jeito. Aqui não tem facção, a gente não entra nessa guerra para tomar o bairro que não é o nosso. Muita morte sem necessidade está acontecendo por isso. Aqui nós somos independentes. A nossa mercadoria ou vem das fontes através de contatos ou vamos buscar lá mesmo. Nossa parceria é com São Paulo, vem dos irmãos da facção de São Paulo, mas é um jeito de falar que a pessoa que negocia a droga é do PCC.

É como os caras do Comando da Paz, CP, que são inimigos do PCC, desde que aconteceu a morte de uma mulher e um homem em Lauro de Freitas, duas pessoas numa *missão* para um contato dos parceiros, que vieram trazer um carregamento, tiveram a mercadoria, uma carga de cocaína de valor alto, roubada e foram assassinados. Isso aconteceu já faz uns anos, o Comando da Paz roubou a carga, não cumpriu o acordo, executou e enterrou em covas rasas o pessoal que veio na missão para fazer o transporte das mercadorias e foi aí que teve o rompimento dessa parceria com o Primeiro Comando da Capital, o Comando da Paz começou a fechar com o Comando Vermelho, fazendo o contato e o transporte direto ou recebendo diretamente nas suas bocas ou lugares combinados.

A última parte deste depoimento é importante para explicar as mudanças no perfil das conexões comerciais, abastecimento de recursos materiais e assunção, ou associação, ao capital material e imaterial difundido principalmente no território nacional pelo Primeiro Comando da Capital e pelo Comando Vermelho. Realmente, os fatos apresentados no final da entrevista acima explicam as causas e demarcam o momento do rompimento das relações comerciais e do estabelecimento de uma guerra entre as organizações criminais PCC de São Paulo e o Comando da Paz da Bahia.

A ruptura ocorreu em maio de 2010, quando Camila Pedreira Frias, que estava com seu filho de um ano, e Jean Carlos dos Santos, vindos de Mauá em São Paulo, chegaram ao estado da Bahia, entraram na Grande Salvador com uma carga de cocaína, avaliada em 100.000 R\$, com a missão de entregá-la ao Comando da Paz, receber o pagamento pelo produto, voltar para o sudeste e prestar contas. Mas sob a liderança de José Roberto dos Santos, Robertinho, que tinha o aval de David Silva Viera, o Gordo, recluso naquele momento na Unidade Especial Disciplinar (UED), o grupo de Daniel Santos Barreto, o Café, aplicou um golpe na maior organização criminal do país.

Com tudo previamente calculado e previamente planejado, eles sequestraram o casal, abandonaram a criança de um ano em um carro Ecosport na Avenida Paralela, mataram-nos e os enterraram em covas rasas na Rua Queira

Deus, no bairro de Portão, em Lauro de Freitas. Era madrugada, o casal foi arrastado para uma área ecológica, uma área de Mata Atlântica ainda preservada, local esmo, de difícil acesso, no qual a organização criminal local costumava aplicar sanções, seviciar e matar. Os membros do grupo amarraram Camila numa árvore e saíram à procura de Jean, que havia fugido, mas que, em função de não conhecer a geografia da área, foi capturado minutos depois escondido na fundação de uma casa em construção.

Naquele instante, um microempresário foi obrigado a abrir sua pequena loja de material de construção, da qual os indivíduos, designados para aquela *missão* pelas lideranças da organização, levaram cavadores, pás e enxadas. Com os instrumentos necessários à ocultação dos cadáveres, e tendo o casal preso, eles levaram até o fim as ordens que vieram do presídio Lemos Brito. Mataram o casal em um matagal, em uma zona de matas e florestas paralela à rua principal, que corta o bairro de ponta a ponta. Moradores vizinhos ao local do seviciamento e das mortes ouviram, como de costume, os pedidos de clemência e os gritos decorrentes da dor provocada por práticas de tortura e estupro, além dos disparos de arma de fogo que calaram as vítimas.

Após matar e ocultar os cadáveres dos dois integrantes da organização criminal paulista, o Comando da Paz ainda simulou um sequestro com o intuito de tirar mais benefícios daqueles que até aquele momento eram parceiros comerciais. Os homens envolvidos na *missão* de dar o golpe, de quebrar as regras do contrato, ligaram para lideranças e contatos do PCC, passaram-se por policiais, disseram que tinham sequestrado Camila Pedreira Frias e Jean Carlos dos Santos, que estavam com eles e de posse da mercadoria e, por fim, pediram um resgate no valor de 50.000 R\$. Os membros do Primeiro Comando da Capital pagaram o resgate, mas nunca receberam de volta nem a mercadoria nem os *irmãos* (como são chamados os membros do PCC) vivos. Antes de terminar o mês de maio daquele ano, o crime já estava esclarecido, José Roberto dos Santos, um dos mandantes e um dos executores do sequestro e dos assassinatos, foi preso no estado de Sergipe e apresentado pela polícia no dia 31 de maio no auditório da Secretaria de Segurança Pública.

Logo após a descoberta detalhada do ocorrido, o PCC começou a cobrar aos parceiros atitudes em relação ao Comando da Paz, que passou a ser considerado pela organização criminal de São Paulo como um inimigo a ser

combatido e eliminado. No dia 28 de maio de 2010, Renildo Santos do Nascimento, o Aladim, foi encontrado morto enforcado com as próprias roupas em numa penitenciária de segurança máxima em Catanduva, no estado do Paraná. Robertinho, sete dias após a sua prisão em Aracaju, foi encontrado morto numa cela do regime especial disciplinar do complexo penitenciário do bairro da Mata Escura. Algum tempo depois, Daniel Santos Barreto, Café, foi assassinado, com diversos disparos de arma de fogo quando aguardava sua companheira nas imediações de uma igreja evangélica, na qual ela estava assistindo a um culto no bairro de Vida Nova, em Lauro de Freitas.

## 5.6. QUILOMBO COMO CENTRO DE ABASTECIMENTO

Todas as estruturas comerciais criminais do mercado de drogas local fazem seu próprio comércio e estabelecem suas relações comerciais para obtenção de recursos materiais, drogas, armas e munição, independentemente da existência da *loja* central do Quilombo, que tem a capacidade de suprir demandas no varejo e no atacado. Porém, em momentos de necessidade e de urgência, todas as organizações criminais baianas podem adquirir mercadorias lá. No interior do estado, onde proliferam pequenas organizações criminais de caráter regional ou personalista, ligadas aos cinco maiores grupos criminais do estado, a recorrência ao atacado nos perímetros do próprio estado é muito maior.

Assim, o bairro do quilombo não impõe dominação, não obriga a *vestir a camisa (se associar)* a nenhum dos grupos criminais baianos, não está em guerra por recursos e por consumidores, não assume um lado nas disputas por expansão econômica, de poder e domínio territorial, permitindo assim que seu ponto central tenha uma posição de neutralidade diante dos conflitos violentos locais e ampliando significativamente, como um entroncamento ou centro de abastecimento, suas relações comerciais.

A loja central do Quilombo não se alinha às estratégias comerciais do Rio Bonito e da Colônia e atua nos níveis comerciais do varejo e do atacado. Em consequência deste modo de atuação, assumiu o papel de centro de abastecimento de Salvador, região e interior do estado. Quer dizer, em circunstâncias de demandas

extras, em períodos de urgência, de picos de consumo, nos quais a oferta se mostra menor do que o procura, recorre-se a esta fonte de fornecimento no nível atacado, que atende de igual modo, tal qual uma função burocrática impessoal, qualquer estrutura criminal.

Isto significa que o atendimento se embasa em pressupostos objetivos e sem distinção, na sua *loja* central, às organizações criminais menores do interior, derivadas e associadas das principais estruturas criminais da Bahia, e fornece igualmente aos operadores do comércio de drogas ilegais de bairros de classe média, que atuam em áreas *nobres*. Assim, a *loja* central do Quilombo é fundamental para o comércio de drogas na Região Metropolitana e para o interior do estado devido aos seus pressupostos de política exterior, de não agressão, nem expansão territorial, baseados em autonomia e independência relativas.

Há uma enorme concentração de população, de atividades econômicas e de recursos materiais na Grande Salvador, o que implica em uma fortíssima dinâmica de fluxos materiais e imateriais nesta rede de cidades, em plena comunicação com outras redes de cidades brasileiras. O Primeiro Comando da Capital, o Comando Vermelho e os Amigos dos Amigos estão operando fluxos de mercadorias e armas de fogo, de estatutos, códigos de conduta, de simbologias demarcatórias de fronteiras e de maneiras de ser, de agir e de pensar. Os fluxos materiais ilegais estão conectados com fluxos de estruturas simbólicas, que são reproduzidas nas práticas sociais, mas que inicialmente foram impostos através de mecanismos instrumentais violentos de regulação das condutas.

A posteriori, estes mecanicismos instrumentais deixaram de ser puramente violentos na medida em que a pura violência e a ameaça do uso da força não foram capazes por si só de estabelecer coesão dentro destas estruturas criminais em coexistência com a população. Assim, tais estruturas passaram a estabelecer e a praticar uma relação social com base no convencimento, que resultou em legitimação da autoridade, da hierarquia e da obediência, como uma disciplina interna do estatuto da organização, socializado e vivido no cotidiano dos mercados de drogas.

Eu te falo que a facção CP (Comando da Paz) não é forte, nem tem poder lá fora, oprime demais e a droga não é boa. Eles fazem o movimento deles, com seus contatos lá fora, com o pessoal do Comando Vermelho. Mas aí, depois que o BDM tomou aqui a favela alguém oprimiu mais morador? Alguém anda batendo e oprimindo morador? Usar a violência com o morador, oprimir o morador, só faz trazer a polícia para cima da gente. A

mesma coisa é aqui com os parceiros, tem que ser *pelo certo* (código de conduta), tem que seguir o crime, mas não pode oprimir, porque aí o irmão começa a fazer o jogo do *alemão* (rival ou inimigo) e ninguém que ir dormir com o inimigo. Então quem tem atitude, disposição para a função vai ter o respeito de nosso *pai* (forma como as lideranças são chamadas) e ainda vai crescer, assumir o lugar no caso de um *frente* (liderança responsável por um determinado território) morrer, mas tem que respeitar quem representou e já chegou a um lugar melhor. Às vezes, a população da favela não vê a nossa consideração. Todo mundo batiza a droga, faz mistura aqui mesmo em Salvador, pode receber aqui ou sair para buscar. A gente vai lá fora buscar, até no Paraguai. O que não pode é oprimir nem desacreditar dos irmãos. Nosso parceiro é do PCC, mas a gente faz nosso corre por fora também. Os *alemão* (inimigos) cola com os CV, é tudo com os cara de Rio de Janeiro, droga, armas, tudo. O que a gente compra e vende é com São Paulo, com os irmãos do PCC, que faz o corre das vendas para outros estados, para outras cidades e tudo mais. (Venceslau, Operador de Colônia).

No depoimento do operador acima, pertencente à Colônia, território controlado pelo Bonde do Maluco (BDM), surge uma vez mais, além da observação de que as relações entre os membros da organização não podem ser exclusivamente violentas, as conexões comerciais, as rotas dos mercados de drogas pela rede de cidades do país. Quer dizer, confirmam-se e desvelam-se as teias comerciais nas quais circulam e são contratadas mercadorias com as mais significativas organizações criminais nacionais. Tais grupos transacionam e interagem a partir da designação de um setor incumbido de promover interconexões, que movimentam dinheiro e pré-datam dias de entregas e de pagamentos. É uma relação fundamental e importante para as atividades comerciais do Bonde do Maluco, que apesar de ter tido as bases comerciais expandidas por diversas cidades e bairros do estado, mantém seu ethos expansionista, sua política de expansão por território, recursos e consumidores.

Com base em *contatos* e meios de aquisição diferentes, os produtos vendidos no bairro do Rio Bonito, dominado desde o início de 2014 pelo Comando da Paz, são contratados através de redes de donos das organizações criminais que atuam no Norte e Centro-oeste, o Comando Vermelho e a família do Norte. As rotas entre o Comando da paz e estas organizações ocorrem majoritariamente por vias constantes no norte do país, que são mobilizadas por operadores comerciais importantes na hierarquia das empresas parceiras, demarcando assim as relações de poder e de controle disciplinar. Trata-se de uma rede de comunicação comercial que tem como gestor a maior organização criminal do Rio de Janeiro. Estes fluxos de drogas ilegais e de recursos materiais são pautados por definições de anuência,

de preços e de prazos que vêm de cima, dos mais elevados estratos da hierarquia organizacional, designados para executar e gerir o sucesso de tais transações.

Em conformidade com informações provenientes dos operadores do mercado de drogas, agentes públicos, com quem conversei, confirmam a existência destas rotas, as quais foram descobertas através de interceptações realizadas pelo serviço de inteligência da polícia civil do estado. Em uma das entrevistas que fiz com policiais, conversei com um agente de polícia civil, que havia deixado a DTE, Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, que entrou no eixo temático das rotas comerciais:

As facções ligadas ao PCC, que atuam na Bahia, são o BDM e a Caveira, as duas se opõem ao Comando da Paz (CP) e contratam drogas e armas da facção paulista. (A Katiara faz negócios principalmente com os Amigos dos Amigos e não é rival nem aliada do Comando da Paz). E existe uma relação de compra de drogas do Comando da Paz e o pessoal do centro-Oeste. O Comando da Paz não tem mais relação com o Sudeste, com o PCC. A relação (comercial, contratual) é junto com o pessoal do Comando Vermelho, que atua na região do Centro-Oeste do Brasil, através de facções irmãs, a FDN. É muita droga que vem do Centro-Oeste, que pega coisas (drogas) da Bolívia, que passa pela região Centro-Oeste e chega no CP. Eu sei que o CP tem relações de compra de drogas em atacado ligadas às regiões centro-oeste. (Alzerindo, policial civil - ex-DTE).

Neste excerto de entrevista, muitos pontos confirmam tudo o que foi dito pelos operadores de cada um dos territórios estudados. As mercadorias negociadas nos mercados de drogas baianos seguem um fluxo de relações comerciais entre cidades do Sudeste, centro-oeste e norte. As *lojas* do varejo e/ou atacado da capital e do interior são abastecidas por relações comerciais regulares com o Comando Vermelho, com os Amigos dos Amigos e com o Primeiro Comando da Capital. Tais redes de comunicação são possíveis através de rotas que obedecem a mesma logística da economia formal, ou seja, as transações são realizadas através da utilização de redes viárias e de transbordo. Uma proposição científica encontrada na ciência da geografia (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p.167–184), enfatiza que os meios de comunicação terrestres, viários, fluviais, marítimos, aéreos e as estruturas técnico-científicas ampliam e recrudescem os fluxos materiais entre estados, cidades e populações.

Estas estruturas e seu desenvolvimento foram cruciais para consolidar os movimentos de estruturas e de organizações criminais ligadas aos mercados de drogas de todo o país, que utilizam destes recursos logísticos para estender suas redes econômico-comerciais. A produção de drogas ilegais precisa ser escoada e os



mercados de drogas precisam ampliar suas rotas de expansão, seus fluxos de capitais e de relações de poder. Conseqüentemente, a circulação de drogas ilegais e armamentos através de fluxos materiais aéreos, ferroviários, rodoviários e aquaviários entre redes de cidades e a corrupção de agentes públicos do país em todos os níveis de atuação foram os fatores necessários e estruturantes da consolidação e da expansão, principalmente do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital, para todo o nordeste do país.

### 5.7. REDES DE CONTATOS

Em decorrência da existência destas rotas comerciais é necessário descrever a importância do uso de recursos humanos e técnicos que possibilitaram esta interconexão entre estruturas organizacionais estabelecidas entre o sistema prisional brasileiro e a rua, na operação desta atividade ilegal. É preciso, portanto, descrever as redes de contatos compostas por um aparato humano e técnico-científico-informacional que viabiliza, possibilita as relações comerciais, dá agilidade ao movimento de mercadorias, ao escoamento da produção da indústria armamentista e de drogas ilegais. Este setor básico da hierarquia funcional operacional destas organizações criminais possibilita o movimento de estruturas materiais (armas, drogas, munição) e estruturas imateriais (códigos normativos de conduta, estatutos, modelos organizacionais, signos e símbolos) de sua produção material e da produção simbólica.

Em outros termos, dentro da divisão do trabalho nos mercados de drogas ilícitas, a rede de contatos é responsável pelas dinâmicas internas e externas e pela expansão da rede de mercados por cidades de todo o país. Há uma estrutura responsável por informações sobre o preço de mercadorias no atacado, sobre rotas, sobre deslocamentos, sobre os tipos de negociação com agentes públicos e sobre circulação de pessoas e mercadorias. O excerto de entrevista a seguir apresenta dados sobre os mecanismos de comunicação, interconexão e movimento entre regiões diferentes:

– Na Bahia, quando uma organização criminal quer abastecer, ela envia um portador até onde as mercadorias estão ou elas são trazidas até aqui?

Massada – As negociações são feitas daqui mesmo, dos presídios, uma pessoa – pertencente ou não a organização – é contratada para levar um carro até o local que está a mercadoria ou a mula sai de lá com o carro e recebe sua parte no destino final. Os presídios de Salvador têm ligações com os presídios do Rio de Janeiro, os de São Paulo, do Paraná, de Aracaju, de Manaus etc. Todos os presídios brasileiros se interligam e se comunicam. Cada facção se comunica com o seu time lá, cada um com seu lado. Quem é dos PCC da Bahia faz negócio com um contato do PCC de São Paulo ou com um contato do PCC que esteja no Rio Grande do Sul, no do Paraná. Quem é do Comando da Paz aqui tem contacto com o Rio de Janeiro, com Comando Vermelho, mas também fala com pessoas do CV que estão em Minas Gerais, no Ceará ou em Manaus ou em qualquer outra região. A comunicação todos tem. Todas as facções tem conexão em todas as cadeias do Brasil, que estão repartidas entre facções.

– Fale um pouco sobre quem faz o transporte depois de feitos os acordos, os contratos, sobre os transportadores.

Massada – A pessoa que vai na missão do transporte pode ou não pertencer a facção, pode ser uma pessoa contratada só para ir buscar. Às vezes, não é preciso a pessoa saber o que está transportando, nem a quantidade, mas precisa pegar um carro e se deslocar e voltar com as mercadorias ou com armamentos, munição, com tudo. É como uma pessoa que vai buscar um contrabando, qualquer coisa ilegal, entorpecentes, arma de fogo. As rotas de armas de fogo são as mesmas e as ligações também. Geralmente, as mercadorias param no Paraguai, aí tem cinco pessoas, algumas estão levando drogas, outras estão levando armas. Daí um número de pessoas para o norte, ou para o nordeste e assim por diante... Sudeste, aonde for... Por exemplo, buscar 100 kg de maconha, 100 kg de cocaína.

– Então o contato é parte da empresa responsável por ligar narcotraficantes a grupos menores?

Massada – Sim, eles têm uma grande responsabilidade e é assim que as facções são interligadas a narcotraficantes. Tudo depende de um contato que tenha respaldo. No Brasil, no Rio de Janeiro, tem que fazer a droga circular, distribuir, vender em poucas ou grandes quantidades. A quantidade de toneladas que é distribuída por várias cidades, vende e o dinheiro retorna, aí tem milhões. Tudo isso faz parte, pertence hoje às facções da Bahia também. Usar contatos, pessoas que tenham respaldo (respeito) do narco ou da facção. Mesma coisa em todas as regiões e por aí afora. Quem fica nas favelas, no popular o patrãozinho, o coroa, fica trocando tiros com a polícia, matando rivais, tem seus interesses, mas é apenas cobaia nesse mundo – Mercado Internacional de Drogas Ilegais – muito maior. A droga precisa ser vendida, quem está no bairro se arrisca e os narcos passam despercebidos. Os caras (narcotraficantes) quase não dão um tiro, eles gostam mesmo é de dinheiro. O que eles dizem? "Eu sou o rei, os soldados que guerreiam lá, enquanto estou no meu castelo comendo caviar e tomando champagne."

Nos bairros do Rio Bonito e da Colônia esta divisão funcional responsável por fazer os contatos atua de dentro dos presídios baianos e em permanente comunicação com a rua, com os membros da organização que estão *na atividade* (em ação). No Quilombo, por outro lado, este setor atua por fora do sistema prisional, deixando no bairro gerentes, mas ao mesmo tempo dialogando com os membros, os *parceiros*, que estão dentro das prisões. Esta diferença se explica em razão do fato de que se trata de três organizações com perfis e modelos estruturais diferentes, atuando de maneira diversa. Porém, para além desta diferença pontual,

preponderam neste caso as similitudes, em que no corpo administrativo das três organizações é fundamental este setor de apoio necessário à dinâmica e a mobilidade da produção nas interconexões entre a venda no varejo e no atacado.

Tais redes de contatos são uma especialidade, um setor da divisão do trabalho responsável pela circulação de mercadorias, tecnologias, informação e relações de poder e simbologias. Em suma, esta estrutura de sustentação comercial utiliza e manipula tecnologias de informação (computadores, celulares, redes sociais etc.), vias de comunicação e transporte (terrestre, marítimos, aéreos) e recursos humanos especialmente designados e qualificados para possibilitar a interação social e o intercâmbio comercial:

O contato é um relacionamento que a gente tem nas cadeias e fora delas. São pessoas responsáveis por agilizar toda transação. A gente faz acordos com outros parceiros, de outras cidades, de outros lugares. Aí o cara já passa uma droga, que não tem que pagar na hora, nem nada. Em cada lugar não tem um dono? O parceiro, às vezes, está lá dentro do sistema (preso), sendo humilhado, lá na dificuldade (...). Mas é ele ou uma pessoa daqui que faz o jogo. É ele que é *considerado* e quem vai mandar a mercadoria chegar. É tudo na confiança dele. Nós só vamos esperar nos horários ou ir buscar se ele mandar. O piloto (motorista, condutor de carro – uma mula) sabe como chegar aqui e a gente sabe com chegar lá. Às vezes, o cara manda a gente ir negociar direto lá, foi o caso da vez que o parceiro Leandro foi até em outro país buscar armamento para fortalecer. O parceiro conheceu o Paraguai e quando ele chegou, e porque ele não foi preso no caminho a gente fez uma festa e soltou até foguetes de madrugada. A gente já fez umas correrias na *missão* (ação designada) de ir mesmo lá fora pegar, mas também chega aqui, é só o *coroa* (liderança) combinar. Mas para chegar até o *contato* tem que ser um *cabeça-cara* (indivíduo importante na hierarquia da organização criminal ou em situação de evidência) para pedir a mercadoria e a mercadoria chegar (Ademilton, Operador do Rio Bonito).

Esta é mais uma descrição da operacionalidade e liquidez da função de contatar e escoar mercadoria. Os papéis, atribuídos à rede de contatos, são aqueles relacionados à associação entre organizações e à circulação de mercadorias. Em um momento da entrevista, o entrevistado revela a autonomia e iniciativa, vinculadas ao capital social da rede de donos do comércio de drogas ilegais quando descreve uma viagem em que membros do Comando da Paz foram ao Paraguai negociar armas e munições em 2016. A operação foi um sucesso, bem-sucedida e resultou em salvas de tiros e numa festa que varreu a madrugada de uma noite de sexta-feira.

Em suma, a relação contratual com alguns dos maiores aglomerados empresariais de armamento e de drogas ilegais do Brasil, o trio CV–ADA–PCC, suplementa, abastece e reabastece permanentemente os mercados de drogas de

todo o estado da Bahia. Ou seja, algumas das maiores estruturas criminais brasileiras, bem estruturadas econômica, hierárquica e geograficamente, atravessaram fronteiras, cortando regiões de sul a norte, consolidando tentáculos, movimentando negócios, mercadorias, estruturas de relações de poder e estruturas simbólicas.

## 5.8. FLUXOS IMATERIAIS

O Rio Bonito, o Quilombo e a Colônia são associados e transacionam recursos que ultrapassam limites materiais, cada um a seu modo, com o Primeiro Comando da Capital, com o Comando Vermelho e com a organização criminal Amigos dos Amigos. Estes grupos realizam trocas entre si que ultrapassam o limite da atividade comercial e que abrangem a circulação de modelos estruturais e funcionais, de regimentos, de cartilhas, de estatutos que são elementos informais de socialização e de coerção. Circulam também signos e simbologias demarcatórias entre tais estruturas criminais.

Estas trocas, que transpuseram formatos estruturais, padrões normativos, funcionalidades, modelos hierárquicos, de autoridade e de obediência contribuíram significativamente com processo de estruturação das organizações criminais locais. Cada uma dessas estruturas criminais possui no seu formato, como aspectos centrais, relações de hierarquia e autoridade, divisão funcional ou de papéis dos membros, território de atuação, fronteiras físicas e geográficas demarcadas, regulamentos impostos às relações sociais pela ameaça e pelo recurso universal ao uso da força.

Assim como nos mercados de droga do sudeste descritos em alguns trabalhos (BARBOSA, 1988; ZALUAR, 2000; DOWDNEY, 2003; AMORIM, 2004; TELLES, 2010; MISSE, 2011), no mercado de drogas da Bahia, cada uma das organizações criminais se estabeleceu através do recurso universal a violência, impondo relações de autoridade e hierarquia. Este processo de hierarquização, do estabelecimento de autoridade e obediência ocorreu dando origem a modos de imposição de regulação e sanções sociais. A autoridade interna a cada organização foi imposta através de um instrumento conhecido pela literatura com *violência*

*disciplinar e de sucessão* (REUTER, 2009), que sanciona, corrige e vigia a conduta dos seus membros.

Esta transformação, que fez vendedores avulsos fundarem empresas varejistas e atacadistas de drogas ilegais, teve início no começo deste milênio em toda Região Metropolitana de Salvador, conforme foi descrito acima e em pesquisas especializadas realizadas no estado (LIMA, 2013, 2016, 2017; CONCEIÇÃO, 2015; LOURENÇO e ALMEIDA, 2013, p.45-67). O bairro Rio Bonito e o bairro da Colônia assistiram, durante este processo, a mudança do perfil do mercado de drogas ilegais local, baseado em bocas de fumo independentes e em revendedores avulsos, que foram sistematicamente desmontadas e eliminadas através do uso da força letal (eliminação física) e subletal (incapacitação e sequelas físicas e psicológicas) e não letal (agressão e ameaça do uso da força).

De maneira contraposta a esse processo, as bocas do bairro Quilombo desde a formação têm caracteres empresariais. Entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, baseados em relações de hierarquia e autoridade, os três fundadores da empresa, que sucederam um vendedor de maconha, um assaltante de banco, já mantinham contatos no Paraguai, na Bolívia e com homens pertencentes à grande empresa do mercado de drogas ilegais do país naquele momento.

Um fator que deriva dos estatutos estruturantes das organizações criminais do país é a setorização, a divisão das funções, dos papéis e seus aspectos cruciais, que podem ser encontrados nas obras, nas pesquisas supracitadas, assim como também é possível constatar a sua existência na literatura estrangeira especializada (SCHNEIDER, 2013; REUTER, 2009) sobre crime organizado ou em processo de organização. Nos casos aqui estudados, a setorização é uma consequência do estabelecimento de um modelo empresarial, embasado em um corpo administrativo, com a racionalização de funções estabelecidas em concomitância com a fixação de relações de poder, de autoridade e de hierarquia. Os mercados de drogas ilegais baianos passaram a funcionar com base em uma estrutura comercial que associa e absorve desde o *guariteiro* (responsável no setor de segurança e vigilância), que tem as funções de observar o movimento de veículos e de pessoas no território até os responsáveis por funções mais complexas como a gerência. A rede de donos, no topo da hierarquia funcional, impõe suas ordens, planos e metas aos gerentes e aos *satélites* (auxiliar administrativo).

Somente em períodos de competição violenta por território e recursos materiais é que esta divisão funcional deixa de ser demarcada e todos os membros da organização assumem a função de combatente do *alemão* (rival ou inimigo), através da violência. Estes conflitos violentos decorrem de rivalidades e de busca por monopólio, dominação territorial, apropriação de mercados e de recursos controlados por organizações criminais rivais. O território diz respeito, para os fins desta pesquisa, única e exclusivamente ao exercício de relações de poder no espaço urbano (SOUZA, 1995).

O poder coercitivo do mercado de drogas prepondera à referência na recorrência ao uso das forças letal (que produz eliminação física) e subletal (que produz sequelas e incapacitação física) em todo o perímetro dominado na relação com a concorrência comercial. Quer dizer, a dominação territorial nestes espaços sociais extrapola os limites das ruas, becos, casas, áreas de exercício de atividade comercial e suas relações de poder abrangem, abarcam toda a sua área geográfica. No entanto, há vários casos na Grande Salvador nos quais apenas uma rua separa e divide os domínios territoriais de estruturas criminais rivais.

O estabelecimento de fronteiras e a imposição de relações sociais de poder local se baseiam também em relações de trocas imateriais, de recursos que ultrapassam o suplemento de drogas ilegais, de armas de fogo e de munições. Concomitantemente a este fluxo de mercadorias, circulam, entre cidades e organizações normas de conduta e comportamentos, expressões de linguagem, palavras de ordem, símbolos demarcatórios, estruturas funcionais em uma nomenclatura. Embora esteja se desenvolvendo na Bahia uma nomenclatura nativa, uma terminologia local, que será descrita adiante, o mercado de drogas local ainda usa, por exemplo, expressões como *frente*, *soldado*, *vapor*, *olheiro* e *aviãozinho*. Nenhuma dessas terminologias são nativas, mas ainda são amplamente utilizadas pelos integrantes das estruturas funcionais dos mercados de drogas ilegais locais. Na verdade, estes termos são nativos dos mercados de drogas do Sudeste e chegaram até o Nordeste por meio da circulação de seus elementos imateriais pelas redes de comunicação entre as cidades brasileiras.

A transição para uma terminologia local já é evidente em alguns territórios de dominação em que convivem termos endógenos e exógenos. Nestes espaços, a *boca de fumo* passou a ser chamada de *loja*, os *olheiros* de *guariteiros* ou *guaritas*, o *vapor* de *adianto* e o braço direito do gerente, uma espécie de auxiliar administrativo

recebeu o nome de *satélite*. O *satélite* é responsável pela distribuição de mercadorias e coleta de rendimentos nas lojas associadas ao ponto central. No Quilombo há um *frente* (um gerente) *exclusivo* para cada produto – cocaína, maconha e crack – e conseqüentemente há três satélites no apoio. A expressão soldado, que é uma categoria e função universal, tem sido frequentemente substituída por segurança. Em síntese, há em andamento várias transformações terminológicas repercutindo no interior do corpo administrativo e na linguagem da população que convive com estas instâncias informais ilegais, detentoras de potencial coercitivo.

Normas de conduta, estatutos, símbolos, oralidade e gestos são aspectos significativos e estruturantes da vida cotidiana dos bairros populares investigados, tendo maior impacto e repercussão na reconfiguração da vida dos mais jovens, na faixa etária entre quinze (15) e vinte e nove (29) anos. Estas fronteiras demarcatórias são muito mais evidentes e perceptíveis nos bairros do Rio Bonito e da Colônia em razão de estes serem territórios dominados por organizações criminais denominadas, que se baseiam em uma política de guerras por monopólio, por domínio, expansão territorial e por exclusividade comercial. Estas políticas se refletem nas simbologias e signos que demarcam territórios dominados pelo Comando da Paz (Rio Bonito) e pelo Bonde do Maluco (Colônia) fundando e mobilizando estruturas visíveis e invisíveis que condicionam em si relações de poder.

Na localidade Rio Bonito, os muros e as paredes de prédios públicos e privados estão abarrotados de desenhos de mãos representando o número dois, de representações do próprio algarismo arábico 2, do número 315 que representa a posição das letras *C* e *P* no alfabeto, da expressão de ordem *Tudo 2* e de vários rabiscos mal elaborados do desenho de um escorpião. Estas gravuras estão em lugares centrais como praças, quadras poliesportivas, muros de casas populares habitadas e abandonadas e muros de fábricas desativadas ou em pleno funcionamento. Por sua vez, no bairro de Colônia, massificaram-se as pichações das expressões, *nóiz*, do algarismo arábico 3, *do número 1533*, referencia às posições no alfabeto das *letras P, C, C*, da expressão de ordem *Tudo 3* e de desenhos de caveiras somados, mais raramente, às figuras do peixe de nome carpa.

Estas insígnias desvelam, explicitam ou ostentam as relações comerciais e estratégicas mais significativas destas organizações criminais locais com o

Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital. Não é difícil perceber que o nome da organização carioca é escrito apenas com duas letras de maneira que seus aliados no estado da Bahia demarcam seus territórios de dominação com a expressão de ordem *Tudo 2* entre outros símbolos significativos. Por outro lado, o Bonde do Maluco, que é associado a organização criminal paulista usa como insígnia a expressão verbal e oral *Tudo 3*, numa alusão a sigla PCC. Nestas localidades, a visibilidade do controle local estabelece limites de fronteira, relações de poder e de dominação, senha e alertas para os rivais, aviso aos *envolvidos* e, mais do que isso, fornece uma identificação pública.

Consoante a esta demarcação real e simbólica de fronteiras, as estruturas criminais rivais recrudesceram processos de segregação social e auto-segregação através do estabelecimento de territórios de poder e de uma política de expansão econômico-territorial baseada no recurso universal a violência. O perfil etário dos indivíduos mais afetados por este fenômeno se encontra no intervalo entre 15 e 29 anos, podendo ultrapassar nas duas direções estes limites de idade. Em outras palavras, o ciclo intermitente de rivalidades e os conflitos violentos desenvolveram barreiras e riscos que aprofundaram a segregação social e a auto-segregação entre bairros populares, afetando em ampla medida a população juvenil. Quer dizer, os riscos de vitimização letal, subletal e não letal decorrentes da dominação e do controle de territórios por organizações criminais rivais e as permanentes competições violentas por expansão fizeram com que os moradores de territórios rivais se excluíssem mutuamente.



## 6. ADMINISTRAÇÃO DE UMA LOJA DE DROGAS ILEGAIS

Em cada esquina dos bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia, a atividade do comércio varejista formal e informal é a base da economia local. O fluxo de pessoas é constante e gira em torno dos mercados de pequeno porte, das feiras ao ar livre, dos restaurantes, das pizzarias, dos bares, dos relojoeiros, dos sapateiros, das sapatarias, das lojas de materiais de construção e de utensílios domésticos etc. Apesar da intensidade do comércio, esses espaços urbanos são lugares de exclusão, que possuem infraestrutura precária comum aos bairros pobres e sua configuração é a mesma de verdadeiros bazares a céu aberto. No meio desses empreendimentos tem-se destacado mais recentemente os mercados de drogas ilegais, como um aspecto da paisagem física e social.

O comércio de drogas ilegais se tornou uma atividade difusa em cada uma das localidades e sua dinâmica tem interferido significativamente na vida cotidiana. As *lojas* ou bocas de fumo comercializam cocaína, maconha e crack e estão instaladas em pontos estratégicos que ficam em áreas subnormais, ou ocupações, e nos lugares de maior pobreza desses bairros. Nesses espaços urbanos, há apenas um ponto central e estratégico de comércio localizado nas ruas principais. Mas a maior parte destes pontos estão estrategicamente posicionados em áreas transversais menos visíveis, um mecanismo geral de funcionamento e de proteção de membros das organizações e de seus recursos materiais.

Alicerçados nestas áreas, os mercados de drogas propiciam a acumulação, o armazenamento e a circulação de mercadorias. A estrutura empresarial é baseada na divisão de funções e de papéis no interior destas organizações que controlam o território e as atividades associadas ao mercado de drogas. É explícito o desenvolvimento de um quadro administrativo ou funcional, submetido a um conjunto de relações ascendentes de hierarquia e de autoridade. Com efeito, os mecanismos de poder, as relações de poder, estão pulverizados em um corpo administrativo, sobre um território específico e sobre a conduta da população.

De imediato, na entrada de cada uma dessas áreas urbanas, a divisão das funções é escancarada. Há uma determinada quantidade de sujeitos designados ao controle e o monitoramento de pessoas e de veículos. Nas proximidades de cada *loja* há um número de homens incumbidos das atividades de segurança e proteção. Por sua vez, os *pistas*, *adiantos* ou vendedores são responsáveis diretos pela comercialização das drogas. Mais além, apesar de não estarem expostos à visibilidade imediata, os gerentes e, às vezes, os *satélites* (auxiliar de gerência) são responsáveis pelos fluxos comerciais e pela contabilidade, ocupando espaço no ponto mais alto do staff, sua rede de lideranças (Cadernos de Campo, 2014-2017).

### 6.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

As organizações criminais que dominam os mercados de drogas do Rio Bonito, do Quilombo e da Colônia estabeleceram, instituíram modelos estruturais e administrativos. Com efeito, instituíram corpos funcionais ou administrativos

embasados numa relação social hierarquizada, cujos principais aspectos definidores são autoridade e obediência, ou seja, os papéis e as funções, no seu conjunto de práticas, foram estruturados durante a passagem do modelo avulso e autônomo para o modelo empresarial e organizacional.

Não é possível comparar esse processo de transformação e desenvolvimento de um tipo específico de burocracia com o referencial modelo burocrático descrito pela sociologia compreensiva de Weber (2012, 2016). O quadro administrativo dos mercados de drogas supracitados não se baseia numa dinâmica institucional-legal estabelecida como o modelo de dominação legal, hegemônico desde as transformações institucionais ocorridas a partir do limiar da modernidade. Porém, no corpo funcional que opera as organizações criminais aqui descritas, convivem valores racionais e irracionais, pessoais e impessoais.

Com efeito, estas organizações informais e ilegais, não possuem vinculação e não estão submetidas às formalidades do ordenamento jurídico nacional que ora está em vigor. Trata-se de estruturas que atuam à margem e ao arripio da lei, estabelecendo regramentos, códigos, estatutos e impondo uma governança aos seus membros associados e à população dos espaços urbanos controlados por elas. A aplicação de sanções aos que violam estas normas baseia-se preponderantemente em valores irracionais como vingança, traição e desconfiança, e em valores objetivos como política de expansão, domínio territorial e recursos materiais e de pessoal.

Estes regramentos, que instituíram a hierarquia organizacional e a regulação social interna e externa das condutas, são heterocéfalos, na medida em que as regras impostas são exógenas ao plano local e circulam por uma dimensão muito mais ampla. Quer dizer, uma dimensão que abrange um fluxo de elementos materiais e imateriais entre as redes de cidades brasileiras tal qual foi descrito anteriormente. Neste trânsito, além de mercadorias ilegais, no caso aqui em questão, circulam estruturas proponentes de uma normatização dos comportamentos. Há um certo limite de independência em razão do fato de que as redes comerciais foram constituídas como redes de relações de poder.

Essa tentativa de normatização do comportamento organizacional é coercitivamente autocéfala. Em outras palavras, o caráter autocéfalo dessas estruturas administrativas decorre de sua autonomia em aplicar suas próprias sanções internamente. Reuter (2009) chamou de *violência disciplinar* este tipo de

sanção, quando não se recorre a meios que não os próprios para solucionar conflitos diante da conduta que fere as normas da organização. As instituições de estado, o ordenamento jurídico formal e o sistema de justiça criminal não são acionados quando tais normas são transgredidas ou violadas. Ao contrário, os conflitos disciplinares e de sucessão são resolvidos no âmbito organizacional.

O fundamento estrutural e estruturante da setorização ou divisão funcional é a prática da governança, uma necessidade de gerir e disciplinar as condutas e controlar os riscos impostos às relações de poder e à economia da organização. Esta estratégia, em desenvolvimento e consolidação nestas organizações criminais, tem como motivo e sentido real a produção de maneiras de agir e de maneiras de pensar no contexto de uma realidade social específica. Consequentemente, para cada função e para cada papel são estabelecidos parâmetros comportamentais e essas condutas, que engendram expectativas mútuas, são amplamente vigiadas através de mecanismos de segurança e vigilância criados para este propósito, no conteúdo e na forma dos mercados de drogas ilegais.

De acordo com Foucault (1987, 1989), o poder se transformou ao longo do tempo, mas entre o século XVIII e o século XIX, portanto, na modernidade iluminista, assumiu uma dimensão mais ampla, para além do indivíduo, e, através de procedimentos e estratégias, tornou-se um meio de governo da vida de populações. Não é possível pensar os mercados de drogas por intermédio desta concepção teórica, a da biopolítica, na medida em que nenhuma organização criminal é capaz de governar uma população utilizando biopoderes locais tais como o controle da higiene, da saúde, da sexualidade etc. O que é possível afirmar é que o desenvolvimento e formação de subjetividades no contexto do mundo do crime se deve a capilarização e difusão de novas relações de poder, mas que estão relacionadas a um aparato normatizador de caráter coercitivo e hierárquico informal.

Para a manutenção de relações de poder e de estruturas econômicas, estas estruturas criminais desenvolveram arcabouços normativos que incorporaram modos de ser, de agir e de pensar, normatizaram a estrutura organizacional, sujeitando indivíduos às normas específicas voltadas para a gestão de recursos materiais e imateriais ilegais. Em suma, nesta etapa do trabalho serão descritos a estrutura hierárquica, a divisão social do trabalho, os modos de associação, de consignação de mercadorias, bens móveis e imóveis, lucro, exploração, ascensão individual, metas estruturais, expansão econômica, controle disciplinar e territorial, enfim, os

mecanismos específicos de reprodução social, que caracterizam os mercados de drogas ilegais componentes do universo desta pesquisa.

## 6.2. DISTRIBUIÇÃO DA ATIVIDADE NO ESPAÇO URBANO

No mercado de drogas ilegais local, a relação administrativa dos homens entre si está adstrita a distribuição dos pontos de venda nos territórios de dominação. As *lojas* que transacionam mercadorias ilegais estão distribuídas em função destes territórios e em função de suas relações de poder. Assim, em todos os espaços urbanos dominados por organizações criminais, independentes ou denominadas, há um curso, um processo de setorização que secciona estes pontos entre uma central e associados que os hierarquiza. Essa distribuição hierárquica tem por finalidade a regulação social do comportamento e sua forma peculiar é a capilarização dos mecanismos de controle das relações de poder no âmbito de distribuição dos indivíduos no espaço dominado.

Com efeito, ter ciência da localização de cada ponto de venda de drogas permite a vigilância de todo o corpo administrativo. A estrutura administrativa do mercado de drogas no bairro do Quilombo dispõe de uma loja central e mais sete lojas associadas. Por sua vez, além da loja central, são mais sete lojas associadas no Rio Bonito e seis na Colônia. Entre essas três lojas centrais, a diferença significativa é o perfil da atuação no nível macro, no nível do atacado da primeira, a *loja* que fica na cidade de Salvador. A disposição dessas bocas de fumo no espaço é uma estratégia cuja razão é construir uma linha de abrangência que representa um dimensionamento capilarizador de relações de poder.

Trata-se de uma forma tácita, mas ao mesmo tempo explícita, de dominação territorial, pautada na imposição normatizadora de relações de poder, que submetem e regulam a conduta dos indivíduos entre si. Em outros termos, destes pontos móveis de venda de drogas ilegais, emanam regramentos que conduzem as condutas e estabelecem regras de convivência. A permanência corporativa e belicosa de grupos criminais foi fundamental para a construção de regulamentos heterogêneos que influenciam completa e profundamente as relações sociais locais.

Com efeito, a disposição da organização no espaço é o meio mais eficaz de controlá-lo, de dominá-lo e de produzir maneiras de pensar e de agir.

A *loja* central dos mercados de drogas ilegais de cada um desses bairros é uma caixa de ressonância de relações de poder intra-organizacional que abrange toda a população. Todo esse aparato de relações de poder e mecanismos de controle e reprodução social é imanente, está intimamente relacionado com a racionalidade econômica e de poder destas estruturas criminais. Em outras palavras, a distribuição das bocas de fumo no espaço urbano implica na pulverização dos mecanismos de controle e de poder. Com isso, além de potencializar os ganhos econômicos através da ampliação dos seus corpos funcionais, de armazenamento, de distribuição e de comercialização, amplia-se o escopo, o pano de fundo da rede de controle e de vigilância dos territórios de dominação.

Qual seja, a capilarização das lojas móveis é estratégica e tem finalidades que ultrapassam os interesses econômicos de cada uma das organizações criminais aqui em questão. Porém, a relação organização criminal–corpo funcional–população é uma relação de poder desigual, que visa produzir e reproduzir normas, regras, crenças e condutas no espaço urbano, que propiciam em ampla medida a legitimação e o funcionamento do mercado de drogas e o seu exercício de poder. Desta forma, as organizações criminais controlam comportamentos e práticas sociais e criam fronteiras demarcatórias, cuja cerca permite ou impede a circulação de códigos, de estatutos, de modelos operacionais, de gestos e símbolos.

Em conexão com as lojas centrais, as lojas associadas têm legitimidade para impor normas e sancionar comportamentos transgressores cujos elementos normatizadores e sanções previstas constam em códigos de conduta não escritos, que abrangem um contexto muito mais amplo que os limites da esfera local. Os mecanismos de segurança e de vigilância são difundidos e levados a efeito amplificados por e através de cada ponto do domínio territorial. Essa estratégia de controle que pulveriza os mecanismos humanos e tecnológicos de vigilância, abrange a maioria da população residente, que em vista destas formas não convencionais de dominação, impostas principalmente pelo recurso universal a violência, redefinem relações sociais e sociabilidades.

A especialização funcional das atividades relacionadas à operação dos mercados de drogas ilegais funciona como uma burocracia não estatal e informal, cujos fins são o controle da população e a administração de riscos à economia da

empresa. Assim, cada membro do corpo funcional de cada uma dessas lojas é destacado para uma função pré-estabelecida e está submetido a uma estrutura na qual preponderam relações desiguais de poder. Posto com mais acurácia, a existência demarcada da função em si já explicita mecanismos relacionados de poder ascendentes e, conseqüentemente, um formato organizacional regido por princípios hierárquicos de autoridade e obediência.

Embora esta pesquisa tenha como objeto central a dinâmica de organizações criminais informais e ilegais em coexistência com uma ordem institucional-legal, a forma e o conteúdo imanentes a estes grupos se aproxima em termos operacionais da dinâmica de uma instituição burocrática estatal. Com efeito, nestes organismos, na sua estrutura basilar, há um processo de desenvolvimento e de fundamentação de relações de poder que se baseia em elementos de uma burocracia típica, a saber, hierarquia e autoridade, padronização dos procedimentos, um nível de impessoalidade das relações e uma função regulamentadora. Mas é preciso destacar que estes aspectos característicos que estão se formando coexistem com relações sociais de caráter personalista e afetivo, que se baseiam em afinidade e confiança.

Os processos de estruturação de um modelo operacional com características semelhantes àquelas que preponderam em empresas formais, submetidas a ordem institucional-legal, não seguem o mesmo ritmo de diferenciação nos três espaços urbanos que são objeto deste estudo. Quer dizer, as organizações criminais de cada um destes espaços estão em estágios de estruturação funcional diferentes, mas tais estruturas administrativas estão convergindo para um modelo comum. No Quilombo, o nível de especialização é maior e mais sofisticado devido à maior quantidade de operadores da mesma função e da existência da função de *satélite*, função que não existe nem no bairro do Rio Bonito nem no bairro da Colônia. Outra diferença importante e não menos explícita é a renomeação das funções que transitaram para uma nomenclatura nativa.

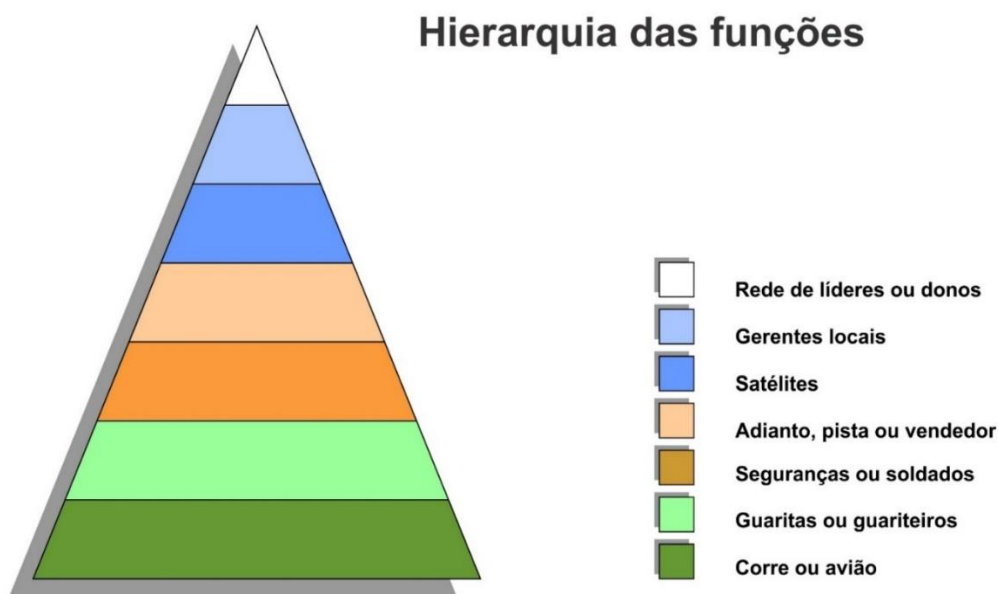
Na verdade, estas são diferenças pontuais, já que em termos estruturais o processo de especialização funcional tem como finalidade o controle das condutas. Com efeito, todas as organizações criminais aqui em questão padronizaram e normatizaram seu quadro funcional a partir de pressupostos que têm como fins a consolidação de princípios práticos relacionados a hierarquia e a obediência. Sendo assim, cada indivíduo associado ao Bode do Maluco, ao Comando da Paz ou à

organização criminal independente que atua no bairro do Quilombo, ocupará inexoravelmente uma função pré-estabelecida, com papéis e limites de atuação regulamentados a priori. Os papéis e funções de cada um operador de uma *loja* pertencente a um desses mercados de drogas ilegais são elencados da mesma maneira:

Hoje nas lojas daqui tem o *Coroa* que é dono de tudo. Depois do *Coroa* tem um gerente que administra, toma a frente de tudo. Por exemplo, tem a cocaína, tem a maconha e tem o crack para vender. Aí depois do gerente, vem o satélite que vai entregar essas drogas nas mãos de quem está na pista, o *Adianto*, para vender e arrecadar o dinheiro. O satélite na cocaína trabalha dividido em três satélites: tem um satélite da (porção) de 5g que custa R\$ 100, tem um satélite da (porção) de 2,5g que custa R\$ 50 e tem o satélite que é responsável pelo papelote de R\$ 10. Aqui não trabalha com pino (embalagem de plástico em formato de cone). Quem está no satélite das de 5g, das de 2,5g ou dos papelotes de R\$ 10 faz os pacotes e distribui para vender. Então, a maioria do pessoal, vamos supor... são trinta e seis (36) petecas de 5 gramas equivalentes a R\$ 3600. Trinta são do patrão e seis são do vendedor. O *Satélite* faz distribuição dos trabalhos para o pessoal trabalhar, depois vem arrecadando o dinheiro, botando nas listas e fazendo a contabilidade. Tem os *Adiantos*, que estão na pista, que estão vendendo. Ou o membro do grupo ou morador contratado ajuda a cortar e embalar. Cada um tem uma função. Cada um tem uma coisa para fazer. O *Guarita*, a função dele é olhar tudo que acontece na favela e avisar da chegada da polícia para quem está trabalhando ter tempo de se *malocar* (esconder, correr, fugir). E já tem aqueles parceiros, de confiança, que fazem a contenção, fazem a segurança da boca, estão ali para o que for, tanto faz a vida como a morte” (Gerente do Bairro do Quilombo)

A pirâmide abaixo é representativa da atual distribuição de funções da estrutura funcional dos mercados de drogas ilegais baianos:

**Figura 1** – Estrutura organizacional do tráfico



Fonte: Conteúdo da pesquisa de campo

Esta estrutura hierárquica e funcional, cujo vértice nas relações desiguais de poder é uma rede de lideranças, é comum em todas as *lojas* das estruturas comerciais criminais que compõe o universo dessa pesquisa. Com exceção da função de satélite, existente apenas no bairro do Quilombo, a divisão de papéis é a mesma. Os mecanismos de poder que consolidam esse corpo funcional são impostos através da força, da violência disciplinar e pela construção no interior dessas organizações, de uma relação afetiva e de tipo familiar, que será descrita mais adiante.

No topo da hierarquia funcional está uma *rede de lideranças*, que impõe o comércio de drogas ilegais em espaços urbanos, contíguos ou não. O *Gerente* local é seu homem de confiança, braço direito dos líderes e que já *representou* (contribuiu na assunção do domínio local), responsável pelo comércio nas unidades comerciais e incumbido de toda a contabilidade, ocupação que exige a capacidade de gestão de pessoas e materiais. Já para a função de *Satélite* – nos mercados em que esta ocupação existe – fica a incumbência de apoio às atividades da gerência no que tange à distribuição de mercadorias específicas e arrecadação de valores. Por seu turno, a posição de *adianto* ou pista está relacionada a comercialização direta ao consumidor final. Nas ações relacionadas à vigilância e à proteção estão os *Guaritas* e os *Seguranças* e no exercício das funções de transito de informações e de transportes de armas de fogo, de munições, de insumos e de mercadorias são designados os *Corre*, também chamados de *Avião*.

Enfatizando, estas estruturas administrativas são parte de um conjunto de mecanismo de governança, de controle de condutas, cujo objetivo principal é administração bem-sucedida de recursos materiais e do controle de riscos. A literatura especializada fala em controle social nas organizações (MOTTA, 1979); em poder disciplinar organizacional como forma de reprodução social (MOTTA, 1981) e em padronização, regulamentação e estabilidade como elementos disciplinares do comportamento (ALVES, 2004), tanto na burocracia estatal, quanto nas estruturas burocráticas não estatais. A burocracia baseada em pressupostos legais e formais, no interior das organizações, tem sido, conforme estes estudiosos, um fator que propicia racionalidade econômica e reprodução social.

Embora não esteja sendo tratada nesse trabalho uma burocracia propriamente dita, um sistema burocrático formal, do tipo como é descrito nas ciências sociais por Weber (2012, 2016), mas sim de organizações informais e



ilegais que instituíram entre seus membros uma diferenciação funcional, o objetivo de governar os comportamentos, sujeitar os indivíduos (membros da organização) e reproduzir ações e práticas sociais sem riscos à atividade ilegal é explícito. Posto de outra maneira, o estabelecimento de papéis, de funções é uma forma de consolidação de relações desiguais de poder em que a gestão e a tomada de decisões são desigualmente impostas no contexto de relações de hierarquia e obediência.

A dinâmica das relações desiguais de poder dentro dessas organizações criminais impõe critérios comuns aos processos de associação, de consignação, de pagamento de salário e de recompensas. Ou seja, tudo é definido pela rede de lideranças em parceria com os gerentes de cada localidade. Como na maioria dos casos o gerente de cada unidade comercial destes mercados de drogas é quem estabelece os critérios de associação, em decorrência das relações de proximidade e de residência, a prioridade no processo de associação é dos moradores. Além desse critério de pertencimento ao espaço urbano, relações de afinidade e confiança – como foi demonstrado em outra pesquisa de Lima (2013, 2017) – são fundamentais para escolha dos membros. Não há um recrutamento obrigatório de pessoas para atuar nos mercados de drogas ilegais locais como sugere o senso comum.

Ao contrário, homens, majoritariamente, e mulheres, em menor número, procuram os gerentes das organizações criminais e oferecem a sua mão-de-obra. Os pré-requisitos para aceitação são a afinidade e a confiança, ou a indicação de outro membro importante na hierarquia da estrutura criminal. O número de membros está sempre em aberto, podendo variar para mais ou para menos, dependendo, por exemplo, dos picos comerciais ou de baixas relacionadas ao aumento da violência letal (eliminação física) e subletal (sequelas e incapacitação). Ou seja, a associação e a ampliação do corpo de membros variam de acordo com a demanda de pessoal, mas a expansão dos corpos funcionais tem sido permanente. Os critérios de associação acima descritos demonstram o caráter multidimensional das organizações criminais.

Alves (2004) propõe um modelo analítico de burocracias que constata a multidimensionalidade organizacional nas estruturas burocráticas nas quais coexistem, em maior ou menor grau, os aspectos racionais-legais, tradicionais e carismáticos tipificados por Weber (2012, 2016). É possível fazer um paralelo com

estes estudos que tratam de burocracias estatais e não estatais, na medida em que a existência de regulamentação e de padronização das estruturas organizacionais dos mercados de drogas do Rio Bonito, do Quilombo e da Colômbia se embasam em elementos afetivos, como confiança, afinidade e racionais como a padronização de funções, de preços ao consumidor, de meios de negociação, de escalas, de horários e locais de atuação.

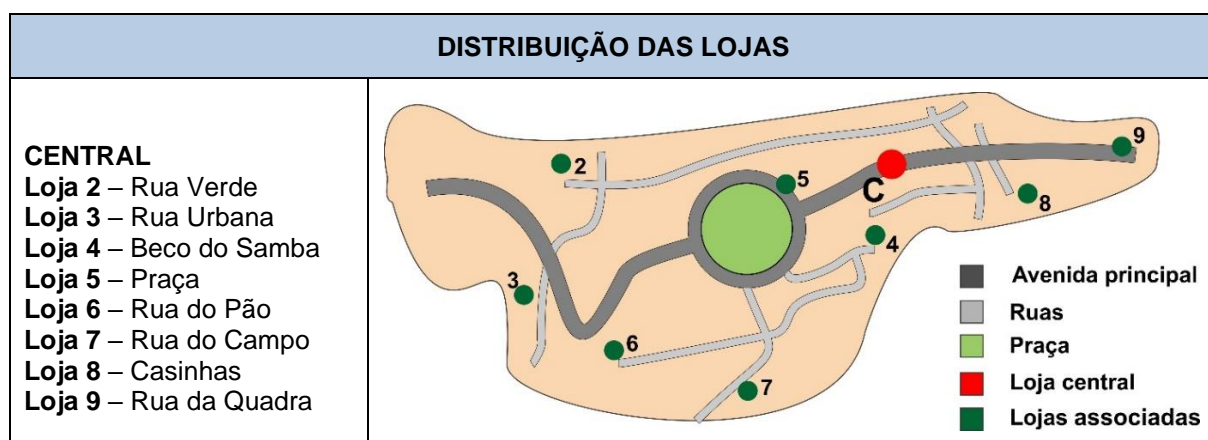
A seguir são apresentados três quadros representativos dos modelos associativos dos bairros do Rio Bonito, da Colônia e do Quilombo:

**Quadro 1a – Configuração do mercado do Bairro do Rio Bonito  
Dados da estrutura organizacional**

<b>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:</b>	
De segunda a quinta – 9 às 23h De sexta a domingo – 9 às 4h	
<b>DADOS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	
<p><b>LOJA CENTRAL*</b></p> <p>01 Gerente 05 Adiantos 03 Seguranças 03 Guaritas 02 Corres</p> <p>.</p> <p><b>Número de Operadores = 27</b></p> <p><b>LOJAS ASSOCIADAS*</b></p> <p>03 Adiantos 02 Seguranças 02 Guaritas 03 Corres</p> <p><b>TOTAL:</b> 187 Homens/membros</p> <p>*Staff de cada um dos dois turnos, sendo que o gerente é o mesmo nos dois períodos</p>	

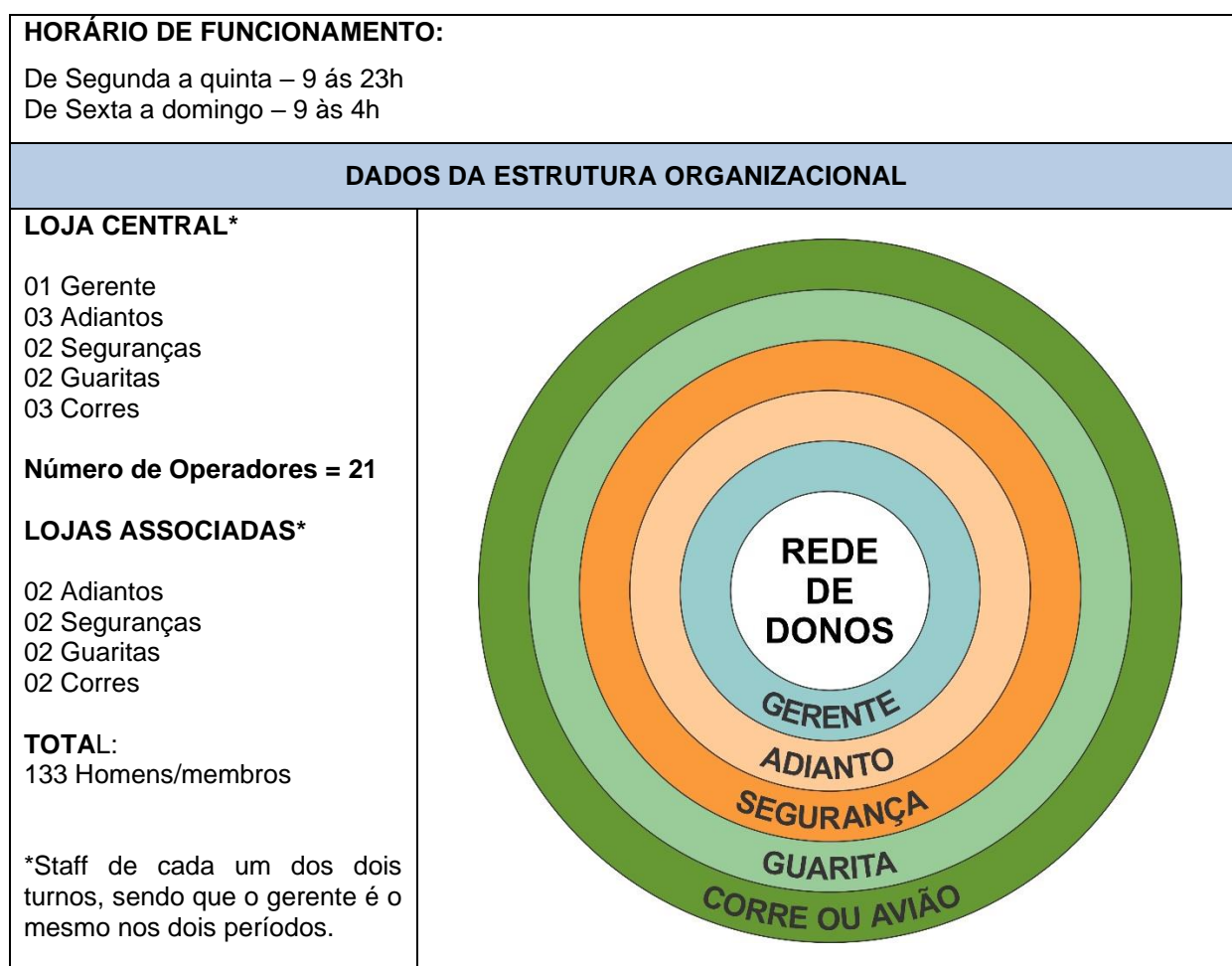
Fonte: Pesquisa de campo do autor

**Quadro 1b – Configuração do mercado do Bairro do Rio Bonito**  
Distribuição das lojas



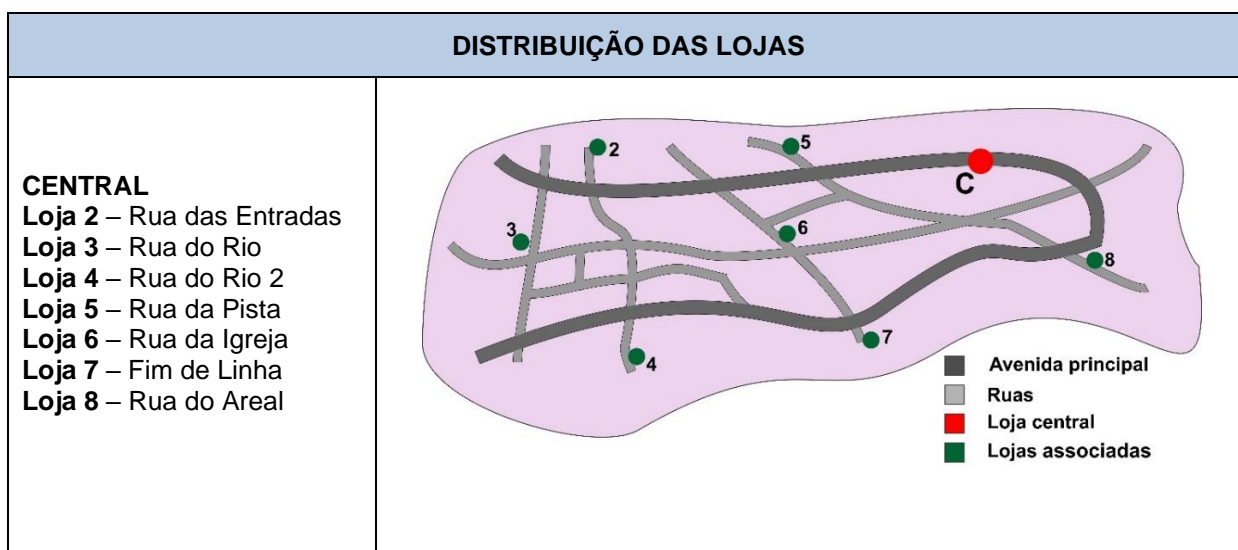
Fonte: Pesquisa de campo do autor

**Quadro 2a – Configuração do mercado do Bairro de Colônia**  
Dados da estrutura organizacional



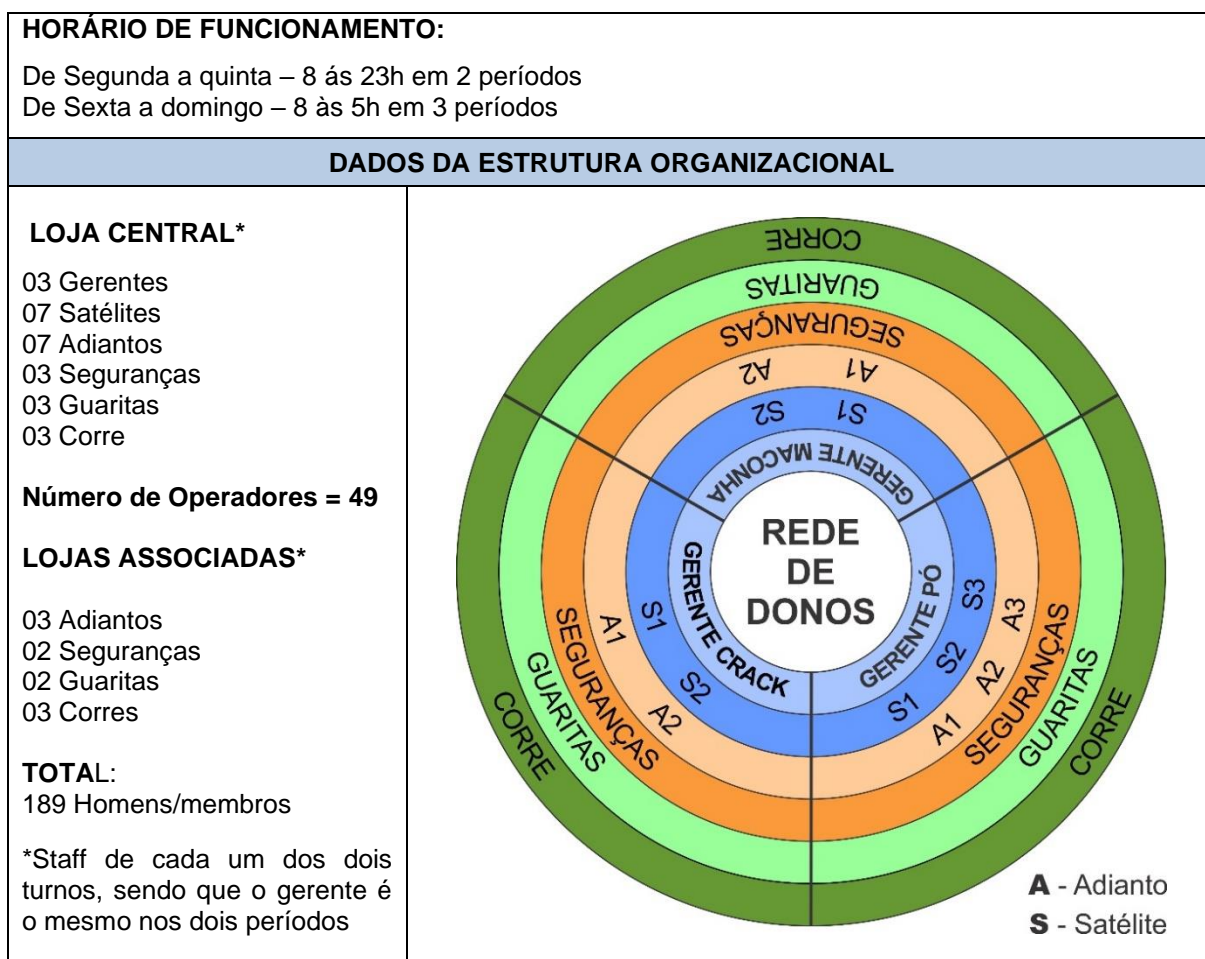
Fonte: Pesquisa de campo do autor

**Quadro 2b – Configuração do mercado do Bairro de Colônia**  
Distribuição das lojas



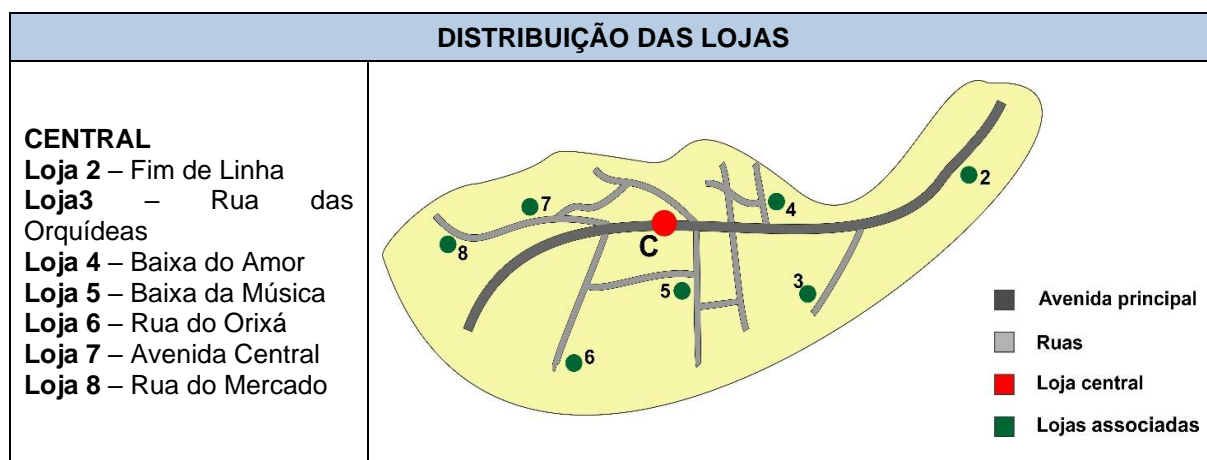
Fonte: Pesquisa de campo do autor

**Quadro 3a – Configuração do mercado do Bairro do Quilombo**  
Dados da estrutura organizacional



Fonte: Pesquisa de campo do autor

**Quadro 3b – Configuração do mercado do Quilombo  
Distribuição das lojas**



Fonte: Pesquisa de campo do autor

Com base nestes quadros e modelos representativos dos mercados de drogas ilegais do Rio Bonito, da Colônia e do Quilombo, há pelo menos, 187, 133 e 189 membros, respectivamente em cada organização, operando as atividades comerciais em períodos *normais*. Nos fins de semana esse número pode variar 20% em razão da abertura de uma demanda extra e de um turno a mais. Em épocas de festas de largo, como Carnaval, e outras festas constantes no calendário como São João, Natal e Ano Novo, o número de pessoas trabalhando pode chegar até o dobro do número de membros que atuam em um expediente normal, ou seja, tal variação responde às necessidades do mercado.

No primeiro contato com uma dessas unidades comerciais aqui descritas somente será possível notar a presença dos vendedores de drogas ilegais e seus respectivos seguranças. Parte da estrutura funcional é invisível para quem não frequenta o local ou não tem um olhar mais sofisticado para captar sutilezas. Com base na observação direta, técnica de coleta de dados utilizada neste estudo, a constatação e precisão desses números e resultados demandou tempo de inserção e o estabelecimento de pontos estratégicos e funcionais de observação em cada um desses espaços urbanos e de entrevistas realizadas com membros das organizações criminais e com populares, que convivem no entorno das *lojas* responsáveis pela operação da atividade ilegal.

Em uma dessas entrevistas, rotinas e expedientes foram expostos para mim por um operador:

A loja abre 8 horas da manhã. Você pegou aquele trabalhador e começou na hora que abriu. Se você vender tudo você pode ir embora. Sempre vende. Dia de sexta e sábado não fecha. 24 horas sem parar. No domingo também fecha mais cedo do que no sábado e na sexta, três ou quatro horas da manhã, mas vende a droga toda. O cara que tá na pista vende tudo. O horário que cada um tem é para vender. Os guaritas e os seguranças, como o adianto, tem os horários e tem gente que só trabalha no fim de semana. Os guaritas, seguranças e adianto pegam das 8 as 23h (Guarita, bairro da Colônia)

Nestas organizações criminais, as relações de poder, embora sejam reproduzidas nas escalas mais diversas, são verticalizadas. Com base nessa hierarquização de poder de decisão, são definidos os critérios de associação, são estabelecidos expedientes e horários de funcionamento semanais e de momentos nos quais são necessárias as demandas extras. Nada é decidido sem consultar a rede de lideranças que ocupa a posição central e mais importante da estrutura hierárquica. A definição do papel de cada associado em cada ocupação depende do parecer do líder local. No entanto, a maioria dos membros desses grupos criminais se associa inicialmente ou como *corre* ou como *guariteiro*, postos ocupacionais que estão na base do corpo administrativo.

Além da demarcação de papéis e funções, a consignação e os salários são meios de controle e reprodução de relações desiguais de poder. A consignação de mercadorias é obrigatória, é uma determinação a ser cumprida. Os salários e as pequenas recompensas dependem do arbitrário dos gerentes locais e daqueles que estão como *frente* (na liderança), controlando as atividades das unidades comerciais associadas. Com efeito, desde a contratação das mercadorias ilegais para venda, até o estabelecimento de preços, tudo é imanente às relações verticalizadas de poder, cujo topo na ascendência hierárquica é a rede de lideranças.

### 6.3. CONSIGNAÇÃO, SALÁRIO E RECOMPENSA

A consignação de mercadorias, o pagamento de salários e a atribuição de recompensas por serviços realizados são rigidamente estabelecidos pela organização criminal através de sua rede de lideranças, cujos componentes são chamados de *pai*, de *patrão*, de *coroa* ou de *dono* em todo estado da Bahia. Assim como demonstra a literatura nacional e internacional (ZALUAR, 2000; MISSE, 2011; BARBOSA, 1998; FELTRAN, 2011; SCHNEIDER, 2013; REUTER, 2009;

FAGAN,1989), o centro de tomada de decisões fundamenta-se em princípios que explicitam relações de hierarquia e obediência. Como forma de tornar menos explícita a verticalização das relações de poder, o arranjo familiar (que será descrito adiante), baseado em afinidade e confiança, presente no varejo de drogas baiano legitima a distribuição desigual de recursos materiais e de recursos de poder.

O quadro a seguir apresenta o sistema de consignação, de salários e de recompensas dos três mercados de drogas que compõem esse estudo:

**Quadro 4 – Informações financeiras do comércio de drogas do Bairro do Rio Bonito**

<b>CONSIGNAÇÃO DE MERCADORIAS</b>	$28/8 = 100\% / 28,57\%$			
<b>SALÁRIOS</b>	<b>GERENTE</b>	<b>SEGURANÇA</b>	<b>GUARITA</b>	<b>CORRE</b>
	5.000	800 (semanal)	400 (semanal)	A combinar
<b>VENDAS NO VAREJO</b>	<b>COCAÍNA</b>	1,5 GRAMAS		R\$50
		CÁPSULA		R\$30
	<b>MACONHA</b>	18 GRAMAS		R\$50
		DÓLAR		R\$10
	<b>CRACK</b>	PEDRA		R\$10

Fonte: Pesquisa de campo do autor

**Quadro 5 – Informações financeiras do comércio de drogas do Bairro da Colônia**

<b>CONSIGNAÇÃO DE MERCADORIAS</b>	$125/25 = 100\% / 20\%$			
<b>SALÁRIOS</b>	<b>GERENTE</b>	<b>SEGURANÇA</b>	<b>GUARITA</b>	<b>CORRE</b>
	4.000	900 (semanal)	600 (semanal)	A combinar
<b>VENDAS NO VAREJO</b>	<b>COCAÍNA</b>	1 GRAMA		R\$25
		2 GRAMAS		R\$50
		PAPEL		R\$10
	<b>MACONHA</b>	15 GRAMAS		R\$50
		DÓLAR DE 30		R\$30
		DÓLAR DE 10		R\$10
	<b>CRACK</b>	PEDRA		R\$10

Fonte: Pesquisa de campo do autor



Quadro 6 – Informações financeiras do comércio de drogas do Bairro do Quilombo

CONSIGNAÇÃO DE MERCADORIAS	36/6 = 100% / 16% = 120/20				
	GERENTE	SATÉLITE	SEGURANÇA	GUARITA	CORRE
SALÁRIOS	6.000	4.000	1.000 (semanal)	600 (semanal)	A combinar
VENDA NO ATACADO	COCAÍNA	COMERCIAL		R\$20.000/Kg	
		SINTÉTICA		R\$22.000/Kg	
	MACONHA	NATURAL		R\$800/Kg	
		PRENSADA		R\$1.000/Kg	
	CRACK	12.000/Kg			
VENDAS NO VAREJO	COCAÍNA	5 GRAMAS		R\$100	
		2,5 GRAMAS		R\$50	
		PAPEL		R\$10	
	MACONHA	50 GRAMAS		R\$50	
		DÓLAR		R\$10	
	CRACK	+/- 0,5 GRAMA		R\$5	
		4 GRAMAS		R\$100	

Fonte: Pesquisa de campo do autor

Conforme os dados apresentados acima, os vendedores associados a cada unidade comercial comercializam as mercadorias ilegais em regime de consignação, pelo qual auferem pelo trabalho realizado o percentual de 28,57%, 20% e 16,6% nos bairros do Rio Bonito, da Colônia e do Quilombo, respectivamente. As mercadorias são divididas em unidades padronizadas de peso e de medidas e são separadas em proporções que variam de 125/25, 100/20, 36/6 e 28/8 unidades. As proporções são estabelecidas pelo arbitrário que caracteriza uma espécie de burocracia não estatal, informal-ilegal, verticalizada e ao arrepio do ordenamento jurídico formal.

A distribuição em consignação é feita com cada vendedor de expediente em cada unidade comercial. Esta distribuição e a posterior coleta, somada a prestação de contas, é obrigação do gerente e/ou do satélite. Com efeito, esse processo é o mesmo em toda a Região Metropolitana de Salvador, mudando apenas a referência da taxa de divisão dos recursos entre a loja e o vendedor e a presença da função de *satélite* existente apenas no bairro do Quilombo. Esses percentuais podem variar para mais ou para menos, mas em nenhuma das bocas de fumo que foi perscrutada, o valor percentual que vai para o vendedor/loja ultrapassou as taxas de 30/70%,



respectivamente. O critério de divisão dos recursos materiais segue os critérios verticais das relações de poder.

Uma parte do pessoal que compõem o corpo administrativo da loja recebe salário semanal ou mensal e recompensas, cujo valor é designado em função da complexidade ou risco que a *missão* (atividade de incumbência) envolve. Como demonstram as tabelas acima, as funções de gerente, satélite, segurança e guariteiro recebem salários mensais (somando-se os valores auferidos semanalmente), todos superiores em no mínimo 40% em relação ao salário mínimo de R\$954,00 pago desde o início do ano de 2018 aos trabalhadores brasileiros. Isto, no entanto, não quer dizer que os indivíduos associados no mercado têm elevado nível de vida.

Este excerto de uma entrevista relaciona salário a funções específicas, e consignação a outras, de tal maneira que corroboram com o que foi observado diretamente:

O pagamento de segurança é igual ao do gerente, do satélite, do guarita. Ele já tem um salário fixo. Ele trabalha a semana toda e sábado à noite ele pega o dinheiro dele, o salário dele. Ainda tem um dinheiro extra se ele quiser. Se ele quiser ir para pista, ele pode pegar um trabalho, se tiver necessitando, e ir vender. Só que fora do horário dele de segurança (...). Todo mês se ele quiser ele pode pegar um trabalho, uma quantidade e vender (Pista, bairro do Quilombo).

Além de pontuar aspectos relacionados à estrutura de pagamentos e de consignação, o entrevistado ainda revela a existência de flexibilidade funcional, ou seja, a possibilidade que têm os membros da organização que estão abaixo das funções de satélite e gerente de exercer temporariamente e fora do seu expediente, uma outra função. Na parte desse estudo em que serão descritas as disputas entre organizações rivais por domínio territorial e expansão econômica, a mobilidade funcional aparecerá como uma determinação da hierarquia, que impõe a todos os membros do grupo a condição de seguranças em períodos de *guerra*.

O mercado de drogas representa, nesse caso estudado, um acúmulo gradativo de responsabilidades, papéis e funções que têm início durante o estágio de associação e se estende até a prática de crimes hediondos em razão do pertencimento a uma estrutura de poder hierárquico-organizacional, belicosa e baseada no recurso universal à violência. Nesse sentido, a especialização das atividades funcionais é uma consequência das relações de poder verticalizadas, que reproduzem o modelo comercial ilegal vigente e estabelece uma economia dos

riscos. Em outros termos, a diferenciação funcional é um instrumento organizacional de controle e governo das condutas e de sujeição dos membros dos grupos criminais.

#### 6.4. EXPLORAÇÃO, LUCRO E CUSTO SOCIAL

Os dados supracitados, que fazem a demonstração da diferenciação funcional e do modelo de venda consignada de salários e de recompensas revelam, ou melhor, expõem a exploração organizacional, a repartição desigual dos recursos materiais e o elevado custo social que despendem os operadores da ponta da atividade comercial ilegal. A verticalização das relações de poder é diretamente proporcional à partilha desigual dos recursos auferidos e das propriedades imóveis e móveis associadas à organização. Qual seja, o comércio ilegal de drogas se baseia na exploração econômica na medida em que não recompensa adequadamente os sujeitos que cooperam com a estrutura e com o desenvolvimento da organização.

Todo trabalho que vai da preparação da mercadoria – pesagem, embalagem e separação – e passa pela distribuição, pela venda, pela contabilidade, até a prestação de contas é feito pelos membros da organização mais expostos a violência oficial e daquela decorrente de conflitos com rivais. Como foi demonstrado na parte deste estudo que trata dos fluxos materiais e imateriais, muitas vezes o *contato* e a coleta das mercadorias são feitos também por membros da organização que não fazem parte da rede de donos ou lideranças locais e supralocais. Com efeito, o dispêndio de trabalho é realizado nos ambientes territorializados por indivíduos que não fazem parte do staff e que são os responsáveis diretos pelo desempenho e pelo acúmulo de recursos materiais e recursos de poder.

Os riscos diretos relacionados à atividade são o confronto com autoridades policiais, o confronto direto com rivais nas disputas por expansão no caso dos bairros do Rio Bonito e o da Colônia, a vitimização e a perda de direitos em razão de prisão e de condenação. Com efeito, trata-se de um acúmulo de riscos e desvantagens que são inversamente proporcionais aos benefícios resultantes do pertencimento a uma organização criminal. A participação no mercado de drogas gera também o custo do estigma social, conceito desenvolvido por Goffman (2008),

segundo o qual são direcionados aos indivíduos atributos e estereótipos, tornando-lhes portadores de anormalidade ou descrédito.

Ainda conforme os quadros descritivos acima, a parte majoritária dos recursos auferidos semanalmente é repassada às lideranças ou donos dos territórios. O que fica na mão daqueles que compõem o corpo funcional do mercado informal e ilegal não supera os 30% de tudo que é comercializado. Embora, com exceção da função de *corre* ou *avião*, ninguém receba menos que o mínimo nacional, a condição dos operadores da atividade é de subcidadania. Com efeito, cada uma dessas configurações sócio-urbanas é de precariedade existencial e de baixo desenvolvimento urbano e social e a maior parte do comércio de drogas ilegais ocorre nos pontos de maior degradação.

Conseqüentemente, a inserção nas atividades do comércio ilegal de drogas representa um custo social altíssimo, que engloba a todos os que estão diretamente envolvidos. No entanto, a distribuição desigual dos recursos mobilizados no contexto do exercício de poder desigual, dentro de cada organização, revela os mecanismos que sustentam o uso e a exploração dos operadores diretos neste mercado. Quer dizer, a verticalização das relações de poder significa a legitimação e a consolidação da divisão desigual dos benefícios e recursos econômicos. Em outras palavras, é desproporcional a relação entre o exercício direto das funções sob uma gama de riscos e a renda que é auferida.

A definição das taxas de consignação, que variam de bairro a bairro, de território a território, ocorre habitualmente no âmbito do staff da hierarquia organizacional. Tais decisões são irrefutáveis e não admitem contestações. Os membros de cada um desses grupos trabalham conforme padrão e regulamentos estabelecidos anteriormente à sua participação e associação ao grupo. Atitudes conflitantes são rechaçadas através de mecanismos disciplinares de conduta que vão desde o *pega* (uma surra), até chegar a uma execução por desobediência e desrespeito aos líderes, aos *cabeças-caras*, responsáveis pela gerência de cada *loja*.

A incorporação de códigos, normas e crenças como fator responsável pela reprodução social de um sujeito que obedeça a mecanismos hierárquicos é fundamental para que essa estrutura de poder e de distribuição de recursos ilegais se mantenha e se consolide. Com este propósito, as organizações criminais Comando da Paz, Bonde do Maluco e o grupo independente do Quilombo utilizaram

e utilizam meios que abrangem desde o convencimento que prescinde do uso da força e que se pauta em relações de afinidade e confiança, até o uso da força letal através do recurso a armas de fogo enquanto meios instrumentais de controle e dominação.

Em acréscimo, embora tenham ocorrido golpes, traições e infidelidades contratuais, a reprodução dessas formas de poder é tão eficiente que nem o Quilombo, nem o Rio Bonito, nem a Colônia foram palcos de conflitos em razão dos modos de consignação das mercadorias, nem da definição dos salários praticados e muito menos por conta da distribuição dos recursos materiais e imateriais como poder e prestígio. Em comum, todas as três organizações utilizam meios instrumentais de normatização dos comportamentos através de relações afetivas e objetivas como a violência disciplinar. Normas, regras e estatutos; indicação e consideração; impessoalidade e personalismo, aliados ao uso irrestrito do recurso universal a violência, mantêm e reproduzem os grupos criminais nos mercados de drogas ilegais da Bahia.

#### 6.5. BENS MÓVEIS, BENS IMÓVEIS E ARMAMENTO

Outros elementos fundamentais da estrutura material e econômica desses mercados são do mesmo modo distribuídos desigualmente. Os bens móveis e imóveis como casas e automóveis, além de armas de fogo, são propriedades da rede de lideranças ou dos donos. Esses recursos, que têm alto valor econômico, estão sob o controle da gerência local ou estão distribuídos entre os membros das organizações, mas não pertencem a eles. A apropriação desses bens é uma prerrogativa das relações verticalizadas do exercício de poder. Há dentro dessas organizações um processo de centralização dos recursos materiais e de poder numa escala ascendente.

Este excerto de entrevista concedida por um gerente do bairro do Quilombo é representativo desta apropriação e distribuição desigual de bens móveis:

Na favela, hoje em dia, tem várias casas que pertencem ao comando. Cada um (membro) tem sua moradia, mas todo mundo quer mudar de vida, quer ir embora do bairro para um lugar melhor. E aí ninguém tem dinheiro para comprar a casa que está à venda. Quem compra... A gente compra. O *coroa* (líder) compra. Tem também aquelas casas em que

o morador vacilou, estava na janela falando com alguém, rolou uma situação naquela hora e um de nós morre ou vai preso. Os homens dão um *baque* (busca e apreensão) e todo mundo já acha que foi aquela pessoa. Se não matar, *bota para andar* (expulsa). Manda sair da favela e já passa a ser dono daquela casa. Então, em muitas moradias o comando é nosso, a casa é do *coroa*. Várias casas são do *coroa*" (Gerente do Quilombo).

Para perscrutar informações como essa, foi preciso, em diversos momentos, ultrapassar as barreiras do medo e do receio de estar cometendo um erro grave como poderia ser compreendido por parte dos membros das unidades comerciais ilegais. Não é comum falar sobre os bens que pertencem a boca de fumo. Há muita discricção em torno dessas questões, especialmente porque as propriedades são colocadas em nome de pessoas que não possuem vínculo direto com a organização. Geralmente, os bens móveis e imóveis estão em nome de moradores insuspeitos, que são parentes e/ou amigos de lideranças locais e que se dispõem a correr esse risco em troca de vantagens materiais ou somente por *consideração*.

Apesar da dificuldade de fazer o sujeito da pesquisa falar sobre recursos materiais, o que representa, na verdade, provas contra as estruturas criminais, os dados provenientes da observação direta e das entrevistas em profundidade, foram fundamentais para a formação de um inventário detalhado. Decorrente dele, dois tipos fundamentais de bens móveis foram elencados – carros e motocicletas – todos em nome de *laranjas* (pessoa física com registro regular nos órgãos fiscais) anônimas e indiretamente associadas ao comércio ilegal de drogas. Os bens imóveis resultam de compra em nome do CPF (Cadastro de Pessoa Física) de *laranjas* ou são oriundos de apropriação em decorrência de expulsão de morador. Como nesse momento há um grande número de homens trabalhando nestes territórios de dominação – no mínimo 134 indivíduos operando a atividade em cada bairro – os gerentes locais têm feito investimento em aluguel.

A maior quantidade de bens pertence aos líderes da organização relativamente independente que atua no bairro do Quilombo. Durante a construção de um relatório sobre estas propriedades foram documentadas cinco casas, um galpão (atualmente alugado para uma igreja evangélica), quatro carros novos, um minitrio elétrico, pelo menos seis motocicletas e investimento e participação em bandas de pagode. Com duas casas próprias, duas casas alugadas, três motocicletas e também com investimentos na área cultural, o bairro Rio Bonito vem em seguida. Por sua vez, no bairro da Colônia, uma casa é própria, duas são alugadas e duas motocicletas são parte dos recursos materiais da organização.

A utilização desses bens tem finalidades práticas diretamente associadas a estrutura e a atividade desses mercados de drogas ilegais. Assim, os bens imóveis são usados para alojamento de pessoal, acondicionamento e processamento de mercadorias. Nesses ambientes, normalmente climatizados, a cocaína, a maconha e o crack são armazenados, batizados (ato de acrescentar insumos para aumentar o volume da carga), separados por produto e por peso para serem distribuídos. Aí mesmo nesses imóveis é realizada minuciosamente toda a contabilidade da loja central e das lojas associadas.

O depoimento apresentado a seguir confirma o que foi dito acima sobre a função dos imóveis:

A droga é toda é armazenada e guardada em casas. Casas com ar condicionado, com freezer e com todo o material de trabalho (...) bacias, tesouras, facões, sacos para embalagem, pó Royal, que a gente chama de fermento para fazer bolo, facas para cortar, vela, liquidificador industrial para bater, misturar a droga. Tudo isso. A gente dorme nas casas, mas sempre mudando de lugar para não ser pego de surpresa pela polícia ou pelos *alemão* (rivais)" (*Corre*, bairro da Colônia).

Os bens móveis – carros, motocicletas e bicicletas – são essenciais à logística da atividade comercial ilegal. A mobilidade de recursos humanos e materiais é de importância central para o desenvolvimento efetivo das unidades comerciais. Tanto no perímetro local, quanto por áreas mais distantes, o transporte de mercadorias, de armas de fogo e de pessoas requer uma estrutura apta a proporcionar a mobilidade em tempos de normalidade e em tempos de aumento de riscos diante da ação de grupos rivais e de operações policiais de rotina ou de busca e apreensão. Em suma, mecanismos de mobilidade dentro do escopo organizacional composto por pessoas e recursos materiais são de primeira grandeza para a operação dos mercados de drogas ilegais.

Outro bem que compõem o acervo de cada organização criminal e que também é desigualmente distribuído entre seus membros é o arsenal bélico. Esse arsenal é propriedade da rede de lideranças e fica sobre a posse dos operadores, enquanto eles estiverem atuando no quadro funcional das estruturas criminais. Como recursos indispensáveis aos mecanismos de proteção, segurança e vigilância, o montante de armas de fogo não é propriedade dos seus usuários diretos, mas sim, daqueles que ocupam o topo do staff organizacional, que centralizam sobre sua posse a maior parte dos ganhos econômicos e que são dominantes no exercício das relações de poder.

No universo desta pesquisa, os arsenais bélicos são compostos majoritariamente por pistolas e revólveres. Porém, a simples observação demonstrou a presença de armas como escopetas, fuzis e metralhadoras. Os próprios operadores dos mercados de drogas ilegais exibem ostensivamente esses artefatos com alto poder de fogo. A visibilidade é uma estratégia, uma tática de controle, que explicita aspectos importantes das relações típicas de poder local, já que o recurso à arma de fogo é um componente amplamente aceito nas sanções da violência disciplinar, violência por sucessão e conflitos por expansão econômico-territorial recorrentes nesses espaços sócio-urbanos.

Como tem sido demonstrado e tematizado pela literatura específica (ZALUAR, 2000; MISSE, 2011; BARBOSA, 1998; DOWDNESY, 2003; HIRATA, 2010; LIMA, 2013, 2017), a administração e o controle de mercados de drogas estabelecidos em espaços urbanos populares estruturam mecanismos de gestão, de segurança e de proteção. Em áreas pobres, as mais diversas organizações criminais fazem o uso de armas enquanto um meio instrumental recorrente de solução de conflitos em decorrência de fragmentação e competição entre grupos rivais. A presença ostensiva dos agentes públicos, como forma de controle repressivo da população é igualmente um fator catalisador do uso de instrumentos bélicos de proteção.

Nos casos aqui em questão, o uso de arma de fogo com essa finalidade se tornou um meio ostensivo, tático e de visibilidade das organizações locais. Nelas, apenas as funções mais coadjuvantes como a dos *corres* ou *aviões* não são obrigadas permanentemente a fazer uso de tal instrumento na medida em que seu papel logístico dispensa urgência ou necessidade. No entanto, como papel das outras funções, de gerente a guariteiro, o uso ostensivo do artefato é obrigatório e comporta certa razoabilidade. Em áreas destes espaços sócio-urbanos em que há maior visibilidade por parte das autoridades policiais, há maior discricção no porte de armamento, mas sempre, próximo do campo de atuação, estão armazenadas armas e munições para uso estratégico e necessário.

Nos bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia, o número de armas pode alcançar e ultrapassar o número de membros das suas respectivas organizações. Este fato é observável na medida em que é perceptível a posse de mais de uma arma por parte de um único operador. Cada vez mais no entorno da atividade comercial ilegal, a presença de homens portando mais de um artefato

bélico é notável, o indica que os acervos armamentistas de cada uma dessas organizações, do Comando da Paz, do Bonde do Maluco e do grupo independente do Quilombo ultrapassam o contingente numérico de componentes do corpo funcional. Em suma, a ostensividade dos mercados de drogas dos bairros populares faz da belicosidade um elemento basilar visível e explícito do aparato de vigilância, de segurança e de proteção.

Com efeito, os acervos armamentistas são mobilizados ao bel prazer no âmbito local e supralocal e representam linhas demarcatórias de relação de poder e dominação. Enquanto bens, as armas de fogo são artefatos distribuídos desigualmente dentro das estruturas funcionais dos mercados de drogas ilegais. Tal qual a relação verticalizada de poder que fundamenta a disposição hierárquica de cada um desses grupos criminais, a distribuição de todos os recursos materiais é desigual e igualmente hierárquica. A relação entre dispêndio de trabalho numa unidade comercial do tráfico e as recompensas decorrentes do exercício da função é completamente desproporcional em razão do fato de que quem atua na base das ocupações tem menos acesso aos mecanismos de poder e de prestígio.



## 7. JUVENTUDE, SUBCIDADANIA, ETNIA E GÊNERO

“De onde estou, posso abarcar a estrutura funcional de um ponto de vendas de drogas e ilegais no bairro do Quilombo, composta por crianças e jovens com menos de trinta (30) anos. Há, em menor número, membros da organização criminal que já ultrapassaram a faixa etária dos trinta (30). Cá fora, na rua, há uma maioria de homens negros e não brancos, ocupando os postos no corpo funcional. A presença feminina é pouco evidente em função da mínima expressão numérica e da ínfima participação no centro das relações de poder e de tomada de decisão dentro dos quadros da organização criminal. É possível avaliar também que, dentro de uma dimensão heteronormativa, há um pequeno número de vendedores homoafetivos. Não passa despercebido a participação coadjuvante, mas central de crianças.

Estas crianças ocupam funções na parte mais baixa da hierarquia organizacional. Seu papel é o de *corre*, responsável por atividades como fazer compras diversas, realizar transporte de produtos e trânsito de comunicações. Nas funções diretas e de maior responsabilidade, da gerência ao *adianto* (vendedor), está o grupo na faixa etária supracitada. Há exceções. Há membros em funções diretas e importantes, como a venda, que tem idade entre doze (12) e catorze (14) anos. Nessa *loja* específica, que hora observo, tem a presença de dois meninos *na atividade (pista – varejo)* que já têm a *consideração* e a confiança para *trabalhar* em alguns horários.

São quase todos homens e quase todos negros: no corpo funcional, nota-se que a presença de afrodescendentes é massiva. Eles ocupam todas as funções: a gerência, segurança, vigilância e proteção, *satélite* (auxiliar administrativo ou de gerência), *guarita* (vigilante ou olheiro) e *pista* (vendedor). Nesse ponto de vendas não há sequer um indivíduo branco. Desde a voz (líder de cada ponto) até as crianças que estão ganhando confiança na função de *corre*, todos são negros. Comum a todas as *lojas observadas*, a condição étnica afrodescendente e a condição social de subcidadania são os elementos característicos que melhor descrevem o quadro funcional da organização criminal.

A condição subcidadã e étnica é somada à presença de mulheres e de homens homoafetivos, com bolsas a tiracolo carregadas com cocaína, maconha e crack, ocupando função no varejo de drogas. Entre todos os que estão na *pista* (vendendo), mulheres e homens homoafetivos fazem seu *trabalho* do mesmo modo que os outros membros. Estando em menor número, sua participação na atividade informal ilegal é um duplo do que ocorre nos mercados de trabalho formal. Não há como negá-lo, a participação de mulheres e de pessoas homoafetivas demonstra o ambiente heteronormativo típico do comércio de drogas ilegais (Cadernos de campo, 2014-2017).”

Embora embasado em diferentes relações estruturais e de poder, os mercados de drogas do Rio Bonito, do Quilombo e da Colônia se estabeleceram como atividades comerciais a mais no plano local. Ou seja, somaram-se às mais diversas modalidades de informalidade legal e ilegal, mas foram formados por elementos característicos distintivos, amplo potencial de absorção de mão-de-obra e estrutura coercitiva. Sob o formato de varejo e/ou atacado, a atividade ilegal se tornou uma fonte de renda, de organização, de hierarquia, de obediência e de

incorporação de maneiras de ser, de agir e de pensar. Com efeito, ocorreu a partir daí uma grande regulação social e identitária não referenciada na ordem institucional-legal.

Na composição do corpo funcional destes mercados, é perceptível, com poucas desta ou daquela exceção, a homogeneidade étnica e de gênero. A faixa etária preponderante em todos os postos, da *guarita* à gerência, está entre as idades de quinze (15) e vinte e nove (29) anos. Nos limites extremos deste intervalo, é notável a presença de crianças ocupando a função de *corre*, uma espécie de officeboy, assim como há lideranças, majoritariamente presas, com idade superior aos quarenta (40) podendo superar, mais raramente, a faixa etária dos cinquenta (50) anos. Em comum, nesse corpo administrativo, a origem social é subcidadã, marcada pela marginalização existencial, socioeconômica e política.

Quer dizer, os membros destas organizações criminais são oriundos dos estratos mais pobres da população, excluídos do acesso à educação, dos bens econômicos e culturais e segregados no meio urbano. Eles podem ser identificados pela condição de pobreza herdada dos seus ascendentes, dentro de um contexto de marginalização permanente e ausência de políticas públicas de inserção social. O acesso a emprego e renda é precário, de tal sorte que a subsistência é garantida através dos mais diversos tipos de informalidade sobre a forma de ocupações de baixa qualificação e do varejo em geral. Assim, quase todos estão periodicamente ocupados em funções na construção civil, na pesca, em empregos domiciliares, em feiras livres e em reciclagem de material descartável.

Tal condição socioeconômica materializada como um estado de marginalização é comum nos três perímetros urbanos perscrutados. Os operadores do mercado de drogas compartilham a condição social de subgente. Souza (2018), avaliando os pressupostos estruturais da sociedade capitalista, afirmou que alguns elementos precisam ser distribuídos em uma economia de mercado para que haja um processo mínimo de inserção à cidadania. O conhecimento e as mais diversas formas de capital cultural precisam ser incorporados ao trabalhador para que este seja minimamente útil na ordem capitalista. Por essa razão, o acesso aos bens culturais é a condição primordial para tal realização e é o fator que garantirá a reprodução social, mesmo num nível de subsistência.

Para se ter uma ideia panorâmica do que foi dito acima sobre a inclusão cidadã, foi documentado durante a construção deste inventário de campo a história

de uma liderança importante do Comando da Paz (CP), que conseguiu se alfabetizar após os 50 anos, dentro do sistema prisional, fato que explicita a condição subcidadã do corpo funcional destas organizações. Além de serem excluídos no processo educacional, capaz de inserí-los no mercado de trabalho, na infância e juventude eles são obrigados a atuar em trabalhos informais em razão de sua condição marginalizada. Conseqüentemente, o acesso à educação, a emprego e renda, à saúde e infraestrutura está sempre abaixo da linha de humanidade, o que torna a condição de subgente uma condição monolítica e muitas vezes, insuplantável.

Souza (2018) avalia que a uma condição humana de extrema pobreza ou carência aguda, somada a fatores relacionados a desestruturação familiar, é o elemento basilar da marginalização social no Brasil. Vivendo sob essa condição, dificilmente o acesso à educação é irrestrito e os mais diversos tipos de capital, econômico, social e cultural, definidos por Bourdieu (1996, 2001, 2004) como propriedades diferentes, serão alcançados. Com efeito, a carência desses bens resultará em exclusão ou em inserção insuficiente e marginal ao espaço societário. Esse estado de coisas se dá muitas vezes de modo permanente, lançando parte da população à marginalidade e à violência. Daí a relação profícua da condição subcidadã com os mercados de drogas.

Em outros termos, no contexto da condição marginalizada, não há perspectivas, projetos de vida, ou seja, é um modo de vida marginal, que se define pela descrença em benefícios sociais futuros. Corroborando com esta visão, em um estudo sobre morte prematura e criminalidade juvenil, Brezina et al. (2008) afirma que há disseminado na população juvenil, em decorrência da exclusão social, um senso perspectivo de que não há futuro, não há esperança, e isso é o fator primordial na explicação das taxas crescentes de homicídio nessa faixa de geração. Ou seja, incorporada à crença de que não há um futuro, nem benefícios socioeconômicos, a juventude se associa mais e mais ao crime e às mais diversas formas de atividades criminais, que resultam em vitimização letal.

Nos mercados de drogas ilegais que embasam esse estudo, é possível tomar os argumentos supracitados como realistas. Isso porque na base da estrutura funcional das organizações criminais do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia a maioria dos integrantes nem ao menos concluiu o ensino fundamental. Muitos não sabem ler, escrever e nem fazer as quatro operações. Pouquíssimos concluíram o

ensino médio, e aqueles que o fizeram, geralmente ocupam as funções do topo da hierarquia funcional setorializada. A relação entre graduação escolar e a posição na estrutura funcional está adstrita à capacidade de realizar operações mais complexas e a disposição para obedecer e executar ordens diversas como, no limite, a eliminação física.

Com raríssimas exceções, na composição funcional organizacional, o comércio de drogas ilegais destes bairros populares prepondera a presença de homens marginalizados, cuja Integração social foi ineficiente e incompleta. Na acepção de Velho (2003), a caracterização da condição marginal se dá através de três elementos fundamentais que são a não-integração, a marginalidade e o desvio. Nos casos aqui estudados, a não-integração e a marginalização são fatores que podem gerar o comportamento desviante, tendo em vista o potencial coercitivo das organizações criminais. Em mercados de drogas ilegais do tipo belicoso e hierarquizado, em que os riscos são maiores que os benefícios tal qual foi descrito acima, os associados são majoritariamente subcidadãos.

Nesse sentido, a ideia de ajustamento que, segundo Velho (2003), seria o elemento primordial para o acesso à cidadania, a condição social não marginalizada, é amplamente rejeitada na medida em que existem deficitariamente políticas e instituições designadas para desenvolver políticas de controle social fundadas com o objetivo de promover a inserção social. Até este momento, o controle social, a manutenção da ordem e a reprodução social são processos realizados por meio da violência oficial, ou seja, através da ação punitivista do sistema de justiça criminal. A condição marginal é anterior a existência destes mercados de drogas ilegais, que geram vínculo e renda e que possuem um potencial regulador capaz de controlar a conduta de indivíduos pertencentes às classes populares. O processo de marginalização e a violência oficial recrudescida são partes integrantes de projetos políticos de Estado.

As carências sociais nos espaços sócio-urbanos descritos neste trabalho são muitas e abrangem necessidades básicas como vestuário, esporte e lazer, emprego e renda, alimentação, moradia salubre, saneamento básico, educação e os mais diversos bens culturais. Pensando na precariedade destas garantias sociais numa dimensão mais ampla, Freitas (2011) associa, a partir de uma afirmação hipotética, o desenvolvimento econômico de uma base política preventiva global contra o desamparo da infância e juventude. Segundo suas conclusões, a infância e

a juventude deveriam integrar a agenda governamental (nacional, regional e local), enquanto questão e problema públicos a serem equacionados. O oposto deste ideal supracitado é a condição juvenil na Região Metropolitana de Salvador, caracterizada pela marginalização e desamparo que atingem amplos estratos da população total.

### 7.1. CONDIÇÃO JUVENIL

A participação juvenil nas atividades do comércio de drogas ilegais nos bairros do Rio Bonito, do Quilombo e da Colônia é um fenômeno singular e ocorre por diversas razões. Diferentemente do que observou Alba Zaluar (2000) a população juvenil não se associa ao mercado por um ethos distorcido da masculinidade na medida em que esta condição é compartilhada pela maioria dos homens em qualquer espaço societário hetero-normativo, abastado ou popular. Na verdade, os mercados de drogas se tornaram instâncias não governamentais coercitivas com potencial de regulação social e de alteração das sociabilidades na medida em que deles emanam normas, crenças, valores e modos não convencionais de interação social. Dowdney (2003) observou o reordenamento funcional dos mercados de drogas fluminenses, que permitiram o acesso e a associação da população juvenil ao seu corpo operacional.

Muitos motivos propiciam a adesão de jovens às estruturas organizacionais criminais e é central a capacidade destas organizações de gerar ocupação e renda somada ao seu potencial coercitivo que coexiste com instituições de controle formal e informal precárias, tênues e baseadas no uso da força. Em outras palavras, mesmo em situação de exclusão social e subcidadania, a infância e a juventude sofrem processos coercitivos de instituições de controle social formal e informal como o sistema prisional punitivista e a polícia militarizada e belicosa, as escolas precárias e as famílias desestruturadas. Estas dimensões de controle da vida e do estabelecimento da ordem, embora não sejam as únicas, são essenciais aos processos de reprodução social.

E foi nesse ambiente de relações sociais fluidas, que os mercados de drogas ilegais da Grande Salvador se desenvolveram como dimensões de poder, coerção e acesso a renda. A associação a estes mercados pode se dar em razão de

necessidades do estômago, das fantasias ou em decorrência de processos coercitivos. A renda é um fator primordial, importante e permanentemente e tal atividade tem demanda de pessoal por preencher. Por exemplo, aqueles que já estão fazendo o *corre* por dinheiro não tem a noção exata de que são parte de uma organização criminal e assim são os primeiros a serem associados. Com a passagem do tempo e a construção de uma carreira criminal, desenvolve-se a consciência do pertencimento, quando passam a valer outras razões de ser e de estar ali naquele grupo.

O desejo de ser líder, a disposição para subjugar o outro através da força, o consumo de bens duráveis, o acesso fácil a mulheres, bebidas e drogas passam a importar mais que as necessidades fundamentais que podem marcar a iniciativa da adesão. Embora os mercados de drogas belicosos dos bairros populares não admitam em seus quadros toda uma população de excluídos, no seu quadro operacional e funcional mais visível, quer dizer na ponta ou no grosso da atividade, não há um sequer que não seja um homem ou mulher marginalizados e excluídos socialmente. Ou seja, o corpo funcional do comércio de drogas dos bairros componentes desse estudo é formado por indivíduos que não foram inseridos pelos processos de inserção cidadã do país.

Uma liderança do bairro do Quilombo deu algumas indicações sobre o processo de associação, seus motivos e suas redes de significados:

– As lideranças das *lojas* de drogas daqui permitem a participação de crianças e adolescente?

Operador do Quilombo – No tráfico a pessoa se envolve cedo. Ninguém fica velho na atividade, na *pista* (vendendo). As crianças nascem aqui na favela e não sabem fazer o próprio nome, mas desde pequeno estão no *corre* (auxiliar), querem entrar no tráfico, querem ganhar um dinheiro. E muita gente acaba perdendo a vida cedo, outros, como eu, chegam aos trinta anos. Uma galera acaba no sistema (presos), entrando e saindo. Poucos jovens aqui têm estudo (estudaram até o ensino médio). A maioria dos meninos quer ir para o tráfico, mas não tem vaga para todo mundo que quer. Mas se chegar e quiser pegar um trabalho (uma partilha de drogas) e não estiver tomando o espaço de ninguém, e for da localidade, vai fechar com a gente. Se é da comunidade, está precisando de dinheiro e tem disposição, a gente não é contra. Tem uma molecada aí que nem o pai, nem a mãe estão trabalhando e só come uma vez por, e isso não é certo. Se precisar de um trampo (trabalho) e tiver onde fazer o *corre* a gente *abre* (permitir) mesmo se tiver os horários tudo ocupado.

– O que atrai a juventude pobre do bairro a atividade de venda de drogas é só o dinheiro?

Operador do Quilombo – Isso varia. A partir do momento em que a criança se torna *corre*, praticamente ela já fecha com a gente e já passa a ter a consideração na localidade, na favela. Ela não está mais à toa. A vida destes moleques não segue mais normal, tem a polícia e os caguetes

(alcaguetes, delatores) observando. Os pais querem tirar, mas não conseguem. Só se mudar de bairro para conseguir.

A gente não oprime, nem obriga ninguém para fazer um *corre* ou pegar um *trabalho*, mas se o cara quer, os pais não podem mais interferir. Não pode encurralar o moleque que já está fechando com a gente. A partir do momento que está encurralando, está contra nós e ninguém quer um inimigo na área. Tem que botar para correr.

Deste excerto de entrevista é possível captar algumas razões fundamentais da associação ao mercado de drogas e suas possíveis consequências. Como vimos, a associação se dá preponderantemente como auxiliar e a renda é um fator central. Inicialmente os ganhos materiais têm centralidade na adesão. A construção de uma identidade em decorrência das relações de afinidade e confiança se dá pelo pertencimento ao corpo organizacional. Além dos fatores que englobam renda, pertencimento, empoderamento e proteção, este excerto de entrevista explicita os processos de vitimização direta do associado e indireta de sua família como resultante da associação de um ente querido a uma carreira criminal.

Nos EUA, conforme Blumstein (1995), a participação de jovens no mercado de drogas ilícitas tem sido vinculada ao aumento de violência letal na população total. De acordo com este estudo, os fatores explicativos da associação a tais atividades ilegais foram ganhando mais clareza a partir de pesquisas realizadas no decorrer dos anos 1980 e um dos fatores de adesão ao crime é o ganho material. A entrada de jovens em gangues urbanas e as políticas de guerra às drogas naquele país são fatores explicativos do aumento da violência letal nessa faixa de idade. No Brasil e na Grande Salvador, o aumento exponencial de homicídios está relacionado à associação juvenil aos mercados de drogas, à sua estrutura fragmentada, às competições violentas por exclusividade comercial e à violência oficial baseada num ordenamento proibicionista.

Howell e Decker (1999) concluem por esta mesma linha de raciocínio e confirmam a ampliação da participação juvenil em mercados de drogas, em gangues juvenis e veem como consequência imediata dessas transformações o crescimento do crime comum violento entre jovens. Os conflitos entre gangues juvenis e a relação destas com os agentes públicos envolvidos na guerra às drogas são os fatores que explicam as mudanças nos dados estatísticos. Qual seja, a violência inter-organizacional e os conflitos decorrentes do proibicionismo e do punitivismo explicam o recrudescimento da violência letal nesta faixa de geração.

Na Região Metropolitana de Salvador, desde o início da década de 2000, o mercado de drogas ilegais, que era avulso, passou a ser controlado por organizações criminais que permitiram a associação de crianças e adolescentes na atividade. Lima (2013) em uma pesquisa que tematiza o assunto, mostra detalhadamente como se deu essa passagem. Antes das organizações criminais se estabelecerem na década de 2000, com uma política empresarial belicosa, hierarquizada, exclusivista e comercial, os sujeitos menores de dezoito (18) anos majoritariamente não eram aceitos diretamente como vendedores, nas atividades do comércio avulso de drogas ilegais. A população juvenil estava associada a atividades que foram proibidas no plano local como o furto e o roubo.

Com efeito, as décadas que antecederam os anos 2000, prévias ao surgimento do Comando da Paz (CP), foram marcadas por atividades de varejo de drogas ilegais realizadas de modo avulso, nas quais não era permitida a adesão de crianças e adolescentes. O consumo de drogas não era tolerado em áreas públicas, nem de encontro de populares. Preponderava uma moral conservadora em relação ao porte e ao consumo de drogas. O comportamento dos vendedores avulsos se baseava num apelo inexorável ao *respeito às crianças e aos pais de família*. Além de aquele modelo de varejo de drogas não admitir associação de crianças e adolescentes, a atividade não possuía estrutura empresarial e não era hierarquizada nem belicosa.

Em um estudo anterior a esta proliferação e fragmentação de mercados de drogas ilegais controlados por organizações criminais em todo o país, Dimenstein (1994) já observara o desamparo, a violência das ruas e a violência oficial se sobreporem à juventude. Ao perscrutar uma população de crianças e adolescentes socialmente excluídas deparou-se com diversas e absurdas formas de violência sofridas por essa população, como a clandestinidade da pena de morte, com julgamentos e execuções extrajudiciais sumários praticados pela polícia. A pena de morte já era parte do manual particular de procedimentos policiais que vem se consolidando ao longo de todo o período de redemocratização e que será descrito adiante.

Somados a violência do Estado, grupos de extermínio, que são formados muitas vezes por agentes públicos, eliminam meninos e meninas oriundos de famílias desestruturadas e marginalizadas. O operador que ocupa postos no varejo de drogas ilegais no meio urbano ou rural conhece muito bem a tirania das agências



de controle social. A nenhum desses jovens são estranhas as arbitrariedades das polícias, do sistema prisional e do sistema de justiça criminal. Ou seja, às organizações que controlam o comércio de drogas ilegais é feita por uma população juvenil que não reconhece nas instituições do Estado estruturas pertencentes a ordem institucional legal, mas, ao contrário, reconhecem nelas instâncias de tirania.

Na relação de copresença com as agências de controle social formal estaduais, o uso da autoridade policial é ilimitado e ao invés de criar mecanismos de segurança, submete, ao arripio da lei, as classes populares. Nos três mercados de drogas que compõem esse estudo, com poucas exceções, todos os operadores já conheceram a cadeia e a multiforme violência policial. Mas ao contrário do que pensam autoridades político-jurídico conservadoras, a violência policial e o sistema prisional têm sido fundamentais para a associação, o fortalecimento, o crescimento e a expansão de organizações criminosas em todo o país.

Com efeito, mecanismos estruturais de associação e de fluxos materiais e imateriais dessas organizações, com o fortalecimento de redes e contatos comerciais, funcionam também dentro do sistema prisional. A questão da construção de uma identidade, a partir de relações de empoderamento local é analisada em outro estudo por Sá (2011), que observou a relevância de elementos irracionais e pessoais como *consideração*, na constituição e consolidação de interação social de instâncias criminais. No caso aqui em questão, o *patrão*, o *coroa*, o *pai ou painho* são elementos que fazem parte dos códigos linguísticos de uma acepção de família constante nos mercados de drogas locais que substituíram a figura do *bichão* da favela, objeto da pesquisa realizada por Sá (2011).

Em outras palavras, a estrutura empresarial do mercado de drogas ilegais se somou as mais diversas modalidades de comércio informal no plano local como fonte de ocupação e renda da população juvenil, mas com potencial de dominação e de regulação da vida nestes espaços urbanos. Este trabalho de pesquisa, observou os mercados de drogas ilegais como estruturas informais em correlação com a economia de mercado e a ordem institucional legal, que mobilizam recursos sobrepostos em relevo sobre a sua condição de ilegalidade. A participação juvenil no varejo de drogas não pode ser desvelada de acordo com o argumento de Takeuti (2002), sobre a fratura social e as pulsões juvenis, que, como não analisa o tema aqui em questão, não constrói uma argumentação que coloque em paralelo estrutura e agência. Finalmente, a proposição explicativa da relação entre violência letal,

criminalidade e população juvenil está adstrita ao fenômeno da marginalização social e ao desenvolvimento de mercados de drogas belicosos como instância social coercitiva e como esfera comercial de absorção de pessoal e geração de renda.

## 7.2. DEMANDA E EXCLUSÃO

O perfil da população juvenil que se ocupa nas funções da estrutura organizacional dos mercados de drogas do Rio Bonito, do Quilombo e da Colônia é a do indivíduo marginalizado. O corpo funcional desses mercados é composto por indivíduos excluídos de condições adequadas de moradia, alimentação, saneamento básico, saúde e acesso à educação de qualidade. Mais de 90% dos associados ao comércio de drogas ilegais dos três espaços urbanos perscrutados não concluíram o ensino fundamental. Não há, como resultante dessa pesquisa, um diagnóstico ou uma conclusão de que o tipo de criminalidade fundamentada no varejo e no atacado de drogas ilegais tem uma relação imanente e de causalidade com a pobreza. No entanto, a observação direta e as entrevistas em profundidade demonstraram que o corpo funcional deste mercado de ilícitos está preenchido com subcidadãos, indivíduos marginalizados e excluídos socialmente.

Aqui não há proposição que vincule immanentemente criminalidade e pobreza. Na verdade, a negação de direitos e de inserção social cidadã é um fator preponderante entre as classes populares. Em decorrência dos riscos, do alto custo social, dos níveis de implicação pessoal no sistema de justiça e das taxas elevadas de crimes comuns violentos associadas a tal atividade, a adesão é muito mais comum entre homens jovens e sem expectativas de benefícios sociais futuros. Na verdade, aos jovens socialmente excluídos, falta o mínimo de educação, de renda, de emprego, de saúde e de habitação adequada e de segurança. A própria posição estratégica das lojas do mercado de drogas, que estão situadas em espaços urbanos não regulados, chamados de *invasão*, ocupação ou áreas subnormais, dá indicativos do perfil da mão-de-obra.

Entre todos os membros de organizações criminais que foram sujeitos dessa pesquisa, apenas dois são oriundos da classe média e o objetivo de tal associação foi *ganhar dinheiro, poder e fama*. João e Pedro são lideranças importantes na

organização criminal Bonde do Maluco (BDM), de sua rede de líderes de dimensão de alcance estadual, mas que atuaram inicialmente (antes de 2013) no Rio Bonito e migraram para a Colônia. Filhos de um engenheiro mecânico e de uma obreira de igreja neopentecostal, os dois rapazes cresceram nas ruas do bairro em contato com a criminalidade local. Em decorrência de sua origem distinta, estudaram em escolas particulares e assumiram, em função dos conhecimentos obtidos, destaque nessas instituições a que aderiram. Graças a sua disposição para matar, além do conhecimento, alçaram a posição de liderança. Mas, diferentemente desse perfil, a maioria dos operadores é o reflexo do que diz esse excerto de entrevista:

– Como os operadores são admitidos na organização? Como eles conseguem ser aceitos para atuar na venda de drogas?

– O moleque nasce aqui mesmo no bairro. Ele não vai logo de cara vender. O traficante quer comprar uma sandália, quem vai lá fazer essa compra? Essa criança que faz esses favores. Do mesmo jeito com uma quentinha, um remédio, etc. Quem já está na pista (vendedor) não pode sair do bairro. Não tem esses perigos para o menino que está ali fazendo os *corre*. Ele é quem faz o *corre*, e a partir do momento que ele está fazendo os *corre*, ele vai ganhando confiança. Vai ter uma idade que ele já vai saber fazer conta, aí então ele já vai ser traficante. Ele já vem fazendo a caminhada dele desde pequeno. Depois que ele pegar o primeiro *trabalho* já foi, ele já passa a ter aquele horário para trabalhar, vai depender de quantos dias em determinado horário. Já está no grupo e já forma parcerias. Mas tem gente que não entra no comando menino, não. Tem caras que está com a gente aí, que chegou aqui nas cabeças (nos líderes) falou que estava precisando pagar o aluguel, criar o filho que nasceu, pediu um trabalho, mostrou disposição e está aí até hoje. (Operador do bairro da Colônia).

Há dois pontos significativos nesse fragmento de entrevista. Primeiro, a associação ocorre na infância e nesse caso específico há um acúmulo de expertises sobre o crime, o que caracteriza uma associação diferencial, segundo os parâmetros de Sutherland e Dresse (2003). No segundo caso, a procura por ocupação, emprego ou renda conduz o indivíduo até a loja de varejo de drogas. No entanto, nos dois casos, a demanda do mercado de drogas é preenchida por indivíduos excluídos socialmente, cujas vidas são marcadas por processos que envolvem injustiças sociais. Tal demanda não tem sido preenchida por crianças e adolescentes da classe média, oriundos de famílias estruturadas e atentas aos benefícios do futuro.

O uso da expressão *exclusão social*, que implica em subcidadania, não é um uso retórico, mas diz respeito à ausência de emprego, renda, saúde, educação e habitação salubre. Sem estas garantias sociais, a mobilidade é cerceada por fronteiras segregacionais. Sawoia (2014) buscando dar precisão ao conceito *impreciso* de *exclusão*, subdividiu-a em econômica e social. No primeiro caso, a

palavra remete a pobreza, a condições inferiores, a linha de humanidade; no segundo caso, o conceito remete a discriminação, fator que minimiza o elemento de injustiça social contido na condição humana. Para além das análises das possíveis ambiguidades, a referência econômica (pobreza) e a referência social (discriminação) são fundamentais nesse estudo.

Abad (2008) considera a política pública como instrumento privilegiado de dominação e, usado nesse intuito, seria um instrumento importante de construção da cidadania. Um gasto social nesse sentido fundaria uma postura de Estado na desconstrução da condição marginal de quem está submetido à exclusão e à marginalidade. Essa condição marginal, segundo Escorel (1999), abrange a dimensão da condição social e da condição moral. Quer dizer, os indivíduos estão de modo tênue submetidos as instâncias de controle social, que não são capazes de incorporar valores e concretizar a reprodução social, mas são extremamente repressivas e violentas.

Instâncias de controle social como a família, a religião, as polícias, as prisões e o sistema de justiça criminal estão em relação de copresença com o mercados de drogas enquanto instâncias coercitivas de regulação social informal da vida local. Porém, diante dos fatores pertinentes aos contextos sociais observados, esta atividade comercial ilegal demandará um corpo funcional, que, no seu estado belicoso e hierarquizado, característico de uma relação inversamente proporcional entre custos sociais e benefícios, estará sempre embasado numa composição de homens marginalizados e socialmente excluídos.

### 7.3. TRÂNSITOS ENTRE ATIVIDADES FORMAIS E INFORMAIS

Atividade laboriosa e comercial preponderante nestes espaços sócio-urbanos é o varejo informal em suas mais diversas modalidades. Como foi descrito anteriormente, o mercado de drogas aparece como mais uma instância comercial e enquanto alternativa de fonte de renda. Há uma demanda de pessoal para operar as funções que variam conforme o período (festas anuais, finais de semana) e eventuais vacâncias (baixas e pedidos de saída). Esta demanda é preenchida por crianças e adolescentes pobres das localidades e por indivíduos de baixa

qualificação profissional, advindos de atividades formais e informais em períodos de desemprego.

Dois casos demonstram o trânsito de pessoas, com baixa qualificação profissional e ganhos salariais irrelevantes, de atividades formais e informais para atividades de varejo de drogas:

João Paulo, no seu último emprego, era contratado como auxiliar técnico de exibição de um cinema da cidade de Salvador. Morador do Rio Bonito, ele trabalhava nesta empresa de audiovisual há mais de dez anos. Quando nos encontramos pela penúltima vez estávamos no mesmo ônibus cujo trajeto terminaria na Praça da Sé, Centro Histórico da antiga Cidade da Bahia. Meu destino era o bairro de Ondina; o dele era o bairro da Barra.

Conversamos bastante antes de chegarmos ao ponto de ônibus em que eu desceria. Neste trajeto em que estávamos, Ondina fica antes da Barra. João me falou sobre uma proposta para trabalhar no norte do continente africano, no Magrebe, em cinemas que lá seriam abertos pelo proprietário da empresa em que ele trabalhava. Mas algo lhe atraía mais. Queria muito comprar uma motocicleta e reformar sua casa. Por isso, pediu demissão, recebeu todos os direitos que cabiam no seu caso, comprou uma motocicleta, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. O que sobrou, que iria ser usado para a reforma do seu imóvel, foi direcionado a algo diverso do planejado inicialmente.

A partir de um capital social constituído com as lideranças da organização criminal Caveira, associou-se como vendedor e fez investimentos em dinheiro. Nesse exato momento, o Comando da Paz começou a sua investida pelo controle do bairro do Rio Bonito, cooptando e matando lideranças locais. O auxiliar de produção de filmes recebeu um telefonema no qual foi convidado a se integrar aos rivais que estavam lutando para tomar o mercado de drogas de que ele fazia parte. Recusou e, na primeira oportunidade que teve, trocou tiros com os tais rivais.

Encontramo-nos pela última vez numa sexta-feira numa praça pública daquele bairro. Já passava das onze da noite e ele seguia para a *loja* de vendas de cocaína em que trabalhava. O ponto ficava situado em uma avenida movimentada nas imediações de vários bares. Na madrugada desta noite, ele foi entregue por um antigo aliado aos inimigos que adquirira. Arrombaram os cadeados dos portões da sua casa, estouraram a fechadura das portas, amarraram-no e puseram-no no porta-malas de um veículo.

Antes de levá-lo para a área ecológica em que seria assassinado, levaram também sua motocicleta e eletrodomésticos. As buscas foram iniciadas no sábado à tarde pelo seu irmão, um candidato a vereador derrotado nas últimas eleições de Lauro de Freitas. No domingo pela manhã, seu corpo e o corpo de uma garota foram encontrados na Estrada Velha do Aeroporto. A moça estava degolada com um jornal enrolado e preso entre os dentes; ele, no porta-malas, com braços e dentes quebrados, e com sinais de perfuração com arma de fogo. Com muita tristeza e dor a família fez o sepultamento no cemitério do Rio Bonito na manhã de segunda-feira. (Caderno de campo, 2014- 2017)

O segundo caso retrata uma história que teve um desfecho diferente, mas que possui algumas semelhanças com o primeiro:

Fernando Lima, que migrou da reciclagem de material descartável para se tornar um *coroa*, líder de um território do comércio de drogas ilegais. Filho e neto de cabeleireiro, de família pobre e desestruturada, o menino sempre viveu na rua. Aos arredores de sua casa, numa distância menor do que cem metros, muitos garotos de sua idade, entre dez e quinze anos, faziam reciclagem para ganhar algum dinheiro. Várias vezes o

encontrei trabalhando duro, vendendo latinhas de cerveja e garrafas de bebidas destiladas.

Com esta outra fonte de renda, estabelecida nas proximidades de sua casa, ele começou a se relacionar com os operadores daquela atividade naquele ponto. No bairro da Colônia, onde sempre residiu, o Bonde do Maluco (BDM) implantou diversos pontos de varejo de drogas ilegais. O menino logo observou que ali se ganhava dinheiro *sem se sujar, nem se humilhar*. Entrou como *corre*, fazendo pequenos serviços. Não estava mais na idade para esta função, já havia completado dezesseis anos. Com confiança, promoveram-no a vendedor. Foi para *pista*.

Este ex-reciclador se iniciou na condição de *pista*, vendedor, em regime de consignação, uma função elementar e basilar da estrutura hierárquica. Com muita disposição e apto aos mais diversos papéis relacionados a execuções, a elaboração de emboscadas, a ataques em bairros rivais e sequestros, logo se tornou um soldado *respeitado*. Após a morte de uma liderança importante do bairro de Colônia, todas as lideranças do Bonde do Maluco (BDM) local e supralocal aclamaram-no como *patrão*, como líder da metade do bairro e da praça.

Agora com pouco mais de vinte anos, lidera a metade de um bairro litorâneo (lucrativo para o negócio ilegal) e é conhecido por colecionar armas e pela maneira implacável de agir nas operações e ações. A contabilidade é dividida entre ele e seus gerentes, jovens capazes de realizar as quatro operações. Na prestação de contas, o auxílio de celulares, calculadoras, cadernos de anotação e canetas são fundamentais. Normalmente, aqueles que estão incumbidos da gerência completaram o ensino fundamental. Mas nem todos, como ele, chegam a liderança, que só é alcançada através de habilidades identificáveis pelo grupo e da disposição para matar (Caderno de campo, 2014-2017).

O que há de comum nesses dois casos é o trânsito para o varejo de drogas ilegais de trabalhadores oriundos de atividades mal remuneradas e que exigiam pouca ou nenhuma qualificação profissional. É muito comum o trânsito de pessoal entre o mundo do trabalho formal e informal para o mercado de drogas e suas ramificações como roubo de veículos, assalto a banco, sequestros e homicídios. É muito mais comum, como no primeiro caso, tornar-se objeto de violência letal, do que ascender a posição de líder. Independentemente dos desdobramentos dessas carreiras criminais, esta é a realidade social da massa dos associados.

Segundo Zaluar (2000), a identidade de trabalhador é estruturada em oposição a identidade de bandido. No entanto, a antropóloga fluminense percebe as tenuidades das fronteiras que separam tais dimensões, do mundo do trabalho e do mundo do crime. O questionamento se estende a dúvida sobre se, de fato, existe tal barreira ou se esses mundos se perpassam. No contexto aqui em questão, o ato de vender drogas ilegais em um expediente determinado é visto como um *trabalho* por parte expressiva da população juvenil, de tal maneira que a atividade só é vista de fato como crime por uma parcela da população completamente distanciada dos mercados de drogas.

Telles (2007, 2010) descreveu aspectos importantes dessas interações entre os mercados (de trabalho) formais e os mercados informais, ilegais ou ilícitos. Com efeito, o mundo do trabalho não é extrínseco, nem intrínseco ao mundo do crime, porém mantém inevitavelmente relações sociais objetivas. O fluxos de trabalhadores e o trânsito de indivíduos entre mercados formais, informais e ilegais assumem aspecto monumental quando se observa a estrutura funcional de organizações criminais ligadas ao comércio de drogas ilegais em razão do fato de que tais estruturas sociais formais se aglutinam a estruturas sociais informais e ilegais.

#### 7.4. GÊNERO E PARTICIPAÇÃO

Entre os operadores do mercado de drogas do Rio Bonito, do Quilombo e da Colônia foi observada a presença de mulheres heteroafetivas e homens e mulheres homoafetivos. Em menor número, quase passaram despercebidos, dada a composição do corpo funcional ser formado majoritariamente por homens héteros. Esse grupo minoritário tem ocupado a função de *pista* (vendedor). Exceção era Genário, que na função de *satélite* (auxiliar de gerente), circulava livre, de bolsa tiracolo, que armazena cocaína e/ou maconha e/ou crack, e distribuía as partilhas dos materiais, tomava nota e prestava contas à gerência.

Permaneceu como *satélite* até ser preso em sua casa por policiais da RONDESP (Rondas Especiais). No meio de uma orgia homoafetiva, foi detido com mais de R\$ 5.000 e quase uma dezena de celulares. Pelo fato de ter sido preso numa orgia e com uma quantia absurda de dinheiro e aparelhos eletrônicos, sofreu algumas punições. A primeira delas, após a organização ouvir as partes (ele e os que o acompanhavam na hora da prisão), foi obrigado a ressarcir o dinheiro ao gerente local do Comando da Paz e perdeu a função de *satélite*. A dívida foi ressarcida por seu pai, coveiro de uma prefeitura municipal.

Em outro ponto da Grande Salvador, Mariana, Paula e Flávia trabalham duro nos turnos a elas designados para vender a quantidade de produtos que foi consignado. As três mulheres, com sacolinhas penduradas ao pescoço, carregadas, vão para a pista *ganhar o dinheiro do leite das crianças*. Não diferem em nada dos outros vendedores, a partilha que recebem segue a mesma divisão proporcional e o

*trabalho* é realizado nas mesmas condições precárias e de risco. Mas levam vantagem em relação aos operadores do sexo masculino: por serem minoria, tornam-se quase invisíveis. Passam despercebidas pelas polícias e por outros agentes incumbidos do controle social formal, o que lhes dá a prioridade no trânsito de produtos ilegais e de pessoas em evidência. Em um trecho de entrevista captamos a singularidade desse fenômeno em expansão:

– Notei aqui na loja, a presença de pessoas homoafetivas, de gays e lésbicas, e de mulheres heteroafetivas. O que isso quer dizer? É permitido?

Operador do Quilombo – Sim, é permitido aqui. Tem boca que não aceita mulher, mas em outras não é barrado. Com viado ainda é pior, é bem mais difícil aceitar. Tem lugar que aceita, e mulher e viado andam armados e tudo. Tem gente que está de *guarita*. Hoje em dia, em algumas localidades é normal. Cada um faz sua função e não muda nada. Homem, mulher, criança e senhor de idade. A *loja* está aí para todo mundo, tudo por igual. Basta ganhar a confiança.

– E na condição de liderança, dando ordem, comandando?

Operador do Quilombo – tem mulher que lidera o tráfico em algumas localidades (cita uma liderança da Suburbana do sexo feminino conhecida na Bahia). Como ela, tem outras que mandam, que gerenciam, que *dão a voz* (ordem), e têm disposição para matar. Se tiver disposição, a pessoa chega lá na liderança. Para ser líder no tráfico de drogas a pessoa precisa ter disposição para matar. A partir do momento em que a pessoa é capaz de tirar a vida de alguém, ganha crédito, ganha consideração. A partir desse momento, ele ou ela passa a ser considerado no mundão (mundo do crime), passa mandar e ter respaldo. No linguajar a ideia é dele, seja homem ou mulher.

No caso específico da participação feminina nos mercados de drogas ilegais no Brasil, alguns trabalhos de pesquisa (BARCINSKI, 2012; SILVA, 2013; FRAGA e SILVA, 2017) vêm tematizando a questão. O protagonismo masculino ainda é regra, mas a participação feminina é notável. No caso de homens homoafetivos, a participação dos associados nessa condição é ínfima. Em pelo menos uma organização criminal baiana, a Katiara, a participação de pessoas homoafetivas é expressamente proibida pelo estatuto de fundação. Os mercados de drogas ilegais que foram objetos deste estudo possuem estrutura funcional quase que completamente formada por homens heteroafetivos, mas há questões relacionadas a ambiguidade da associação feminina que puderam ser exploradas minuciosamente.

A participação da mulher, ao contrário do que ocorre com homoafetivos, é central para tais organizações criminais. Embora ainda permaneçam pouco evidentes, as atividades de incumbência das mulheres associadas direta ou indiretamente são múltiplas. Elas são responsáveis, de acordo com as necessidades



locais, pela compra e administração de recursos materiais móveis e imóveis, pela administração de finanças, por contribuir na formação de uma base de vigilância e informação, pela participação estratégica em assassinatos (atraindo rivais através do sexo) e na organização de translados de corpos, realização de velórios e sepultamentos.

As mulheres que vivem nesses bairros e são parentes de membros ou operadores diretos da organização, ligadas ou não aos mercados de drogas ilegais sofrem diversos tipos de vitimização. Entre esses tipos, está a violência do sistema de justiça criminal, a criminalização por parte das polícias através de seu manual particular de ação e a pecha infamante amplamente difundida nestes espaços sócio-urbanos de que estão *em conluio* com o crime e o comércio de drogas. Esta acusação social muitas vezes é desfeita no momento em que essas mulheres necessitam fazer arrecadação ou buscar assistência social para sepultarem seus pais, maridos, filhos, irmãos, sobrinhos, netos e afilhados

Em raríssimos casos – foram observados e documentados em quatro anos apenas dois – os operadores mortos deixaram recursos materiais e financeiros para seus entes queridos. É inegável que na atividade do varejo de drogas, nas funções mais elementares, um associado possa auferir mensalmente mais que um salário mínimo. No entanto, no mundão (mundo do crime) não há generalizado um referencial incorporado aos sujeitos que lhe coajam a prática da poupança, do acúmulo de bens móveis e imóveis e do provimento de pensão aos seus entes queridos. Quando o associado é morto através da violência disciplinar (intra-organizacional), das competições violentas (inter-organizacional) e da violência oficial (violência de Estado direcionada às minorias), sua parentela fica desamparada.

A mulher que se associa ao mercado de drogas ilegais é estigmatizada para além dos estereótipos mais comuns que sofre enquanto pobre, negra e/ou perigosa. Mas como constataram Abramovay et al. (2010), há fatores históricos, construídos e fundamentados nos espaços sociais, que demarcam as mais diversas formas de violência como algo imanente e incorporado à masculinidade através do processo de reprodução social. Os autores supracitados consideram que há articulações diretas entre a condição de gênero e o recurso à violência, que estão amarrados a processos sócio-psíquicos, culturais e que se refletem na sociabilidade feminina.

Independentemente dos usos e significados da violência em termos de gênero, a participação feminina e homoafetiva é um fenômeno crescente nos mercados de drogas ilegais. Apesar de estarem em menor número e serem consideradas coadjuvantes, as mulheres desempenham papéis essenciais nesses corpos funcionais, que vão desde as atividades elementares, até o ponto mais alto, a gerência. Na verdade, a liderança masculina e sua implicação em diversas modalidades de crimes tem lhe rendido visibilidade monumental. Porém, numericamente irrelevante, a associação da mulher à atividade tem sido às vezes explícita, em outras tácita, mas fundamental à operação dos negócios.

### 7.5. PARTICIPAÇÃO POR CRITÉRIO ÉTNICO

Como foi dito acima, o corpo funcional de cada um dos mercados de drogas que foram estudados é composto por subcidadãos, ou seja, sujeitos marginalizados de direitos socioeconômicos e represados na condição de miséria. Ao perfil geracional e de gênero soma-se a origem étnica. Com efeito, cada uma dessas estruturas organizacionais criminais é formada e operada por uma maioria de homens afrodescendentes. Desde as funções mais elementares, aquelas que demandam pouca habilidade e disposição, até aquelas mais complexas como a gerência são ocupadas por homens negros e não brancos.

Esse fator elementar da composição das organizações criminais foi minuciosamente registrados no caderno de campo:

Em 2014, atuando na condição de membros de organizações criminais rivais, estavam os irmãos Anderson e Vanderson ocupando, respectivamente, funções no Comando da Paz (CP) do Rio Bonito e no Bonde do Maluco (BDM) do bairro da Colônia. Seus pais são oriundos do recôncavo baiano, negros e trabalhadores pouco qualificados profissionalmente. Sr. João era técnico em consertos de aparelhos eletroeletrônicos. Era conhecido por isso como “João do som”. Dona Ivanildes, a mãe dos rapazes, trabalha como ambulante nas praias do litoral norte do estado ou como empregada domiciliar nos condomínios e prédios vizinhos. Entre os anos de 2015 e 2017, seu João e dona Ivanildes passaram por dias difíceis.

Eles tomaram ciência de que os seus filhos estavam trabalhando para o varejo de drogas. Por morarem em localidades controladas por organizações criminais rivais, os irmãos se tornaram inimigos. Os conflitos entre o Comando da Paz e o Bonde do Maluco passaram a ser tema das discussões em casa e de prudência nas ruas para evitar sanções de um grupo ou de outro. O envolvimento de Anderson e Vanderson levou a reboque toda uma família de homens e mulheres negros para o centro de

ressonância das relações entre grupos rivais dos mercados de drogas e ilegais baianos.

O grupo de Anderson, fazendo uma imersão no bairro da Colônia, encontrou o Vanderson em um bar jogando snooker (sinuca). Renderam-no e trouxeram-no para fora, quando dispararam várias vezes contra sua cabeça. A vítima era *pista* e como é comum nessa função, estava desarmado. Morreu ali mesmo, entre um poste de luz e um jameiro carregado e vários jambos-rosa que se misturaram ao seu sangue. Logo que seus algozes saíram, começou uma gritaria e a correria em busca de socorro. De pronto, um morador resolveu ajudar, colocando o corpo no carro e se deslocando para o hospital mais próximo, o Hospital Estadual Menandro de Farias.

O assunto, motivo da indignação de todos no dia do sepultamento, era a possível participação de Anderson, o próprio irmão, na operação que resultou naquela execução. Testemunhas afirmaram terem visto um indivíduo no grupo muito parecido com o irmão da vítima. Isto foi algo que abalou profundamente o pai e a mãe dos rapazes. Muita dor e muita cautela para evitar a exposição e retaliação, afligiram aquela família de migrantes que vieram de Bom Jesus dos Pobres (BA), Recôncavo Baiano, para ganhar a vida na Grande Salvador.

Essa família de migrantes ainda sofreu muito após este setembro de 2015. Dois anos depois, numa emboscada planejada por lideranças do Bonde do Maluco do bairro da Colônia, Anderson foi executado com uso de força e crueldade. Seu corpo foi esquartejado e encontrado em outro município. Há quem considere que a amplificação das características passionais do crime se deva ao fato de a vítima ter sido acusada de participar da morte do próprio irmão há dois anos. Conseqüentemente, amparados pela convicção do *fatricídio*, uma parte da população do bairro do Rio Bonito comemorou sua morte.

Em decorrência desses acontecimentos traumáticos, a saúde de seu João se deteriorou com agravamento do diabetes e da insuficiência renal. O desfecho foi drástico, o pai de Anderson e Vanderson e outros dois filhos, morreu no final do ano de 2017. Dona Ivanildes, uma filha empregada domiciliar e um filho, na época ajudante de padaria, atualmente padeiro, é o que restou da família. Negros, pobres e segregados em um espaço urbano no qual as manifestações de violência são rotineiras, seguem a vida dilacerados, não sem ter que resistir a estigmatização por parte das instituições oficiais (polícias, delegacias, cartórios) e por parte da população local (Cadernos de campo, 2014-2017).

Na mesma situação que esta, há uma diversidade de famílias afrodescendentes com histórias semelhantes. Nas localidades do Rio Bonito, do Quilombo e da Colônia, a população que se associa ao corpo funcional dos respectivos mercados de drogas locais tem história de vida e origem social muito semelhantes. Neles, a população preponderante é do grupo étnico afrodescendente, migrantes de diversas regiões do estado, mais expressivamente oriundos do Recôncavo Baiano. Como consequência desse processo migratório, da condição subcidadã e da segregação social, os mercados de drogas da Grande Salvador preenchem suas estruturas administrativas e operacionais com mão-de-obra negra. Há pesquisas pioneiras que remetem à década de 1970, que se dedicaram à compreensão da participação de cunho étnico em mercados de drogas.

Rovner (2007), por exemplo, constata a presença, nas redes de narcotráfico de Nova York, a presença significativa de colombianos e chilenos. Envolvidos estrategicamente nessas redes criminais com intuito de se estabelecerem economicamente ou são cooptados e associados em decorrência da condição de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontra os imigrantes. Esses latinos formam fila para ocupar postos no corpo funcional dos mercados de drogas ilegais estadunidenses. A demanda na porta dos mercados de drogas é majoritariamente preenchida por indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Em uma pesquisa etnográfica, realizada no Harlem, na segunda metade da década de 1980, Bourgois (2010) captura a participação de afro norte-americanos e latinos na operação de casas de crack. Tal qual ocorre no caso da pesquisa realizada na cidade de Nova York, esses estratos populacionais são socialmente segregados e marginalizados. De acordo com os resultados de sua observação direta, negros, mexicanos e porto-riquenhos majoritariamente estavam à frente de corpos administrativos e operacionais de organizações e grupos ligados ao crime e aos mercados de drogas ilícitos. Em outras palavras, essas estruturas criminais comportavam-se como empresas de absorção de pessoal em condição marginal.

No contexto dessa pesquisa, a condição subcidadã tem implicações e efeitos mais profundos e consolidados no grupo étnico afrodescendente. Para esse grupo, que muitas vezes vive em áreas quilombolas não reconhecidas pelo Estado, o processo de cidadania e inserção social permanece como um fenômeno composto por diversas fraturas que culminaram até o presente momento com a negação de direitos fundamentais. Em geral, os processos de formação cidadã foram incompletos e uma parte da população não alcançou um mínimo de cidadania. Estes homens e mulheres, enquadrados neste perfil social, são segregados de direitos de mobilidade social, o que transforma esses estratos das classes populares em grupos condenados à miséria. Por ora, a demanda por pessoal na ponta das estruturas funcionais das organizações criminais tem absorvido os miseráveis.

## **8. PELO CERTO: TERRITÓRIO, REGULAÇÃO SOCIAL E JUSTIÇA LOCAL**

Como foi dito acima, o processo de organização das atividades do comércio de drogas ilegais dos bairros populares do Rio Bonito, do Quilombo e da Colônia começou bem antes desta pesquisa. Entre o final da década de 1980 e início da década 1990, a dinâmica, a diversidade e a contratação de mercadorias, as concepções práticas sobre divisão do trabalho, autoridade e a hierarquia foram significativamente reestruturadas, tendo um impacto sobre o cotidiano e a vivência nestes espaços sociais. Porém, foi no início dos anos 2000 que começou a se desenvolver um processo de imposição de territorialidades, de relações de poder no âmbito espaço-temporal, decorrente do domínio exercido por organizações criminais sobre esta atividade.

Esta construção de territórios de poder por estruturas criminais belicosas ocorreu em espaços sócio-urbanos segregados, desenvolvidos a partir de um processo de urbanização sem planejamento nem garantias de direitos de prestação ou de cidadania. Para a maior parte dos seus residentes, as instituições de controle social formal como o judiciário, o sistema de justiça criminal, as prisões e as polícias, não representam garantia de direitos nem de cidadania. Por seu turno, o controle social informal exercido por instituições como a família, a escola, as associações de moradores e movimentos sociais sempre foi precário, contribuindo deficitariamente com a reprodução social de comportamentos convencionais, submetidos à ordem institucional-legal.

Com a assunção de organizações criminais – belicosas, hierarquizadas, expansionistas e baseadas no recurso universal à violência – no controle do comércio de drogas ilegais, através de uma política de imposição de territorialidade, de desenvolvimento de costumes, de crenças, valores, as condutas adquiriram um referencial não convencional. Estes espaços físicos se transformaram no pano de fundo para o exercício de novas relações de poder, que foram impostas por um aparato normativo e regulador informal e pelo uso da força. Em outros termos, esse processo de normalização, de acordo com um instrumental de regulamentação e de padronização informais e ilegais, ampliou a sociabilidade não referenciada na ordem institucional legal, desenvolvendo maneiras singulares de ser, pensar e agir.

Abaixo um excerto de relato de campo é demonstrativo do processo de construção e consolidação de múltiplos e não convencionais mecanismos de regulação social no contexto dos espaços sócio-urbanos perscrutados:

Eu *chapei o coco* (bebeu demasiadamente). Atravessei a estrada e fui dá um giro na praia. Quando cheguei aos prédios do caminho, eu bebi muito mais. Estava enchendo a cara com a intenção de cobrar meu dinheiro a Ezequiel e na hora que cheguei à praça do bairro (Rio Bonito), aí ele veio e me deu *caô* (mentiu). Como sempre, não é? Ameacei e falei: '*Vou em casa buscar a peça e já volto!*'. Na hora que eu *dei a voz* (disse) todo mundo na praça ouviu. Mas eu já tinha descido pela rua da creche, aí alguém chegou na linha (telefonou) com o *patrão* e com os meninos do tráfico e um bonde (grupo) veio me escoltar (observar) voltando para a praça. Maldita hora. Cheguei de bicicleta lá e os meninos do bonde já estavam me esperando. Chegaram na ideia comigo e me obrigaram a ir para uma rua deserta, perguntando onde estava a arma. Eu disse a eles: '*Pô, gente, eu não tenho arma, eu falei que tinha para intimidar Ezequiel, que está me devendo!*'. Eles ligaram para a cadeia e colocaram em vídeo conferência, foi quando eu ouvi a decisão dos homens lá do sistema (prisional). Eles (o bonde) começaram a comemorar: '*O coroa mandou cortar (matar)!*'. Só não me defequei nas calças porque ainda estava um pouco bêbado'.

A minha sorte foi que antes de atirar eles me deram várias cacetadas com barrotes, cabos de pá... sei lá. Depois atiraram nas minhas duas pernas e em seguida no peito. Eu ainda corri e quebrei uma das pernas baleadas numa caixa de esgoto que fraturou total e o osso saiu. Quando eles iam dar o tiro de misericórdia, os *homens* (polícia) chegaram no *veneno* (dando tiros), eles correndo e eu com uma perna quebrada dentro do buraco do esgoto, a outra perna fora da caixa e o peito sangrando muito.

A polícia me levou ao Hospital Geral Menandro de Farias (HGMF), mas os médicos disseram que o meu caso era caso para o Hospital Geral do Estado (HGE) e me transferiram para lá, mas lá me mandaram para o Hospital do Subúrbio, onde perdi quase a perna toda. Foda!

Você sabe que eu já tomei um tiro no rosto? Doeu menos que esses tiros do mês retrasado. Como eu vou trabalhar agora e sustentar meu filho e minha mulher? Estava pensando em sair do tráfico, estava lá (Rio Bonito) corrido (foragido) e encontro uma *laranjada* (problema) dessas. Vou voltar lá, man! Vou fazer (matar) aquele bicho (Ezequiel) lá na praça para todo mundo ver. Ele vai *moscar* (ficar desatento) e aí eu chego e faço. Vou dar uma ideia aqui, os meninos só resolveram me matar porque olharam meu celular e viram varias vezes eu mandando uns *É Nóiz* e uns *Salve* (saudações ligadas ao BDM e a Caveira, inimigos mortais do CP – Comando da Paz cuja saudação é Hêa) para os antigos irmãos, e descobriram que eu já fui um rival deles. Mas para procurar a *peça* (a arma) minha mulher os levou lá em casa, eles vasculharam tudo e não acharam nada. Eu só ia tomar um *pega* (surra) e talvez fosse expulso da favela. Mas eu volto (Eduardo Magrão, operador, ex-operador, operador).

Neste fragmento de entrevista, é possível constatar alguns elementos constitutivos da forma, do conteúdo e da política interna e externa destas organizações criminais. O fato descrito por este depoimento revela mecanismos normativos de regulação social, a estrutura operacional de segurança e vigilância, a estrutura funcional de hierarquia e obediência e a dominação territorial. Com efeito,

a publicização da posse de uma arma de fogo e de uma ameaça de morte desencadeou todo um sistema de aplicação de sanções relacionado, neste caso, a duas regras do ordenamento não escrito de normalização local, qual seja o *direito* à posse de armamentos e o *direito* de matar. Neste evento, ainda se deu uma terceira violação do *Pelo Certo* – código de conduta que estabelece regras e delibera sanções em áreas de territorialidades de grupos criminais – a saber: enquanto ex-membro de organização criminal, o sujeito residia em área dominada por uma estrutura criminal rival a que pertencia.

Com efeito, o *Pelo Certo*, que instituiu normas, regras e sanções, repercutiu sobre as práticas sociais e se transformou numa alternativa de solução de conflitos amplamente procurada pela população. Os canais de denúncia são diversificados e as denúncias são realizadas através do interesse dos sujeitos que sofreram algum dano, foram prejudicados ou ofendidos. No entanto, com base nos seus mecanismos de segurança, vigilância e proteção, que inclui recursos humanos e tecnológicos como computadores, celulares e rede social, os membros das organizações criminais, responsáveis ou não por este setor, podem levantar informações sobre as condutas que violam o seu conjunto instrumental de procedimentos.

## 8.1. DOMÍNIO TERRITORIAL E REGULAÇÃO SOCIAL

De acordo com Santos (2004), o processo de urbanização no Brasil foi *sociopático*, quer dizer, não foi acompanhado pela ampliação dos direitos de cidadania, tampouco da construção de espaços de agregação e convivência. Na verdade, o desenvolvimento de aglomerados urbanos com o objetivo de garantir moradia e facilitar o acesso do trabalhador ao seu local de trabalho não foi regulado pela interferência do Estado como instituição de planejamento e execução, mas ocorreu a partir da iniciativa dos próprios imigrantes internos do interior para a cidade em situação de subnormalidade. A atratividade causada pelas regiões industriais e comerciais das grandes cidades gerou uma espécie de êxodo das cidades pequenas para as cidades grandes em busca de melhores condições de

vida, formando conglomerados urbanos com baixa ou precária presença dos poderes públicos como agentes reguladores.

Os espaços urbanos que foram territorializados, enquanto âmbito espaço-temporal de exercício de poder, por organizações criminais belicosas e referenciadas no recurso universal à violência são aqueles que se desenvolveram oriundos deste processo de urbanização sociopático ou sem planejamento. Souza (2012, p.39–112) corrobora com esta constatação ao afirmar que a dominação de tipo territorial por estruturas criminais com o perfil descrito acima ocorreu em espaços marginalizados e segregados. Como representantes deste grupo, os bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia, aglomerados subnormalizados urbanos construídos a partir da década de 1960, tiveram processos de desenvolvimento baseado na ausência de institucionalização e de regularização fundiária de agências de regulação do Estado.

A existência de mecanismos reguladores e de formas de controle social formais precários tem como consequência o enfraquecimento dos meios informais de controle social, o que produz uma atmosfera propícia ao desenvolvimento de normas, crenças e valores não referenciados na ordem institucional legal. Não é objeto deste estudo construir uma relação de imanência entre a estruturação informal de espaços urbanos, o crime e a violência, mas demonstrar que áreas decorrentes de processos não regulados oficialmente são espaços nos quais se desenvolveram instâncias coercitivas de regulação social não convencionais.

Nesse sentido, no caso brasileiro, uma análise comparativa entre aglomerados urbanos populares (desenvolvidos na informalidade) e seus opostos institucionalmente regularizados, percebe-se que, nestes últimos, as atividades criminais são intencionalmente invisibilizadas, enquanto que naquelas são explícitas e pautadas em mecanismos de regulação social local. O tipo belicoso de mercado de drogas ilegais se estabeleceu em espaços urbanos nos quais a informalidade prepondera na maior parte das relações e as instituições oficiais ou são tênues ou são ausentes.

Conforme Foucault (1989, 1998, 2008), o poder deixou de ser analisado como uma coisa, como um objeto centralizado na esfera governamental e passou a ser esmiuçado em termos de relações de poder e de subjetivação, difusas e capilarizadas por esferas múltiplas constantes num dado espaço como a gestão das prisões, do sistema de justiça criminal, da saúde, da natalidade, da sexualidade, do



campo da ciência etc. Em seus estudos, o filósofo não analisou o tipo de dominação característica de organizações criminais. No entanto, é factual algum nível de semelhança com os mecanismos de governança que têm como escopo a economia política, o território (espaço físico) e a vida da população, na medida em que as organizações criminais têm como objeto a gestão do comércio de ilícitos com base em um subjetivação, a constituição de um sujeito disciplinado no âmbito de um território com a regulação social de suas condutas.

Com efeito, o controle de espaços sócio-urbanos por organizações criminais não tem por finalidade a reprodução social nos moldes oficiais, mas a alfabetização normalizadora com fins do domínio do comércio ilegal de drogas, sua expansão territorial e econômica e a regulação social através de regramentos não convencionais. Segundo Souza (1995, p.77-115) essa rede de dominação pode ocorrer no âmbito espaço-temporal *contínuo* ou *descontínuo*, o que resultaria respectivamente em territórios integrados e territórios fragmentados. Os territórios que compõem o universo desta pesquisa se enquadram neste segundo tipo, são dispersos e fragmentados no plano supralocal na medida em que hegemonicamente exercem poder no plano local.

Nos cadernos de campos há anotações que detalham aspectos relevantes e prementes deste modelo de construção de territorialidades e de normalização de uma estrutura de justiça local:

No início da noite desta sexta-feira, após vir de uma praia local, segui direto para uma área de recreação nas proximidades de uma das lojas do comércio de drogas ilegais do bairro da Colônia. Entrei na avenida principal, peguei uma via alternativa e segui para uma viela que é, ao mesmo tempo, um declive que desemboca neste local e num dos meus pontos estratégicos de observação. Eram 18:00h. Este lugar, além de local de diversão me permite uma visão privilegiada de tudo que ocorre ali e, especialmente, me permite uma visão privilegiada da atividade ilegal, que, conseqüentemente, me possibilita interagir com seus operadores antigos, novatos e itinerantes.

Eu sempre vou ao local a pé. Hoje, resolvi ir de carro e tudo indica que não me reconheceram. Por isso, os operadores, que estavam na pista, vendendo e fazendo a segurança do ponto, sacaram suas armas, quase todos portando pistolas, com exceção de um ou dois revólveres calibre 38. e apontaram para mim. Neste instante crucial e decisivo, surgiu de um dos becos um rapaz, que conhecia meu veículo, e começou a gritar: '*Oh, velho é o promotor, é o promotor!*' *Promotor* é a maneira pela qual esse membro daquela organização criminal me tratava.

Embora eu já estivesse colocando a mão para fora do carro e acenando, algo poderia dar errado, portanto o aparecimento de Ivan, reconhecendo-me e comunicando a todos minha identificação foi algo providencial e de extrema importância para a minha integridade física. Providencial mesmo! Já caminhando em direção ao carro, ouvi a voz de Armando, outro membro do mercado de drogas local, dizendo: '*Suave,*

*irmãos, o cara é de boa!* Quando eu já estava conversando com a baiana do acarajé, um deles veio até a mim e disse: *'Parceiro, para perdoar essa laranjada (problema, erro, covardia) deixe o que você beber e comer aí que a gente paga. Suave!'* Não tentei impedi-lo de pagar a minha conta e ele já tinha avisado a dona do local que era tudo dele. Que dia produtivo! (Cadernos de campo, 2014-2017).

É possível inferir do fato descrito acima, aspectos da construção de um aparato de vigilância, segurança e proteção. Em decorrência das rivalidades entre territórios e organizações rivais, o trânsito de moradores no âmbito supralocal se tornou um fator de risco que pode culminar com a própria morte. Os transeuntes que não são nativos podem ser considerados *alemão* (rivais) ou policial em trabalho de investigação e por essa razão se dão a vigilância e a abordagem de estranhos. O efeito mais perceptível desta demarcação de fronteiras, estabelecidas por organizações criminais, foi a incorporação de condutas auto-segregacionais. A exclusão, definida por Yong (2002) como característica própria das sociedades contemporâneas, adquiriu nos espaços urbanos componentes deste estudo a forma subjetiva de autoexclusão.

Com efeito, o comportamento autosegregacional está relacionado no caso em questão às estruturas de dominação da rua, o domínio e a interferência sobre o direito de ir e vir estabelecido por estruturas criminais. As competições violentas por controle e expansão de territórios e da economia dos mercados de drogas ilegais desenvolveram fronteiras simbólicas associadas à fragmentação das relações de poder e à construção de territorialidades demarcatórias:

Hoje, a junção do aparato tecnológico-informacional com a estrutura de hierarquia e obediência organizacional desencadeou um ato de violência expressiva, que vitimou dois gêmeos alguns minutos atrás. Eu e um grupo de amigos estávamos em um caruru na avenida principal do bairro do Rio Bonito. Estávamos aguardando a comida sair enquanto conversávamos. Os membros da organização encarregados da vigilância, segurança e proteção local, os *guaritas* ou vigias, detectaram uma movimentação e avisaram às lideranças que em um micro-ônibus do transporte alternativo havia dois suspeitos de serem integrantes do Bonde do Maluco (BDM) e residentes do bairro de Colônia.

Começou então uma movimentação dos membros da organização, de lá para cá, portando armas de pequeno, médio e grande porte, que variavam entre revólver calibre 38 até um fuzil a tira colo. Em seguida, começaram a parar e vistoriar os ônibus do transporte alternativo. Eles abordaram uma das vans e notaram dois rapazes que não eram moradores do bairro. Obrigaram-nos a descer do micro-ônibus e começaram a fazer um verdadeiro inquérito: *'de onde eram?'*, *'para onde iram?'* etc. Os jovens, gêmeos de 25 anos, cometeram o 'erro' de confessar que estavam indo para Colônia, bairro rival. Eles, por não serem associados a nenhum grupo criminal, não sabiam desta rivalidade.

Os operadores do mercado de drogas do Rio Bonito, eufóricos, gritavam em meio a gargalhadas: *'Nós vamos levar você até lá até de táxi!'*. Em seguida ligaram para as lideranças reclusas no sistema prisional e

apresentaram todos os fatos ao *coroa, patrão, pai* (como são chamados os líderes), mas de um único ponto de vista, sem outra versão, algo unilateral. Imediatamente a sentença saiu: 'Corta!'. Ou seja, ordem de execução! Assistimos a tudo e vimos a euforia de todos aqueles jovens diante do que ouviram ao telefone. Parecia gol de um grande time. Comemoravam a sentença dos meninos, ali acuados e desesperados, mas impotentes.

Os gêmeos já estavam algemados, com algemas de PVC, foram colocados no interior do porta-malas de um carro, emprestado, a contragosto, de um morador. Logo em seguida, quatro operadores escolhidos para *fazer* ou *conferir* (matar) os rapazes entraram no carro e seguiram em direção ao bairro de Colônia. A intenção por trás dessa atitude era fazer com que os homicídios fossem atribuídos à organização criminal Bonde do Maluco (BDM) que controla o espaço urbano rival. Quando chegaram ao destino, mandaram os jovens irmãos descerem e diante de uma rua lotada, executaram-nos.

Isso repercutiu muito hoje à noite no plano local e supralocal. Através de cochichos, de uma oposição tácita e estratégica, comentários discretos abordam a crueldade do Comando da Paz (CP), que é cada vez mais associado ao crime comum violento e gratuito. Esta constatação não é nova, bem antes do desfecho de mais esse fato, os moradores do Rio Bonito já vinham reclamando, de modo a não ser percebido nem descoberto o conteúdo de suas falas. As demais estruturas criminais agem da mesma forma, mas a querela aqui é local. Os murmúrios em bares, praças, residências, campo de futebol muitas vezes tem como assunto o modo '*opressor*' de agir e de impor suas normas deste grupo criminal. (Cadernos de Campo, 2014-2017).

Este caso é um exemplo da aplicação de normas e de sanções relacionadas aos códigos e estatutos normativos de regulação da vida no contexto da escala local e supralocal. O conteúdo destes códigos de conduta é formado por normas constantes nas regras morais e no ordenamento institucional-legal (condenação à pedofilia, ao estupro, ao furto, ao roubo, a *talaricagem* ou adultério, ao *dedodurismo*, a violência contra a mulher etc.) e em sanções não convencionais que incluem execuções com ou sem o uso de armas de fogo, espancamento letal e não letal, expulsões, indenizações em dinheiro e advertências. Estes mecanismos de normatização informal somente se desenvolveram em espaços sócio-urbanos segregados e marginalizados, o que representou, de acordo com Souza (2008, p.51-91), desigual distribuição da violência, ou melhor, sua concentração nos lugares de residência das classes populares.

Em outros termos, o aparato normativo construído pelas organizações criminais que atuam na Grande Salvador tem sido aplicável quase que exclusivamente aos espaços urbanos marginalizados e segregados. Embora Feltran (2008a, 2008b, 2010, 2011, 2018) tenha observado, nas pesquisas que realizou, sofisticados meios de aplicação de normas de condutas informais ordenadas e sancionadas pelo Primeiro Comando da Capital, esse não é similar nem convergente ao que ocorre em diversos estados brasileiros. No entanto, é comum

em todo país a imposição de normas de conduta e aplicação de sanções, ordenadas e dimensionadas a partir de contextos e de normatizações específicos.

## 8.2. JUSTIÇA LOCAL

O elemento central que caracterizou o processo de territorialidade, de construção de relações de poder no âmbito espaço-temporal, foi o desenvolvimento de meios alternativos de justiça. Com efeito, a normatização por parte de estruturas organizacionais criminais de espaços sócio-urbanos marginalizados e segregados desenvolveu e incorporou nas práticas dos indivíduos normas, crenças e valores não convencionais que ampliaram as fronteiras e as conexões entre a ordem institucional e as instâncias informais e ilegais de solução de conflitos. A construção de territórios, contíguos ou não contíguos, fundados sobre códigos de conduta e de sanções, transformou os mercados de drogas ilegais em instâncias de autoridade e de obtenção de *justiça*.

Nos bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia, a grande maioria dos conflitos e crimes é solucionada no âmbito local sem a consulta nem a procura do sistema de justiça criminal. De acordo com o caso, com a ofensa, prejuízo ou dano causado, a população não está impedida de procurar os meios instrumentais próprios ao sistema de justiça formal, mas, dadas a celeridade e a inexorabilidade da solução, os moradores optam pela alternativa dos mecanismos de justiça local. O *pelo certo*, código que normatiza as relações e as interações sociais, estabelece como violações de conduta a pedofilia e o abuso sexual de menores, o estupro, o furto e o roubo, o porte de armas, o homicídio sem consentimento, a talaricagem (cobiça e cortejo de mulheres comprometidas), o dedodurismo, a violência contra a mulher e o uso de símbolos e expressões linguísticas demarcatórios de organizações rivais.

Este processo de normatização se amplificou e assumiu formas capilarizadas e sem precedentes, de maneira que conflitos de pequena dimensão como dívidas (no varejo local, de empréstimos e de bares) e agiotagem, o uso de som alto, brigas de marido e mulher, violência contra crianças e adolescentes por parte dos pais, extorsões de fiéis por pastores, disputas por herança, calúnia e

difamação, ameaças de uso da força passaram a ser submetidos ao aparato instrumental de *justiça* local.

O depoimento a seguir é representativo da forma e do conteúdo da normatização da vida em espaços sociais marcados pela marginalização e pela segregação social:

Era sábado, eu tinha acabado de chegar do trabalho e estava na varanda de casa. De repente, os traficantes chegaram aqui para matar Flavinho, meu vizinho. Na verdade, um bocado de moleque. Eu vi tudo! Depois eu não consegui mais olhar, porque fiquei apavorado. A gente sente uma coisa que não dá para explicar, sabe? A gente vê essa molecada crescer e não espera que vai terminar assim. Durante a noite acontece muita coisa em nossas cabeças! A mãe de Flavinho veio me pedir para ir à delegacia e eu falei para ela me esquecer, para esquecer onde eu moro e quem eu sou. Falei para não colocar minha vida em risco. Não tenho nada a ver com isso, não me envolvo em nada. Se eles podem matar ou podem expulsar minha família daqui do bairro, para onde eu vou? (Marcus, morador da Colônia).

Marcus presenciou o assassinato de Flavinho, um rapaz que há três anos havia de associado ao mercado de drogas do bairro de Colônia. Ainda não possuía um histórico de antecedentes, não era um membro da organização conhecido. Há pouco tempo estava ligado, envolvido com o Bonde do Maluco (BDM) e os operadores do Comando da Paz (CP) capturaram-no e mataram-no. No ato, vários moradores estavam presentes e viram todo o ocorrido, mas se recusaram a procurar a polícia e ajudar nas investigações. Uma atitude de dedodurismo violaria com gravidade o código de conduta local. Porém, nesse caso, o homicídio foi causado por uma organização rival à que controla aquele território. Mesmo nessas circunstâncias, todos os moradores, receosos de retaliações, se recusam a contribuir com as investigações. (Cadernos de Campo, 2014-2017).

Em casos como esse, a busca por justiça pelas vias legais do sistema de justiça criminal representa uma violação do *pelo certo* na medida em que é caracterizada como dedodurismo. Diante do caráter implacável do aparato normativo local, familiares de vítimas que são intimados a comparecer em delegacias para prestar esclarecimentos se recusam a fazê-lo. O medo e a insegurança se sobrepõem à vontade de ver a justiça ser feita. A alternativa que resta é procurar as lideranças locais, apresentar os fatos e a queixa e aguardar a solução, que geralmente é célere e eficiente.

Em consequência desta celeridade e eficiência e das sanções advindas das transgressões aos códigos normativos locais, difundiu-se uma visão geral incorporada como um valor que considera a mobilização de direitos subjetivos através do sistema de justiça formal um comportamento romântico e pouco pragmático. Por essa razão, diante de uma alternativa de solução de conflitos baseada em normas e sanções, que pessoas intimadas pela polícia jurídica a comparecer em delegacias para procedimentos de esclarecimento de fatos

rechaçam sistematicamente tais convocações. Ou seja, esses mecanismos informais e ilegais de obtenção de uma justiça pautada em valores ressignificados se sobrepuseram à ordem institucional-legal.

Consequentemente, as relações sociais públicas e privadas foram fortemente alteradas em razão da construção e consolidação de um aparato normativo pelos mercados de drogas ilegais. Isso interferiu na sociabilidade engendrando uma dinâmica peculiar na medida em que sujeitos que sofreram vitimização direta e indireta, danos, ofensas ou prejuízos, dependendo do caso, podem acionar o aparato formal ou informal de justiça. Porém, majoritariamente, as lideranças das organizações criminais são acionadas sobre formas de ação, de tomada de decisão, ressarcimento de danos ou prejuízos.

Desta forma, é possível afirmar que o aparato normalizador instituído pelo mercado por essas organizações criminais é um elemento instrumental de consolidação de suas próprias relações de poder. A garantia de sua normalização é dada através de todo um sistema operacional desenvolvido e mantido através de funções de vigilância, segurança e proteção. O *pelo certo*, que estabelece normas e sanciona condutas desviantes, inicialmente foi implantado com o uso da força, mas neste momento já não é avesso ao repertório de crenças, valores e práticas sociais de uma parcela significativa da população.

Porém, esse processo, que teve início entre o final da década de 1990 e o início deste milênio, só foi possível enquanto consequência de enormes lacunas institucionais resultantes de um processo de urbanização informal e sociopático. Com efeito, em decorrência deste processo histórico de marginalização desses espaços sócio-urbanos, o desenvolvimento e a consolidação de instâncias de controle social formal e informal foram precários ou subnormais, o que deu margem ao surgimento de instâncias coercitivas reguladoras não convencionais e pautadas no recurso universal a violência. Na Região Metropolitana de Salvador, isso ocorreu em toda a periferia e em todos os bairros populares.

Através da exposição de alguns relatos é possível identificar o caráter instrumental dos aparatos normativos e das sanções que deles derivam:

Eu quase fui roubado um dia desses. Eu estava passando pela Estrada das Barreiras e notei que três meninos estavam me *escoltando* (observando) em um carro que estava parado embaixo daquelas câmeras de segurança do condomínio ali. Eu estava na estrada e pensei se esses caras não forem daí do bairro, vou perder meu carro. Quando cheguei ao lado deles, vi três pistolas serem apontadas para mim enquanto um quarto

homem me mandava descer do carro. Desci e disse para eles que eu sou da área, perguntei se eles nunca tinham ido à minha barraca. Foi aí que um deles me reconheceu e mandou me liberar. Os moleques iam tomar meu carro, mas não tomam nada de ninguém que mora na *quebrada* e é isso que eu dou ponto, valor, (no varejo de drogas). Os caras são sossegados. (Comerciante local, Quilombo)

A via em que se encontrava o comerciante atravessa alguns bairros populares da cidade de Salvador. Porém, o comerciante estava chegando ao seu local de residência que coincide com área de residência dos assaltantes que lhe abordaram. Vê-se com isso, o caráter instrumental do aparato de normalização imposto pelo mercado de drogas, que permite, por exemplo, de acordo com o caso, o roubo e o furto, desde que o crime seja praticado fora do perímetro local e a vítima não seja morador da localidade. No entanto, crimes como pedofilia, abuso sexual de menores, estupro, dedodurismo são proibidos e punidos inexoravelmente, ocorram eles no território de controle ou não.

O que é permitido fora dos limites do território controlado, quando é praticado no âmbito do local de residência resulta em sanções e ações repressivas que podem culminar até mesmo na eliminação física:

Cara, eu não consigo entender como esses ladrões insistem em roubar na área, sabendo que vão tomar um tiro na mão, uma surra ou até morrer. Todo mundo sabe que não pode roubar na quebrada. A favela é dos caras (operadores do varejo). Não pode roubar na área, não pode roubar pai de família, nem mãe de família sofredora. Não sei se você ta sabendo... Sabe aquele coroa da reciclagem, que fica lá no sítio abandonado no caminho da praia, que é um sindicato (local de encontro de alcoólicos)? Ele entrou na loja do gesseiro e roubou (furtou) um celular de um funcionário. Rapaz, o cara não tinha terminado de pagar nem o celular ainda. Quem é que não fica cheio de ódio? O gesseiro foi lá perto do colégio falar com os traficantes e o coroa da reciclagem fugiu daqui do bairro hoje de manhã. (Morador, Colônia)

Um reciclador, seu Jorge, violou as leis locais ao furtar um celular e teve que fugir às pressas. No dia seguinte, logo cedo, vários integrantes do Bonde do Maluco bateram na porta de sua casa. Se não tivesse fugido teria duas opções: entregar o celular e tomar uma surra, ou morrer dentro de um ritual de violência exemplar, como forma de demonstração das relações de poder local. Ao fugir, além de deixar mulher e filhos, teve sua sentença decretada, qualquer membro da organização que encontrá-lo tem o dever e a obrigação de executá-lo.

Em contrapartida, os operadores dos mercados de drogas ilegais têm permissão para cometer diversos tipos de crime em localidades rivais com a intenção de que a polícia e a população atribuam estes crimes aos operadores da organização criminal rival. Por esta razão, inúmeros assaltos a mão armada são

praticados por assaltantes motorizados em áreas que permitem a entrada e saída rápida de territórios dominados por rivais:

Ontem à noite, eu estava indo para casa, quando sai do mercadinho carregando algumas compras três bandidos em um carro branco pediram o meu celular. Um deles apontou uma arma para mim e na hora eu pensei em correr, mas logo depois entreguei o aparelho. Rapaz, eu fiquei com uma vontade tremenda de correr, mas acho que fiz a coisa certa. Fiquei sabendo depois que eles passaram no churrasquinho e fizeram um arrastão. Também desceram a rua direta e tomaram vários celulares dos clientes daquele bar em frente ao Colégio Municipal. Agora todo dia é isso. Ninguém pode sair para se divertir, para trabalhar, para fazer compras, para nada, ficar em ponto de ônibus, o simples ato de ida e volta do trabalho ou faculdade para casa é um perigo. O governo acabou com os módulos policiais somente para dar segurança a polícia, que só chega aqui quando o ladrão já foi. (Morador, Rio Bonito).

O sujeito que sai para roubar em áreas dominadas por estruturas criminais rivais daquela que domina a área em que reside, às vezes, obtém sucesso, noutras, malogra. Quando isso ocorre, a sanção se transforma em um ritual de suplício e seus elementos punitivos se exacerbam. Embora a população despreze tanto as mais diversas modalidades de crime e uma parte dela legitime as sanções aplicadas no plano local, diante da sanção ao acusado, marcada pelo uso desmedido da força, o medo e a insegurança se difundem. Na maioria das vezes, as *sentenças* são aplicadas em áreas ecológicas, em locais reservados, mesmo assim os detalhes destas ações chegam aos ouvidos dos moradores através de conversas boca-a-boca e dos cochichos e, em alguns casos, os próprios operadores, responsáveis pelo sentenciamento, gravam as cenas do ato e repassam pelas redes sociais.

Porém, não há normas que proíbam o seviciamento público e muitas sanções são aplicadas a céu aberto e à luz do dia em vias públicas e movimentadas:

Ontem à noite fui comprar algumas coisas que estavam faltando em casa num mercadinho na rua principal do bairro do Quilombo. Ao sair da loja, notei que um homem, na faixa etária entre 30 e 40 anos, estava sendo espancado sob os gritos de 'ladrão'. No entanto, algo havia de diferente naquela cena, porque somente um pequeno grupo de seis homens participava do espancamento. Um deles dizia para o outro: '*Chegue na linha com meu pai*' – expressão que significa literalmente telefone para o líder do grupo – e vamos matar. Neste instante decisivo, eu me abriguei dentro de uma lanchonete e de lá passei a observar todos os fatos em andamento.

Em meio às agressões, o acusado de roubo e furto (tratava-se de um novato que alugou uma casa na baixinha do Quilombo para praticar roubo e furto) conseguiu correr ainda sob socos e pontapés e entrou em uma padaria. Todos os clientes ficaram apreensivos e o clima era de medo e insegurança. Os clientes saíram rapidamente. O fugitivo conseguiu se esconder na parte interior do estabelecimento, no local em que fica o forno. Os agressores, todos operadores do varejo de drogas, começaram a negociar uma maneira de recapturar o acusado com o dono do comércio.

Neste instante, um deles disse: 'Vá buscar uma peça (arma de fogo), não é a primeira vez!' Ao que outro disse: 'Já chegou na linha com o



homem (dono, líder)? Ninguém tinha ligado para receber uma autorização de um interno do sistema prisional para decidir sobre o que fazer. Mas logo depois da ligação veio a autorização para matar. Algo que já era esperado devido a recorrência em atos de roubo e furto no bairro. Mas quando a arma chegou por intermédio de um motociclista, eu resolvi manter-me ainda mais reservado, longe do alcance de qualquer possibilidade de ser ferido. Eu não podia chamar a polícia, embora soubesse que ali iria ocorrer um crime, minha vida correria risco caso o fizesse. Somente minha curiosidade e inércia é que me mantinham ali. Até pensei em sair dali e voltar para casa, mas qualquer movimentação poderia ser mal compreendida, mal-interpretada. Fiquei estático ali vendo tudo acontecer.

Para alívio de uns e indignação de outros, além da peça e da autorização, os operadores do varejo de drogas conseguiram retirar o sujeito de dentro da padaria. Logo que chegou do lado de fora conseguiu escapar e correr, mas foi alcançado por uma sequência de tiros de pistola e caiu na avenida principal do Quilombo. Quando caiu foi alcançado pelo seu agressor que portava a arma, o qual disparou mais algumas vezes a queima roupa. Neste instante, todos os operadores se dispersaram para seus pontos estratégicas de atuação e só restaram ali um corpo no chão, o olhar de muitos curiosos e o silêncio intercalado pelo cochicho. A polícia chegou tarde demais. (Cadernos de Campo, 2014-2017).

A obediência é um elemento da estrutura organizacional dos mercados de drogas ilegais e esta é uma questão que tem sido amplamente tematizada pela literatura específica (ZALUAR, 2000; MISSE, 1999; BARBOSA, 1998). Todo ato precisa ser remetido à hierarquia e ao *Pelo Certo*, com o objetivo de obter consentimento e poder para conduzir a ação. Nos mercados de drogas ilegais da Região Metropolitana de Salvador não é diferente e as organizações criminais estão estruturadas a partir de relações de hierarquia e obediência. A consolidação dessas relações é o fundamento do controle territorial e de seu caráter expansionista e exclusivista comercial como será demonstrado adiante.

### 8.3. DIREITO SOBRE A VIDA E A MORTE

O direito de matar só é permitido aos membros das organizações que controlam os territórios. Qualquer indivíduo que matar alguém sem consultar as lideranças locais, inclusive operadores dos mercados de drogas ilegais, sofrerá sanções. O objetivo desta norma não é a redução da violência letal no espaço urbano, mas colocar as lideranças das organizações criminais no centro das relações de poder. Ou seja, antes de apertar o gatilho é preciso consultar o *staff* da estrutura do crime local, conversar com as lideranças para que se obtenha ou não

uma autorização, uma voz (licença para matar). Ninguém toma iniciativa e qualquer querela fica sem solução até a palavra final da rede de líderes:

Ocorreu um homicídio hoje à tarde na rua da creche Menino Deus. E isso se tornou o principal assunto da maioria das conversas entre os poucos moradores que se aventuraram a sair à noite. Nos dias em que ocorrem crimes violentos a população evita as ruas. Um comerciante alvejado na frente do seu filho por operadores do mercado de drogas local dentro do bar do qual era proprietário. Quatro homens chegaram de bicicleta, entraram no estabelecimento, sacaram suas armas e, segundo o filho da vítima, começaram a fazer uma série de perguntas relacionada a um assassinato dias atrás. Sem ouvir respostas, dispararam várias vezes na cabeça e no tórax de seu Humberto. Todos os clientes se evadiram no momento dos disparos.

Mesmo estando gravemente ferida, a vítima ainda pediu socorro, que chegou em seguida, conduzindo-a ao Hospital Geral do Estado, situado na cidade de Salvador, onde já chegou sem vida. A população, apavorada com o ocorrido, passou a tarde inteira intrigada, buscando uma explicação para o fato. Como um trabalhador 'inocente', sem nenhum 'envolvimento', passou por uma situação como essa? E, logo após a confirmação do óbito, começaram a aparecer rumores, boatos, histórias sobre o que realmente teria acontecido. As mais diversas versões dos fatos levaram ao mesmo lugar, a saber, às perguntas sobre um assassinato recente feitas pelos operadores do mercado de drogas na hora da execução.

O jovem que foi morto dias antes, era conhecido como Gordo. Ele era amigo do dono do bar. Juntos os dois viajaram no mês anterior para Caruaru, em Pernambuco, para comprar roupa e revender numa loja de varejo de tecidos pertencente a Seu Humberto. Logo após retornarem da viagem, foram direto para o estabelecimento, que fica no bairro de Colônia. Gordo resolveu então roubar as mercadorias, vendê-las e ganhar o dinheiro sozinho. Na mesma noite em que chegou, ele arrombou a loja e subtraiu mais de 4.000 R\$ em mercadorias, especialmente bermudas, camisetas e sandálias.

Seu Humberto, após tomar conhecimento do prejuízo causado pelo arrombamento e pelo furto de seus produtos, começou por conta própria a investigar, a procurar na população informações que levassem depressa ao autor. Logo descobriu a autoria e, ao invés de comunicar aos líderes do mercado de drogas local, contratou um grupo de matadores, entre eles seu cunhado, para executar o seu amigo e parceiro de compras e viagens.

No dia em que Gordo foi morto, ele estava vestido com uma camisa do Esporte Clube Bahia, com uma bermuda e com uma sandália de dedo. Neste dia, ele passou pela praça do seu bairro e cumprimentou a todos que ali estavam minutos antes de ser assassinado. Logo em seguida, naquele mesmo instante, ouvi o barulho dos tiros, fui até o local e o vi caído, ainda agonizando, em frente a um Banco de Alimentos.

Pois é, seu Humberto não pediu autorização para matar e por conta própria fez justiça. Quando esta informação chegou aos ouvidos da rede de lideranças, a indignação foi geral e o fato de os matadores pertencerem a uma organização criminal rival despertou ainda mais o desejo imediato de retaliação. Em conversa com um operador, querendo me inteirar dos fatos, ouvi: 'Aqui tem comando', 'O velho chamou os alemão para matar o pivete', 'Gordo era alma suja, mas tem que falar com a gente'. Conforme me confidenciou este mesmo informante, depois de descobrir os responsáveis pelo homicídio de Gordo, dias depois de ele ser emboscado a caminho de um bar onde ocorreria um pagode, todos foram colocados em conferência com o dono da quebrada, o chamado '*pai*' ou '*patrão*', e a ordem dada, de modo consensual, foi de execução. Portanto ordem dada, serviço feito. (Cadernos de Campo, 2014-2017).

#### 8.4. O COCHICHO: O SUJEITO DA CONVERSA E O CONTEÚDO DA FALA

Os mecanismos de vigilância que emanam da regulação social estruturada nos bairros populares da Grande Salvador recaem sobre as conversas e seus conteúdos. Há limitações ao que se pode ou não dizer. Os meios de controle territorial vigiam tanto as ações, práticas sociais e tudo quanto o que é dito e feito. Desta forma, o cochicho tem sido um modo tácito de hostilização de ações das organizações criminais que se territorializam nesses bairros. Ou seja, como a obediência é fundada no uso da força, no uso de armas de fogo, no recurso universal a violência, toda oposição às arbitrariedades dos operadores do comércio de drogas necessita ser tácita, estratégica, não deve correr o risco de exposição.

Em todos os espaços de convivência como praças, bares, escolas, espaços religiosos, quadras poliesportivas, campos de futebol etc., os diálogos, as conversas, as discussões são quase inaudíveis quando tematizam o comércio de drogas ilegais. Normalmente, as ocorrências de homicídio levam a conversação a sair da sua condição de discrição assumindo um formato mais caloroso por conta de versões diversas, às vezes contrárias, da reconstrução de um mesmo fato. Assim, exposições minuciosas de um mesmo acontecimento geram estórias completamente diferentes. Por exemplo, os motivos, as causas de uma surra, de uma expulsão ou um homicídio colocam parcelas da população em lados opostos na medida em que os episódios são presenciados, apreendidos, lidos e contados segundo uma ótica hostil ou legitimadora das sanções aplicadas.

Com isso, o conteúdo da fala adquire diferentes rumos, direções, expressividades e gravidade. Em todo meio social, em todas as instituições públicas e privadas presentes nestes bairros populares, as conversas seguem muitos cursos e, ao final, sempre desaguam nos fatos e acontecimentos que englobam a maneira de ser da estrutura normalizadora e das sanções perpetradas pelas organizações criminais, ou seja, o que acontece na vida de cada cidadão está significativamente vinculado às ações, ao corpo funcional-operacional, ao aparato normalizador dos territórios, aos pontos estratégicos de venda associados aos mercados de drogas ilegais.

Por exemplo, os moradores mais velhos, na maioria das vezes, em posição de hostilidade, carregam suas falas com questionamento e indignação em relação

aos elementos componentes da estrutura funcional deste comércio ilegal que têm permitido a participação cada vez mais ampla de crianças e adolescentes. Nestes debates é possível notar a total discrição na medida em que o conteúdo das falas se opõe veementemente a inserção de crianças e adolescentes em ocupações e funções desta estrutura comercial. Os sentimentos que carregam o conteúdo desses debates cochichados são ao mesmo tempo impessoais e pessoais em razão do fato de que as *crianças do tráfico* são filhos de anônimos, de amigos, e muitas vezes dos próprios debatedores.

Em seguida é apresentado um recorte dos cadernos de campo, ao lado de excertos de entrevistas em profundidade, que demonstram o modo como se dão a oposição e resistência tácitas:

Em razão da morte de Jam Carlos, o bairro do Quilombo está de luto e assustado. Este homicídio é o assunto de todas as conversas e discussões daqueles que se aventuraram a pôr os pés nas ruas. Quer-se saber por que um rapaz trabalhador foi assassinado ao chegar a sua casa para almoçar. Em plena luz do dia, às 15:30h, lá estava o corpo estendido no chão. O sangue escorria, misturado às águas de um esgoto a céu aberto que corre da Rua Santo Amaro. No meio dessa lama, ou dando saltos para pulá-la, além da polícia, uma multidão de amigos, vizinhos e conhecidos cercavam e observavam o corpo.

A explicação para este acontecimento tem seu cerne em circunstâncias que ocorreram alguns dias antes deste brutal desfecho. Pouco antes de ser morto, Jam foi visto dialogando com um policial, um amigo de infância, numa daquelas conversas cuja finalidade é atualizar o que tem sido da vida cotidiana. Ou seja, a conversa foi sobre família, trabalho, planos, futebol e etc. Nada, além disso. Nada que estivesse relacionado ao comércio de drogas ilegais no bairro ou às atividades dos operadores seus membros. No entanto, conversaram tempo suficiente para serem observados.

Esta informação chegou aos ouvidos da rede de líderes, mas chegou completamente distorcida. Em consequência disso, Jam passou a ser visto como X-9, dedo-duro, e não há tolerância para este tipo de comportamento nestes espaços sócio-urbanos. Na verdade, quem levou as informações para o staff do crime local queria ganhar moral, crédito e ser notado como alguém importante entre os operadores do varejo de drogas na área do Quilombo. Embora nesta área a boca não esteja vinculada a nenhuma organização criminal nominada, o grupo independente, usa os mesmos mecanismos de vigilância, segurança e proteção que são utilizados em territórios controlados por organizações criminais denominadas.

As lideranças extramuros do sistema prisional deram a ordem para execução. Então, ontem na volta do trabalho para o almoço, Jam deu de cara com dois homens, um em pé e outro sentado em frente a sua casa. Como de costume foi abrir o portão, mas antes cumprimentou seus assassinos, e neste mesmo instante, recebeu vários disparos do pescoço para cima de arma de fogo de calibre .40 sob os gritos de 'Morre cagete!'. Sem nenhuma chance de reação, caiu e ficou ali mesmo. (Cadernos de Campo, 2014-2017).

Os mecanismos de vigilância, disseminados em todo o perímetro urbano, estão distribuídos enquanto funções essenciais à manutenção das relações de

poder impostas pelos mercados de drogas ilegais. Tal estrutura é composta por uma rede ampla e complexa de pessoas – crianças, adolescentes e adultos – que são encarregadas de observar todos os movimentos de transeuntes e dos moradores, incluindo o que é dito nas ruas ou publicado nas redes sociais. Assim, quase nada escapa ao sistema de informação constituído com a finalidade de controlar os territórios, expandir economicamente os seus domínios e regular a conduta da população.

O relato a seguir, que explica e detalha as razões do ocorrido fato, foi obtido através de uma conversa informal quase inaudível:

Comerciante - Você está sabendo da morte de Jam? Foi ontem à tarde! Na hora (em) que o coitado estava chegando a sua casa. Veio almoçar e depois iria voltar para o trabalho. Tinha dois desgraçados (cochicho) do tráfico ali na porta da casa dele. Os vizinhos dizem que os assassinos ainda falaram com ele antes de matar. Foram vários tiros na cabeça, ele ficou caído ali mesmo.

– Isso aconteceu por quê?

Comerciante - Todos estão dizendo que foi uma bobagem! Mataram o menino injustamente! Soube que dias atrás ele estava conversando com um amigo, que agora é policial. Um amigo de infância, porque Jam não era cagete. Chega dá uma dor no peito, todo mundo sabe que o menino não era de nada. Os caras são obedientes para cumprir ordem e já chegam cheios de ódio, no veneno, com pau de fogo na mão, não perguntam nada e já vão metendo bala. Todo mundo se conhece aqui na área, custa chamar o cara e tirar satisfação? Chega já metendo bala. Hoje eu fui para o cemitério (Quintas dos Lázaros) com um nó no coração. Perdemos um bom menino!

Os fatos descritos são representativos de uma complexa e eficiente estrutura de segurança e vigilância, que sustenta e consolida as territorialidades, as relações de poder exercidas no âmbito espaço-temporal. Cabe perfeitamente a comparação entre essas formas de exercício de poder a uma tirania no âmbito de espaços segregados. Soares (2000) observou a existência de duas tiranias nas comunidades do estado do Rio de Janeiro, uma exercida pelos mercados de drogas ilegais, outra, pelo aparato constitutivo da violência oficial. Com efeito, as populações compostas por indivíduos marginalizados, na iminência de sanções informais ilegais, são emudecidas diante dos crimes cometidos por organizações criminais ou daqueles cometidos por agentes públicos.

A capilarização e a incorporação subnormal de um aparato normalizador, capaz de regular até mesmo o conteúdo da fala dos indivíduos, é um produto das lacunas deixadas pelo Estado e por suas instâncias de controle e regulação no contexto de espaços urbanos estruturados por processos de urbanização que seguem a lógica da informalidade. Em outros termos, os mecanismos informais

ilegais de regulação social das condutas, através de uma normatividade informal e ilegal, ocupam e foram instituídos em lugares marginalizados pelas instituições oficiais. Qual seja a formação de estruturas normalizadoras de instrumentos alternativos de justiça são preponderantes e aplicáveis nos limites de espaços urbanos precários.

Garland (2008) e Young (2002) perceberam tanto uma transformação quanto uma crise das instituições formais e informais de controle social, principalmente em países desenvolvidos. No caso aqui em questão, a crise resulta da inexistência ou precariedade institucional na medida em que a presença do aparato de controle oficial e a atuação das polícias se dá através de um manual de procedimentos particulares sem referência na ordem institucional-legal. A urbanização caótica, típica dos países subdesenvolvidos, nestes espaços, indica a ineficiência ou inexistência do poder regulatório do Estado e é representativa da ausência de consolidação dessas instituições sociais de controle.

Em suma, o recurso universal à violência teve seu uso impactado amplamente sobre o conteúdo do que se diz nos planos local e supralocal. Em decorrência desse fenômeno, constituíram-se novas relações dialógicas no âmbito da interação social, fundadas em elementos constitutivos de segurança e discricção. Ou seja, com a estruturação e consolidação de territórios controlados pelo comércio de drogas ilegais, mecanismos difusos de segurança, vigilância e proteção, passaram a retaliar e sancionar o conteúdo da fala dos moradores, de maneira que os comerciantes, membros de associações desportivas, de entidades religiosas e agentes ressignificaram o modo de se por e questionar as ações e sanções aplicadas por tais estruturas criminais.

## 8.5. REDES SOCIAIS E VIGILÂNCIA LOCAL

O *pelo certo*, o aparato normalizador do território, respaldado no seu potencial coercitivo, se tornou uma dimensão quase onipresente. Assim, os mercados de drogas ilegais vêm se capilarizando, inserindo seus domínios nos mais diversos recantos, através de uma estrutura de vigilância em constante ampliação de uma rede formada pelos membros das organizações criminais, por suas

namoradas e esposas, por moradores, comerciantes, usuários de drogas, religiosos etc. Com a expansão dessa função, as redes sociais passaram, como redes de informações fáceis e rápidas, a contribuir para o levantamento de identidades, de rotinas e de aspectos componentes das representações sociais dos indivíduos como convicções, crenças e valores, que estejam em desacordo com as regras impostas por esta ou aquela organização criminal.

Logo adiante, um dos fragmentos dos cadernos de campo, conta a história da introdução das redes sociais dos mecanismos de vigilância do aparato normalizador local:

Marcus Zero sofreu e está sofrendo na pele os efeitos da regulação social dos mercados de drogas ilegais e da atuação de seus membros como agentes de vigilância e de segurança. Em sua página no Facebook, ele postou uma imagem em que exibia três dedos da mão em um gesto de ação amistosa e interpessoal com um grupo rival. Na Região Metropolitana de Salvador, as organizações criminais, seus membros e associados, colaboradores e simpatizantes se comunicam através de senhas pautadas na oralidade e na corporeidade.

Há duas saudações conhecidas pelos moradores. A saudação 'Hêa' é uma senha demarcatória de espaços sócio-urbanos dominados pelo Comando da Paz (CP) e o 'É nóiz' demarca os domínios do Bonde do Maluco (BDM). Estas senhas, quando ditas, são acompanhadas por atos performáticos, por gestos manuais, nos quais dois dedos é indicação de associação ao CP, e três dedos indica associação aos grupos ligados ao PCC, três letras, três dedos, portanto 'Nóiz'. No entanto, é preciso observar o contexto e os sujeitos que interagem por meio dessas saudações na medida em que essas performances estão amplamente difundidas socialmente e podem não ser a intenção de seu autor sinalizar uma identificação com quaisquer organizações criminais.

Marcus, embora não fizesse parte ou pertencesse a nenhuma estrutura criminal da Bahia, era admirador de conhecidos operadores do BDM, mas morava num bairro dominado pelo CP. E numa atitude de respeito e admiração por estes seus conhecidos, fez uma postagem se exibindo em uma saudação com um gesto de três dedos. Ele não calculou quais seriam os resultados e foi negligente em relação às consequências que adviriam sobre si por conta disso. No linguajar local: '*Desacreditou*'. E, achando que nada estava acontecendo, continuou a frequentar a escola em que estava matriculado. Tudo transcorria tranquilamente.

Dias depois, num sábado à noite, uma Igreja neopentecostal realizava um congresso em praça pública. Marcus e os seus amigos estavam no local, assistindo de longe ao evento, fumando maconha e conversando. Neste momento, alguns integrantes do Comando da Paz (CP) chegaram de bicicleta ao local e observaram-no por inteiro. Foi quando o reconheceram, foram ao seu encontro, abordaram-no e perguntaram: 'Quer morrer aqui mesmo ou chegar lá em cima (local do ponto central de drogas)?' A ordem dada aos designados para aquela ação foi de levá-lo até aos arredores do ponto central do varejo de drogas local, em que há uma área de mata atlântica, e matá-lo. Obrigaram-no e levaram-no até esta área ecológica.

Para a sorte de Marcus, um dos integrantes de uma banda de pagode, com investimentos do mercado de drogas local, presenciou tudo e seguiu o grupo. No meio do caminho, pediu a um amigo para intervir perante às lideranças locais e àquelas que estavam reclusas no sistema prisional baiano. Conseguiram! Quando o músico chegou ao local de

execução, encontrou Marcus sendo interrogado por vídeo conferência em consequência de sua postagem na rede social e por sua relação, até aí desconhecida, com membros do Bonde do Maluco.

Com a presença do músico, houve uma pequena interrupção do interrogatório, as atenções se voltaram para o cantor, e então alguém perguntou: 'O que você está fazendo aqui?'. Nego Bô explicou que conhecia Marcus e que, apesar do erro cometido, ele não '*entrava*' (participação ou associação) em nada. Estava ocorrendo uma pequena discussão quando o dono da boca de fumo deu o parecer: 'Não precisa matar, muita gente *considerada* (respeitada, admirada) *abraçou* (interviewaram por) ele'. Não terminou aí: 'Não mata, mas dá *um pega* (surra) para ele '*pegar a visão*' (entender) de quem manda aqui!' (Cadernos de campo, 2014-2017).

Numa conversa informal, entre mim e ele, quando o encontrei em uma festa de um candomblé, onde seu pai é ogã, ele me contou, em clima de revolta, detalhes do ocorrido:

Eles me bateram com pedaços de pau. Bateram nas pernas, nos braços, nas costas e nos pés. Tinha até cabo de pá! Eu não podia reagir, só apanhar. E, se gritasse, apanhava mais forte. Um deles, conhecido do meu pai, orientava os outros para não bater na cabeça, porque, segundo ele, se eu morresse alguém teria que responder, já que o coroa mandou dar uma surra. Os caras podiam me mandar até para uma UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), mas não podiam me matar. Depois me obrigaram a gravar um vídeo pedindo desculpas a todos eles e principalmente ao 'patrão', líder do grupo. (Marcus Zero, morador e agora operador do tráfico).

Em razão desse acontecimento, Marcus passou algum tempo envergonhado, sem sair de casa, ao mesmo tempo em que se recuperava dos ferimentos, dos hematomas, das hemorragias e das dores físicas e morais. Nos dias que se seguiram, a vergonha aumentou ainda mais porque no ato da aplicação de sua sanção, das agressões sofridas, um vídeo foi gravado, e no dia seguinte foi divulgado na rede WhatsApp como forma exemplar de convencimento da população em geral. Rapidamente, a maioria dos moradores já havia visualizado o vídeo e o boca-a-boca inflava os aspectos da agressão e tornava o fato público e notório. A vítima, no entanto, não procurou os meios formais de justiça, apesar de morar a mais ou menos 1000 metros de uma delegacia de polícia civil.

A reincidência de uma transgressão a uma norma local pode significar a eliminação física, sem direito a nenhuma forma de apelação. Apesar da sanção sofrida, Marcus voltou a postar uma fotografia nas redes sócias fazendo o mesmo gesto com três dedos, expressando abertamente sua admiração pelo Bonde do Maluco. Por conta desta violação, o Comando da Paz publicizou, por meio de uma rede social, sua decisão definitiva: execução. Tanto essa nova postagem quanto a sua decisão em se associar a organização criminal rival foram amplamente divulgadas nestas redes. Nesta outra etapa dos acontecimentos, os fatos passaram



a ser comentados com discrição e prudência, cada um considerando a repercussão que o episódio teria entre a maioria dos moradores e os integrantes das atividades criminais locais.

As retaliações à sua conduta não tardaram a vir. Em uma noite de sábado de aleluia, bandas de pagode se apresentavam próximo a sua casa, Os membros do Comando da Paz, agora designados com a tarefa obrigatória de executá-lo, vieram em um grupo de oito homens, todos armados com pistolas, revólveres e armas brancas (faca e facão), e procuraram-no na casa de sua avó. Não o encontraram. Foram até a festa, abordaram transeuntes e moradores no intuito de obter informações, mas não conseguiram. Irritados pelo fracasso, dispararam várias vezes para o alto e assim acabou o evento.

Estes fatos são demonstrativos da construção e inserção de mecanismos de segurança, vigilância e proteção no contexto dos âmbitos espaço-temporal de territorialidades. A estrutura de inteligência e de informação desenvolvida pelas organizações criminais foram disseminadas e difundidas através de recursos humanos e tecnológicos e possui capacidade tanto de observar as relações sociais no ato da interação pública quanto privada. Elementos componentes da sociabilidade, antigos e modernos, como interação dialógica e o uso de redes sociais, são vigiados regularmente pelos mercados de drogas ilegais.

## 8.6. CONSUMO LOCAL E EXTERNO

A abrangência dos mecanismos locais de regulação social se impôs também às escolhas dos usuários em relação aos locais em que adquirem drogas para o próprio consumo. Isso constituiu, de acordo com os consumidores, *uma forma opressiva* de manter a clientela. Como consequência da imposição desta norma, todo usuário é advertido a não comprar, nem consumir drogas advindas de bocas de fumo rivais e a violação a esta regra pode, entre outras sanções, levar à morte. O efeito mais explícito dessa medida foi o desenvolvimento entre o público consumidor de um consenso que aponta para o lado *opressor* dos operadores dos mercados de drogas ilegais.

Esta norma, estabelecida nos bairros do Rio Bonito e da Colônia, não existe, nem é aplicável ao bairro do Quilombo, cujo objetivo estrutural-organizacional é a ampliação do comércio e do público consumidor sem a utilização da política de expansão territorial. Diante deste ordenamento, mais uma vez, o cochicho e conversas inaudíveis e sigilosas são utilizados como meios tácitos de oposição ao aparato normalizador, de vigilância, de segurança e de proteção informal-ilegal. Com efeito, é por meio de formas discretas de oposição que os usuários rechaçam e se opõem a esta regra em particular:

Quer dizer que se a droga deles não for boa eu tenho que comprar e usar a droga daqui? Outra coisa. Como é que eles vão saber que eu fui buscar minha massa (maconha), meu pó (cocaína) em outro lugar? Se o bagulho de fora tiver bom, tiver *batendo* (for de qualidade), eu vou lá buscar, sim! (Usuário Rio Bonito)

É dessa maneira que o público consumidor vê e lê a norma que proíbe a compra e o consumo de drogas de bocas de fumo rivais. Conforme os usuários, não há maneiras de exercer este tipo de controle através da vigilância e da imposição generalizada de sanções. O Rio Bonito e a Colônia são bairros contíguos, pertencentes a duas cidades da Região Metropolitana de Salvador, que são separadas apenas por uma ponte sobre um rio caudaloso e duas centenas de metros ao longo de seus limites. Estes espaços urbanos se tornaram territórios dominados por organizações criminais rivais, são fronteiriços e o trânsito entre eles é inevitável e irregular.

Pautados numa política de expansão/disputa territorial e comercial através de competições baseadas no recurso universal à violência, tanto a organização criminal que controla o bairro do Rio Bonito quanto a que controla o bairro da Colônia, visam estabelecer monopólios comerciais. Desta forma, por estarem envolvidos em permanentes disputas e estado de alerta, os líderes destas organizações rivais, impuseram regras aos moradores e aos usuários cujo fim é ampliar a eficiência dos mecanismos de segurança. Entre outros aspectos, a estrutura intraorganizacional do Comando da Paz e do Bonde do Maluco os diferenciam do bairro do Quilombo em termos de política externa.

Em decorrência destas competições e da demarcação de territórios através da força, há em curso o desenvolvimento de comportamentos auto-segregacionais em que os atores sociais, como forma de proteção e segurança, evitam frequentar áreas controladas por organizações criminais rivais às que dominam seu local de

residência. Apesar desse fenômeno, estratos significativos da população continuam transitando, trabalhando, estreitando relações comerciais e amistosas em cidades e bairros em *guerra*. Os usuários em especial percorrem e garimpam bons produtos (cocaína, maconha e crack) em cidades e bairros diversos de maneira que, involuntariamente, eles terminam desenvolvendo uma cartografia dos produtos de qualidade e dos locais onde encontrá-los.

A boa qualidade dos produtos comercializados nas lojas dos mais diversos mercados de drogas é temporária, de maneira que os níveis de qualidade variam para mais ou para menos no intervalo de dias, semanas e meses. Este fenômeno está relacionado à origem da cocaína e da maconha e aí está imbricada uma série de fatores como a quantidade de misturas na cocaína (pó Royal, bicarbonato etc.) e o acréscimo de outras plantas no processo de prensa, ou simplesmente condições climáticas no processo de plantio, maturação e colheita da maconha. Essas variações colocam os usuários numa jornada permanente pela obtenção do *melhor* produto.

Periodicamente, a imigração ou emigração de consumidores, aumenta e diminui as vendas e os lucros de alguns mercados de drogas na mesma razão em que amplia as vendas e o os lucros de outros pontos. Por causa dessas variações nos níveis de consumo, as competições entre organizações rivais recrudescem e o número de ataques com o fim de tomar o território rival se amplifica. Em certas bocas de fumo as vendas caem de tal maneira que seus operadores chegam a pedir favores aos moradores, relacionados quase sempre à alimentação. A notoriedade cíclica de que há um produto de qualidade em uma determinada área faz com que os consumidores como uma boiada avancem nesta direção.

Em razão deste fenômeno, o Comando da Paz que controla o Rio Bonito e o Bonde do Maluco que controla a Colônia proibiram expressamente aos usuários de seus territórios de controle o consumo de drogas de territórios rivais. Já havia certo movimento neste sentido na medida em que o trânsito de pessoas era observado e vigiado, proibido de bairro a bairro, com foco nos transeuntes não residentes. A regra que proibiu o consumo de drogas ilegais advindas de outros territórios, condensou o processo de auto-segregação no plano local e supralocal impactando sobre as sociabilidades. Tal proibição prescinde de advertência e sanciona o transgressor imediatamente a partir da ocorrência e da descoberta do fato.

Apesar de todas as sanções aplicadas, inclusive aquelas que culminaram em violência letal, os usuários seguem em sua resistência estratégica e muitas vezes silenciosa:

Eu quero uma *bicha* (cocaína) que *bata onda* (forte e de qualidade), dar um raio e ficar aceso. Aí, por causa desses pombos sujos, que ficam oprimindo a favela, eu vou comprar forçado na mão deles? Meu dinheiro é sangue, eu trabalho, não sou traficante, não, pra ganhar dinheiro no mole. Se quiser que eu compre aqui na área tem que botar coisa boa para vender. Rapaz, os caras daqui só pensam em matar, mas como comércio é tudo fraco. Bota uma droga suja na quebrada e quer me obrigar a comprar! Meu irmão, botou na cabeça, subiu pra cuca, não tem mais ninguém para procurar estória. (Usuário, Colônia).

Eu comentei que tinha comprado droga lá nos prédios, alguém ouviu e deu a ideia lá na boca. No outro dia, eu nem tava esperando, estava curtindo o samba de segunda-feira, quando os caras do tráfico começaram me tirar satisfação. E me disseram que da próxima vez eu iria tomar um pega (surra). Mais que ideia do caralho! Só não apanhei porque tenho respaldo (consideração) com os caras. Se não, o pau iria comer. Que viagem da porra! Se o caras de outra quebrada tiver portando uma coisa boa eu não posso comprar? Esses traficantes daqui do bairro tão passando é do limite, eles acham que são Deus é? Vão se fuder! Não quero saber, se eles souberem e quiserem me bater, batam! (Usuário, Rio Bonito).

A resistência estratégica aos regramentos informais, impostos pelo mercado de drogas, tem como principais instrumentos o cochicho e a conversa sigilosa, limitados aos ciclos de amigos *de confiança*. Assim, é possível escapar da vigilância e das punições aplicadas àqueles que transgridem as normas locais. No entanto, mesmo com a prodigalidade de exemplos, as organizações criminais não podem regular estes comportamentos na medida em que os usuários já desenvolveram inúmeras experiências estratégicas para driblar as agências oficiais do Estado como as polícias civil e militar e fazem uso deste mesmo arcabouço para driblar igualmente os mecanismos de vigilância local.

## 9. FAMÍLIA, COERÇÃO, COMPETIÇÃO VIOLENTA E EXPANSÃO

É madrugada de sábado, eu já estou em casa. Dá para ouvir, como se estivesse bem de perto, os estampidos de algumas sequências de tiros, muito alvoroço e correria. Ainda há gente nas ruas. Não é a polícia. Gritos de que 'é os (SIC) 'alemão' se misturam ao barulho ininterrupto de rajadas. Os movimentos de carros e de pessoas sonorizam com outras simbologias a calmaria da noite. Lá fora, quem busca abrigo, proteção contra o que está em curso, ainda conversa e grita, com palavras atropeladas, que quase não fazem sentido, sobre os fatos de que são testemunhas; cá dentro, quem já se recolheu e que se crê protegido por muros, portas e janelas, não ousa sair para saber o que está havendo. Tiros, gritos, correrias, alvoroços, uns de repente, e finalmente, o retorno ao silêncio noturno.

O dia amanhece. Tomo café, pego caneta e papel e vou aos lugares onde tudo aconteceu. Realmente não foi uma operação policial. Foi uma tentativa do Bonde do Maluco (BDM) de assumir e/ ou de retaliar, através do uso da força e de arma de fogo, o comércio de drogas local, controlado pela organização criminal rival Comando da Paz (CP). Esta tentativa de tomada de território deixou como saldo negativo duas mortes e uma lesão corporal grave e permanente. Os mortos não pertenciam ao mercado de drogas e não eram alvos dos invasores. Tratava-se da caçada a um cobrador de ônibus do transporte alternativo, que estava na rua bebendo, e que, ao ver todo aquele desespero, entrou na primeira casa que viu aberta, a de uma empregada doméstica. Esta última morreu ao levar um tiro de escopeta calibre 12 quando se jogou na frente do seu companheiro, integrante do mercado de drogas local, que teve a perna amputada. (Cadernos de campo, 2014-2017).

A coleta de dados sobre o assunto continuou e a conclusão de tal levantamento decorreu de uma conversa com um dos sujeitos da pesquisa:

Morador – Na hora em que a polícia civil chegou e presenciou toda aquela bagaceira, fez graça, dizendo: 'Cadê os homens daqui?', 'Cadê os CP?', 'Por que está todo mundo escondido?'. Os policiais debocharam da gente.

– Por que os policiais estavam falando desse jeito? Por que estavam fazendo deboche diante de dois homicídios e de uma pessoa em estado grave?

Morador – Eu acho que até a polícia fica indignada quando morre gente que não tem nada a ver, que não se envolve e ainda com morte de mulher para piorar...

– Você pode contar tudo que viu, consegue lembrar? Você estava em casa ou na rua? Como os moradores reagiram?

Morador – Eram mais ou menos duas da madrugada. Ainda tinha gente na rua bebendo, conversando... chegaram cinco carros e já chegaram cercando as ruas e atirando muito e para todo lado. Eu já estava em casa. Eu vi tudo dali daquela janela. Dos carros do bonde saíram uns vinte homens. Entre eles, três ou quatro, estavam com armas que pareciam fuzis e que disparavam muitas balas ao mesmo tempo. Eu estou falando três ou quatro porque na hora do pânico não dá para prestar muita atenção. Mas estas armas disparavam da mesma forma que uma metralhadora.

Os caras gritavam muito enquanto atiravam: 'Cadê as putas e os viados daqui?', 'Estão debaixo da saia da mãe, é?'. Vieram até aqui e invadiram a casa aí do lado, onde os dois meninos e a menina entraram na hora do desespero. Quando eles foram matar um dos rapazes, a moça, que era companheira e estava grávida dele, pulou na frente e morreu com um

tiro de doze. A bala esfarelou sua cabeça bem no olho. O marido dela, também baleado, se fingiu de morto e conseguiu sobreviver. O outro rapaz estava escondido atrás da porta, mas também não teve sorte, quando o grupo já estava saindo, viu sua sombra pelas frestas da porta e atiraram com a mesma escopeta.

– E os membros do Comando da Paz onde estavam? Apareceram? O que fizeram?

– Eles trocaram muito tiro. Foi gente correndo e atirando, gente indo para cima e atirando também. Mas foi ali (apontando na direção), naquela parede ali onde eles ficam o dia todo, que os caras do BDM explodiram uma bomba. Olhe pra lá, não sobrou nada. Arreventou a boca (de fumo). Mas quem saiu no prejuízo foi o morador, porque aquela casa não é do tráfico. A galera que fica no *adianto* (vendendo drogas) e sempre muda de local, mas ultimamente, mesmo com a polícia na cola, eles estavam se reunindo por aqui. Vão ter que arrumar outro lugar para ficar.

As competições violentas por expansão territorial e comercial descritas acima são constantes nos bairros do Rio Bonito e de Colônia. Alguns fatores explicam a ocorrência e recorrência destes episódios, que mudam completamente a rotina, a interação, o dia-a-dia de cada morador, comerciante, transeunte e dos amigos e parentes de vítimas letais (eliminação física) e subletais (sequelas e incapacitação) que resultam deles. Os elementos que explicam essas *guerras* são as normas intra-organizacionais da política externa de cada uma dessas estruturas criminais, baseadas na expansão econômico-territorial, cujos objetivos são a ampliação de recursos materiais, de público consumidor e de ocupação de espaços urbanos para o exercício de relações de poder.

O único fator componente dessas estruturas criminais que poderia frear essa política de expansão econômica seria a relação de *autoridade* e *hierarquia* mantida nos seus corpos funcionais. No entanto, as mais importantes lideranças desses grupos criminais são internos do sistema prisional baiano e ainda não chegaram a um denominador comum sobre limites de atuação e de fronteiras. Pelo contrário, a autoridade exercida por meio da hierarquia tem sido o elemento estrutural de permissão e de incentivo desta política recursiva ao uso da força. Esta constatação vai de encontro à argumentação de Schneider (2013) que atribui à ocorrência de violência letal e subletal a ausência de estruturas de autoridade e hierarquia bem definidas e a presença no mercado de drogas de empreendedores ou empresas individuais sem nenhum controle hierárquico.

Na verdade, há uma linha alternativa para a análise dessa questão, as estruturas criminais observadas e perscrutadas possuem hierarquia e autoridade bem definidas no seu próprio aparato normalizador. Estas organizações criminais, porém, são exclusivistas do ponto de vista comercial e não admitem concorrência. O

mercado de drogas ilegais da Região Metropolitana de Salvador é amplamente fragmentado, como demonstrou Lima (2013; 2016; 2017), e um dos seus elementos constitutivos é a permanente, incontornável e inegociável tentativa de construção de um monopólio por parte de grupos rivais, ou temporariamente aliados, através de competições recursivas ao uso da força.

Como forma de fortalecer relações de poder, de autoridade e obediência intra-organizacionais, cada uma dessas organizações, sem precisar recorrer permanentemente aos mecanismos e aos aparelhos instrumentais de segurança e vigilância, constituíram arranjo familiar por associação e afinidade. Ou seja, os fortes vínculos construídos através deste arranjo servem como elemento estrutural e estruturante do aparato normalizador organizacional que consubstancia a política de expansão econômico-territorial. Este formato objetivo, mas que também repousa sobre valores afetivos, não extinguiu a violência disciplinar, caracterizada por Reuter (2009) como um instrumento de adequação e correção de comportamentos irregulares à organização criminal.

Estruturadas a partir de um aparato normalizador e da construção de um arranjo familiar, de tempos em tempos, às vezes por longos períodos de intermitência, o estado da Bahia se torna o palco de competições violentas pelo controle e pela expansão de seus pontos móveis – *suas lojas, pontos ou bocas de fumo* – de recursos materiais, de consumidores e de lucros. Assim, os fatores explicativos da ocorrência e da intermitência de *guerras* por controle territorial são os interesses comerciais expansionistas e exclusivistas e a violabilidade da integridade material e humana das organizações rivais, o que impossibilita a concorrência pacífica. No Rio Bonito e na Colônia, essas disputas comerciais prescindem de qualquer relação dialógica, de qualquer estabelecimento de limites de atuação e de respeito à alteridade e às fronteiras.

Em outras palavras, no caso pesquisado, a relação bem definida de autoridade e hierarquia não é capaz de contornar as competições recursivas à violência, na medida em que as estruturas intra-organizacionais criminais estabeleceram a *guerra* como um valor. O ethos expansionista territorial, que caracteriza estas organizações, foi constituído enquanto valor e método a partir do processo de fragmentação do Comando da Paz e da formação da Caveira, do Bonde do Maluco, da Katiara, do Bonde do Ajeita e da Ordem e Progresso por dissidência, traições e golpes. Qual seja, as rivalidades, sob a forma de disputas

armadas, emanam de contradições de longa data entre redes de líderes de grupos rivais.

No caso em questão, a política de expansão econômico-territorial está presente apenas nos bairros do Rio Bonito e da Colônia, controlados, respectivamente, pelo Comando da Paz (CP) e pelo Bonde do Maluco (BDM). Nestes territórios, há um estado de iminência permanente de guerras e rumores de guerra que quase sempre se concretiza. Além disso, estes dois espaços sócio-urbanos são fronteiriços e constantemente se dão *ataques* (modo como as organizações chamam as disputas) mútuos cuja finalidade é a manutenção e a expansão do território e de suas bases econômicas.

O outro fator explicativo da existência de conflitos armados violentos não está diretamente relacionado ao caráter econômico-expansionista que demarca essas estruturas criminais, mas sim a um ciclo intermitente de retaliações que alimenta uma rede de vinganças. Prepondera nos corpos funcionais dessas organizações uma política explícita que estabelece uma relação entre de seus integrantes de perda e desforra imediata, na qual, para cada operador assassinado, associado a uma dada estrutura criminal, morrerá pelo menos um membro da organização criminal rival. Nessas disputas violentas, que já duram mais de quinze anos, há uma lista de membros de organizações rivais de parte a parte para serem eliminados, como forma de *cobrança* pelo assassinado de um *parceiro*.

Ou seja, nem sempre a estrutura criminal, que viola o território do *inimigo*, do *alemão*, intenciona prioritariamente se estabelecer comercialmente, mas, ao invés disso, por vezes, busca apenas causar baixas na organização rival, desestabilizar a liderança do *inimigo*, o que representa uma verdadeira estratégia de guerra. Os *ataques* ocorrem majoritariamente à noite e aos fins de semana em função da maior concentração de recursos humanos e materiais no território do adversário. Estas incursões são estruturadas com componentes tecnológicos modernos como pistolas, rifles de assalto, metralhadoras, carros e motocicletas usados por um grupo de homens designados para cada ação.

No bairro do Quilombo, a estrutura intra-organizacional criminal se fundamenta em relações de autoridade, hierarquia e obediência, similares às estruturas criminais acima descritas, porém prescinde de uma lógica expansionista territorial. Além de estabelecer uma política interna contrária às competições violentas, a razão explicativa é a singularidade da estrutura comercial de sua *loja*



central, que aglutina as dinâmicas do comércio no varejo e no atacado, tornando-se um centro de abastecimento independente ou portador de autonomia relativa. Neutro no contexto das disputas armadas, a organização criminal local se referencia em princípios diretivos de gestão e atuação desvinculados das cinco principais organizações criminais do estado da Bahia.

Com efeito, nestes três espaços sócio-urbanos perscrutados, atuam estruturas criminais empresariais coercitivas, hierarquizadas, belicosas, setorizadas e respaldadas no recurso universal à violência e no exercício de relações de poder no âmbito espaço-temporal. Porém, os modelos de política comercial nos quais estes organismos criminais se referenciam possuem estratégias de expansão de mercado diversas, ou seja, uns pela via da guerra outros pela via da gestão. Assim, há dois tipos de estrutura criminal atuando nos mercados de drogas ilegais da Bahia: independentes e expansionistas territoriais.

### 9.1. FAMÍLIA POR ASSOCIAÇÃO, AFINIDADE E CONFIANÇA

Um dos aspectos cruciais da estrutura das organizações criminais da Grande Salvador, que contribui significativamente para fundamentar suas relações de rivalidades, o ciclo de vingança acima descrito, é a formação e a assunção, no sentido de sujeição a um dever, de vínculos caracterizados como vínculos de *família*. Em poucas horas de contato com uma boca de fumo, é perceptível a abundância de termos como *família*, *pai*, *paizinho*, *coroa*, *irmão* em copresença com uma terminação mais apropriada a uma relação hierárquico-clientelística e empregatícia funcional como, por exemplo, *patrão*, *barão* e *dono*.

Estes termos de tratamento, com base numa relação de tipo familiar, têm preponderado entre os operadores e tem consolidado a relação hierárquica de dominação e obediência. Através da estruturação de vínculos de família e de afinidade, que se sobrepõem, e coexistem, à interna violência disciplinar, a variável endógena, que sanciona com vistas a regular os membros da empresa criminal, fortalecem-se como desdobramento de uma estruturação de *famílias do crime*. A intermitência de redes de vinganças não cessa na medida em que os vínculos

afetivos e de responsabilidade ante a perda de um dos membros da organização representa a obrigatoriedade de ciclos de desforras:

Operador do Quilombo - A minha *Família* não tem nome, a gente é livre disso, a gente não quer isso aqui e já mandou recado até para os moleques da Baixinha... Mas, como já te falei, tem a família CP, tem a família BDM, tem a família Caveira, que está sendo atacada pelo BDM, e tem a família Katiara. Quando o parceiro fala em família, ele está informando que veste a camisa (pertence à mesma organização criminal), que não é camisa diferente. É relacionamento igual. Mesma facção. É tudo dividido. E dividido porque cada um veste uma camisa diferente, veste a camisa de sua facção. A divisão é de facção... Cada bairro hoje em dia em Salvador, cada bairro hoje em dia tem sua dominação...

– Isso torna o grupo mais forte? Fortalece a relação entre os membros?

– Fortalece, porque, quer queira quer não, hoje em dia, no tráfico de drogas, ninguém tem confiança. Tem muito dinheiro e muita covardia. Aí, naquele momento, que todo mundo está colando junto (participando da mesma empresa criminal) fortalece a amizade porque é junto no dia-a-dia. Acorda de manhã vai para a boca, está no dia-a-dia com aquela pessoa. Na hora de ir dormir e quando acorda está com aquela pessoa de novo. Fortalece a amizade! Aí é um pelo outro! Tanto que, tipo assim, em facções diferentes, se alguém do CP matar um cara do BDM, poxa, isso aí é o maior problema. O BDM vai fazer de tudo para matar um (membro) do CP. Hoje em dia um mata de lá, outro mata de cá.

Em uma das minhas noites de observação no bairro de Colônia, diante da circulação e fluxo intenso de pessoas, não restou mais nenhuma dúvida sobre a relevância desse tipo de associação de caráter familiar. Pois é, eu estava na praça, dava para identificar todos os operadores que estavam trabalhando como *frente*, na atividade de vendas, na função de *gariteiros ou guaritas*, na vigilância e na segurança da *loja* principal. Em razão de o bairro estar na rota das competições violentas por expansão territorial, os seguranças estavam todos portando armas de fogo e os *guaritas*, celulares.

Todos estavam a postos, de maneira que qualquer movimento estava sendo criteriosamente acompanhado pelos *gariteiros*, cujo dever é não falhar, sob pena de sofrerem sanções hierárquicas, que podem implicar até mesmo, em última instância, na perda da própria vida. De repente, no meio deste cenário, apareceu um rapaz desconhecido, que vinha andando exatamente em minha direção, quando foi brutalmente abordado com três armas apontadas para si. No meio daquele inquérito, daquele tribunal de rua, e sob diversas ameaças, o desconhecido reagiu indignado, afirmando: ‘*Vou chegar (reclamar com a autoridade hierárquica) lá no meu pai, eu sou filho de Batata!*’ Tratava-se de um *filho* de um dos membros da rede de donos da *família* Bonde do Maluco (BDM).

Perceba que esta estrutura familiar não remete necessariamente ao que diz a literatura sociológica especializada, que apresenta conceitos esclarecedores e fundamentais das relações sociais e inteirações da instituição família que exerce controle social informal sobre o conjunto de seus membros (BAECHLER, 1995, p.65–106). Porém, especialistas em estudos sobre o crime organizado já constataram na estrutura de organizações criminais a presença de valores familiares de tipo sanguíneo (LAMPE, 2003; ALBANESE, 2004). O modo de ser das associações criminais baianas não se referencia em laços de sangue, de parentesco, de paternidade, de maternidade, nem tem referências embasadas nos sentidos contidos tradicionalmente nos arranjos familiares.

Na verdade, os sistemas de representações, que embasam a autodenominação de *famílias* por parte destas organizações criminais, repousam em outro modelo estruturante, qual seja a formação dos laços e vínculos fortes no interior das empresas criminais é diretamente relacionada à regulação das condutas dos seus integrantes. Lima (2013; 2017) tematizando este mesmo assunto, constatou, nas estruturas de cada organização criminal pesquisada, valores afetivos, como *afinidade* e *confiança*, enquanto elementos basilares de suas estruturas de hierarquia e de obediência. Quer dizer, a constituição desse tipo de vínculo objetiva a coesão organizacional e o fortalecimento do tipo de relações de poder exercidas no âmbito de cada uma dessas empresas.

Assim, o desenvolvimento destas estruturas de caráter familiar foi um processo que, de dentro das próprias organizações, foi mantido em um curso permanente. A ampliação e capilarização desses vínculos se tornou o meio, que prescinde da violência disciplinar, através do qual a política de expansão econômico-territorial é mantida já por quase duas décadas. Tais estruturas criminais objetivam, por meio da construção de vínculos afetivos, reproduzir a figura do membro *fiel*, um soldado incapaz de calcular benefícios e riscos ao se lançar em competições violentas que sustentam um projeto de expansão empresarial, de hegemonia de mercado e de poder.

A família é unidade formada por duas ou mais pessoas orientadas, na maioria das vezes, por relações de amor e de afeto, porém estas características estão longe de ser o fundamento, através do qual, as *famílias* por associação ao crime tratam como *pais*, *filhos* e *irmãos* aos seus associados. As chamadas *missões* (ordens de assassinatos, de sanções baseadas no recurso universal á violência,

interna ou externa), por exemplo, são obedecidas em decorrência do aprofundamento das relações de confiança e pertencimento familiar. Nestas *missões*, determinados integrantes das empresas criminais são designados a fazer ataques ou a invadir territórios rivais, são designados a praticar assaltos com o fim de custear os gastos com advogados e são designados a apertar o gatilho em um alvo ou refém e, assim, alcançar uma posição de lealdade, de respeito e de confiança dentro de cada estrutura organizacional.

Nestas associações de caráter familiar, o estabelecimento de vínculos fortes com operadores que vieram de outras organizações criminais se baseia na obrigação da prova de fidelidade. No próximo ataque ou invasão que a organização planejar realizar, o migrante novato será incumbido durante a missão de executar um ou mais antigos aliados e parceiros. O batismo e a filiação ocorrem no ato da execução do antigo *pai*, *irmão* ou *filho*. Depois deste teste, inicia-se como membro da *família*, entra no seio das relações de confiança e afinidade e passa a ser tratado segundo os mesmos termos de tratamento dispensados e atribuídos aos outros membros da organização.

Em novembro de 2014, o Comando da Paz desencadeou uma competição violenta e expansionista, que se mostrou vitoriosa, para tomar o bairro do Rio Bonito, que até então estava sob o controle da Caveira. Para isso, necessitou da colaboração e da ajuda essenciais de um conjunto de migrantes, que, insatisfeitos com suas posições na hierarquia e na distribuição desigual dos lucros do comércio de drogas da organização a que pertenciam, resolveram se associar a organização criminal rival. Na construção dessa estratégia de ataque e invasão, os ex-integrantes da Caveira contribuíram, sobretudo, para desvelar esconderijos, para inventariar os armamentos que compunham o arsenal, para detalhar toda a estrutura econômica e de pessoal e para levantar horários, expedientes, rotinas e fornecedores do alvo. Os vínculos com a organização criminal são tão fortes que prescindem às vezes da vinculação à própria família parental, da família por parentesco:

Se meu pai mandar eu (SIC) fazer (matar) minha mãe, eu faço! Eu tenho que fazer... Se eu amarelar (desobedecer) quem morre sou eu! Uma vez eu fiquei muito arrependido de ter matado um cara. Foi uma ordem do *coroa*! Você se lembra dele, ele morava lá embaixo, na rua de baixo. Porra, velho, o pivete nunca tinha me feito nada, nada mesmo. Ainda por cima era um cara que ninguém tinha nada contra e com os dois filhos dele. O *coroa* mandou. Eu peguei a bicicleta, desci pedalando, encontrei ele perto da casa de minha tia. Fiquei meio assustado, mas fui para cima. Dei vários tiros, o pivete nem reagiu, ele nem imaginava que eu tinha ido ali para isso. Fiquei

um tempão naquele arrependimento, mas se eu não fizesse isso quem ia morrer era eu! (Operador, Colônia).

Este depoimento foi dado por um operador ainda carregado por dois sentimentos, que impregnavam seu comportamento e atitudes após uma ordem para matar um aliado. Seus atos e gestos se misturavam a sentimentos contraditórios: orgulho da *missão* cumprida e arrependimento. Mesmo captando os elementos ambivalentes do depoimento, é possível notar a superestimação da *família* por associação em detrimento da família por parentesco, na medida em que *pai*, nessa conversação, representa algo bem diferente de um pai biológico ou de um pai por adoção. Na verdade, representa a filiação a uma liderança de uma rede de donos do mercado de drogas ilegais. A obediência hierárquica é um fator determinante à integração organizacional e a aceitação como membro reflete o fundamento estruturante das relações internas de poder.

*Fazer*, que significa matar, é uma expressão comum à linguagem das ruas. É uma expressão – sinônima de *dar o confere*, *conferir* e *botar pra dormir* – comumente usada por operadores do mercado de drogas ilegais e por matadores profissionais. Neste caso, *fazer a mãe*, com qual tem laços sanguíneos, subvaloriza seu pertencimento a uma família por parentesco e inflaciona a importância e o valor de sua *família* por associação, que solapa o limite para com o cumprimento de ordem, já que o único limite é o aparato normalizador local, o *pelo certo*. Uma ordem ou uma *missão* deve ser implacavelmente cumprida e seu resultado positivo funda uma relação hierárquica monolítica com a hierarquia.

Foram observados ao longo de quatro anos de imersão no campo diversos casos como esse em que a família por parentesco foi preterida e subestimada pela *família* por associação. Por exemplo, durante o processo de ascensão à liderança na rede de donos da organização criminal do Comando da Paz, um *guariteiro* foi designado a invadir a casa do primo, membro da empresa criminal Caveira, e matá-lo. Alberício foi até a casa de Damaso, seu primo, acompanhado por mais quatro homens, todos armados de pistolas e revólveres calibre 38 e, ao chegar ao local, avisou, mesmo diante do desespero e do pranto de toda família de Damaso, que também é a sua:

Minha avó, ele é meu primo, mas está fazendo o jogo do alemão (rival) e eu vou ter que matar ele! Já que ele não está, mande ele ir embora da favela, porque se eu não matar ele, quem morre sou eu! (Cadernos de Campo, 2014-2017)

Na observação e análise de cada uma dessas ocorrências, a hierarquização e a obediência se revelaram como os elementos primordiais para a compreensão da formação e consolidação das *famílias* por associação ao crime. Isso mostra que esses fatores produzem uma relação de confiança com consequências imediatas e, ao mesmo tempo, consolidam a racionalização dos papéis e dos objetivos da organização.

Em outros termos, no contexto de atuação e de domínio destas organizações criminais, a condição de *filho* e/ou de *irmão*, não garante a ocupação de uma função monolítica e inexorável, mas a mobilidade e a ascensão na hierarquia funcional dependem fundamentalmente da decisão da rede de donos destes mercados drogas ilegais, ou seja, dos *pais*, dos *paizinhos*, dos *patrões*.

Com efeito, a condição de pertencimento se baseia em valores afetivos e tem como base de sustentação a *afinidade* e a *confiança* através dos quais os vínculos de constituição familiar por associação ao crime extrapolam e se sobrepõem às relações de parentesco por consanguinidade ou por adoção. Estes laços são necessários à economia das lojas dos mercados de drogas que requerem lealdade e inviolabilidade. A relação com base na afetividade é primordial para consolidar, através da obediência hierárquica, que a estratégia comercial da organização criminal seja voltada tacitamente para o mercado interno, seja voltada para expansão por outros territórios, mercados e consumidores.

## 9.2. ETHOS EXPANSIONISTA-ECONÔMICO E DE PODER

As *famílias* por associação ao crime não nasceram ou se formaram sem um mecanismo de sustentação e de justificação. Ao contrário, surgiram como instrumentos de estruturação e de consolidação das relações de poder intraorganizacional. A formação atual do Comando da Paz, do Rio Bonito, é fruto de uma debandada e *traição* de integrantes da caveira que ocorreu no final do ano de 2014. A sucessão de golpes e traições no contexto dos mercados de drogas ilegais baianos demonstra que as competições violentas pelo controle de cada palmo do sistema prisional e do comércio de drogas nas ruas possuem causas novas e velhas.

A violência disciplinar, caracterizada por Reuter (2009) como mecanismo de controle e ordem intraorganizacional, por si só não é capaz de extinguir os processos de *virada de camisa* – adesão ao grupo rival. Por isso, foi necessário construir formas de ampliar os vínculos fortes e a coesão através de um arranjo menos coercitivo. As principais *famílias* por associação criminal inseridas no cenário de competições violentas intermitentes são, a saber, o Comando da Paz, o Bonde do Maluco, a Katiara, o Bonde do Ajeita e a Ordem e Progresso. Apesar da existência de vários subgrupos regionais e personalistas menores e/ou menos expressivos, estes são os principais grupos envolvidos nos conflitos armados pelo monopólio comercial de drogas ilegais da Grande Salvador.

Estas cinco organizações criminais têm como lógica operacional um ethos econômico expansionista, que visa à ampliação comercial e territorial. Assim, o território, o mercado, os recursos materiais, a clientela da organização criminal rival são o objetivo primordial, mas não o único, que justifica tais conflitos no contexto endógeno e exógeno da atividade comercial ilegal. Ao lado das intenções e justificativas de caráter econômico, uma rede de vinganças entre *famílias* amplia as relações de ameaça, de uso da força letal (eliminação física) e subletal (sequelas e incapacitação). Quer dizer, em decorrência da perda de um integrante de uma dessas estruturas criminais, desenvolve-se um ciclo inesgotável de retaliação e mortes violentas e uma sensação permanente de iminência de *ataques* e invasões.

O Rio bonito e a Colônia são alvos constantes desses *ataques* em razão do fato de que estes dois mercados de drogas possuem um amplo potencial de escoamento de mercadorias e de lucro por estarem situados em áreas litorâneas com alto fluxo comercial, turístico e de pessoal (leia-se consumidores). Estes dois mercados de drogas foram estabelecidos estrategicamente em espaços urbanos de excelente localização geográfica e de potencial econômico. De fato, estão situados nas cercanias de praias litorâneas, pequenos e médios aglomerados industriais, de amplas malhas de transporte, de redes de comércio varejistas além de intensa movimentação de trabalhadores.

Este potencial econômico, para além da lógica econômico-expansionista intra-organizacional, explica os conflitos violentos por poder e controle territorial:

Briga de facção é um querendo ocupar o espaço do outro. Se todo mundo vendesse não tinha essa guerra e a comunidade abraçava. Estas brigas de facção é olho grande no dinheiro... Por exemplo, a pessoa tem sua *loja*, vende muito na localidade, sabe que outra pessoa também vende lá na frente, está vendendo bastante, pronto, eles vão lá e dão um *ataque*. Matar

todo mundo para assumir a localidade. Então é isso que está acontecendo entre as facções. O pessoal vai para outro bairro matar para tomar posse daquela localidade. (Operador, Quilombo)

As ocorrências de vitimização, recorrentes nos mercados de drogas aqui em questão, estão adstritas à lógica por expansão econômico-territorial, a sanções disciplinares, a conflitos por sucessão e à violência oficial. No entanto, dentre esses fatores, a política intraorganizacional expansionista econômico-territorial amplifica os dados estatísticos do crime comum violento. Cada ataque por si só é marcado por níveis elevados de letalidade, porém estas ações desencadeiam ciclos permanentes de rivalidades e retaliações. O membro de uma organização que foi abatido em um desses combates é um *pai*, um *filho* ou um *irmão* a ser vingado.

Em outros termos, as competições violentas são impulsionadas por uma rede de retaliações e de vinganças em decorrência de assassinatos de membros das *famílias* por associação a estruturas criminais. O contingente de mortes decorrentes destes conflitos armados e os vínculos de afetividade entre os membros de cada uma dessas organizações cauterizaram o quadro atual de rivalidades. Este é um aspecto transversal das chamadas *guerras do tráfico*, consubstanciado e fomentado pela rede de líderes, o estrato da organização que, pela posição central na hierarquia intraorganizacional, poderia fazer cessar os combates.

Porém, a questão estrutural, a menina dos olhos desta guerra, é o projeto de hegemonia e de monopólio contido nas estruturas normalizadoras de cada uma dessas organizações criminais. Ou seja, um mercado de drogas visível fomenta o desenvolvimento de uma ampla clientela e, conseqüentemente, de recursos materiais, além de despertar a ambição dos rivais. A circulação intensa de pessoas e a posição estratégica de cada ponto móvel, *loja* ou boca de fumo, intensificam as relações comerciais, geram lucros expressivos, recursos materiais, bens móveis e imóveis. A visibilidade e a posição estratégica de cada ponto de drogas, somadas ao o fomento, que varia periodicamente conforme a qualidade da cocaína e da maconha, principalmente, transformam estas lojas em iminentes alvos de *ataques*.

A quantidade de recursos materiais, de consumidores e de lucros fundamenta os objetivos monopolistas e a competição violenta que transformaram os mercados de drogas do Rio Bonito e de Colônia em atividades instáveis do ponto de vista da segurança material e da integridade física do corpo funcional. Com base neste ethos expansionista, as redes de donos destas diferentes organizações



criminais, a partir de sua posição na hierarquia, movimentam mecanismos pautados no recurso universal à violência para ampliar fronteiras de mercado através de competições violentas. Estas querelas intermitentes são possíveis em razão do potencial coercitivo das relações de poder basiladas pela hierarquia e obediência.

Em cada um desses territórios, um grupo dominou a atividade ilegal e desenvolveu um público consumidor, que garante lucros e a ampliação de recursos materiais de modo que, nos conflitos por expansão, duas metas estão em jogo, a saber, expandir as estruturas do negócio e exterminar os desafetos da *família*. As mudanças nos fluxos comerciais, resultantes da alteração das rotas da *boa maconha* e da *boa cocaína*, ou seja, da droga que *bate onda* (que propicia maior sensação de prazer) impulsionam ainda mais este ethos expansionista e exterminador em razão do fato de que estas rotas quando são alteradas fazem alguns mercados de drogas aumentarem os níveis de venda enquanto fazem com que outros percam significativamente seu público consumidor.

Os consumidores mais assíduos do Rio Bonito têm criticado o potencial comercial dos seus operadores e o excesso de *batismo* (mistura da cocaína com outras substâncias com fins lucrativos), o que tem causado sua migração para as lojas da Colônia. Porém, ciclicamente, a rota da *boa droga* é alterada, ou pela boa qualidade da maconha, ou pela dosagem da mistura introduzida na pasta base de cocaína, gerando mudanças na direção do fluxo consumidor, ampliando os lucros de um ponto de venda e retraindo quase completamente o lucro de outros pontos. Com este fenômeno das variações das rotas da clientela, as bocas de fumo em expansão de vendas sofrem diversos *ataques* cujos fins são principalmente seus recursos materiais.

Segundo Dowdney (2003), analisando o surgimento e os atuais significados das competições violentas pelo controle dos mercados de drogas no Rio de Janeiro, a fragmentação do Comando Vermelho, resultante da eliminação de velhos líderes e das dificuldades de estabelecer novas lideranças, desencadeou disputas territoriais cujos principais motivos são o interesse e o sucesso econômico. A realidade do quadro organizacional criminal, descrita pelo pesquisador supracitado, propagou-se pelo país inteiro e a expansão de interesses econômicos é a principal meta das *guerras do tráfico*, seja no nível do atacado ou no nível do varejo, na maioria dos estados da federação. A Inexistência de um monopólio comercial e as competições

violentas com o fim de alcançá-lo é o primeiro motor da instabilidade dos mercados de drogas espalhados por todo o território nacional.

Este trabalho de Dowdney (2003), que é posterior à pesquisa inaugural de Zaluar (2000) demonstra como a lógica expansionista diagnosticada pela pesquisadora carioca continua sendo um fator explicativo da estrutura e dos objetivos estruturantes destas empresas criminais. Quer dizer, as estruturas empresariais criminais além de se pautarem quase que exclusivamente em razões econômicas e de poder, rechaçam qualquer forma de relação pacífica com a alteridade. Esta negação recursiva ao uso da violência objetiva primordialmente subjugar o outro pela força, pela ameaça ou pela incapacitação e eliminação física.

Enfim, o Rio Bonito e a Colônia mantêm disputas permanentes por expansão, causando vitimização direta e indireta em estratos significativos de suas populações. A atual rede de conflitos por dominação territorial tem como sua principal justificativa os interesses econômicos de ampliação de recursos materiais e a construção de hegemonia e de monopólio comercial. Além desses fatores, tais competições violentas estão fundamentadas em redes de retaliação e de vingança, que transformaram a *cobrança*, a *desforra* ou vingança, pela perda de *pai*, *filho* e *irmão*, numa obrigação de cada membro das *famílias*.

### 9.3. INVASÃO, OCUPAÇÃO E GUERRA

A consequência deste ethos expansionista é a recorrência de competições violentas que englobam a rotina da vida social nos espaços urbanos dominados por organizações criminais denominadas. Este fenômeno, comum no cotidiano dos bairros de Rio bonito e Colônia, caracteriza-se pela ciclicidade de invasões, guerras e ocupações. Trata-se de eventos periódicos em que grupos de homens armados invadem os bairros usando do recurso universal à violência com a intenção de estabelecer novas relações de poder e de dominação sobre os espaços dominados por rivais. Ou seja, a finalidade de cada ataque é expansão territorial e comercial.

Há um estado de contingência das competições violentas, se elas podem ou não acontecer no cotidiano da vida local, e por conta disso os moradores destes espaços sócio-urbanos estão o tempo inteiro em compasso de espera, no qual, a

qualquer momento, um fluxo belicoso pode ser desencadeado. Porém, a repetição destes *ataques* demonstrou que há uma preferência por realizá-los entre a noite de sexta-feira e a madrugada de domingo, período em que ocorre a maioria dos confrontos. Dois fatores significativos explicam a maior ocorrência do fenômeno nessa escala temporal, que são, a saber, a maior quantidade de operadores em atividade neste turno (i. é, mais operadores significa mais espólio como dinheiro, armas e vida humana) e o maior consumo de drogas por parte da maioria, que representa, em tese, um timing de maior fragilidade dos meios estratégicos de vigilância, segurança e proteção.

De acordo com o que foi descrito acima, os pontos de venda de drogas ilegais possuem estruturas móveis de pessoas, produtos e de estratégias. Estas estruturas materiais e imateriais (poder e demarcação simbólica) são o lugar e o alvo do desfecho das disputas armadas. Estes lugares, palcos dessas guerras, são também lugares de exclusão, na medida em que os processos de construção de cidadania não foram completados e em que os atores sociais desfrutam precariamente do direito a moradia salubre, ao ensino público e à assistência à saúde. O Estado, enquanto provedor mínimo de cidadania, apenas leva a estes espaços urbanos suas funções de segurança, precárias e sem parâmetros consolidados e bem estabelecidos.

Qual seja, os conflitos por domínio territorial e exclusividade comercial do varejo de drogas se dão exclusivamente ao redor do perímetro das *lojas* do comércio de drogas ilegais que estão situadas em regiões em que o Estado é apenas um estado policial, em outras palavras, espaços urbanos historicamente marcados e demarcados pela ausência de direitos. Em uma das muitas anotações dos cadernos de campo, foi registrado um caso em que esta regra foi quebrada e o desfecho do conflito se deu em áreas consideradas neutras pelos parâmetros metodológicos desta pesquisa (i.e., em áreas fora dos limites das dominações territoriais e de classe média) no momento em que operadores saíram dos limites de seus espaços urbanos dominados e entraram em guerra em vias de acesso, estradas vicinais, etc., próximas a condomínios de luxo e áreas urbanas regularizadas em termos fundiários.

A formação do *bonde* (i. é, grupos armados e designados especificamente para tais disputas) é a base estrutural-funcional de um conflito armado, normalmente para criar um maior volume grupal e transformar a *tomada* de um território em algo

certo. Estes grupos são formados por operadores de uma mesma rede de donos que atua em bairros diferentes e distantes. Ou seja, homens (na verdade, uma maioria de adolescentes) compõem uma formação maior, em termos de contingente e estrutura bélica, para garantir o sucesso durante uma ação de invasão de um território rival. Este caráter plural do grupo gera vários problemas quando a ação resulta em vitória, ou seja, em expansão e ocupação do território *inimigo*. Um dos problemas que derivam da ocupação de um território inimigo é a condição de não pertencimento ao espaço urbano invadido, o que em algumas circunstâncias inflaciona os gradientes do uso da força, cujo instrumento ordinário é o uso recursivo a arma de fogo:

Cada bonde é de uma facção. Não é o dono da facção que está na frente, mas quem organizou o bonde para dar o ataque. Quando *os alemão*, um rival, entra aqui, é para tomar o bairro, invadir a favela. Quem dá o bote, o ataque, fica como o barão, o dono do bairro, mas fica abaixo do dono da facção. Se conseguir matar todo mundo, eles vão se acampar e começar a traficar. Aí já começa desenhar a sigla deles, tipo BDM e aí os moradores já precisam abraçar (acatar), as ideias (as ordens) deles, dos novatos. O dono do bonde é que vai assumir, porque foi ele que levou o bonde. (Operador de Colônia)

A belicosidade é um aspecto reiteradas vezes constatado pela literatura especializada (AMORIM, 2004; MISSE, 2011; ZALUAR, 1994, 2000; DOWDNEY, 2003; LESSING, 2008; LIMA, 2016) como um fator extremamente esclarecedor dos fins da invasão e da guerra, que, entre outros, é a ocupação bélica com fins lucrativos e de exercício de poder. Confirmando esta informação, nas últimas disputas armadas, os relatos dos moradores, além de gravação de áudio e vídeos, apontaram um elemento comum nos conflitos que é o uso de armas pesadas e de grosso calibre como metralhadoras e fuzis. Nesta última noite de guerra descrita na introdução deste excerto, um dos sujeitos desta pesquisa perdeu o irmão com um tiro de escopeta calibre (12). As questões mais relevantes que aparecem nos comentários dos moradores seguintes aos conflitos armados são o foco da população local na quantidade e calibre das armas e na vitimização do *inocente*.

Em outros termos, o poder de fogo das organizações criminais e a imperícia das ações de invasão foram os fatores que contribuíram para que os moradores do Rio Bonito e da Colônia reorientassem suas relações sociais nos perímetros destes bairros. As armas que compõem o arsenal bélico são 38, pistola (diversos calibres), escopetas (20,12), metralhadoras, granadas, facões e facas. A este potencial bélico, soma-se um potencial logístico, em que carros, motocicletas e até mesmo vans são

mobilizados para compor tais operações. Em decorrência de toda a visibilidade dada ao processo, as relações de interação social são estruturalmente alteradas na medida em que tais competições produzem vitimização e nem sempre a vitimização de integrantes do comércio de drogas ilegais.

Dito de outra maneira, nem sempre quem morre no confronto é o *envolvido*, o sujeito que direta ou indiretamente está associado às atividades do mercado de drogas. Em razão do uso de armas de grosso calibre em campo aberto (ruas abarrotadas de moradores) e contra casas feitas de improviso, com material frágil, repetem-se frequentemente *erros*. No âmbito das disputas armadas, o território e sua população são vistos em sua totalidade como alvo inimigo e frequentemente os *ataques* não levam em consideração a presença de idosos, mulheres e crianças ocupando as ruas no momento em que é invadido o perímetro do inimigo, resultando em violência letal e subletal indiscriminada.

Há alguns fatores adstritos a este perfil belicoso, que banaliza o uso de arma de fogo na resolução de conflito, e que explicam a recorrência destes *erros*, desta imprecisão na localização e execução do objetivo. O primeiro é um processo de belicosidade destas estruturas criminais como um instrumental em que armas e estratégias de uso militar são constantemente mobilizadas. O segundo fator é a exacerbação da valorização dos mecanismos de vigilância, segurança e proteção, com investimento em recursos humanos e tecnológicos (computadores, celulares e redes sociais). O terceiro fator, é a diferenciação das estruturas internas à organização, com ênfase para a estrutura administrativa. O quarto é o aprofundamento do uso da força no contexto das relações de poder, no qual os mecanismos de regulação social são cada vez mais sancionados. O quinto e último é a utilização de crianças e adolescentes na divisão funcional destas organizações, especialmente no exercício de atividades de mobilidade e vigilância.

A perícia e a imperícia são dois fatores que estão na base da aprovação e desaprovação social dos conflitos armados. Em razão do fato de os *bondes* serem formados por sujeitos de variados territórios, que não possuem, na maioria dos casos, pertencimento ao espaço urbano, durante os *ataques* não há uma preocupação relativa ao *envolvimento* real dos alvos, dos meros transeuntes ou expectadores involuntários. A priori, a guerra se dá com os integrantes das organizações criminais rivais e estas ações são quase sempre em campo aberto ou em ruas com muita movimentação. Isso tem resultado em vitimização direta e

indireta de *inocentes*, de pessoas que não possuem envolvimento nem direto nem indireto com as atividades dos mercados de drogas ilegais.

A morte de *inocentes* altera significativamente a relação entre os moradores e os operadores dos mercados de drogas locais. As ações *equivocadas*, decorrentes das tentativas de invasão, fortalecem os laços dos moradores com os operadores locais, que passam a propagar uma visão extremamente negativa das organizações criminais rivais. A copresença dos operadores dos mercados de drogas ilegais e instituições oficiais como a polícia militar e a polícia civil deixa constantemente a segurança e a proteção de cada indivíduo em estado de suspensão. Isto incorpora e reproduz na maneira de ser destes indivíduos um apelo geral aos mecanismos de *justiça* constantes no aparato normalizador local, *o pelo certo*.

Quando ocorre vitimização de pessoas que não integram as estruturas criminais, a população apela tanto para a justiça criminal legal quanto para os métodos informais comuns às ações dos grupos ilegais. Nessas circunstâncias, a população assimila tais estruturas criminais como protetoras e, na ausência de um estado de proteção e segurança oficiais, recorre-se a razão instrumental pela busca do que Zaluar (2000) chamou de *inviolabilidade do lugar*, quando o *bandido* aparece e é visto como um defensor local.

Enfim, as razões explicativas para intermitência dos conflitos armados por controle territorial e exclusividade comercial são o ethos econômico-expansionista e a rede de retaliações e vingança entre as *famílias* rivais que atuam nos mercados de drogas ilegais da Bahia. Este ethos econômico-expansionista baseia-se na permanente ampliação das redes comerciais e de acumulação através do recurso universal à violência. Por outro lado, as disputas de caráter *familiar* geram intermitentes redes vingança. Cada uma dessas *famílias* é formada por critérios de afinidade de confiança e impõem aos seus membros uma estrutura de relação hierárquica implacável que estabelece internamente laços extremamente consolidados de obediência entre *o pai*, os *filhos* e os *irmãos*. Quer dizer, qualquer perda, quaisquer integrantes mortos, agredidos ou humilhados, requer e delibera uma ação com o mesmo ou maior vigor e isto, inevitavelmente, cria um ciclo permanente de ações e reações.

### 9.3.1. Fronteiras demarcatórias

Nos bairros do Rio Bonito, Quilombo e Colônia, o estabelecimento de fronteiras é um aspecto característico das organizações criminais locais na demarcação de relações de poder. Scheeider (2013) caracteriza a existência de fronteiras bem definidas por estruturas criminais como elemento de consolidação e demarcação de poder. Ao observar os pontos móveis de drogas da Bahia é perceptível a sua distribuição pelo perímetro de cada localidade, conectados relacionalmente com o lugar e com a população através da inexorabilidade das regras impostas e da regulação social das condutas. Estes territórios são flutuantes, móveis, baseados na funcionalidade operacional, na demanda e na produção da demanda e suas fronteiras são periodicamente violadas no contexto das competições violentas.

Em função da inexistência de um monopólio estabelecido, estruturas criminais rivais, que agem a partir de fora, mas geridos por conexões dentro do sistema prisional, objetivam a imposição de novas relações sociais de poder, de denominação comercial, de mutações na estrutura de composição do campo de forças. As organizações criminais que atuam no Rio Bonito e no bairro de Colônia por se pautarem neste ethos expansionista-econômico, para além de estabelecerem relações de poder territorial não consideram os limites de outros territórios. Esta prática é completamente rechaçada pelos membros da organização criminal que controla o bairro do Quilombo, que atua com base numa independência relativa, e que se consolidou como neutra em relação às competições violentas.

Nos espaços sócio-urbanos territorializados, para além da ocupação do espaço concreto, há o estabelecimento de uma hierarquia, de regras que abrangem toda a população. Os elementos fundamentais da construção destes territórios de poder são a busca por exclusividade comercial e a imposição de relações de poder. Em decorrência da ciclicidade das disputas violentas e da circulação forçada dos grupos criminais por estes territórios, há, de modo contínuo e descontínuo, uma rede de territórios ocupada por uma rede de donos, associados a uma mesma estrutura criminal. A existência de uma rede de fronteiras inimigas é copresente com uma rede de territórios aliados, controlados por uma mesma organização criminal,

fundamental para a segurança e proteção estratégica de membros do grupo em períodos críticos como os períodos de *ataques*.

A construção social de territórios do comércio de drogas ilegais se fundamenta na dominação do âmbito espaço-temporal através do estabelecimento de relações de poder. Os espaços urbanos do Rio Bonito e da Colônia ao longo dos quatro anos desta pesquisa se comportaram enquanto territórios cíclicos na medida em que organizações criminais diferentes se revezaram no estabelecimento de relações de poder e no domínio territorial. Por outro lado, o bairro do Quilombo, dominado por uma organização criminal autointitulada *independente*, esteve, ao longo deste mesmo período de tempo sob o controle de uma mesma equipe, variando apenas as lideranças, em consequência dos processos de mobilidade intra-organizacional e pela ocorrência de baixas ou vitimizações resultantes de ações disciplinares ou operações policiais.

Quer dizer, a dominação territorial se demonstrou cíclica na medida em que o controle do bairro Rio Bonito, que era disputado entre Comando da Paz e Caveira, passou, no final de 2014, ao domínio do primeiro grupo. Isso se deu com a eliminação e expulsão dos rivais e a ocupação e dominação de todos os espaços que eram ocupados pelo *inimigo*. Consoante a este comportamento cíclico do domínio territorial, Colônia, foi, no mesmo novembro de 2014, ocupada completamente pelo Bonde do Maluco, que expulsou o Comando da Paz do bairro, assumindo os domínios das relações de poder em todo o perímetro urbano.

Estas invasões, guerras e ocupações permanecem sob a forma de expulsão ou assassinatos de antigos *aliados*, *parceiros* ou de *inimigos* atuais, que anteriormente dominavam tais territórios. Ao contrário destas duas experiências cíclicas, que envolvem uma constante movimentação e mobilidade, o poder e as relações de poder dentro do bairro do Quilombo permaneceram sob o controle de seus mesmos líderes, que se consideram e se autodenominam *independentes*. Ou seja, grupos relativamente independentes abastecem através dos grandes conglomerados organizacionais do mercado de drogas brasileiro, CV-PCC, mas não participam das competições violentas locais, que expandem territórios violando e estabelecendo novas fronteiras.



### 9.3.2. Divisão do poder e itinerância

A divisão de poder e a condição de membro itinerante são outros fatores que caracterizam a estrutura e a dinâmica dos conflitos por exclusividade comercial. A posição no contexto das relações de poder é pré-definida no momento em que os *bondes* invasores começam a ser formados e estruturados. Nestes *bondes*, há quem esteja apenas *fortalecendo*, dando apoio a ação ou *ataque*, como *irmão* voluntário ou retribuindo pela força que recebeu em composição anterior com a mesma finalidade, mas ao mesmo tempo há quem esteja cobrando de alguma forma pela participação. Isto vai depender de um conjunto de questões que diz respeito às dividas relacionadas a outras formações e *ataques*, a determinação das lideranças hierárquicas, cobrando a participação de todos os membros e às necessidades materiais deste ou daquele participante. A cobrança de alguns membros do grupo pode ser definida pela participação na administração e nos lucros da expansão comercial e territorial sobre o território dos rivais.

Para invadir, para dar o ataque tem que *formar* (*reunir pessoas e armas*), mas tem que *chegar* (informar) antes lá no *coroa*. Não pode decidir sozinho. O *coroa* também fortalece o *bonde*, chama os *contatos* para conseguir gente e arma. Como o parceiro aqui fora chamou para dar o ataque, chegou *na disposição*, ele vai ter uma parte boa da favela dos *alemão*. Continua tudo junto depois, *pelo certo*, o homem lá do sistema manda lá, a gente faz e a gente trabalha aqui. Tem uns parceiros que formam com a gente e na hora tem de ser *pelo certo*, tem que dividir a favela para todo mundo fazer o *corre* (operar as bocas de fumo que foram tomadas). Tem irmão que cola no ataque sem querer nada, no máximo, às vezes, um mantimento em casa para as crianças. Ninguém vai deixar o irmão com fome, não é certo. (Operador do Quilombo)

As competições Violentas do Comando da Paz no Rio Bonito e do Bonde do Maluco na Colônia representaram nos últimos três meses de 2014 – outubro, novembro e dezembro – a mobilização de vários operadores *de fora*, que atuavam até aquele momento em territórios adjacentes ou distantes, contínuos ou descontínuos. Decorrente disto, o fenômeno da itinerância se intensificou como uma estratégia, uma tática de invisibilidade imposta pelas redes de donos destes mercados de drogas ilegais. Ou seja, no intuito de amenizar a condição de evidência de alguns operadores das organizações criminais, situação de risco em razão de mandados judiciais ou perseguição por parte de organizações rivais, muitos foram deslocados para outras cidades ou bairros diferentes daqueles em que atuavam.

Portanto, dois fatores formam as bases para o surgimento e a manutenção da estratégia de itinerância, a saber, a divisão dos territórios dominados e a proteção da integridade e da liberdade dos membros componentes de cada organização:

Acontece de a pessoa estar fazendo a *correria* (*participação no comércio de drogas ilegais*) em um local e a polícia insistindo, dando em cima dela e a favela ficar na mão da polícia. Fica difícil de fazer o corre para todo mundo e aí o parceiro tem que ir para outro lugar. É o certo. É a mesma facção, tem amizades lá também, só muda o lugar, que fecha com a mesma facção. Tem que ser em um bairro de mesma facção. Se for para bairro de facção rival, até para dar um tempo, bota a vida do parceiro em perigo, vai ser morte na certa. (Operador do Rio bonito)

Como consequência do surgimento e da prática trivial dessa tática de invisibilidade, as relações sociais entre os moradores e o mercado de drogas foram postas sob o controle e o crivo da empatia e da indiferença. Ou seja, desde os conflitos armados pelo controle de território, cada morador do espaço urbano em que é exercido o domínio territorial, é visto pelo itinerante, o operador que não é nativo, como um inimigo ou sob desconfianças. Tal maneira de ver e de agir desencadeou uma série de sanções e até mesmo vitimização letal e subletal em circunstâncias que requeriam apenas ponderação e empatia, casos de *vacilo*, desobediência ou infrações às *leis* do território.

Alguns acontecimentos, porém, colocaram mais uma vez os operadores, pertencentes ao espaço urbano dominado, os nativos, na condição de *melhores julgadores* de uma situação e mais *conciliadores*. Foi o caso, por exemplo, no qual um motorista de ônibus morador da Colônia, ciumento, que no intuito de proibir a companhia de sair para um show de uma banda de pagode, gravou um áudio afirmando pertencer a um dos agrupamentos especiais da polícia militar e prometendo invadir o bairro naquela noite. O áudio se espalhou, gerando pânico na população local e adjacências. Apesar dessas ameaças, o show lotou. Mas, ao mesmo tempo, em decorrência da massiva divulgação dos áudios e de seu conteúdo ameaçador, parte da população resolveu não sair de casa.

Aconteceu, então, que, apesar das ameaças, a festa aconteceu e nos dias seguintes o autor do áudio foi descoberto. Muitos nativos compartilharam naquele instante o mesmo desejo dos operadores itinerantes, ou seja, o desejo de matar Sr. Elenaldo, o motorista que gravou o áudio ameaçando moradores e os membros do Comando da Paz. Mas foram os membros nativos do comércio de drogas local que intercederam aos donos do território e, por esta razão, o autor da gravação, foi levado a um local esmo, lá foi punido com um *pega*, uma surra. Por fim lhe foi

ordenado que gravasse um vídeo, que foi amplamente divulgado no perímetro local por meio das mais diversas redes sociais, em que foi obrigado a pedir desculpas a todos os que foram ameaçados e ao dono das bocas de fumo do bairro da Colônia.

Neste caso, o pertencimento ao local teve um papel providencial para salvar esta vida, já condenada à morte com o *martelo batido (ordem dada)* de dentro do sistema prisional. A condição de operador nativo, em função da maior afinidade com os moradores, já que essa relação social com eles antecede a associação ao varejo de drogas ilegais, impulsiona uma maior capacidade de negociação e flexibilidade diante da obrigação de impor sanções. Contrários a esta maleabilidade, os membros itinerantes destas estruturas criminais se impõem a qualquer tipo de *apadrinhamento*, isto é, a qualquer forma de apelação diante da sanção proferida. Como resultado destas duas posturas internas aos grupos criminais, cada sentença proferida desencadeia o surgimento de um verdadeiro campo de forças na mesma direção, mas, às vezes, em sentidos contrários.

A obediência hierárquica é uma componente inexorável dos mercados de drogas ilegais. No entanto, sem questionar por inteiro esta autoridade, muitas sanções são alteradas, como no caso supracitado, quando uma ordem de execução foi substituída por uma pena relativamente mais branda, ou seja, um *cambau de louca*, uma surra ou *pega*, em que o sancionado normalmente termina numa Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Esta postura conciliadora dos nativos não é um sentimento ou uma prática geral entre eles. Nem todos os operadores pertencentes aos bairros em que atuam são flexíveis, assim como nem todo operador itinerante, que veio *de fora*, é indiferente à dor e ao sofrimento dos moradores diante de sanções hierárquicas. Porém, a condição de pertencimento ao espaço vivido, ao lugar, gera, provoca maior empatia e flexibilidade na hora da tomada de decisão.

As circunstâncias estratégicas do exercício do poder no território englobam atos impessoais e universais como em contrapartida atos afetivos e personalistas em relação às regras de condutas pragmaticamente impostas aos cidadãos. Em função destes comportamentos embasados em princípios antagônicos, há uma relação dialógica, de maior flexibilidade com as normas como forma de negociação da convivência pacífica, evitando a oposição estratégica, que se materializa na forma de denúncias anônimas. Assim, um modo mais duro de apreciar os fatos gera um clima de maior desconfiança mútua, mesmo em um contexto de imposição de

uma regulação social não convencional do comportamento comparada às instituições formais de controle social.

Em razão deste dado tácito, a apropriação do espaço urbano por operadores itinerantes do comércio de drogas ilegais tem sido vista muitas vezes pelos moradores como negativa em função do seu caráter mais impessoal no trato com os moradores. No entanto, toda resistência também tem sido igualmente tácita e silenciosa na medida em que a exposição pública pode significar a perda da própria vida. O funcionamento das relações de hierarquia e obediência não é, em nenhuma hipótese, travado, mas impõe ao mercado de drogas algumas flexibilidades como forma de troca pelo consentimento popular na medida em que a busca por exclusividade comercial requer a conciliação existencial com a população residente.

A condição de itinerância dos membros destas organizações criminais não é o fator preponderante em momentos conflituosos, que requerem maior observação para a solução do problema em razão da gravidade ou da circunstância sobre a qual se deliberará até sobre a vida e a morte. Ao contrário, o que define este aspecto burocrático nestas organizações informais e ilegais é a sua setorização, suas relações de hierarquização e obediência. Ou seja, há um processo de divisão funcional, divisão do trabalho e hierarquização, dentro das relações de poder, que implica na imposição do lugar de quem dá as ordens. Esta diferenciação das relações funcionais e de poder pode variar de bairro a bairro, mas é o aspecto capital da imposição de sanções. Quer dizer, qualquer negociação requer a participação e a definição final da rede de donos, porém o pertencimento ao espaço vivido é um elemento de importância singular para o desdobramento das relações sociais entre o mercado de drogas ilegais e a população.

O membro de organização criminal que é *nascido e criado* no local tem sobre si uma carga de responsabilidade social com os seus conterrâneos, isto é, ao agir abrandando uma sanção, uma determinação do dono, age em favor de um amigo, de um filho, de um padrinho, de um compadre, em *consideração* a um morador antigo, a uma senhora que é mãe de santo ou que é obreira na igreja etc. Ou seja, tais ações de caráter mais personalista se pautam em relações de amizades, afinidade, parentesco, que foram construídas ao longo dos anos de vivências no espaço urbano e que tencionam ou que se colocam em perspectiva de negociação ante às ordens inexoráveis da hierarquia presente na rede de donos da estrutura criminal local.

#### 9.4. PERMANÊNCIA BELICOSA E VITIMIZAÇÃO

A presença de um mercado de drogas ilegais belicoso, pautado no uso da força, transformou significativamente a percepção do morador sobre a vida cotidiana e ressignificou seu modo de viver, pensar e de agir. Os três territórios que embasam esta investigação estão aparelhados para a *guerra*, munidos de armamentos e de estruturas móveis em função dos aspectos econômicos e de segurança. No interior de cada um deles, a população passou a viver em copresença com estes atores e, conseqüentemente, em copresença com a iminência de violência letal (eliminação física), subletal (sequelas e incapacitação) e não letal (ameaça de violência). Apesar de não participar das competições violentas pelo monopólio dos mercados de drogas da Grande Salvador, o território do Quilombo, por conta de sua atuação nos níveis do atacado e do varejo investe amplamente em segurança, vigilância e proteção.

As funções relacionadas à vigilância, segurança e proteção das *lojas* do comércio de drogas ilegais são as mais visíveis, explícitas, dado o número de pessoas exercendo esses papéis na divisão do trabalho interna à atividade. Em outros termos, há presença maciça de soldados, de guariteiros a pé ou em veículos, munidos de telefones celulares e de armas de fogo que variam de 38 a armas de grosso calibre como metralhadoras, pistolas com pentes expandidos, escopetas calibre 12 e fuzil. Qualquer um, ao entrar em um desses territórios, estando de carro ou a pé, estará sendo monitorado, em todos os seus movimentos, do começo ao fim do perímetro local.

A permanência belicosa mobiliza mecanismos de vigilância para que todo estranho seja observado como forma de fortalecer o sistema local de segurança, protegendo pessoas e recursos materiais pertencentes à organização criminal. Em suma, em todos esses espaços urbanos, nessa rede de bairros, o domínio territorial é uma política local do mercado de drogas, que implica no exercício de poder nas suas mais variadas formas, mas também pela instalação da estrutura organizacional nos espaços urbanos populares.

As facções que dominam o bairro ficam no bairro. Hoje em dia é difícil eles irem para bairros diferentes. Em bairros diferentes, só entra com o bonde para atacar, dar o *ataque* e já ficar lá quem foi no bonde. Se for para bairro diferente, *que veste outra camisa* (de outra organização), de outra família, rola tiro, rola morte. Então cada um no seu bairro. Quem fecha

em um bairro nunca pode ir para um bairro diferente. Se for para o local dos inimigos, a rivalidade come no centro. É bala e fogo, é tiro e é morte. (Operador do Rio Bonito)

#### 9.4.1. Vitimização

Os processos vitimizatórios nestes espaços urbanos territorializados por organizações criminais decorreram principalmente da incidência de competições violentas, da violência disciplinar, dos conflitos por sucessão e da violência oficial. A violência letal resultante das disputas armadas vitimiza tanto os componentes das organizações criminais rivais quanto moradores sem participação efetiva nos mercados de drogas ilegais. Como resultado destes conflitos violentos, operadores do mercado de drogas, moradores, transeuntes e observadores, presentes no momento e local dos *ataques*, são feridos gravemente por armas de fogo, o que acarreta muitas vezes morte, incapacitação física e sequelas.

Tais ocorrências de crime comum violento têm como efeito a desorganização da vida em razão da perda do membro da família ou amigo que foi alvo dos *ataques*. No decorrer da vida pós-vitimização, as relações sociais do indivíduo morto ou ferido e de seus entes queridos se alteram completamente por duas razões, a saber: para os trabalhadores vitimizados, a maior dificuldade é sua reintrodução e readaptação ao mercado de trabalho e a necessidade de apoio dos familiares e amigos; para os membros das organizações criminais, na hipótese de o rival vencer, resta a convivência com a lesão em um retiro fora dos limites do lugar, do espaço vivido a que estão adstritos sua vivência e pertencimento.

Este duplo processo de vitimização, através do qual os moradores vitimizados podem ou não pertencer a uma estrutura criminal, quando são caracterizados ou não como *envolvidos*, engendra uma variedade de posições, de falas dos moradores em termos de rejeição ou legitimação do ato vitimizador. Diante desta postura dualista, é possível defrontar-se com opiniões radicalmente diferentes, numa mesma rua, em um mesmo bairro popular, sobre um conflito armado ou uma operação policial. As razões, que justificam ou rejeitam estes atos, pautam-se em referências amplas e variadas, mas os fatores *envolvimento* e *não envolvimento* representam os extremos das escalas de opiniões para o *bem* ou para o *mal*.

Ou seja, a morte de um morador, que não participa das atividades do varejo de drogas, gera uma enorme comoção social local e debates abertos sobre a questão, a despeito do perigo que isto representa. Em contrapartida, a morte de *envolvidos* é socialmente legitimada pelos moradores de um modo geral, mas também pelas instituições sociais, como os veículos diversos de comunicação e o sistema de justiça criminal.

A tabela a seguir enumera as ocorrências de homicídios no bairro do Rio Bonito no intervalo entre os anos de 2014–2018:

**Tabela 6** – Registro de homicídios por ano, identificação das vítimas, data de ocorrência e motivo.

**(continua)**

Ano	Nome ou apelido*	Data	Motivo
2014	<b>HDPU</b>		
	Equador	01/01	CVOR
	Saci	05/01	RAOP
	Jamaica	09/01	RAOP
	Roque	09/01	VDCS
	Bombom	10/02	CVOR
	Robson	15/03	CVOR
	Cássio	16/06	VDCS
	África	19/08	CVOR
	Dragon ball	30/09	CVOR
	Aladim	02/10	VDCS
	Gerônimo	03/10	VDCS
	Rui	19/10	CVOR
	Marcos	08/11	CVOR
	Maurício	08/11	CVOR
	Guga	23/11	CVOR
	<b>HFPU</b>		
Jean	28/02	CVOR	
Tubarão	04/01	CVOR	
2015	<b>HDPU</b>		
	Dedé	04/01	RAOP
	Milton Madureira	04/01	RAOP
	Fernand Tijuca	18/01	RAOP
	Tiago negão	30/01	RAOP
	<b>HFPU</b>		
	Larica	26/04	CVOR
	Ronaldo	06/06	CVOR
	Salomão	25/07	CVOR
	Baixinho	11/11	CVOR
Nino	21/09	MPCD	
Marcos	24/09	RAOP	
Torre	30/12	RAOP	

**Tabela 6** – Registro de homicídios por ano, identificação das vítimas, data de ocorrência e motivo.

<b>(continuação)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Nome ou apelido*</b>	<b>Data</b>	<b>Motivo</b>
<b>2016</b>	<b>HDPU</b>		
	Pantoja	30/01	CVOR
	Tiago	06/03	RAOP
	Tupã	08/06	CVOR
	Bento	19/06	VDCS
	Filho	12/08	CVOR
	Zé Cachorro	08/10	CVOR
	<b>HFPU</b>		
	Zoião	13/02	CEDO
Naruto	14/07	CEDO	
Voador	14/07	CVOR	
<b>2017</b>	<b>HDPU</b>		
	Japa	11/02	VDCS
	Suquinho	11/03	VDCS
	Henrique	18/06	RAOP
	Kiko	17/07	RAOP
	Fernando Buzu	08/09	VDCS
	Júnior da Roda	08/09	VDCS
	Clark Kent	19/09	VDCS
	Cachorro Quente	19/09	VDCS
	Malta	30/09	CVOR
	Tânia	30/09	CVOR
	Donzelo	22/10	RAOP
	Atlas	03/11	CVOR
	Pelé	20/11	RAOP
	Pedro	20/11	RAOP
	Zé Parmalat	11/12	RAOP
	<b>HFPU</b>		
	Dinho	13/05	CVOR
	Zé Pato	13/05	CVOR
<b>2018</b>	<b>HDPU</b>		
	Tender	15/01	RAOP
	Murilo	15/01	RAOP
	Yuri	17/02	RAOP
	Manoel	26/03	RAOP
	Nervoso	13/04	RAOP
	Mário	24/08	VDCS
	Levi	07/09	CVOR
	Jeferson	15/09	RAOP
	Sampa	15/09	RAOP
	Du Black	10/12	RAOP
	<b>HDPU</b>		
	Huguinho	05/12	RAOP
Garoto	24/04	CVOR	
Agenor	24/04	VDCS	



**Tabela 6** – Registro de homicídios por ano, identificação das vítimas, data de ocorrência e motivo.

(conclusão)

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo

**CEDO** – Causas Exteriores ao mercado de Drogas ou a Operações policiais

**CVOR** – Competição Violenta entre Organizações Rivais

**HDPU** – Homicídios Dentro do Perímetro Urbano

**HFPU** – Homicídios Fora do Perímetro Urbano

**MPCD** – Morte Por Causas Desconhecidas

**RAOP** – Resultado de Ações ou Operações Policiais

**VDCS** – Violência Disciplinar ou Conflito de Sucessão

Por questões de segurança e de preservação de identidades, os nomes e apelidos listados são nomes fictícios, apenas representativos dos personagens reais. A exposição dos verdadeiros nomes destas vítimas possibilitaria a identificação do lócus da pesquisa gerando documentos e provas capazes de embasar uma investigação de tipo criminal, o que não é parte deste projeto de pesquisa. As estatísticas aqui apresentadas servem como instrumento de comparação e sustentação de argumentos de caráter qualitativo. Na verdade, estes dados foram triangulados com o inventário qualitativo no intuito de demonstrar a verossimilhança entre os resultados desta investigação e a realidade social.

No que tange à análise percentual destas taxas de vitimização, a tabela 6a abaixo demonstra o perfil das causas e motivos explicativos da violência letal. Como é possível observar, a maioria das ocorrências de crime comum violento está relacionada a fatores que não possuem conexão direta com o consumo de drogas ilegais. Na verdade, as causas e as motivações adstritas aos dados da violência decorrem das lógicas interna e externa às organizações criminais que controlam os mercados de drogas ilegais e da relação militarizada e belicosa das agências do Estado nestes espaços sócio-urbanos.

As tabelas 6a e 6b apresentam os dados totais de homicídio no intervalo de cinco anos e os dados parciais referentes aos anos de 2014 a 2018:

**Tabela 6a** – Total de homicídios no bairro do Rio Bonito de jan./2014 a dez/2018, por motivo, com percentuais.

(continua)

<b>MOTIVOS DOS HOMICÍDIOS</b>					
	<b>CVOC</b>	<b>RAOP</b>	<b>VDCS</b>	<b>CEDO</b>	<b>MPCD</b>
<b>Totais</b>	27	24	13	2	1
<b>%</b>	40,29	35,83	19,41	2,98	1,49

**Tabela 6a** – Total de homicídios no bairro do Rio Bonito de jan./2014 a dez/2018, por motivo, com percentuais.

(conclusão)

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo

CEDO – Causas Exteriores ao mercado de Drogas ou a Operações policiais  
 CVOR – Competição Violenta entre Organizações Rivals  
 MPCD – Morte Por Causas Desconhecidas  
 RAOP – Resultado de Ações e/ou Operações Policiais  
 VDCS – Violência Disciplinar ou Conflito de Sucessão

**Tabela 6b** – Variação percentual dos homicídios no bairro do Rio Bonito por ano e motivo.

<b>ANOS DE ANÁLISE</b>					
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>CVOC</b>	64,70%	36,36%	55,55%	29,41%	15,38%
<b>RAOP</b>	11,76%	54,54%	11,11%	35,29%	69,23%
<b>VDCS</b>	23,52%	–	11,11%	35,29%	15,38%
<b>CEDO</b>	–	–	22,22%	–	–
<b>MPCD</b>	–	9,09%	–	–	–

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo

Percentuais referentes ao gênero:

- Homens entre 15 e 29 anos → 98,50%
- Mulheres entre 15 e 29 anos → 1,49%

Percentuais referentes ao fator cor/raça:

- Negros, pardos → 98,50%
- Brancos → 1,49%

CEDO – Causas Exteriores ao mercado de Drogas ou a Operações policiais  
 CVOR – Competição Violenta entre Organizações Rivals  
 MPCD – Morte Por Causas Desconhecidas  
 RAOP – Resultado de Ações e/ou Operações Policiais  
 VDCS – Violência Disciplinar ou Conflito de Sucessão

Entre 2014 e 2018, de acordo com os dados acima, as competições violentas foram responsáveis por 40,29%, as ações e operações policiais por 35,83%, e a violência disciplinar e por sucessão por 19,41% dos homicídios no bairro do Rio Bonito. Neste mesmo período, o percentual de homens negros e pardos assassinados correspondeu a 98,50% dos homicídios perpetrados entre a população juvenil. A faixa etária majoritariamente atingida pela violência letal, que representa o percentual de 98,50% dos assassinatos, é composta por jovens entre 15 e 29 anos. Com exceção do bairro do Quilombo, onde não ocorre o tipo de violência

letal por competição e expansão de território, as três principais causas de eliminação física são comuns aos espaços urbanos componentes desta pesquisa.

Ao analisar o Atlas da Violência desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2018) e recortando uma parte dos seus resultados, é possível observar que a taxa de homicídio na população juvenil na Bahia caracteriza um flagelo de guerra. O estado nordestino está entre os cinco estados brasileiros mais violentos e inóspitos para esta faixa de idade. Como mostra a tabela a seguir, Santa Catarina e São Paulo são apresentados como os dois estados da federação que apresentaram as menores taxas de homicídio no ano de 2016, com 27,2 e 19,0 homicídios por cada grupo de cem mil respectivamente:

**Tabela 7** – Taxa de homicídios de jovens por 100 mil habitantes/2016.

SE	RN	AL	BA	PE	AM	PA	GO	RJ	SC	SP
142,7	125,6	122,4	114,3	105,4	101,4	98,0	96,4	87,7	27,2	19,0

Fonte: IPEA – Atlas da violência 2018

Estes dados se referem à população juvenil em geral. Quando se faz o recorte por sexo, as taxas de homicídios referentes à população juvenil são amplamente epidêmicas. Entre os dez estados da federação, a Bahia é o quarto mais inóspito para os sujeitos nessa faixa de idade. Com uma taxa de homicídios de 218,4 por cem mil habitantes, o estado nordestino apresentou no ano de 2016 índice inferior apenas aos estados de Sergipe (280,5), Alagoas (240,0) e Rio Grande do Norte (237,3). Como demonstra a tabela a seguir, somados ao estado de Pernambuco, com uma taxa de homicídio de 200,5 por cem mil, estes cinco estados da federação correspondiam no ano de 2016 aos mais violentos para os jovens do sexo masculino:

**Tabela 8** – Taxa de homicídios de jovens do sexo masculino por 100 mil habitantes/2016.

SE	AL	RN	BA	PE	AP	PA	GO	RJ	CE
280,5	240,0	237,3	218,4	200,5	196,9	181,3	177,2	166,7	166,1

Fonte: IPEA – Atlas da violência 2018

Nota: Entre 2006 e 2016 as taxas que mais cresceram foram as do Acre, Amapá e Bahia. (IPEA – Atlas da violência 2018)

O número total de homicídios concentrado nesta faixa de idade é representativo do flagelo que assola e caracteriza o país. Em 2016, o número total de homicídios, o crime comum violento, neste estrato da população específica foi de 35,590 e as ocorrências na Bahia representaram 12,24% deste universo. Neste mesmo ano, de acordo com a tabela 5, constante na página 71, ocorreram 7.171 homicídios neste estado da federação, 11,47% do total nacional. Comparando com os dados da tabela 9 abaixo, é possível observar que o número total de vítimas da violência letal no ano de 2016 representou 60,77% de todos os homicídios ocorridos no estado:

**Tabela 9 –** Número total de homicídios por faixa etária (15–29 anos) por unidade da federação.

	Anos											Variação %	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006	2015
												a	a
												2016	2016
<b>Brasil</b>	27251	26489	27880	28267	28562	27930	30609	30689	32436	31264	33590	23,3	7,4
<b>AC</b>	85	72	76	78	74	73	101	119	111	105	194	128,2	84,8
<b>AL</b>	980	1102	1142	1115	1287	1321	1231	1313	1243	1049	1079	10,1	2,9
<b>AP</b>	128	114	141	108	168	122	164	147	162	165	233	82,0	41,2
<b>AM</b>	428	433	481	540	634	791	732	659	678	809	782	82,7	-3,3
<b>BA</b>	1947	2160	2994	3427	3571	3221	3662	3838	3553	3559	4358	123,8	22,5

Fonte: Atlas da violência – IPEA – Mapas da violência

De acordo com os dados do Atlas da Violência, entre 2006 e 2016, a taxa de variação percentual dos homicídios na população de origem negra no estado da Bahia foi de 104,4%. No período entre os anos de 2015 e 2016, houve uma redução 16,5% do número de homicídios neste grupo populacional. Ao comparar esses índices com os indicativos estaduais e nacionais totais, é possível perceber como a condição epidêmica do crime comum violento se concentra neste grupo étnico. Tal concentração abrange igualmente a população juvenil. No universo deste estudo, conforme a tabela 6b localizada na página 227, entre 2014 e 2018, 98,50% dos homicídios ocorridos no bairro do Rio Bonito se concentrou na população negra na faixa etária entre 15 e 29 anos.

**Tabela 10** – Taxa de homicídios por grupo étnico (negros), por unidade da federação, por 100 mil habitantes.

	Anos											Variação %	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006	2015
												a	a
												2016	2016
<b>Brasil</b>	32,7	32,4	33,7	34,3	36,5	35,1	36,7	36,7	38,5	37,7	40,2	23,1	6,9
<b>AC</b>	21,0	18,6	13,8	19,6	18,0	18,7	31,6	33,8	31,6	30,5	46,9	123,9	53,7
<b>AL</b>	53,9	59,4	69,7	68,0	80,6	87,5	80,8	81,3	82,1	68,2	69,7	29,4	2,2
<b>AP</b>	39,2	31,1	36,2	33,6	41,3	32,7	36,4	32,0	41,2	49,8	59,4	51,5	32,6
<b>AM</b>	22,5	24,9	28,8	30,1	38,5	41,4	41,9	35,9	37,4	43,7	43,0	91,3	-1,6
<b>BA</b>	25,6	28,3	36,0	42,1	48,0	41,2	45,1	42,8	45,1	45,0	52,4	104,4	-16,5

Fonte: IPEA – Atlas da violência 2018

As taxas de homicídios referentes ao grupo populacional não negro são representativas da gravidade do problema entre homens e mulheres negros. Num recorte por cinco estados da federação em comparação com os índices nacionais, o elemento distintivo é a existência de taxas entre os anos de 2006 e 2016 que não são consideradas epidêmicas. Em contrapartida, neste mesmo período conforme dados acima, a incidência do crime comum violento é epidêmica para estrato social negro em todo o intervalo de descrição. As taxas de homicídios nacionais para este estrato populacional, os não negros, são igualmente epidêmicas, e apresentaram um aumento de 21,8% enquanto que na Bahia este aumento foi de 116,9%.

**Tabela 11** – Taxa de homicídios por grupo étnico (não negros), por unidade da federação, por 100 mil habitantes.

	Anos											Variação %	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006	2015
												a	a
												2016	2016
<b>Brasil</b>	17,2	15,5	15,9	16,0	15,4	14,8	15,8	15,3	16,0	15,3	16,0	21,8	5,0
<b>AC</b>	23,3	17,7	13,2	8,1	13,9	7,2	8,0	11,1	19,4	14,5	28,8	21,8	38,7
<b>AL</b>	6,2	8,0	5,9	5,5	4,7	7,7	9,2	12,7	7,9	6,0	4,1	-33,7	-31,9

(Continua)

**Tabela 11** – Taxa de homicídios por grupo étnico (não negros), por unidade da federação, por 100 mil habitantes.

												<b>(Conclusão)</b>	
<b>Anos</b>												<b>Variação %</b>	
												<b>2006</b>	<b>2015</b>
												<b>a</b>	<b>a</b>
												<b>2016</b>	<b>2016</b>
<b>AP</b>	8,6	11,6	5,2	6,4	16,1	17,0	15,8	14,5	7,8	8,3	7,8	-9,4	-3,7
<b>AM</b>	11,6	5,9	5,8	6,0	8,1	15,3	16,1	14,9	11,1	18,3	13,7	18,3	21,0
<b>BA</b>	7,2	8,8	11,2	9,7	11,3	12,7	14,1	11,5	13,3	12,0	15,6	116,9	29,6

Fonte: IPEA – Atlas da violência 2018

Os índices apresentados acima descrevem o perfil da vitimização e das vítimas por crime comum violento no Brasil e em alguns estados da federação. Há em comum, na maioria dos casos, a condição de gênero, a faixa de idade e a origem étnica. Quer dizer, majoritariamente são homens negros com idade entre 15 e 29 anos. Como a violência no país se concentra em bairros populares, áreas periféricas e favelas, é possível deduzir que a maioria das vítimas é composta por indivíduos marginalizados existencial, socio-econômica e politicamente. A exposição desses indicativos permite a comparação entre os dados referentes à federação, ao Estado da Bahia, às cidades e aos bairros componentes do universo deste estudo.

#### **9.4.2. A carreira do assassino sádico e o Estado**

As competições violentas foram responsáveis pelo recrudescimento dos processos de vitimização de adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos. Porém, a ineficácia do Sistema de Justiça Criminal em esclarecer homicídios perpetrados contra indivíduos pertencentes às classes populares corrobora com o desenvolvimento de carreiras criminais de assassinos sádicos, que, em nome da obediência hierárquica, realizam toda sorte de crimes. Ou seja, a omissão de agentes públicos, vinculadas com obrigações ao sistema de justiça criminal, tem sido uma escora leniente do aprimoramento e da especialização do crime comum

violento a serviço das organizações criminais. Volkan Topalli et al. (2002) constataram que crimes de toda sorte ocorrem sob o silêncio e a completa indiferença de órgãos de Estado por serem crimes cometidos contra sujeitos com pendências com a justiça criminal.

Em entrevistas e conversas informais com agentes públicos, para cada óbito de operadores ou *envolvidos* nos mercados de drogas ilegais, foi possível documentar a expressão sacramentadora de cada uma dessas ocorrências: *eles estão se matando entre si*. Este comportamento não convencional contribui para que as estruturas formais de justiça sejam pouco eficazes em relação ao esclarecimento de homicídios cuja média nacional (para cada dez homicídios apenas dois geram queixa-crime) é muito aquém do aceitável. A leniência e a letargia do Estado diante do crime comum violento, cometido contra cidadãos pertencentes às classes sociais populares, permite um ambiente favorável ao surgimento e consolidação da carreira criminal do matador contumaz, seja agente público que executa extrajudicialmente, seja o criminoso comum.

Durante os quatro anos desta pesquisa, muitas dessas carreiras criminais se desenvolveram em copresença e omissão de instituições pertencentes ao sistema de justiça. Mago, Sinval e Jamerson entraram para a organização criminal Caveira em 2013 – este setor migrou logo depois para o Bonde do Maluco – e cada um desses rapazes tinha quinze anos ou quinze anos incompletos quando participaram de sua primeira *missão*. Foram incumbidos da primeira execução, do primeiro homicídio e, mostrando habilidade para aquela função, foram pouco a pouco se tornando matadores oficiais do grupo, conhecidos como os *caras do suco*. A disposição para matar é um pré-requisito fundamental numa estrutura criminal dos mercados de drogas ilegais, porém há sujeitos muito mais afeitos a tal prática.

E este trio tem afeição indiscutível à atividade, de tal maneira que executou *serviços* em campos de futebol, praças públicas, quadras poliesportivas, vias públicas com intensa mobilidade de pessoas, em casas após arrombamentos e até pessoas retiradas de igrejas antes do ato final. Todos estes crimes foram cometidos em duas cidades em que há delegacias de polícia civil e agentes de investigação. Enquanto todos os moradores do Rio Bonito e depois da Colônia, bairros de atuação desses matadores, sabiam da autoria de todos estes crimes, as instituições de Estado, copresentes, eram indiferentes aos fatos, seus agentes públicos não

investigavam, não apresentavam queixa-crime, contribuindo assim para a consolidação destas três carreiras criminais.

Em razão da ineficiência de tais agências estatais, que trabalham majoritariamente por meio de mecanismos ostensivos de policiamento, prescindindo do uso de inteligência, as taxas de esclarecimento de crimes comuns violentos são irrelevantes e, por isso, estes territórios além de serem espaços urbanos marginalizados e segregados, comportam um contingente significativo de matadores contumazes. Estes matadores, *os caras do rodo ou do suco*, são a base de sustentação mais importante na formação dos bondes de operadores que atuam nas competições violentas e letais por expansão territorial e por monopólio da atividade do comércio de drogas ilegais do estado da Bahia.

A prática do homicídio é comum entre eles. Mesmo assim, na formação dos bondes, não se estabelece um local onde se deflagrarão as disputas armadas, e isso tem acarretado ampla vitimização de moradores *sem envolvimento* na atividade ilegal. A matança de pessoas pobres, incapacitadas ou fracas para mobilizar direitos subjetivos, *pessoas matáveis, vidas que não merecem ser vividas* (AGAMBEN, 2010) não causa o mesmo impacto sociopolítico que causam mortes e vitimização de indivíduos oriundos de outras classes sociais. Por essa razão, que tem raízes na formação da sociedade brasileira, uma formação estruturalmente racista e hierárquica, crimes perpetrados contra trabalhadores, moradores de áreas segregadas e operadores de mercados de drogas ilegais de bairros populares, de locais de exclusão, não despertam o interesse do Sistema de Justiça Criminal.

Em busca de justiça, os moradores se expõem através do diálogo tácito, às vezes aberto, do cochicho e este comportamento é muito comum durante os períodos de conflitos em que há vitimização de *inocentes*. Tanto os operadores do mercado de drogas, quanto os agentes públicos retaliam aqueles que procuram a justiça. Em função desta barreira à busca por justiça, para a maior parte dos casos que foi documentado não houve esclarecimento. Ocorreram vitimizações letais e subletais em que crianças ou morreram ou ficaram paraplégicas; em que senhoras, que acabavam de sair de cultos de igrejas foram alvos de disparos; e em que uma idosa foi gravemente ferida, morrendo em um hospital regional nos dias seguintes.

A ação que vitimou as senhoras que saíam dos cultos da igreja Assembleia de Deus ocorreram no meio de uma disputa entre Colônia e Rio bonito, entre Bonde do Maluco e Comando da Paz, causando uma lesão e um óbito. Diante da



ineficiência de se obter justiça, há um reposicionamento tático da população, que renegocia a sua neutralidade, sua indiferença em relação às atividades dos mercados de drogas ilegais locais. Quando a morte de um *inocente* é causada por um *traficante da área*, espera-se dos donos da boca uma solução rápida e célere. Por outro lado, quando o perpetrador do crime pertence a uma organização criminal rival, amplia-se o sentimento de aprovação dos atos perpetrados por operadores locais, quando se espera deles proteção, reação imediata e resistência.

Enfim, como consequência da exposição a processos vitimizadores, a população local reinventa seu modo de viver no espaço urbano, cria e pratica outras formas de sociabilidade, que significa um reordenamento da vida social no cotidiano. Isto ocorre em função do caráter cíclico da dominação territorial e as constantes disputas pela tomada do espaço urbano e imposição de novas regras de interação e de conduta, novas formas de relação de poder, transformando sensivelmente o cotidiano de cada bairro. A rigor, as poucas áreas de lazer e de convivência destes espaços sócio-urbanos deixaram de ser atrativas, na medida em que, diferente de uma guerra propriamente dita, não há nem um lugar nem um alerta para o início e fim dos combates. Ou seja, é imposta aos moradores a opção pela casa em detrimento das relações de convivência e de encontro nas ruas.

## 10. COPRESENÇA: AGÊNCIAS ESTATAIS E CONDIÇÃO SÓCIO-POLÍTICA SUBCIDADÃ

Ocorreu um *paredão* na praça - um evento popular de massa. Um minitrio improvisado emitia, distribuía o som e atraía uma multidão. Era pura improvisação: um pequeno caminhão, um conjunto de caixas de som e de gambiarras como fonte de energia. Havia idosos, crianças, ambulantes, mototaxistas e um comboio de carros estacionados no que foi mesmo uma verdadeira festa. É o lazer e a cultura que resta aos espaços populares de convivência. Tudo com muita música, diversão, encontros, namoros e amizades. Obviamente se consumiam drogas ilícitas e lícitas como em todos os meios sociais.

No entanto, nem tudo foi festa e festejos. Três viaturas pertencentes a dois agrupamentos especiais da Polícia Militar apareceram na entrada do bairro e, silogisticamente, como para um desfile, perfizeram a rua principal. E numa parada, também sincronizada, posicionaram-se dividindo a rua inteira quase que por partes iguais. Neste momento, começou a privatização dos espaços públicos e do que se considerou de súbito, inopinadamente, o *certo*. Nesse caso, o errado era aquela subgente. A brutalidade da instituição policial literalmente alcançou *velhos, meninos e mesmo* cachorros. Ninguém era cidadão. Alterados, com *tonfas* e armas nas mãos, quebraram caixas de isopor de ambulantes, furaram pneus de carros e de motocicletas, fizeram revistas padrão, brutalizaram difusamente e dispersaram a população.

O que era uma festa se transformou numa arquitetura de destruição minuciosa: o alvo era o subcidadão. Sobraram pedaços de isopor, pedaços de caixas de som, fios arrancados das gambiarras e cortados com precisão. No meio dos transtornos, rolando ou apenas inertes pelo chão, latas de cerveja, de refrigerante e garrafas de água mineral. O horror tinha aspecto viscoso: líquidos, lágrimas e, com certeza, sangue. Era só o começo. Depois de busca de documentos e apreensão de carros e de motocicletas endossados com agressões verbais e físicas, era hora de obrigar os condutores, alguns com pneus furados, a conduzirem seus veículos ao pátio da delegacia mais próxima para dar prosseguimento àquela humilhação.

A sociabilidade era banida e a segregação hipertrofiava-se à vista de olhos nus. Sem direitos, mas não conformados, todos voltaram para suas casas. Sem lei previamente estabelecida, os comércios fixos sofreram uma violência que parece não possuir conteúdo violento: *Vocês têm xis minutos para fechar, não me peçam para voltar!* Não há direito subjetivo que possa ser mobilizado nesse mar de desvantagens sociais, econômicas e políticas. Um quarteirão inteiro de um espaço societário de um país onde nem a democracia, tampouco a cidadania se concretizaram. Oficialmente resguardada, a polícia através de procedimentos não convencionais estabeleceu seus experimentos das inconseqüências e do terror, o objeto subjugado é sempre o mesmo (Cadernos de Campo, 2014-2017).

A cena descrita acima é um excerto dos cadernos de campo no qual a temática é a banalidade da brutalidade policial em bairros periféricos e populares, dominados por organizações criminais associadas ao mercado de drogas ilegais. Nessa parte da tese, é associada à sociabilidade dos bairros populares da Grande Salvador sua segregação, auto-segregação e resistência ao recrudescimento qualitativo (o *modus operandi*) e quantitativo (quantidade e intensidade) da violência oficial no estado da Bahia. O acirramento destas relações desproporcionais se

reforçou pelas formas e através de várias práticas não oficiais de subjugação e intensificação de conflitos, que produziram letalidade, execuções extrajudiciais, tacitamente caracterizada como *auto de resistência*. As ações e operações policiais nestes espaços urbanos marginalizados não têm a lei como referencial.

Com o objetivo de compreender o caráter local da ilegalidade dos procedimentos policiais nos bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia, foi necessário recorrer ao conceito de *subcidadania*. Conforme Souza (2018), a sociedade brasileira é sistematicamente produtora de exclusão e marginalização de uma parte de seus cidadãos, que, por isso, é impedida estratégica e intencionalmente de realizar mobilidade social, portar direitos fundamentais e alcançar cidadania em plenitude. Sem aprofundar tal conceito, absorve-se dele seus elementos constitutivos que dizem respeito à exclusão e a marginalização social das classes populares. Com efeito, estando nessa condição, não é possível ter acesso às instituições formais de direitos e assim até a sua eliminação física é permissível.

Neste trabalho, há dois outros conceitos desenvolvidos nas ciências sociais sobre a relação entre os agentes públicos do Brasil pós-autoritário, em redemocratização, e a população pertencente às classes populares. O primeiro que utilizei é uma proposição de Caldeira (2000), que trata do conceito de *corpo incircunscrito* que se refere à objetivação do sujeito (em condições de subcidadania) e do seu corpo por parte dos aparelhos estatais de violência. O segundo conceito, elaborado por Santos (1993) intitulado *cidadania dilacerada*, está intrinsecamente ligado ao primeiro e abrange o fenômeno da fragilidade da cidadania e do acesso de uma parte da população aos mecanismos legais de busca de justiça. Ambas as proposições versam sobre as deficiências dos processos de efetivação da condição cidadã e de portador de direitos.

Em suma, articulando estes conceitos, foi desenvolvida uma análise cujo elemento primordial é a existência de uma *subgente*, de uma subcidadania, nos espaços sociais, transformados por agentes públicos (Estado) em espaços de experiências da brutalidade, de violência e de eliminação da vida. Em decorrência dessa agenda da política de segurança pública, explícita ou implícita, as ações e operações policiais, sejam quais forem os resultados, são legitimadas por estratos da população tanto no plano local, quanto no plano supralocal. Essa legitimação, contraposta por resistências abertas e tácitas, se consolida através do empenho e,

ao mesmo tempo, da indiferença das instituições oficiais públicas e privadas. Assim ninguém é cidadão: nem idoso, nem mulher, nem criança.

#### 10.1. ESTADO E CIDADANIA

Nos espaços urbanos do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia, como foi descrito acima, o Estado se apresenta através de algumas de suas instituições. Nos campos da saúde e da educação, há escolas e postos de saúde que estruturalmente não possuem capacidade de superar a marginalização e exclusão da população local. Na parte desta pesquisa em que foram apresentados os dados da população, urbanização infraestrutura, empregos e renda, saúde e educação, referentes a estes espaços urbanos, ficou demonstrada a incapacidade institucional e estrutural de equacionar questões essenciais à vida nessas localidades.

Não é através destas instâncias de estruturação e superestruturação que o Estado tem incorporado e buscado a reprodução social nestes âmbitos espaciais marginalizados. Na verdade, o que predomina nas estratégias estatais nestes cenários são mecanismos de vigilância e punição. Através do Sistema de Justiça Criminal, de instituições policiais, do Ministério Público e do Poder Judiciário, estes subcidadãos são marginalizados, excluídos, controlados e, por vezes, eliminados por agentes públicos. Como não há política social cujo fim seja equacionar os mais diversos problemas da população, o punitivismo substitui a justiça social. Assim, a presença militarizada e belicosa da polícia é o pressuposto de garantia de manutenção da ordem e do estabelecimento da paz social.

No entanto, a presença policial não se baseia em pressupostos que tenham por finalidade o cumprimento da lei, a transparência e o respeito à dignidade da pessoa humana. As ações e operações policiais, no lócus do policiamento, se baseiam em procedimentos arbitrários que não se pautam em mecanismos institucionais democráticos e não são controladas externamente. Este precário e às vezes inexistente controle externo da atividade policial se deve ao fato de que a prática policial arbitrária e ilegal é direcionada a um estrato da população, que o Sistema de Justiça não ampara. Um indivíduo, enquadrado numa abordagem policial, pode sofrer danos que vão desde agressão verbal à execução extrajudicial.

Analisando dimensões nacionais mais amplas do que o universo dessa pesquisa, Lima et al. (2015) indica que o processo de redemocratização pós-estado de exceção não se efetivou. Conforme sua argumentação, no Brasil há um distanciamento entre os princípios democráticos e as práticas institucionais das polícias, dos ministérios públicos e do judiciário, na gestão da vida. Ou seja, no intuito de equacionar conflitos sociais em toda a federação brasileira, os poderes executivos, em parceria ou com a omissão do Sistema de Justiça, delegam tal função às polícias, mas o fazem sem considerar a transparência nos procedimentos e sem considerar o desvio de função da instituição policial ao definindo-la, a partir de políticas de governo em detrimento da construção de políticas de Estado, como gestora da vida.

Ao delegar o equacionamento de questões e conflitos sociais exclusivamente à instituição policial, sacramentam-se a marginalização e a exclusão social das classes populares. A ineficácia do controle externo das polícias por parte do Ministério Público transforma o policiamento em âmbito local numa prática privatizada e de uso local referenciada em agendas governamentais levadas a cabo por oficiais e delegados. Com efeito, mesmo em se tratando de uma instituição militarizada e belicosa que age maciçamente ao arrepio das declarações internacionais de direitos humanos das quais o Brasil é signatário, suas práticas locais são inconcebíveis no âmbito universal. Para ilustrar esse argumento, abaixo é a descrita uma incursão policial no bairro do Quilombo:

São 22h40min, a polícia está descendo a ladeira do bairro do Quilombo. O procedimento é o mesmo de sempre. Com faróis e giroflex desligados e velocidade muito abaixo do normal, silogisticamente numa só marcha, as viaturas seguem em direção ao ponto de vendas de drogas ilegais que há lá embaixo. Pistolas e metralhadoras podem ser vistas despontando dos táticos operacionais mesmo nessas vias mal iluminadas e a esmo. O *modus operandi* sugere que esta instituição não está aqui para uma mera ronda rotineira, tampouco está neste perímetro urbano para garantir a segurança da população no intuito de manter a paz e a ordem. Ao contrário, embasados por uma política de segurança militarizada, belicosa e ostensiva, vieram em busca de alvos inimigos numa região em que ninguém é cidadão e na qual as práticas de violência letal e subletal por parte das instituições policiais não produzem consequências legais aos seus perpetradores e aos oficiais que lhes autorizam.

Findou a ladeira e a rua, chegaram ao ponto específico a que se destinavam. Lá embaixo, mantêm as luzes apagadas e permanecem à espreita. Um carro *chapa fria* (sem identificação) acompanha as viaturas. Dentro dele há quatro homens encapuzados e visivelmente armados. Os moradores, pelas frestas de suas casas, certamente observam o que está em andamento. Do grupo de uma rede social, composta por moradores, outros observadores compartilham mensagens para que ninguém, especialmente parentes e amigos, volte para casa agora e se possível durmam onde estão. Na espreita, os agentes públicos permanecem. Não

vieram cumprir a lei, nem gerar sensação de segurança (Cadernos de campo, 2014- 2017).

É perceptível que uma incursão policial como essa não está regulada pelo ordenamento jurídico nacional. A estrutura da ação policial não é transparente e não segue princípios legais. Na verdade, trata-se de uma ação perpetrada por uma instituição oficial com vários elementos oficiosos na sua constituição. Na cena descrita, além de viaturas de companhias especiais da polícia militar da Bahia, RONDESP e PETO, há um carro descaracterizado ocupado por homens encapuzados. Da mesma forma, não é um aspecto tático, que perfaz um procedimento investigativo, a manutenção de luzes e giroflex desligados. Ou seja, o procedimento policial é basilado em elementos de uma ordem não institucional-legal.

Com efeito, uma estrutura policial militarizada e belicosa, com práticas anticidadãs recrudescer qualitativa e quantitativamente a violência oficial. Quer dizer, nesses espaços urbanos segregados e habitados por uma população excluída do acesso à justiça, as incursões policiais não se pautam por um manual de procedimentos oficial, universal e democrático. As práticas da instituição são autoritárias e ao arrepio da lei. A polícia é uma instituição de controle social formal, que atua sob um código informal e ilegal em localidades nas quais a população é juridicamente desassistida, tem cor e classe social bem definidos.

De acordo com os dados do Atlas da Violência, as mortes decorrentes de intervenção policial cresceram 145,79% no Brasil e 1.582,60% no estado da Bahia. Mas estas ocorrências não estão distribuídas homogeneamente em todos os estratos da população. Na verdade, as execuções extrajudiciais e os mais diversos crimes decorrentes da violência oficial se concentram na população juvenil, negra e oriunda de classes populares não inseridas nos processos de cidadania. O crescimento destes índices no estado nordestino é escorchante e coincide com o período de ascensão de organizações criminais ao centro de controle e gestão dos mercados de drogas baianos.

A seguir, nas tabelas 12 e 13, são apresentados os dados coletados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e os dados coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP):

**Tabela 12** – Mortes decorrentes de intervenção policial por unidade da federação.

	Anos											Varição %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006/2016
<b>Brasil</b>	559	512	546	309	756	609	708	592	793	942	1374	145,79 %
<b>Bahia</b>	23	31	31	48	88	85	210	140	135	225	364	1582,60%

Fonte: IPEA – Dados do SIM – Sistema de Informação de Mortalidade

**Tabela 13** – Mortes decorrentes de intervenção policial por UF em 2016.

	Dados FBSP	Dados SIM	Varição Percentual
<b>Brasil</b>	4222	1374	– 67,5 %
<b>Bahia</b>	457	364	– 20,4 %

Fonte: IPEA – Atlas da violência 2018

Há disparidade entre os dados do SIM e do FBSP, um problema que atinge todas as esferas institucionais responsáveis pela Segurança Pública no país. Porém, estas ocorrências abrangem estratos específicos da população total. O crime contra a vida decorrente de ação policial geralmente se concentra em espaços urbanos populares. O policiamento faccioso que resulta em mortes de suspeitos ou de populares não é comum em espaços urbanos de classe média nos quais os residentes alcançaram direitos de cidadania e proteção jurídica. O modo particular de ação e operação policial é característico e se concentra sobre os estratos sociais subcidadãos.

Este manual de procedimentos policiais é informal, ilegal, e sua leitura e prática são realizadas por uma corporação militarizada e em processo de ampliação de sua militarização. A dignidade da pessoa humana não é um princípio através do qual se escrutine as formas locais de policiamento. Princípios democráticos essenciais como igualdade, direitos humanos e submissão a um Estado democrático de direito não governam a conduta policial. Porém, nos espaços sociais em que os processos de cidadania se completaram ou estão por se completar, o policiamento se baseia em princípios legais e em um manual de procedimentos transparente e universal.

Souza (2015) considera que o processo de redemocratização não se concretizou na medida em que a estrutura de funcionamento das instituições é autoritária e de acordo com o modo de ser institucional do regime de exceção. De acordo com esta análise sobre a redemocratização, o Estado não conseguiu levar princípios universais de justiça, paz, desenvolvimento e equidade a uma parte importante da população do país. Na verdade, a exclusão e a marginalização social têm sido processos políticos objetivos, direcionados aos subcidadãos. A precariedade das condições de vida no meio urbano e rural, a criminalidade em geral, as organizações criminais no tecido urbano são questões de interesse público e até então insolúveis.

## 10.2. MANUAL ESPECÍFICO DE POLICIAMENTO

Em decorrência do recrudescimento de práticas autoritárias associadas a um modo particular de fazer justiça, o policiamento desenvolveu um método singular e de abrangência local. Sobre a legitimação da violência oficial em contextos sociais nos quais prepondera as políticas de guerra às drogas, a instituição policial se pauta em princípios e regras não referenciadas na ordem institucional legal e conduz sua tática a partir de um método particular de ação. Ao caracterizar estas práticas da instituição policial como particular e de abrangência local, alcançamos o miolo, o cerne, do que isso representa na realidade social das classes populares e de afrodescendentes.

Os atos da instituição que perfazem tal microfísica procedimental são agressões verbais (indiscriminadas), ameaças do uso da força (indiscriminadas), chantagens e extorsões (a parentes e amigos de operadores dos mercados de drogas ilegais), revistas ilegais basiladas pelo excesso de uso da força, agressões físicas, furtos, danos ao patrimônio, execuções extrajudiciais e violação de cenas de crime. Ou seja, mesmo estando sob uma ordem política em redemocratização, a conduta da instituição é típica de um regime de exceção. O controle externo é tênue e não há regras nem normas legais que controlem tais práticas. A presença de agentes públicos não caracteriza para estratos significativos da população sensação de segurança pública.



Não há uma convivência pacífica entre a população residente e as instituições policiais. O policiamento não é comunitário, não se referencia na observação e priorização das demandas locais em termos de segurança e proteção. Com efeito, o policiamento se enquadra nas estratégias de manutenção da ordem inscritas pelo Estado, cuja agenda de segurança pública é militarizada e belicosa, fato que o torna independente e, ao mesmo tempo, coagido pelas instâncias governamentais. Neste ponto, o esquema elaborado por BOURDIEU (2004;1996), que relaciona as estruturas sociais objetivas como instâncias coatoras do comportamento, demonstra a relação estrutural e estruturante entre ser agido e ser agente.

O agente público é coagido no contexto das políticas de governo antidemocráticas e conservadoras no campo da segurança pública, baseadas em uma estratégia militarizada e belicosa de controle social, mas ao mesmo tempo o policial é agente. Esta afirmativa é realista na medida em que os procedimentos policiais observados são singulares, particulares, orientados a um público-alvo específico, composto por subcidadãos, incapazes de acessar direitos subjetivos através dos meios que estruturam o Sistema de Justiça Criminal alcançando suas prerrogativas legais. Em outras palavras, esse manual do comportamento do policial não é oficial, coexiste com práticas legítimas, e não é aplicável a espaços urbanos nos quais os processos de cidadania e de garantias jurídicas se concretizaram.

Se essas práticas derivassem exclusivamente da coação de uma estrutura social objetiva, a ordem institucional-legal, mesmo direcionadas a estratos específicos da população, seus procedimentos seriam universais. Porém, as ações e operações policiais possuem diversos elementos constitutivos não convencionais, pautados em ostensividade em detrimento de inteligência, e que seviciam e brutalizam parcelas de espaços sociais marginalizados. O agente público conduz sua ação sem referência a fundamentos legais, na direção dos estratos sociais excluídos e marginalizados. Em relação ao caráter coercitivo da estrutura do Estado, o próprio policiamento, conforme análise de Young (2012), pode representar um elemento de criminalização e exclusão social em decorrência de uma postura política planejada do Sistema de Justiça Criminal.

A mãe de um dos sujeitos dessa pesquisa, ao ver o filho baleado, imobilizado, mas ainda sob seviciamento, aproximou-se e disse:

Mãe – Precisa isso? Ele não vai sair daí do chão? Você vai matar meu filho...

Sargento Alves (conhecido no bairro de Colônia) – A senhora é advogada? Cadê seus documentos, desgraça? É você que acoberta este vagabundo, não é? Ele não vai morrer não! Ele deu sorte. De noite, na pista, já era!

Olhando para Everaldo o policial continuou:

Sargento Alves – Quem são *as putas* (nome dado a policiais por moradores e membros de organizações criminais) agora, viado? Grita desgraça! Quem são as putas agora? Onde foi que o outro entrou? Vamos achar ele hoje!

Quando os policiais estavam colocando o ferido na mala da viatura, seu irmão que ia chegando queria saber para onde eles iriam levá-lo. Esta pergunta lhe rendeu um demorado espancamento. Apanhou de vários policiais. Havia reforços, que teriam sido chamados para buscar e apreender o *meliante* que teria reagido à incursão policial e atirado na viatura que fazia ronda no bairro naquele momento. Nenhum morador viu o rapaz, que correu, atirar em revide à chegada da polícia. Mas todos viram Everaldo baleado e Anderson, *menino trabalhador*, que ajuda a *mãe*, ser brutalmente espancado, de maneira que não pôde trabalhar por mais de uma semana, e ainda ser algemado, juntamente com sua mãe, por um suposto desacato à *polícia comunitária*. (Cadernos de campo, 2014-2017)

No caso descrito, os agentes públicos entraram atirando numa área de Colônia em que funciona uma loja, um ponto móvel de venda de drogas ilegais. Um operador do ponto foi baleado e o seu *parceiro* conseguiu escapar. No entanto, na maior parte das operações, o mercado de drogas, aparelhado com um sistema de segurança, vigilância e proteção, anuncia a chegada da polícia aos seus associados. Como os pontos de drogas são móveis, compostos por uma estrutura funcional e organizada de armazenamento estratégico de cocaína, maconha e crack, o local de concentração é esvaziado de qualquer flagrante e resta apenas o morador que não é *envolvido*, mas também não possui a dignidade da pessoa humana.

Este manual de princípios e práticas oficiosos, que emanam de políticas de governos e são capitaneadas, principalmente por mandatários e pelo oficialato, fundamentam o policiamento local e essencializou a população como cúmplice de atividades criminais elegendo-a como alvo e inimigo interno. Não é necessária a construção do perfil de um suspeito, processo descrito por Ramos e Misumeci (2005) que demonstraram elementos discriminatórios de abordagem policial no Rio de Janeiro. No caso aqui em questão, a população como um todo, composta por maioria de subcidadãos, é enquadrada como parte integrante e componente das diversas formas de crimes e da criminalidade local. Ou seja, não há inteligência na acusação particular que se torna pública.

Ao encontrar os pontos de venda de drogas ilegais esvaziados a abordagem que se segue se direciona a toda população residente. Os danos causados aos

moradores se iniciam com agressões verbais inimagináveis na conduta de qualquer outro funcionário público em espaços regulados por direitos e deveres. *Desgraça, viado, vagabundo/a, puta, filho da puta*, estão entre as expressões mais usadas por estes agentes públicos durante essas incursões por estes bairros. Entre um insulto e outro, eles posicionam armas de fogo na direção de órgãos vitais sem considerar nenhuma técnica pré-estabelecida. Pelo contrário, ouve-se frequentemente em cada um destes perímetros urbanos, o alerta policial: *Quieto aí para não tomar um tiro!*

O procedimento que começa com agressões verbais abertamente proferidas pode passar por chantagem, extorsão, invasão de privacidade (obrigando o indivíduo a pôr a senha dos aparelhos celulares para *averiguação*), o desaparecimento de aparelhos telefônicos e valores em dinheiro sob a alegação de que são produtos de roubos ou benefícios advindos do comércio de drogas ilegais. O ápice destas arbitrariedades, resultante da inexistência de um Estado de direito democrático consolidado, se dá quando as instituições policiais causam a eliminação física. Na maioria das vezes, estas execuções extrajudiciais entram para os anais estatísticos como resistência seguida de morte sem nenhuma investigação do Ministério Público, órgão independente responsável pelo controle externo da polícia.

### 10.3. ESTADO, CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

O policiamento ostensivo é um dos fatores causadores da ampliação quantitativa da violência no plano local. De acordo com a Tabela 6a, localizada na página 230, referente aos dados coletados no bairro do Rio Bonito, entre os anos de 2014 e 2018, 35,83% dos homicídios resultaram de ações e/ou operações policiais. A existência precária de cidadania e de direitos subverte a ordem institucional legal e mantém espaços urbanos populares como o Quilombo, o Rio Bonito e a Colônia enquanto áreas nas quais a presença de agentes públicos não segue normas nem regras. Assim, os procedimentos policiais são intransparentes, anticidadãos e podem variar conforme a classe social e o espaço urbano em que são aplicados.

A falta de um referencial institucional nas abordagens policiais é uma variável que constantemente amplia sua intensidade e suas referências não convencionais. A partir da experiência de campo, foi possível constatar que, em um

Estado democrático de direito – mesmo em processo de redemocratização e fundado em direitos e deveres tênues e mal definidos como é o caso do Brasil – aqueles procedimentos só são possíveis quando direcionados às classes populares, aos subcidadãos e praticados em espaços sociais que as instituições democráticas não alcançaram. Não há transparência, nem previsibilidade no ato da abordagem, que se inicia com a depreciação do sujeito através da agressão verbal e pode culminar com eliminação física.

O trabalho de inteligência, que poderia levar direto ao *criminoso*, é subestimado. Nenhum morador destes bairros populares está fora da possibilidade de ser objeto de algum *tribunal de rua*. Na condição geopolítica de espaços urbanos segregados e controlados por organizações criminais associadas aos mercados de drogas ilegais, comumente a simples condição de residente é transmutada em condição de suspeito. Muniz (2018) observa que como estratégia de controle social, pautada na vigilância e no punitivismo, o Estado produz um perfil do *cidadão suspeito* de envolvimento com atividades criminais. Nos bairros populares descritos aqui, toda a população residente é alvo de inquéritos de rua.

A rigor, prepondera a discriminação sociorracial na elaboração do perfil do elemento suspeito. Num estudo em que tematiza este assunto, Ramos (2005) demonstrou como esse processo discriminatório de exclusão e marginalização ocorre no Rio de Janeiro. Em uma análise comparativa ao caso fluminense, a sociografia dos bairros populares aqui em relevo, demonstrou que sua formação demográfica é preponderantemente uma composição populacional de pobres e negros. Ou seja, esse perfil demográfico abrange uma população excluída dos meios de alcançar a justiça, caracterizando-se como o lugar perfeito para a polícia privatizar a justiça, amplificar seus métodos e procedimentos particulares.

O caráter mais explícito das atividades policiais estabelece um critério aleatório, sem fundamento em inteligência, para realizar abordagens anticidadãs. A polícia pratica uma doutrina, uma gramática de procedimentos específicos e direcionados a subcidadãos, não portadores de direitos, nem capazes de mobilizar a justiça contra a violência oficial. O cenário descrito no início desse excerto demonstra com minuciosidade as características deste manual procedimental. As violências letal, subletal, ou até mesmo simbólica, são sempre relações de desproporcionalidade que atingem minorias qualitativas (posição de poder) e quantitativas (condição numérica).

Um dos agentes públicos que entrevistei detalhou o mecanismo que fundamenta as práticas do policiamento ostensivo:

O policial age conforme as circunstâncias do desejo e de como está enxergando a situação. Então, se a polícia vai abordar um grupo de gente branca no bairro da Vitória ou da Graça, apesar de dar a voz de comando (Pare! Encoste! Etc.), é possível ver do outro lado a objeção: *Por que? Peraí!, Nós somos trabalhadores!, Nós somos pessoas de bem!, Aqui ninguém é vagabundo!, Todo mundo é trabalhador!, Sou médico!, Sou doutor!*. E a polícia silencia. Continua para não ser desmoralizada, mas com uma outra *pegada*, uma outra forma de se relacionar com aquele público. Essa abordagem, praticada pela mesma polícia dentro de um bairro popular, de pessoas negras, é diametralmente oposta. A polícia dá o comando: manda parar. Basta ter uma aparência desagradável, fora dos padrões dominantes e, mesmo em silêncio, você será chamado de viado, de vagabundo, vai tomar tapa na cara, fantada e coronhada. No caso de um policial estar em um dia emocionalmente motivado, ele vai te dar um tiro para que você reaja e vai lhe dar mais. Em seguida, o Estado e a imprensa legitimarão a ação e comprarão o discurso do auto-de-resistência. (Agente de Polícia Civil)

O relato acima desnuda o manual procedimental de uma polícia conservadora, militarizada e anticidade, mas ao mesmo tempo demonstra a flexibilidade de tais práticas. Com efeito, os procedimentos policiais levam em consideração normas legais e a cidadania conforme origem social e étnica. O procedimento que é transparente na Graça e no Corredor da Vitória, é opaco e obtuso em bairros pobres como o Quilombo, o Rio Bonito e a Colônia. Nesses últimos espaços urbanos, a agressão é inicialmente verbal, passando a agressão física e culminando, por vezes, em execução extrajudicial dos sujeitos que estão sendo abordados.

Há manuais universais que estabelecem os princípios fundamentais da prática policial. Por exemplo, a Lei 7.990, estatuto dos policiais militares do estado da Bahia, estabelece, além de diversos referenciais relacionadas unicamente a própria estrutura policial, elementos embasadores de possível relação entre Estado e sociedade. Neste estatuto constam diretrizes e princípios de como servir à sociedade e respeitar a dignidade da pessoa humana. Seus princípios, que se referem à relação social entre os agentes públicos e os cidadãos, deveriam ser obrigatoriamente aplicados de maneira isonômica a todo e qualquer cidadão baiano.

No entanto, as práticas policiais mais capilares têm demonstrado que não há isonomia como critério de ação. Nos espaços sociais aqui perscrutados, a violência oficial tem sido um fator abusivo recorrente. O auto de resistência enquanto arranjo institucional tem sido a forma de tornar legítima e palatável a eliminação física de subcidadãos. A mera existência desse arranjo permite que uma simples apreensão

de drogas se transforme em uma execução extrajudicial, que aparecerá nos jornais como *resistência seguida de morte*. E neste caso a família não buscará direito subjetivo, não irá até uma corregedoria, sob pena, e, às vezes, sob ameaça, de ter mais entes queridos liquidados.

Sob essas condições, as práticas mais capilares do policiamento são amplamente rejeitadas socialmente em decorrência do fato de que a relação social desigual entre polícia e sociedade não se pauta em garantias institucionais, nem na oferta de mínimas condições de convivência dentro do Estado democrático de direito. As polícias militares e civis vivem numa permanente guerra contra os estratos mais pobres da sociedade, ou minorias quali-quantitativas, em que o inimigo tem cor, tem origem social, de classe e de gênero. Os brancos e ricos serão sempre poupados dos mecanismos táticos deste manual particular local, que se fundamenta no roteiro descrito acima que vai desde a agressão verbal até a eliminação física.

Em função desta distinção de usos e práticas institucionais são referenciados em abordagens diferenciadas e não-convencionais que se dirigem aos estratos sociais populares cada vez mais segregados através da exclusão, marginalização e gentrificação. Muniz e Machado (2010) demonstraram como vem se desenvolvendo, cada vez mais explicitamente, uma crise de hegemonia e de legitimidade das agências policiais. No contexto de campo desta pesquisa, esta crise sempre esteve instalada. Não é possível que a população de um um lugar de exclusão legitime o policiamento ostensivo que a todos parece ser mal elaborado e baseado em princípios não conhecidos de antemão. Mas as estratégias de segurança do Estado se embasam em políticas atualmente consideradas conservadoras que têm como princípio condutor o recrudescimento da militarização.

#### 10.4. ORGANIZAÇÕES CRIMINAIS, MERCADOS DE DROGAS E POLICIAMENTO

A reorganização dos mercados de drogas do Rio Bonito, da Colônia e do Quilombo, a partir do início da década de 2000, que passaram de mercados avulsos para mercados com perfil empresarial belicosos, transformou sensivelmente a relação entre o Estado e esses espaços urbanos pobres e segregados. Através das polícias e das instituições que compõem o sistema de justiça criminal, tal relação tornou-se mais punitiva, militarizada e belicosa. As formas de punição são inúmeras e intransparentes, variando entre os mais diversos tipos de agressão, passando pelo encarceramento em massa de jovens e adultos, culminando com desaparecimentos e execuções.

Há cada vez mais famílias nessas localidades que vivem o luto de filhos e filhas, ou que em algum dia da semana precisam visitar um filho recluso nos presídios baianos. Na parte deste trabalho na qual é descrita a estrutura administrativa dos mercados de drogas aqui em questão, apresento o número de aprisionamento que variava para mais ou para menos no quadro funcional. Conforme dados coletados em campo, há pelo menos um operador preso para cada dois operadores que estão na ativa. Isto explica características importantes do reordenamento do mercado de drogas: gestão, controle e fortalecimento engendrados a partir do sistema prisional.

O policiamento caracterizado como violento do Brasil possui uma gramática longa e deveras conhecida. No entanto, no contexto desta pesquisa, com a introdução de uma atividade comercial ilegal, baseada numa estrutura criminal empresarial belicosa-expansionista, esta gramática adquiriu novos signos e contornos. Se o manual de procedimento policial, direcionado às minorias quantitativas, já possuía um método particular usado somente em áreas populares do país, agora é observável uma completa privatização dos elementos componentes destes procedimentos na dimensão local e supralocal.

O princípio da dignidade da pessoa humana, a base elementar do Estado democrático de direito começa a ser violado no momento em que agrupamentos policiais adentram o perímetro urbano de um bairro popular. Completamente apagadas, as viaturas não seguem roteiro infraconstitucional nem constitucional, o

vértice do direito de uma democracia. Ao apagar todas as luzes e o giroflex de uma viatura, todas as luzes da justiça foram apagadas anteriormente. E sob uma ordem sociopolítica desta dimensão, ninguém é cidadão. Mas é preciso atentar para o fato característico de que este procedimento é local e supralocal, classista e estruturalmente racista.

A seguir é descrito o passo-a-passo de outros aspectos centrais do manual de ação e de conduta policial nesta dimensão local. A discricionariedade permitida pela lei sempre é limitada pela própria lei, mas em áreas urbanas em que preponderam a condição humana de negro e a condição social de classe popular, não há limite consolidado. Na verdade, enquanto o processo de cidadania não se completar no Brasil pós regime de exceção, a circunscrição dos limites legais de direitos e deveres jamais se consolidará. O excerto abaixo é exemplo da inexistência de delineamento de direitos e deveres:

Henrique, ao chegar ao bairro do Quilombo, não imaginava que havia duas viaturas da RONDESP – Rondas Especiais da Polícia Militar da Bahia – nas imediações de sua casa. Lhe aguardando, completamente apagadas. O rapaz estava chegando a sua casa e acabara de sair do trabalho. Era repositor de mercadorias numa loja da rede supermercados multinacional. Tranquilo, no percurso de sempre, não esperava que agentes públicos, oficiosos, estivessem de emboscada pronta contra sua vida. Aqueles homens já conheciam sua identidade, suas relações de parentesco e suas rotinas.

Tudo teria sido levantando previamente numa estratégia que incluía extorsão e execução de lideranças do mercado de drogas local. Nas proximidades de casa, em uma ruela, foi abordado de modo truculento, inesperado e sequestrado em carro oficial. Moradores do local apavorados e impotentes, observavam discretamente a tudo pelas frestas de suas casas. *Como chamar a polícia para a própria polícia?* Esta foi uma questão levantada no momento, que revelava o desespero da testemunha e amigo do repositor. No bairro, o crime perpetrado pelas polícias já se transformou numa temática conhecida de toda a população, que, de um modo geral, vê a instituição como instituição *perigosa*.

Apesar deste sentimento, todos saíram de casa após a partida dos policiais com a vítima, comunicaram aos familiares o ocorrido e foram fazer as buscas necessárias. A mobilização da população se atrasou em relação à eficácia da banalidade do mal. Na rua do posto de saúde, na verdade um espaço cedido pela Associação de Moradores à Secretaria Municipal de Saúde, espreitando por suas portas e janelas, todos ouviram e viram todo o espancamento com um pedaço de pau. Os agentes públicos queriam obter, com a tortura, a localização do dono das bocas de fumo do bairro.

Como não obtiveram o que queriam, espancaram, deram coronhadas e caceteadas até o trabalhador perder os sentidos. A razão dessa caçada, direcionada à vítima, deveu-se ao fato de Henrique ser primo do *dono* do comércio de drogas ilegais local. Ele era uma pessoa que se fazia querer, do futebol à roda de samba ou de bate-papo. Tanto ali, quanto nos bairros vizinhos, naquela quinta-feira era muito difícil olhar para o rosto das pessoas e não identificar dois sentimentos: o de revolta e o de impotência.

Um movimento marcado pelo medo da polícia e pela desconfiança com as instituições que compõem a justiça criminal vem se consolidando



nesses espaços sociais. Interdição de ruas, queima de pneus, queima de ônibus são as únicas formas imediatistas de fazer justiça ou pelo menos de buscá-la. No meio de todo esse cenário, nenhuma visita oficial à família por parte das instituições do Estado. Naquela quinta-feira, ônibus, cedidos pela cooperação de um vereador da cidade de Salvador e com bases políticas na região, levaram os moradores para seu adeus a esse amigo no Cemitério da Quinta dos Lázarus, no bairro da Baixa de Quintas (Cadernos de campo, 2014-2017).

No enterro, estava lá a polícia para ameaçar familiares e dirimir a possibilidade de denúncias. De classe popular, trabalhador urbano empobrecido, nem ele, nem sua família tinham reservas financeiras para realizar o funeral. Diante disso, os operadores da *loja* central do Quilombo pediram autorização à *rede de lideranças* da organização criminal para liberar os recursos financeiros e tudo que fosse necessário. Assim, os custos com a funerária, caixão, deslocamento, suborno do funcionário do IML – Instituto Médico Legal para liberar o corpo (os funcionários do IML dificultam tal liberação para serem subornados) foram pagos pelos membros do mercado de drogas local.

O lema do mercado de drogas ilegais do Quilombo é *Pagamos cem mil para um advogado, mas daqui não sai um real para policial!* e isso tem sido um fator de recrudescimento dos aspectos militarizados e belicosos da atuação da polícia na localidade. Em decorrência desta postura, que repudia o *jogo*, a negociação com os agentes públicos, execuções, extorsões, sequestros com fiança pagas e torturas são modos frequentes de objetificação das populações. Há casos de sequestros em que o resgate foi pago e mesmo assim a vítima não voltou. Não há cidadãos nesses espaços urbanos, e possuir relação de parentesco com operadores do mercado de drogas é um risco a mais.

O silêncio institucional diante da morte do repositior deve-se a sua condição de subcidadão e ao manual de policiamento de uso específico nos espaços urbanos em que impera a subcidadania. Além do fato de que a subgente é a gente matável. Quer dizer, conforme Agamben (2014), é o portador da vida que é indigna e *que não merece ser vivida*. Neste sentido, há uma sistematização jurídico-política que estabelece a vida que é digna da vida e aquelas que não o são. Como disse anteriormente, nenhuma instituição pública e privada buscaria o esclarecimento dos fatos que evoluíram para o óbito.

É típico de avaliações, que não resultaram de pesquisa, afirmações segundo as quais os mercados de drogas brasileiros formam ao mesmo tempo que integram um estado paralelo. Na verdade, a pesquisa em profundidade e os dados constantes

nas instâncias do próprio Sistema de Justiça Criminal demonstram que essas esferas se interpenetram. E esta aglutinação se dá por meios formais e legais através, por exemplo, da lavagem de dinheiro no sistema financeiro, da abertura de empresas em nomes de terceiros, da compra e venda de imóveis e automóveis. Em suma, saltam aos olhos as transações entre os mercados de drogas ilegais e agentes públicos, a relação favorável entre advogados e delegados, que evita que ações cheguem ao Ministério Público.

Misse (2011, p.229–273), a partir do conceito de *mercadoria política*, demonstra que os mercados de ilícitos se interpenetram com a ordem institucional legal. Esta relação não é pacífica, é permissiva. Os agentes públicos, diante de mercados de ilícitos e irregulares, agem ao arrepio da lei, como agentes reguladores. Qual seja, enquanto parte integrante da burocracia de Estado e possuindo um papel, uma condição funcional legítima, apresentam-se como alternativas possíveis de regulação. Nos casos de ser acordada esta relação oficiosa, o agente regulador e de fiscalização já estabeleceu as regras no âmbito das negociações informais e ilegais.

O (des)encontro da vida de Henrique com a RONDESP está dentro das dimensões relacionais entre o Estado e o mercado de drogas local. Diante da negativa daqueles operadores em relação ao arreglo, ao acordo, ao *jogo*, os policiais usam tais estratégias como forma de estabelecer a relação de transição. Na localidade específica, esta relação começa a se tornar algo inconcebível, embora em momentos de muita tensão entre polícias e os operadores dos mercados de drogas ilegais, haja recuo de ambas as partes em função do suborno e do *alvará* de funcionamento. No entanto, há um movimento crescente nos mercados de drogas baianos que se opõe ao *jogo* com a polícia.

Esse movimento de resistência a *negociações* foi amplamente detalhado pelos operadores dos mercados de drogas ilegais baianos. A razão que conduz as organizações criminais neste sentido são duas: os sucessivos rompimentos de contrato por parte da polícia e o número diverso de agrupamentos especiais aos quais se deveria pagar propina. Em algumas circunstâncias, com acordo de pagamento semanal estabelecido, o mercado de drogas ilegais sofreu perda de mercadorias, armas e pessoal, preso ou executado. Por outro lado, o número de agrupamentos especiais patrulhando os espaços urbanos inviabiliza qualquer acordo

com a polícia. Não é possível garantir que não haverá perda material e imaterial diante de uma operação de agrupamento diferente do subornado.

O caso a seguir é uma demonstração de um acordo, um arreglo, na copresença entre agentes públicos e organização criminal, que teve um desfecho inesperado:

Na Região Metropolitana de Salvador é muito comum se identificarem as viaturas da polícia pelo número. Quer dizer, a identificação se dá através dos dois últimos números de série gravados nestes veículos. No bairro do Rio Bonito, a única viatura pertencente ao agrupamento especial PETO – Pelotão de Emprego Tático Operacional, que fazia a coleta do pagamento acordado com o mercado de drogas local era a de número final XY. Sempre no dia designado, João da Silva, policial militar membro de tal ronda, passava para buscar o arreglo. João era o responsável pela intermediação e definição das condições do *jogo* com os operadores da organização criminal que dominava as lojas do varejo de drogas ilegais local. Sem falta, inexoravelmente no prazo estabelecido, ele passava no ponto de drogas para receber a quantia combinada.

Este acordo até aquele instante beneficiava os dois lados. Aos agentes públicos os ganhos pecuniários, ao mercado de drogas o alívio da tensão, pelo menos nos dias desse plantão. O funcionamento do mercado de drogas naqueles dias era tão tranquilo que ao serem avisados que a guarnição estava indo em direção a algum dos pontos de venda de drogas, ouvia-se dos operadores: *É a XY, tá suave!* Realmente, nesses dias a relação era relativamente pacífica. Não era uma relação plenamente pacífica devido à possibilidade de outro agrupamento especial patrulhar o bairro. Mesmo assim, as festas, os sambas, os paredões, a circulação de moradores e operadores do varejo de drogas possuíam um *inimigo* a menos. João, porém, resolveu aumentar o valor do arreglo cobrado a *loja* central do comércio de drogas local.

O momento em que este requerimento de aumento foi apresentado, início do ano de 2017, as bocas de fumo, controladas pelo Comando da Paz, estavam passando por uma crise administrativo-financeira. Atitudes consideradas opressoras, cruéis e imprevisíveis, no tratamento aos clientes fez com que a clientela migrasse para os mercados de drogas vizinhos. Outro elemento de dispersão dos clientes foi o modo como o produto (cocaina) estava sendo batizado – o *batismo* é um acréscimo de insumos para dar volume e lucro – o que estava reduzindo em demasia a *qualidade* da droga e fomentando a debandada dos consumidores. Essa situação influenciou o comando da organização criminal, que se recusou estabelecer um novo acordo com o policial.

Com o impasse, a frequência e a belicosidade do policiamento, nos plantões da XY, o dono do bairro sentenciou o PM à morte. Após constatar que o soldado estava fazendo a segurança de uma festa na cidade, três homens, Grande, Suíno e Tonelada, foram designados pelo comando para *fazer* (matar) o policial. Outro policial à paisana fazia dupla com João no evento. O trio, ao chegar no local, matou o responsável pelo recebimento das propinas e baleou seu colega, que reagiu. O sepultamento do policial aconteceu no cemitério Bosque da Paz nesse mesmo mês. Sua morte dificilmente ocorreria sem a corrupção policial (Cadernos de Campo, 2014-2017).

Nestas organizações criminais, como já foi dito, preponderam relações de hierarquia e obediência implacáveis. Aqueles que foram incumbidos de executar o agente público não poderiam se recusar sob pena de serem executados. Seis

meses após o crime, Grande morreu numa troca de tiros na praça principal do Rio Bonito, quando estava em curso uma competição violenta entre o Bonde do Maluco, e o Comando da Paz. No início do ano de 2018, Suíno foi emboscado numa área ecológica de criação de animais e executado pela polícia, junto com outro operador, no próprio bairro. Já Tonelada morreu no estado de Sergipe, numa troca de tiros com polícia no segundo semestre de 2018.

A guerra às drogas, não o nome, mas a coisa em si, nos bairros populares aqui em questão, está de uma maneira ou de outra vinculada, ou à corrupção policial, ou ao crime de eliminação física decorrente da militarização e belicosidade da instituição. A copresença dessas instituições oficiais com os mercados de drogas ilegais belicosos ampliou a possibilidade destes confrontos. A política de segurança do estado da Bahia, o Pacto Pela Vida, não é, na prática, uma intervenção cidadã que promove cidadania. Na verdade, a promoção da cidadania não é papel de polícia.

Mas quem é mais afetado em suas relações de sociabilidade diante da presenças simultânea do Estado e do mercado de drogas ilegais é a população. Esta relação de presença simultânea, conforme Machado e Leite (2008), impõe às relações sociais uma constante iminência de instabilidade em função das explosões de violência. Por seu turno, Soares (2000) caracteriza essa condição da população submetida a esta relação de copresença como uma *dupla tirania*, à qual a população desses espaços urbanos está submetida. Quando os acordos, o arreglos, entre os agentes públicos e o mercado de ilícitos são quebrados, recrudescem a belicosidade policial e todas as formas de excesso.

A morte de João Silva gerou uma rotina de operações e incursões policiais e de violências. O princípio da dignidade da pessoa humana é um princípio de caráter universal, não podendo guiar um manual particular e local de procedimentos policiais. Nesse caso, é muito coerente ressaltar a existência de um policiamento particular como observaram Paes-Machado e Noronha (2002) quando caracterizaram a polícia que atua em áreas pobres e periféricas como *polícia dos pobres*. As instituições policiais observadas e perquiridas neste estudo possuem um manual de procedimento particular voltado para uma parte específica do corpo social, a subcidadania.

## 10.5. BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA

Os bairros do Quilombo, do Rio Bonito e da Colônia são áreas de abrangência das bases comunitárias de segurança de Narandiba, de Itinga e de Camaçari. Estas bases comunitárias fazem parte, assim como a criação do DHPP – Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, do conjunto de ações da política pública de segurança estabelecida pelo Pacto Pela Vida. Esse programa foi criado com a finalidade de combater a violência e a criminalidade no estado através de ação conjunta de vários órgãos do governo da Bahia. Com efeito, tal política teria como seu fundamento de motivação e sentido institucionais a redução dos índices de violência e a promoção da dignidade da pessoa humana em conexão com as instâncias federais.

O programa, já respaldado em diversas iniciativas, foi lançado em 2011 na capital do estado. Um dos seus programas diretos de ação, a Base Comunitária de Segurança (BCS), passou a ser instalado em Salvador, Região Metropolitana e interior da Bahia. Aproximando-se do número de vinte (20) unidades instaladas, o modelo proposto, de policiamento respaldado na proximidade territorial e na cidadania, não se concretizou. No universo que compõe essa pesquisa, três bairros populares circunscritos no raio de ação de três dessas unidades, o perfil de ação policial ainda é militarizado, belicoso e opera sobre a convicção de que subcidadãos são ineptos à mobilização de direito e justiça.

Para Ribeiro et al. (2016), que avalia esse modelo de polícia em proximidade com a sociedade, com base nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), lançado no estado do Rio de Janeiro no ano de 2008, a política de segurança veste um novo nome e se baseia em velhas práticas. Quer dizer, a proposição, os elementos constitutivos desses programas, que visam estabelecer um policiamento cidadão, além de não serem passíveis de controle externo, se contradizem com a estrutura corporativista, militarizada e belicosa. O modelo militarizado e belicoso não é compatível com uma política social que tenha como objeto a efetivação de processos de cidadania. Um modelo bélico-militar é incompatível com uma política pública cidadã.

Na contramão do intuito de constituir uma relação comunitária entre Estado e sociedade houve um aprofundamento da militarização e da belicosidade no

período de existência do Pacto Pela Vida. O governo do estado da Bahia, sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT) – uma agenda teoricamente progressista – é responsável pela criação de agrupamentos hipermilitarizados e bélicos como a RONDESP, o PETO e a Companhia Independente de Policiamento Especializado (CIPE) Mata Atlântica, por exemplo. Apesar de o BOPE representar um modelo notoriamente inepto da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, a gestão progressista no estado o instituiu como modelo e criou uma réplica.

Com essa agenda estabelecida a partir da segunda metade dos anos 2000, a prática institucional da polícia é mais ostensiva e mais militarizada. Quer dizer, prepondera uma relação de guerra permanente entre o Estado e indivíduos pertencentes a espaços sociais segregados e em condição de subcidadania. Por trás do argumento da política pública de polícia comunitária, há na verdade, práticas institucionais conservadoras e beligerantes. O que realmente mobiliza o espírito institucional do estado da Bahia, é a criminalização e a punição de indivíduos que têm cor e classe social bem definidas.

Um trecho de entrevista com morador do Bairro de Colônia é demonstrativo do modelo de policiamento que está em prática:

Morador de Colônia – A polícia faz o que quer aqui e, se falar que é *trabalhador*, eles vêm com agressão. Desde que eu moro nesse bairro é todo dia tem uma queixa da polícia. Está piorando cada vez mais. Agora é toda hora, eles chegam, fazem tudo e até tira a vida de inocente. A gente trabalha, faz tudo pelo certo, mas eles (a polícia) não respeitam ninguém. Arrebatam qualquer um. Quando chegam, chegam atrasados (após todo tipo de ocorrência), aí bate em quem não tem nada a ver. Batem até em mãe de família.

Da última vez, foi no samba do bar de André. Eles roubaram Branco (mestre de capoeira). Como é que pode isso? O cara é policial, recebe do governo e vem aqui roubar um pai de família assalariado... Deixa eu lhe contar. Branco estava na frente do bar de André. O som estava tocando lá dentro. Ele estava com os caras da capoeira ali fora. A polícia chegou, já foram descendo e apontando as armas. Mandaram os meninos encostar na parede para revistar. Todo mundo obedeceu. Quando estavam fazendo o serviço deles encontraram R\$ 900 (novecentos reais) miúdo, em notas trocadas, no bolso de Branco. Aí já deram um tapa na cara e tomaram o dinheiro e começaram a chamar o menino de traficante, de *envolvido* com tráfico daqui.

– E aí? como continuou? O que houve? Branco reagiu como?

Morador de Colônia – assustado, com medo de ser assassinado, ele disse que não era traficante e que o dinheiro foi o dinheiro do mês que ele tinha recebido. O menino não tem filho; também não é casado. Ele estava na rua com os amigos curtindo, bebendo, cheirando e ouvindo o samba tocar. A polícia não pegou ninguém com nada. A polícia não pode fazer o que fez. Os policiais devolveram apenas R\$ 200 e ainda ameaçou Branco de morte, dizendo que sabia que ele era do tráfico. Pois é, eles entram aqui sempre assim, nunca é para dar segurança, para proteger. Eles entram

como o diabo, para matar, roubar e destruir. Sempre para humilhar todo mundo, e ainda ficam querendo que a gente denuncie os meninos do tráfico. Os meninos lá de cima (da boca de fumo) não fazem isso, não. Não mexem com inocente.

Numa sociedade democrática, uma ocorrência destas é algo passível de investigação e controle externo por parte do Estado. Em Colônia, onde o fato ocorreu, na cidade de Camaçari, crimes como esses não são levados ao conhecimento das corregedorias de polícia, nem ao Ministério Público Estadual (MPE). Populares que sofrem esse tipo de ofensa e buscam os meios supracitados de se fazer justiça, possivelmente serão fisicamente eliminados por integrantes da própria instituição. Normalmente, os cidadãos que sofrem agressões ou são vítimas de crimes perpetrados por policiais (roubo, sequestro, extorsão, ameaça) não buscam os meios legais oficiais de resolução de conflitos.

Com efeito, o comportamento de resistência a uma polícia militarizada, belicosa e corporativista é tácito, estratégico. Para além do discurso oficial sobre o policiamento comunitário, o que há na prática é um modelo beligerante, conservador, que tem como alvo inimigo a população de bairros populares e segregados. Não há nenhuma política pública de policiamento cidadão nos espaços urbanos em que essa pesquisa foi realizada. Ao contrário, prevalece um estado de recrudescimento de um modelo bélico militar e anticidadão, que, além de ampliar e fomentar, na questão urbana, processos de segregação social, desenvolve e incorpora nos sujeitos, práticas de auto-segregação.

O caso da Bahia não é o único caso em que ocorreu o contrário do que foi anunciado por entusiastas da política de aproximação do Estado com os espaços sociais através da instituição policial. Tratando da experiência fluminense, Sabório (2017) afirma que, para além dos pressupostos que foram idealizados, as Unidades de Polícia Pacificadora significaram desde quando foram implantadas, em 2008, a aproximação e implantação nos territórios da pobreza de novos tipos de gerenciamento e controle social. Porém, ocorreu a amplificação da violência oficial que se avolumou e abrangeu mais ostensivamente as minorias qualitativas e quantitativas.

A política pública de segurança que originalmente visava aproximar a polícia e a comunidade com o objetivo de estabelecer uma conduta dos agentes públicos que levasse em conta a dignidade da pessoa humana é, teoricamente, democrática e passível. No entanto, em detrimento do policiamento comunitário, há em todo país,

o aperfeiçoamento e a consolidação de um modelo bélico-militar, com uma prática cotidiana direcionada a indivíduos de origem social étnica e popular. Este tipo de policiamento foi pensado para contribuir para a formação cidadã e para a democracia, mas tal qual perceberam Tommasi e Velazco (2013) em relação ao caso do Rio de Janeiro, ocorreu de fato apenas um novo enredo discursivo sobre a prática policial e não houve mudança significativa para o Estado democrático de direito.



## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo, cuja área de concentração está entre o campo da microssociologia e o campo da antropologia, apontam para uma relação entre o estabelecimento de mercados de drogas ilegais operados por organizações criminais belicosas, hierarquizadas e territorializadas e o desenvolvimento de uma dinâmica específica de sociabilidades. Os principais fatores que tiveram suas dinâmicas sensivelmente alteradas foram, a saber a atuação punitivista do sistema de justiça criminal, o recrudescimento da atuação policial e do policiamento, a ampliação da segregação urbana e da prática de auto-segregação e, finalmente, as transformações de subjetividades implicando nas práticas sociais, na constituição de crenças, valores, normas e condutas com referências convencionais.

No que tange ao estado da Bahia, ocorreu nos últimos quatorze anos a incrementação de uma política de segurança militarizada e belicosa, que culminou com a criação de agrupamentos policial militares específicos de combate ao crime. A estruturação desta política, voltada especificamente à *guerra às drogas*, ampliou a segregação urbana entre a classe média e as classes populares, a rejeição popular dos espaços públicos de convivência e construiu no imaginário de senso comum a ideia de que áreas pobres são nichos de habitação de criminosos. Nesses espaços urbanos sem infraestrutura e marginalizados, as instituições policiais são em tese instâncias pertencentes ao aparato institucional legal a manter a ordem.

Os processos segregacionais não decorrem somente da atuação do Estado na Região Metropolitana de Salvador. Com o estabelecimento e desenvolvimento de mercados de drogas ilegais bastante fragmentados entre organizações rivais, estão cada vez mais presentes na conduta popular mecanismos de auto-segregação e refluxo das relações sociais. Diante de uma configuração espacial dividida entre estruturas criminais rivais, territorializadas, belicosas e pautadas no recurso universal à violência, o trânsito de pessoas com idade, principalmente entre quinze (15) e trinta e cinco (35) anos, em bairros e regiões dominadas por quadrilhas oponentes se tornou um verdadeiro problema social.

Outro elemento adstrito à territorialização dos mercados de drogas ilegais nos espaços urbanos é o seu potencial coercitivo e de regulação social da vida. Ou seja, em razão dessa atividade não estar submetida à ordem institucional legal, seus atores desenvolveram mecanismos de justiça e práticas locais que repercutiram

sobre os valores, as crenças, as normas e as condutas individuais e que passaram a ter um referencial não convencional de ação e de busca por meios ilegais de solução de conflitos. Qual seja, no âmbito das relações sociais vividas em um país em redemocratização, uma parte da população busca instâncias alternativas de solução de conflitos e de interação dissociadas do ordenamento jurídico vigente.

No universo desta pesquisa, é notável a expansão das relações sociais não referenciadas na ordem institucional legal e de formas não institucionais de solução de conflitos. Com efeito, as organizações criminais estabelecidas nestes contextos urbanos populares, impuseram novas dinâmicas às sociabilidades com o fomento de estruturas materiais, imateriais, informais e ilegais, a partir de um processo de estruturação territorializado e belicoso, que engendrou fontes de obtenção de *justiça* no âmbito local através do *pelo certo*, um aparato normalizador informal e ilegal. Este modelo organizacional possui algumas fontes de incremento dos processos de vitimização que são as competições violentas pelo controle de tal mercado, a violência disciplinar e por sucessão e a que resulta da violência oficial.

No que tange as formas de sociabilidade, características de áreas urbanas controladas por organizações criminais em disputa por mercados de drogas em constante processo de fragmentação, é perceptível a natureza de sua extensão, o seu caráter flexível e a sua capacidade de adaptação. A realidade social desses espaços urbanos territorializados por mercados de drogas ilegais foi perpassada por relações sociais não convencionais, cujos fundamentos reguladores coexistem com aqueles elementos normativos que emanam das instâncias de controle social formal e informal. Ou seja, tornou-se central para os indivíduos a percepção de novas maneiras de agir e interagir.

Enquanto estruturas informais de regulação de práticas sociais, os mercados de drogas impuseram novas formas de pensar e de agir que alcançaram o comportamento social da maioria da população local no espaço público e privado. O fundamento dessa transformação se estabeleceu através da demarcação de territórios, de códigos de conduta, de símbolos e de linguagens, que mudam e/ou se mantêm de acordo com o contexto e as relações de poder ali estabelecidas. Estas mudanças atingiram a toda a população, mas seu impacto mais significativo abrangeu a população juvenil.

O traço distintivo deste fenômeno é exatamente o seu aparato sócio regulatório, uma série de *leis* informais, cuja origem é de um modo geral a própria

moralidade formal. A maioria dos crimes e desvios sancionados pelo sistema de justiça criminal e rechaçados pelo conjunto da população compõem o regulamento não escrito imposto pelos operadores do varejo de drogas ilegais. Este fenômeno remapeou as fronteiras entre bairros e regiões a partir de relações de poder. O uso e a convivência nos espaços públicos ampliaram comportamentos auto-segregacionais, recrudescendo a quantidade de zonas de perigo e de lugares de vulnerabilidade.

Em relação ao trânsito de estruturas materiais (drogas, armas de fogo) e estruturas imateriais (estatutos, códigos de conduta, símbolos), a consequência mais emergente e crucial foi a expansão das fronteiras entre o mercado de trabalho formal e a informalidade ilegal. Com efeito, o trânsito dessas estruturas ao longo do território nacional fortaleceu organizações criminais locais, que atuam nas mais diversas modalidades de crimes. Seu efeito mais explícito foi a expansão dos mercados de drogas ilegais com capacidade de suprimento das demandas e como fonte de ocupação e de renda à disposição da população e em permanente demanda.

A redução e a ampliação desta demanda por pessoal estão adstritas à vitimização decorrente de competições violentas de um mercado de drogas ilegais fragmentados e inflexíveis à concorrência e à sua relação com a violência oficial. Tal vitimização direta e letal também decorre da violência disciplinar e por sucessão, fatores de caráter intra-organizacionais. Resulta disto um permanente estado de vacância, uma demanda permanente de operadores, que implica em recrutamento de novos membros para postos vagos. Em espaços urbanos com altas taxas de desemprego e economia baseada na informalidade, a atividade ilegal dispõe de fonte de ocupação e renda com alta demanda.

Por seu turno, a criação de estatutos, de códigos de condutas e a introdução de símbolos e linguagens impactaram profundamente as relações sociais em toda Região Metropolitana de Salvador e interior do estado. As práticas sociais, no contexto das rotinas locais e supralocais, se submeteram, dialogaram e seguiram o curso dessa transformação. Qual seja, a percepção dessa dinâmica se tornou algo fundamental como lastro das interações sociais, da convivência, do trânsito entre bairros populares e nas estratégias de preservação da própria integridade física e da vida.

Ao que os símbolos representam, a circulação de pessoas entre espaços urbanos litorâneos e rurais sem prévio conhecimento pode engendrar uma cadeia de riscos iminentes. Quer dizer, um habitante de um território dominado pela Bonde do Maluco (BDM) precisa estar atento ao circular, trabalhar, fazer negócios ou mesmo se entreter em lugares em que há escorpiões desenhados nas paredes, o que significa uma representação simbólica de organização criminal rival ao seu lugar de pertencimento. Os elementos constitutivos dessas demarcações contribuíram para construções subjetivas e práticas de comportamentos auto-segregacionais.

O aparato normalizador, que passou a emanar de tais estruturas criminais, estabeleceu uma nova dinâmica aos comportamentos sociais, tanto nos espaços públicos, quanto nos espaços privados de convivência. Concentrados em áreas populares, as relações de poder que derivam destes regulamentos informam e sancionam condutas que vão desde o direito de matar até a rejeição da violência contra a mulher de acordo com a visibilidade do caso em questão. Com efeito, enquanto instâncias deliberativas locais, estes entes não governamentais (organizações criminais) impuseram sua *lei* a toda a forma de ação social.

No que concerne a origem social dos corpos funcionais que operam os mercados de drogas locais, sua composição é formada por subcidadãos, majoritariamente negros e pardos, do sexo masculino e com idade entre quinze (15) e trinta (29) anos. Por outras palavras, a introdução de organizações criminais belicosas afetou a todos os estratos populacionais habitantes desses espaços sociais, mas os estratos sociais marginalizados foram mais impactados direta e indiretamente. Os idosos e os indivíduos que realizaram alguma mobilidade social nestes últimos anos passando a uma condição econômica de maior poder de consumo foram menos atingidos pela coexistência com tais estruturas e atividade.

Para os idosos a ampliação das fronteiras das relações sociais com instâncias do crime organizado teve efeitos menos abrangentes em função da plena incorporação de crenças e valores convencionais e a inexistência de espaços de convivência voltados a este público, impedindo sua exposição diuturna e sua consequente vitimização direta. No entanto, seus filhos, filhas, netos, bisnetos sofreram (e sofrem) os efeitos diretos e indiretos da associação às organizações criminais e ao comércio de drogas ilegais. Tanto as ações retaliativas de grupos rivais aos que seus entes pertencem quanto as ações policiais não respeitam parâmetros de razoabilidade, nem limites legais.

No caso daqueles setores sociais, estratos de classe que realizaram nos últimos anos alguma mobilidade social, sua inclusão cidadã desencadeou processos migratórios e de segregação de espaços de ampla vulnerabilidade. Deste grupo, muitos voltaram para suas cidades de origem no interior da Bahia ou outros estados da federação, enquanto outra parcela migrou para condomínios de classe média. A inclusão no mercado de trabalho formal, o acesso à educação e o consumo de bens móveis e imóveis impossibilitaram que determinados sujeitos entrassem na linha de sucessão funcional de organizações criminais. A participação socioeconômica e cidadã tem sido um fator de incorporação de crenças e valores convencionais e de esperanças no progresso pessoal.

Na verdade, os grupos sociais mais amplamente inseridos e afetados por atividades ilegais foram aqueles formados por homens e mulheres marginalizados do ponto de vista existencial, sócio-econômico e político. Ou seja, trata-se de homens e mulheres negros e pardos, que não concluíram o ensino fundamental, com idade quinze (15) e trinta (29) anos e que tiveram - quando tiveram - certa participação no mercado de trabalho informal, fundado em ocupações de pouca qualificação profissional. Quer dizer, na ponta, o crime organizado tem se apropriado das contradições sociais permanentes no país impactando e inserindo em seus postos os indivíduos socialmente mais vulneráveis.

Em relação a territorialização em âmbito espaço-temporal, sendo território entendido como relações de poder, as implicações sobre a dinâmica da vida social foram se acumulando até atingir um estágio de ampla abrangência sobre a população. Qual seja, a copresença de uma ordem institucional-legal (alguns de seus elementos constitutivos) com instâncias não-governamentais potencialmente coatoras representou transformações significativas para as crenças, normas e valores, condutas e para a aplicação e busca por justiça através de instâncias locais. A rigor, as subjetividades e práticas sociais ampliaram as interfaces com o mundo do crime.

O crime organizado, sob seu componente estrutural mais a ponta, o comércio de drogas ilegais, implementou estruturas normativas e de justiça que são coatoras e abrangem todos os estratos populacionais e sociais nos espaços em que exercem dominação. Em decorrência desse fenômeno, ocorreu a expansão, a ampliação das fronteiras das relações sociais e dos modos de ser dos indivíduos com as instâncias informais e ilegais. Além do fato de buscarem meios alternativos

de fazer *justiça*, antes dependentes da morosidade do judiciário e da ineficiência do sistema de justiça criminal, estes dispositivos não convencionais passaram a gerir amplos aspectos da vida cotidiana.

Assim, as organizações criminais que operam os mercados de drogas ilegais, além de gestoras do crime em suas diversas modalidades, passaram a regular e sancionar a vida cotidiana de bairros populares. Qual seja, a dominação imposta por esses organismos se capilarizou de tal maneira que abrangeu os aspectos microfísicos do fluxo das interações sociais, criando regras, cujos limites se estendem desde ao uso de redes sociais, até a concessão para a prática de homicídio. Este sistema de dominação só foi possível através de uma ampla e eficiente estrutura de segurança, vigilância e proteção.

Com base em um aparato normativo e neste sistema de segurança, as práticas sociais que se rotinizaram passaram a se referenciar no chamado *pelo certo*, um conjunto de elementos regulatórios não escritos que subscrevem o que é *certo* e o que é *errado*. O poder desse sistema de regras, formado por princípios convencionais e não-convencionais, alterou a dinâmica das sociabilidades, tanto do ponto de vista subjetivo (maneiras de ser, agir e pensar) quanto nos modos de se desenvolver o fluxo das relações sociais. Nenhuma ação ou omissão está fora do alcance do escrutínio deste regulamento.

Para que isso fosse possível, o traço distintivo destas organizações criminais é o seu potencial coator, que engendrou normas e novas formas de conduta sob o uso da força ou sob formas de convencimento e negociação em coexistência com o caráter tênue ou belicoso-ostensivo das instituições de controle social formal e informal. Tais normas e regras se popularizam através da interação social e transformaram completamente a vida cotidiana das classes populares habitantes da Grande Salvador. Desta forma, com a capilarização de um sistema normativo ilegal local, as relações sociais adquiriram outra dinâmica e outra função prática transformado-se mesmo em novos hábitos.

Em decorrência disso, a maioria dos conflitos sociais e crimes que ocorrem nestes espaços sociais deixou de ser solucionada pela ordem institucional-legal e passou a ser resolvida no plano local. Quer dizer, ampliaram-se as fronteiras entre a sociabilidade legitimada socialmente e formas de sociabilidade informais e ilegais. Crimes como assassinatos, pedofilia, abusos sexuais, roubo e furto geraram normalmente a busca de solução através de atores e estruturas alternativas

fundadas no próprio espaço urbano, de tal forma que se generalizou a crença de que é legítimo o aparato instrumental normativo de organizações criminais.

Esta transformação não suplantou a autoridade das instituições oficiais, tampouco sua importância. O que se transformou profundamente foi a sua centralidade como âmbito institucional-legal de busca e obtenção de justiça. Normalmente se buscam os meios oficiais para solucionar causas trabalhistas, cíveis, de direito de família e previdenciárias. Por outro lado, quando há alternativa de solução no âmbito dos perímetros locais, diante da celeridade e certeza dos desfechos, recorre-se às estruturas do crime.

O aspecto crucial deste processo social foi a ressignificação de várias modalidades de crimes e desvios. Os mercados de drogas ilegais, a parte à sua imposição pelo uso da força, para consolidar-se, necessitou desta transformação das lentes pelas quais a atividade é vista. O recurso universal à violência seria tolhido se não fosse tolerado e legitimado socialmente no plano local e fora dele. Qual seja, a estruturação de um regramento instrumental de dominação representou um fator de consolidação da própria atividade criminal.

As competições violentas pelo controle de mercados de drogas ilegais fragmentados tiveram como principal consequência o recrudescimento de processos sociais de segregação e de auto-segregação. A recursividade dessas disputas, marcadas por altos índices de vitimização, ampliou a marginalização social de bairros populares já vistos como espaços de vulnerabilidade e de habitação de classes perigosas. O trânsito e as relações sociais inter-classe e estratos sociais são cada vez mais raros na medida em que as áreas de habitação e moradia popular são caracterizadas como perigosas e violentas.

Com efeito, uma resultante do desenvolvimento dessas zonas de *guerras* cíclicas e permanentes é a incorporação da auto-segregação nas subjetividades e nas práticas comportamentais. Ou seja, a construção e rotinização por parte dos indivíduos, de mecanismos estratégicos de proteção que extinguem da rotina e da circulação voluntárias os espaços públicos e privados, caracterizados pela experiência como espaços de vulnerabilidade. Isto é, a movimentação desses estratos da população é pendular, limitando-se entre os locais de trabalho, de estudo e o lar.

Igualmente relacionado às disputas violentas pelo controle de território e do comércio de drogas ilegais, desencadearam-se processos migratórios. Estes se

basearam na necessidade, diante dos fatos, e do recrudescimento de vitimizações diretas e indiretas, de se buscar condições de vida melhores em espaços urbanos ou rurais com índices menores de violência letal e subletal. Dois grupos principais de indivíduos se comportaram desta maneira, quais sejam: aquele em que houve alguma ascensão social dos seus integrantes e aquele composto por moradores que decidiram vender ou alugar seus Imóveis.

A consequência imediata do conjunto desses fatores impactou profundamente os sujeitos e a configuração do espaço. Por um lado, os atores sociais desenvolveram um mapa e uma visão geral e generalizada de lugares considerados de vulnerabilidades (leia-se de violência letal e subletal) e de negação da alteridade. Subjacente a esse primeiro fator, a ocupação e desocupação imobiliárias se tornaram intensamente cíclicas, de tal sorte que o fluxo de mudanças, de entradas e saídas de moradores se transformou numa rotina indesejável para locatários e locadores.

Cabe acrescentar que as implicações negativas do recurso universal à violência no âmbito da busca por expansão e exclusividade do comércio de drogas ilegais são os movimentos de dispersão e desertificação dos espaços públicos e privados, constantes no espaço societário. Derivado deste comportamento social, desenvolveram-se estratégias de segurança e proteção que ou geraram o fechamento ou mudanças de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, agremiações desportivas e templos religiosos. Tal qual foi dito, *as rotas e caminhos foram alterados!*

No tocante à relação com o Estado e sua estratégia política conservadora de segurança pública, direcionada às classes populares, houve recrudescimento da violência oficial. As ações belicosas e ostensivas das instituições policiais e seu formato específico de policiamento de áreas populares, baseado em baixos níveis de inteligência e elevado grau de ostensividade, contribuíram tanto quanto as competições violentas para os fenômenos segregacionais e auto-segregacionais. Ou seja, a desordem e o desordenamento converteram-se, contrariamente aos pressupostos da Constituição de 1988, em uma consequência direta do trabalho dos órgãos oficiais de regulação social.

Apesar de os três bairros populares que compõem o universo dessa pesquisa estarem em áreas de abrangência de Bases Comunitárias de Segurança, há uma visão generalizada de vulnerabilidade diante da atuação do próprio Estado.



A criminalidade oficial recrudescceu do ponto de vista qualitativo (*modus operandi*) e quantitativo (ocorrência de ações e operações) e não há eficácia institucional-legal do controle e da legitimidade do policiamento. Os procedimentos policiais não são transparentes, não se fundam na perícia e na investigação e usam formas de violência que vão desde a ameaça do uso da força à eliminação física de homens e mulheres marginalizados.

O traço característico do trabalho policial é o seu *modus operandi* particular e específico no controle social de áreas habitadas por indivíduos marginalizados e não inseridos enquanto cidadãos. Sem referência ao ordenamento jurídico e baseado em práticas não-convencionais, o policiamento transformou áreas pobres dominadas por grupos criminais ligados ao comércio de drogas ilegais em zonas de vulnerabilidade e violência. Estas práticas não-convencionais se desenvolveram a partir de um manual particular de ação, no qual se privatiza a aplicação da lei, subvertendo o papel do legislativo e do executivo.

Este não é um fenômeno histórico cujo ponto de partida seria o surgimento de mercados de drogas ilegais associados ao crime organizado no estado da Bahia. As violações da dignidade da pessoa humana por um estado policialesco, que transforma a polícia no meio exclusivo de manutenção da ordem, são anteriores e posteriores ao limiar do processo de redemocratização. Na verdade, o que cabe ressaltar é que a violência, a corrupção e a criminalidade policiais adquiriram novas formas pós-ditadura civil-militar, nas quais se objetificou em maior grau a subcidadania.

Finalmente, retomando o que foi dito acima, é necessário salientar que a estruturação de mercados de drogas belicosos, territorializados e fragmentados, sob o controle de organizações criminais em copresença com tênues e ostensivas instâncias de controle social formal e informal, desenvolveu alterações significativas na realidade social. Primeiro, engendrou normas, crenças e valores sem referências institucionais legais que foram incorporadas às maneiras de ser e à conduta social do amplo contingente da população, repercutindo sobre as formas de sociabilidade das quais derivaram todos os outros processos de mudança.

Segundo, desencadeou o aprofundamento dos fluxos e trânsitos materiais e imateriais, de produtos e símbolos relacionados a redes criminais de dimensão nacional e internacional. O terceiro ponto e não menos importante, diz respeito aos estratos da população mais afetados por estas mudanças: homens marginalizados

do ponto de vista existencial, sócio-econômico e político. Na mesma medida, deescentralizou o referencial institucional-legal como única ordem legítima de solução de conflitos e busca por justiça, pondo uma nova dinâmica regulamentar baseada em instâncias alternativas de deliberação e sanção.

O movimento, o trânsito de pessoas, sofreu mudanças que impactaram sobre o curso normal das relações e interações sociais. Este ponto se refere ao ordenamento do problema urbano histórico da segregação social que adquiriu novos contornos e significados e ao desenvolvimento de formas incorporadas e específicas de auto-segregação no âmbito local e supralocal. Igualmente relacionado à mobilidade e a sociabilidade, o derradeiro elemento constitutivo desta tese versa sobre a ampliação da violência oficial, direcionada a estratos marginalizados da população, consubstanciada a um tipo específico de policiamento, ao revés do ordenamento jurídico em vigor e baseado em um manual particular de ação.

## REFERÊNCIAS

- ABAD, MIGUEL. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia De; PAPA, Fernanda De Carvalho (Org.). **Políticas Públicas de Juventude em Pauta**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, 2008.cap. 1, p. 13-32.
- ABRAMOVAY, MIRIAM; CUNHA, ANNA LÚCIA; CALAF, PRISCILA PINTO; CARVALHO, LUIS FELLIPE DE; CASTRO, MARY GARCIA; FEFFERMANN, MARISA; NEIVA, ROBERTO RODRIGUES; MACIEL, MAX. **Gangues, Gênero e Juventude**. 1. Ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos – SDH, 2010.
- AGAMBEN, GIORGIO. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**.2. ed. Minas Gerais, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- ALBANESE, JAY. North American Organized Crime. **Global Crime**, New York, v. 6, n. 1, p.8-18, feb. 2004.
- ALVES, SÉRGIO. A multidimensionalidade nas organizações empresariais: proposta de um modelo analítico. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v.8. n.2, p.55-72, abr/jul. 2004.
- AMORIM, CARLOS. **CV-PCC: a irmandade do crime**. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ANDREAS, PETER; WALLMAN, JOEL. Illicit markets and violence: what is the relationship? **Crime Law and Social Change**. v. 52, n. 3, p. 225-229, 2009.
- BAECHLER, JEAN. Grupos e Sociabilidade. In: \_\_BOUDON, RAYMOND. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. Cap.2, p.65-106.
- BAGLEY, BRUCE. The evolution of drug trafficking and organized crime in Latin America. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, V.71, p.99-123, jan.2013.
- BARBOSA, A. C. R. **Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 1988.
- BARBOT, JANINE. Conduzir uma entrevista face a face. In \_\_. PAUGAM, SERGE (org.) **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. Cap.26, p.102-123.
- BARCINSKI, MARIANA. Mulheres no tráfico de drogas: criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, Rio Grande do Sul, v.5, n.1, p.52-61, jan-jun.2012.
- BARRETT, STANLEY R. A última fronteira: como analisar dados qualitativos. In \_\_. **Antropologia: guia do estudante à teoria e ao método**.1.ed. Petrópolis,RJ: Editora Vozes, 2015. Cap.8, p.251-280.

BEAUD, STÉPHANE; WEBER, FLORENCE. O raciocínio etnográfico. In\_\_\_. PAUGAM, SERGE (org.) **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. Cap.2, p.185-201.

BECKER, HAWARD S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BLUMSTEIN, ALFRED. Youth violence, guns and the illicit-drug industry. **Journal of Criminal Law and Criminology**, Northwestern, v.86, n.1, p.10-36, out.1995.

BOURDIEU, PIERRE. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

\_\_\_ **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_ **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_ **Ofício de Sociólogo**: Metodologia da pesquisa na sociologia. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

BOURGOIS, PHILIPPE. **En busca de respeito**: vendiendo crack en Harlem. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2010.

BREZINA, TIMOTHY; TEKIN, ERDAL; TOPALLI, VOLKAN. "Might Not Be a Tomorrow": A multi-methods approach to anticipated early death and youth crime. **Criminology**, v.47, n.4, p.1091-1129, 2009.

CALDEIRA, TEREZA PIRES DO RIO. **Cidade de muros**: crime segregação e cidadania em São Paulo. 34. Ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CANO, IGNACIO. **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**/ organização, Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

CANO, IGNACIO; DUARTE, THAIS. **"No sapatinho"**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, ROBERTO. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In:\_\_\_ **O trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: EDITORA UNESP, 2000. Cap.1, p.17- 35.

CARVALHO, INAIÁ MAIA MOREIRA DE; PEREIRA, GILBERTO CORSO. As "cidades" de Salvador. In: **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008, p.81-108.

CECCHETTO, F.R; MUNIZ, JACQUELINE DE OLIVEIRA, MONTEIRO, RODRIGO DE ARAUJO. "Basta tá do lado": a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, Salvador, v.31, n.82, p.99-111, abr.2018.

CELLARD, ANDRÉ. A análise documental. In\_\_\_. POUPART, JEAN; DESLAURIERS, JEAN-PIERRE; GROULX, LIONEL-H.; LAPERRIERE, ANNE; MAYER, ROBERT; PIRES, ALVARO P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. Cap.7, p.295-316.

CONCEIÇÃO, THIAGO NERI DA. **O comando é noiz: descobrindo o tráfico na periferia de Salvador**. 171 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia/UFBA, 2015.

DECKER, SCOTT H. Collective and normative features of gang violence. **Justice Quarterly**, v.13, n.2, p.243-264, june. 1996.

DECKER, SCOTT H.; WINKLE, BARRIK VAN. Slingshot dope: the role of gangs and gang members in drug sales. **Justice Quarterly**, v.11, n.4, p.583-604, 1994.

DIAS, CAMILA CALDEIRA NUNES. Da guerra à gestão: a trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. **Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura**, v.2, n.10, p.79-96, 2009.

DIMENSTEIN, GILBERTO. **A guerra dos meninos: assassinatos de menores no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

D'INCAO, MARIA ÂNGELA. MODOS DE SER E DE VIVER: A Sociabilidade Urbana. **Tempo Social**. vol.4 no.1-2 São Paulo jan./dec. 1992.

DOWDNEY, LUKE. **Crianças no tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

ECHEVERRÍA, SEBASTIÁN SALINERO. El crimen organizado en Chile: una aproximación criminológica al perfil del delincuente a través de un estudio a una muestra no representativa de condenados por delitos de tráfico de estupefacientes. **Política Criminal**. Santiago, v.10, n.19, p.25-55, jul. 2015.

SCOREL, SARAH. Vidas ao leu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

EWIG, GABRIEL TENENBAUM. El crimen organizado de las drogas ilegales en el Uruguay del siglo XXI. Una aproximación normativa y cuantitativa. **Revista de la Facultad de Derecho**, Montevideo, n. 46, p.287-326, dic.2017.

FAGAN, JEFFREY; CHIN, KO-LIN. Violence as regulation and social control in the distribution of crack. **Drugs and violence: Causes, correlates, and consequences**, v. 103, p.8-43, 1990.

FAGAN, JEFFREY. The social organization of drug use and drug dealing among urban gangs. **Criminology**, local de publicação, V.27, nº4, p.633-670, 1989.

FELTRAN, GABRIEL DE SANTIS. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. 102f. (Doutorado em Ciências Sociais) –

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2008 a.

\_\_\_ **Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. Revistas temáticas**, Campinas, v.15, p.11-50, 2008b.

\_\_\_ **Crime e castigo na cidade: repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Caderno CRH**, Salvador. v.23, n.58, p.59-73,2010.

\_\_\_ **Fronteiras de tensões: política e violência nas periferias de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

\_\_\_ **Irmãos: uma história do PCC**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, abr. 2018.

FIORENTINI, GIANLUCA. Organized crime and illegal markets. **Bouckaert B. e De Geest G. (a cura di), Encyclopedia of Law and Economics**, p. 434-459, 1999.

FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_ **História da sexualidade: a vontade do saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: edições Graal, 1998.

\_\_\_ **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

FRAGA, PAULO CEZAR PONTES; SILVA, JOYCE KELI DO NASCIMENTO. A participação feminina em mercados ilícitos de drogas no Vale do São Francisco, no Nordeste brasileiro. **Tempo Social**, São Paulo, v.29, n. 2, p.135-158, mai./ago. 2017.

FREITAS, MARCUS CEZAR DE. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: \_\_\_. **História Social da Infância no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Apresentação. P.11-18.

GARLAND, DAVID. **A cultura do controle: crime e ordem na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GERTZ, CLIFFORD. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In \_\_\_. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. Cap.1, p. 3-21

GIL, RAÚL ZEPEDA. Ensayo Bibliográfico: Siete tesis explicativas sobre el aumento de la violencia en México, México, **Política y Gobierno**, v.25, n.1, p.185-211, ene./jun.2018.

GOFFMAN, IRVING. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Márcio Bandeira de Mello Leite. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HUGGINS, MARTA K.; HIRATOS-FATOUROS, MIKA; ZIMBARDO, PHILIP G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades Brasileiras**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

HUGGINS, MARTA KINSELY. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n.60, p.541-558, set/dez. 2010.

HOWELL, JAMES C.; DECKER, SCOTT H. The youth Gangs, Drugs and Violence Connection. **Juvenile Justice Bulletin**. January, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: urbanismo 2015. Bahia, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. Ipea, 2018.

ISRAEL, LIORA. O uso dos arquivos em sociologia. In\_\_: PAUGAM, SERGE (org.) **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, Rio de JANEIRO: Editora Vozes, 2015. Cap.8, p.141-155.

JACCOUD, MYLENE; MAYER, ROBERT. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In\_\_: POUPART, JEAN; DESLAURIERS, JEAN-PIERRE; GROULX, LIONEL-H.; LAPERRIERE, ANNE; MAYER, ROBERT; PIRES, ALVARO P. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. Cap.6, p.254-294.

JARAMILLO, PABLO. Governamentalidades futurísticas: governar el hogar en la era del optimismo tecnológico. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, local, v.6, n.1, p.75-95, jan./jun. 2016.

LEMIEUX, CYRIL. Problematizar. In\_\_: PAUGAM, SERGE (org.) **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015. Cap.2, p.33-52.

LEMONS-NELSON, ANA TEREZA. Criminalidade Policial, Cidadania e Estado. **Cadernos Ceas**, Salvador, n.197, p.9-36, jan./fev. 2002.

LESSING, BENJAMIN. As facções em perspectiva comparativa. **Novos estudos: CEBRAP**, São Paulo, n.80, p.43-62, mar. 2008.

LIMA, ANTONIO DOS SANTOS. **Rastros de fogo e sangue**: estudo sobre a (des)centralização de um mercado varejistas de drogas na Grande Salvador. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFHC, Salvador, 2013.

\_\_\_\_. **Competição violenta e controle territorial**: quadrilhas prisionais e conflito armado no mercado de drogas da Grande Salvador. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, Brasil, v. 120, p.409-429, mai/jun. 2016.

\_\_\_\_. **Rastros de fogo e sangue**: estudo sobre a (des)centralização de um mercado varejistas de drogas na grande Salvador. 1. ed. Salvador: Edufba, 2017.

LIMA, RENATO SERGIO DE.; SINHORETTO, JACQUELINE; BUENO, SAMIRA. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e estado**, v.30, n.1, P.123-144, jan./abr.2015.

LOURENÇO, LUIZ CLAUDIO; ALMEIDA, ODILZA LINES DE. A cultura do descontrolo: notas sobre a dinâmica e a estrutura das gangues prisionais no estado da Bahia. In\_\_\_: LOURENÇO, LUIZ CLAUDIO; GEDER, LUIZ ROCHA GOMES (ORG.). **Prisões e punição no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2013. p.45-76.

MACHADO DA SILVA, LUIZ ANTONIO. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In\_\_\_: Machado da Silva, Luiz Antonio. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p.34-45.

MAGNANI, JOSÉ GUILHERME CANTOR. De perto e de dentro: notas para uma etnografia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.49, p.11-29, jun. 2002.

MANSO, BRUNO PAES; DIAS, CAMILA NUNES. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. 1. Ed. Sao Paulo: Todavia, 2018.

MELLO E SILVA, SILVIO C. BANDEIRA DE; LEÃO, SONIA DE OLIVEIRA; NENTWIG SILVA, BARBARA. **Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica**. 1. Ed. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

MINGARDI, GUARACY. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. **Revistas de Estudos Avançados**. São Paulo, v.21, n.61, P.51-69, set/dez. 2017.

MISSE, MICHEL. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência do Rio de Janeiro** [tese de doutorado em sociologia]. Programa de pós-graduação em sociologia e ciências políticas do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM, 1999.

\_\_\_ **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. In\_\_\_ **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p.179-210.

\_\_\_ O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. In\_\_\_ **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011. p.211-228.

\_\_\_ sobre uma sociabilidade Violenta. In\_\_\_: **Crime e Violência No Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e violência urbana**. 18. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p.251-267.



\_\_\_ Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n.40, p.13-25, out. 2011b.

MOTTA, FERNANDO C. PRESTES. O poder disciplinar nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. V.19, n.3, p.11-25, jul./set. 1979.

\_\_\_ O poder disciplinar nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. V.21, nº4, p. 33-41, out/dez.1981.

MUNIZ, JACQUELINE; PAES-MACHADO, EDUARDO. Polícia para quem precisa de polícia: contribuição aos estudos sobre policiamento. **Cadernos CRH**, Bahia, Salvador, v.23, n.60, p.437-447, dez. 2010.

NEVES, LAERT PEDREIRA. **O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1985.

ORTIZ, MARÍA VANESSA ROMERO; LÓPEZ, JORGE LOZA; RAMOS, FELIPE MACHORRO. Violência del crimen organizado relacionada a los sectores económicos en México: una propuesta de categorización. Santiago, **Polis: Revista Latinoamericana**, v.12, n.36, p.477-495, dic.2013.

PAES-MACHADO, EDUARDO; NORONHA, CECI VILAR. A polícia dos pobres: Violência Policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, p.188-221, jan./jun 2002.

PAIXÃO, MARCELO; CARVANO, LUIZ M. Censo e demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In:\_\_\_SANSONE, LÍVIO; OSMUNDO ARAÚJO PINHO (org.) **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.Cap1, p.25-64.

PAUGAM, SERGE. Escolha e limites do modo de objetivação. In:\_\_\_ **A pesquisa Sociológica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015. Cap.3, p.53-62.

POUPART, JEAN. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In:\_\_\_POUPART, JEAN; DESLAURIERS, JEAN-PIERRE; GROULX, LIONEL-H.;LAPERRIERE, ANNE; MAYER, ROBERT; PIRES, ALVARO P.. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. Cap.5, p.215-253.

RAMOS, SILVIA; MUSUMECI, LEONARDO. **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REINER, ROBERT. **A política da Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REUTER, PETER. Systemic violence in drug markets. **Crime Law Soc Change**, v. 52, n. 3, p.275-284, 2009.

REYES, MARÍA ISABEL SÁNCHEZ. Periodismo bajo fuego: la nueva guerra del crimen organizado en Centroamérica. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, v.43, San José, p.259-285, jan. /dec. 2017.

RIBEIRO, LUDIMILA et al. Los significados de “polícia comunitária” para La policia militar brasileña. **Revista de Estudos Sociológicos**, México, V.34, n.102, p.603-637, set/dez.2016.

ROVNER, EDUARDO SÁENZ. La participación de los cubanos, los colombianos, y los chilenos en las redes del narcotráfico en Nueva York durante los años sesenta. **Revista Innovar**, Colômbia, v.17, n.30, p.133-144.

RUGGIERO, VICENZO; SOUTH, NIGEL. Criminology and Dirty Collar Crime, **Critical Criminology**, v.18, p.251-262, sep. 2010.

RUGGIERO, VICENZO; SOUTH, NIGEL. Green Criminology and Crimes of the Economy: Theory, Research and Praxis, **Critical Criminology**, v.21, n. 3, p.359-373, may. 2013.

SÁ, LEONARDO. A condição de “bichão da favela” e a busca por “consideração”: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas: Revista de Estudos e de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.339-355, abr./mai./jun. 2011.

SABORIO, SEBASTIAN. Policía pacificadora, legitimidad y practicas de ocupación territorial. **Antípoda: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Bogotá, n.29, p.105-122, set/dez. 2017.

SAMPÓ, CAROLINA. Narcotráfico y trata de personas: una muestra de cómo el crimen organizado avanza en Argentina. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 12, n. 2, p.207-229, july/dec. 2017.

SANTOS, MILTON. **A urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora Univesidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, MILTON; SILVERA, MARIA LAURA. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

\_\_\_Por uma Geografia do Movimento. IN\_\_\_ **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. p.167-183.

SANTOS, VICENTE TAVARES DOS. Cidadania dilacerada. **Revista Critica de Ciencias Sociais**, Coimbra, n.37, p.131-148, jun.1993.

\_\_\_Violência e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n.1, v18, p.3-12, jan./mar. 2004.

SAWAIA, BADER. **Introdução: Exclusão ou inclusão perversa?** In:\_\_\_ . As artimenhas da exclusão: análise psicossocial e etica da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHNEIDER, FRIEDRICH. Turnover of organized crime and money laundering: some preliminary empirical findings, **Public Choice**, v. 144, p.473-486, sept. 2010.

SCHNEIDER, STEPHEN. Violence, organized crime, and illicit drug markets. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.71, p.125-143, march. 2013.

SILVA, JOYCE KELI DO NASCIMENTO. **Mulheres no trafico de drogas**: um estudo sobre a resposta do Sistema de Justiça Penal à Criminalidade Feminina. 2013. 240f. (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, Juiz de Fora, 2013.

SOARES, LUIZ EDUARDO. **Meu casaco de general**: 500 dias no front da segurança publica no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, ANGELA GORDILHO. **Limites Do Habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2. ed. Salvador: EDUFBA: 2008.

SOUZA, JESSÉ. **Subcidadania Brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.30, n.1, p.207- 223 jan./abr. 2015.

SOUZA, MARCELO LOPES DE. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_. Cidades fragmentadas, medos generalizados: das “áreas de risco” á “ubiquidade do risco”. In\_\_\_\_: **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p.51-91.

\_\_\_\_. A “questão urbana” nas metrópoles brasileiras na virada do século XXI. In\_\_\_\_: **O desafio Metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.39-112.

\_\_\_\_.O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E; Gomes, P. C. da Costa; Correa, R. L. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. cap. 3, p. 77-116.

SUTHERLAND, E.H; CRESSEY, D.R. A theory of differential association. In: CULLEN, F. T.; AGNEW, R.; WILCOX, P. **Criminological theory**: past to present. Los Angeles: Roxbury, 2003, p. 132 – 133.

TAKEUTI, NORMA MISSAE. **No outro lado do espelho**: a fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relumé Dumaré; Natal, RN: Universidade federal do Rio Grande do Norte, 2002.

TELLES, VERA DA SILVA. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TELLES, VERA DA SILVA; HIRATA, DANIEL VELOSO. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n.61, p.173-191, ago./set. 2007

TOMMASI, LIVIA DE; VELAZCO, DAFNE. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.56, p.15-42, jan. 2013.

TOPALLI, VOLKAN; WRIGHT, RICHARD; FORNANGO, ROBERT. Drug Dealers, robbery and retaliation: Vulnerability, deterrence and the contagion of violence. **British Journal of Criminology**, v. 42, n.2, p.337-351, 2002.

VELHO, GILGERTO. O desafio da proximidade. In: Velho, Gilberto; Kuschnir, Karina(org.) **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Cap.1, p.11-19.

VELHO, GILBERTO. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

WEBER, MAX. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 2v.

\_\_\_ **Metodologia das ciências sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortês, Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

WHITE, WILLIAN FOOTE. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

YOUNG, JOCK. **A sociedade excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002

ZALUAR, ALBA. **A máquina e a revolta: organizações populares e o significado da pobreza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_ **O Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

\_\_\_ Sociability in crime. Culture, form of life or ethos? **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, V.11, n.2, p.12-46, july/dec. 2014.

ZAMORA, CARLOS MURILLO. El crimen transnacional organizado como insurgencia no política: la experiencia Centroamérica. **Revista Desafíos**, Bogotá, v.28, n.2, p.177-211, july/dec. 2016.

ZÚÑIGA, VALESKA TRONCOSO. Narcotráfico y el desafío a la seguridad en la triple frontera andina. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, Bogotá, v.12, n.1, p.103-130, jan./june. 2017.